

Cenários da autogestão em Portugal:

O processo revolucionário
em curso (1974-1975)



Lia Tiriba - Maurício Faria - Henrique Novaes
(Orgs)

**Cenários da autogestão em Portugal:
O processo revolucionário em curso
(1974-1975)**

1º Edição

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2018



Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG
Brasil

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani – USP

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Anselmo Alencar Colares – UFOPA

Carlos Lucena – UFU

Carlos Henrique de Carvalho – UFU

Darmeval Saviani – Unicamp

Daniel Schugurensky – Arizona State University, EUA

Fabiâne Santana Previtali – UFU

Gilberto Luiz Alves – UFMS

João dos Reis Silva Júnior – UFscar

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU

José Claudinei Lombardi – Unicamp

José Luis Sanfelice – Univás/Unicamp

Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp

Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal

Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp

Ricardo Antunes – Unicamp

Robson Luiz de França – UFU

Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal

Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra

Valdemar Sguissardi – Unimep

Copyright © by autores, 2018.

C395 – Tiriba, Lia; Faria, Maurício; Novaes, Henrique. (Orgs.). Cenários da autogestão em Portugal: o processo revolucionário em curso (1974-1975). Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

ISBN: 978-85-53111-03-9

DOI: 10.29388/978-85-53111-03-9

1. Educação 2. Autogestão 3. Portugal I. Lia Tiriba; Maurício Faria; Henrique Novaes. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 378.101

Preparação/ Revisão - Laura Lany da Silva Alves - Lurdes Lucena
Arte Capa – Fernanda Cheida Violin

Índices para catálogo sistemático

Educação	370
Ciências Sociais	300

SUMÁRIO

Prólogo I <i>Rui Canário</i>	01
Prólogo II <i>Raquel Varela</i> <i>Ana Rajado</i>	07
Apresentação <i>Lia Tiriba</i> <i>Maurício Sardá de Faria</i> <i>Henrique Tahan Novaes</i>	15
As lutas operárias no contexto de 25 de abril de 1974 <i>José Maria Carvalho Ferreira</i>	21
A autogestão no processo revolucionário português (1974-1975) <i>Maurício Sardá de Faria</i>	51
Revolução dos Cravos, autogestão nas escolas e as reformas neoliberais em Portugal <i>Neusa Maria Dal Ri</i>	89
Os rumos das políticas científico-tecnológicas e educativa no Portugal do período revolucionário (1974-1976) <i>Zuleide Silveira</i>	125
Jornal Combate: a revolução portuguesa a partir das lutas autônomas dos trabalhadores <i>Danúbia Mendes</i>	165

Saberes do trabalho associado e autogestionário: o projeto político-pedagógico do Jornal Combate <i>Lia Tiriba</i>	213
Igualdade e fraternidade: a autogestão no processo revolucionário português de 1974-75 <i>Miguel Ángel Pérez Suárez</i>	259
Da autogestão ao cooperativismo: o que se pode aprender com a luta dos trabalhadores portugueses depois do 25 de abril <i>Lúcia Bruno</i>	287
Os desafios das lutas autogestionárias na Era da barbárie <i>Henrique Tahan Novaes</i>	307
Sobre os autores	333

Prólogo I

Rui Canário

Foi com muito prazer que acedi ao amável convite dos organizadores desta obra para escrever um curto texto introdutório. Agradeço aos colegas e felicito-os por esta interessante e oportuna iniciativa editorial. É gratificante verificar que quatro décadas decorridas sobre a Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 continuam vivos a curiosidade e o interesse de investigadores brasileiros por este tema.

Este período revolucionário, com a duração de aproximadamente um ano e meio (Abril de 1974 a Novembro de 1975) representou um acontecimento histórico marcante e relevante da História Contemporânea, com repercussões que em muito ultrapassaram as fronteiras do território português.

Os militares que conspiraram e organizaram o golpe de estado que ocorreu em 25 de Abril, não previram nem desejaram a participação e o apoio populares. Reiteradamente, desde as primeiras horas, através de apelos radiofónicos, a população foi fortemente incentivada a permanecer em casa mantendo-se à margem dos acontecimentos. Este desejo dos militares foi abertamente contrariado pela iniciativa popular e pelas movimentações de massas em que ela se traduziu. As classes trabalhadoras saíram às ruas e através de um generalizado e entusiástico apoio ao Movimento das Forças Armadas (MFA) condicionou a ação imediata e subsequente dos militares, dos partidos políticos que viriam a afirmar-se, bem como da burocracia sindical nascente. Ou seja, o golpe de estado transformou-se rapidamente numa Revolução que viraria o país do avesso.

O forte movimento popular emergente funcionou, ao mesmo tempo, como causa e efeito de uma suspensão temporária do poder exercido, quer pelos patrões, quer pelos órgãos repressivos do aparelho de Estado. A dinâmica das manifestações populares conduziu, por um lado, à neutralização das forças

policiais e militarizadas (Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana) e, por outro lado, à divisão e fragmen-tação do poder militar. Os capitães, ficaram reféns do apoio po-pular que suscitaram e muitos deles viriam progressivamente a radicalizar posições. Foi neste contexto político que puderam tomar forma novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício do poder, materializados na criação generalizada de comissões, nos bairros, nas aldeias, nas herdades da zona de latifúndio, nas empresas e nos quartéis. Estas *comissões* configuraram-se como órgãos autónomos das classes trabalhadoras, eleitos em plenários, revogáveis a qual-quer momento instituindo-se como instrumentos do exercício de uma democracia direta.

Estas comissões, desde cedo designadas como *órgãos de poder popular* desencadearam processos de ação coletiva que pu-seram em causa os princípios vigentes, quer da propriedade, quer do poder institucional tradicional (Igreja, Exército, etc.). Empresas, terras, escolas e em alguns casos quartéis, passaram para o controlo direto de comissões eleitas pela base, num qua-dro de democracia operária. Ao poder do Estado e dos patrões foi retirado o controle de uma parte substancial das atividades econômicas, que passaram a ser objeto de modalidades de ges-tão por parte dos trabalhadores. Este movimento popular, ape-sar da sua instrumentalização por diversos partidos políticos, da sombra tutelar da esquerda do MFA (Movimento das Forças Armadas) e das contradições que o amarraram a um projeto de construção de um capitalismo de Estado, revelou uma dimen-são autónoma considerável, materializada numa generalizada vaga *autogestão*. Esclarece a presente obra, a *autonomia* e a *autogestão*. Tornaram-se a imagem de marca da Revolução Por-tuguesa, conforme o comprova o desenvolvimento do movi-mento grevista “selvagem” que eclodiu nos dias e semanas que seguiram ao golpe militar. Este movimento grevista afirmou-se contra todos os poderes instituídos, incluindo as burocracias sindicais nascentes (Intersindical) que, inclusivamente, organi-zaram e realizaram manifestações de rua contra os trabalhado-

res grevistas.

A ideia que pretendo enfatizar neste texto é que a dinâmica revolucionária iniciada a 25 de Abril se traduziu num intenso *movimento educativo*, à margem e contra os órgãos estatais encarregados de regular a ação educativa. No sistema escolar, os professores e outros trabalhadores tomaram, por todo o país, a iniciativa de demitir os diretores das escolas (da confiança política da ditadura) substituindo-os por comissões de (auto) gestão. Trata-se de um exemplo em que a ação dos trabalhadores, antecipando-se ao Estado, criou uma situação de facto, a designada “gestão democrática das escolas”, que as classes dirigentes levariam décadas para conseguir fazer reverter.

Por outro lado, o poderoso movimento popular instituiu-se como um imenso e dinâmico *processo coletivo de aprendizagem* para milhões de trabalhadores. Através da participação em múltiplas formas políticas de debate e decisão (assembleias, comissões), de luta (greves, manifestações, ocupações, elaboração de cadernos reivindicativos), e de (auto) gestão, as classes trabalhadoras aprenderam a tomar em mãos os seus destinos, assumindo-se como sujeitos da história. É na ação transformadora que se aprende a exercer o direito à palavra, eleger e pedir contas a representantes que, a qualquer momento, podem ser substituídos. Em síntese, é na ação transformadora que se aprende a exercer a democracia. Nesta perspectiva, a construção de novas formas de viver, aprender e trabalhar correspondeu a uma “criação” das classes trabalhadoras que, assim, ensaiaram processos de rompimento com a lógica da sociedade capitalista.

As lutas protagonizadas pelos moradores no pós-25 de Abril representaram na sociedade portuguesa da época, a aprendizagem por parte das classes trabalhadoras de formas alternativas de viver na cidade e de a transformar. Para lá dos objetivos mais imediatos de melhorar as condições de alojamento, a luta dos moradores tinha um horizonte muito mais largo que englobava a luta por instituir modos de vida solidários, bem como o acesso generalizado a bens culturais.

Sendo no espaço urbano que se organiza a reprodução

social do trabalho, a sua estrutura projeta no espaço físico e social as relações da sua própria formação social (capitalista). É a própria natureza dessa formação social que é posta em causa e provisoriamente superada através das lutas dos moradores que assumem o direito à palavra e ensaiam modos de gestão urbana baseados no autogoverno e na democracia direta.

Ao mesmo tempo que se organizam por bairro (prédio, ou rua), os moradores aprendem a coordenar as suas ações com outras unidades congéneres. Num primeiro momento criam-se ligações horizontais com outras comissões de moradores. Num segundo momento, criam-se modalidades de coordenação das lutas dos moradores à escala de uma cidade. Numa fase mais avançada procede-se à interligação das comissões de moradores com as comissões de trabalhadores, as comissões de soldados e ainda com ligação direta dos trabalhadores da cidade aos trabalhadores do campo, através da compra direta a cooperativas agrícolas.

Os movimentos de moradores constituem um paradigma do modo como os trabalhadores podem de forma autónoma, e através das suas experiências de luta, realizar aprendizagens que modificam a sua visão do mundo e lhes permite instituir novas formas de vida social. É esta aprendizagem na ação, livre das tutelas do Estado, que está no cerne do que podemos designar por educação popular. Uma educação que é promovida e construída pelos novos órgãos sociais que resultam da ação transformadora dos movimentos sociais de cariz anticapitalista.

Num sistema social dominado pela lógica do capital a educação transforma-se num instrumento de produção de conformismo e de legitimação interiorizada da exploração e da alienação do trabalho assalariado. Só a compreensão dos vínculos entre educação, trabalho e alienação permitirá “ver” e construir processos educativos que, num contexto de rebeldia e ajudando a instituir novas formas de organização social, possam ter um cariz emancipatório.

A educação ultrapassa largamente as fronteiras da educação deliberada, formal e institucionalizada que caracterizam

o universo escolar. Se os séculos XIX e XX foram o período de afirmação hegemônica da escola, provavelmente o século XXI será dominado pela educação não formal. É esta verificação que permite sustentar que o pensamento crítico sobre a educação não pode ser restringido ao escolar, mas tem de englobar o modo como uma dimensão pedagógica é transversal aos conflitos sociais. A possibilidade de transcender positivamente a alienação e a exploração do trabalho, concretizando a possibilidade de uma sociedade de produtores livremente associados, supõe um intenso processo de aprendizagem.

A democratização da educação e do acesso ao saber não poderá, assim, ser encarado como um mero acréscimo de instrução ou qualificação dos trabalhadores, mas sim como a criação de condições para que cada cidadão possa vir a tornar-se governante. Estas condições nunca poderão ser totalmente criadas no quadro do Estado que perpetua a injusta ordem estabelecida, na ausência de fortes movimentos sociais que expressem a autonomia dos assalariados. É uma visão redutora da educação (circunscrita à escola e à ação do Estado), que torna invisível, no caso português (como noutras idênticos), o imenso potencial da dimensão educativa que assumiram, no período revolucionário do 25 de Abril, as movimentações, formas de luta e de organização das classes trabalhadoras. O processo revolucionário em Portugal foi um autêntico laboratório de experiências de *educação popular* com as quais ainda hoje temos a aprender.

Prólogo II

Quem precisa de patrões?

*Raquel Varela
Ana Rajado*

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em discordia com a guerra colonial que durava há treze anos, põe fim à ditadura portuguesa, que tinha durado 48 anos sob a direção de António Salazar e - depois de 1968 – sob a chefia de Marcelo Caetano.

De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe – que insistiam pela rádio para que as pessoas ficassem em casa –, milhares de pessoas saíram de suas casas, sobretudo em Lisboa e Porto, e foi com as pessoas à porta, a gritar «morte ao fascismo», que no Quartel do Carmo, em Lisboa, o Governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE/DGC, a polícia política, foi desmantelada; atacada a sede do jornal do regime A Época e a censura abolida.

No dia 28 de Abril, três dias depois do golpe, os moradores do bairro social (pobre) da Boavista, em Lisboa, ocupam casas vagas e recusam-se a sair, apesar de intimados pelos militares e pela polícia; os bancários começam a controlar a saída de capitais dos bancos a partir do dia 29 de Abril e montam piquetes às portas destes; no mesmo dia, os empregados de escritório ocupam o sindicato (os sindicatos estavam limitados na sua liberdade durante a ditadura e as suas direções eram pró-regime) e expulsam a direção; no dia seguinte, vários sindicatos ocupam o Ministério das Corporações e Segurança Social, que passa a chamar-se Ministério do Trabalho; nesse dia, 10 000 estudantes reúnem-se em plenário no Instituto Superior Técnico, a escola superior mais importante do país, de engenharia, e os trabalhadores da construção civil demitem a direção do sindicato e ocupam a sede. Começa a greve na Transul, empresa de

transportes, e é formado o Movimento de Libertação da Mulher (MLM).

A manifestação do 1.º de Maio – que passa ser o Dia do Trabalhador – reúne cerca de meio milhão de pessoas em Lisboa. Medeiros Ferreira cita estudos que apontam para uma centena de manifestações, em que participaram cerca de um milhão de portugueses para ouvirem 200 oradores em todo o País. As ocupações de casas sucedem-se. Nos primeiros quinze dias de Maio há greves, paralisações e alguns casos ocupações em dezenas de fábricas e empresas. Várias manifestações, dirigidas sobretudo pela extrema-esquerda, condenam a guerra colonial (a três, a quatro e a cinco de Maio, entre outras)

Tinha começado a revolução portuguesa, num país da Europa ocidental, a meio da década de 1970, no espaço geoestratégico da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

O império português ruiu tarde, em 1974, depois de ter mobilizado quase dois milhões de trabalhadores forçados (nas minas de África do Sul, plantações de algodão de Angola, entre outras culturas) e uma guerra de treze anos – 1961-1974 - para impedir a Independência dos países africanos Angola, Cabo-verde, Moçambique, Guiné Bissau. Mas a sua estrutura aniquilada levou à ruptura social mais importante da Europa do pós-guerra – foi tão grande a queda quanto longeva fora a sua duração, de tal forma que nenhum historiador até hoje conseguiu reunir quantas reuniões de trabalhadores houve só na primeira semana que se seguiu ao golpe do MFA porque são centenas, talvez milhares¹, em todo o País.

Anacrónico, brutal nas colónias, com congelamento da mobilidade social da metrópole que tinha pouco a oferecer aos seus jovens – um milhão e meio de pessoas emigraram do País sobretudo para a Europa central entre 1960 e 1974², o império

¹ No levantamento que realizámos com Alejandro Lora e Joana Alcântara, registámos centenas de reuniões na primeira semana que se segue ao golpe, mas é um levantamento centrado nos principais jornais, deixando de fora várias regiões do País e provavelmente centenas ou mesmo milhares de pequenas empresas.

² António Barreto, “Mudança Social em Portugal: 1960-2000,” in Portugal

levou o Estado Português até próximo do colapso, militar e financeiro, até que um movimento de capitães deu um golpe militar para pôr fim à guerra, no dia 25 de Abril de 1974. O golpe militar deu-se assim com escassa resistência contabilizando-se no total quatro mortos, alvos dos disparos da polícia política cercada.

A revolução portuguesa, argumentámos noutro trabalho, tem quatro características determinantes que podem ajudar a explicar o alcance da disruptão social, que apesar de se ter dado num pequeno país deu-se já na década de 1970 na Europa, com uma dimensão de controlo operário e disruptão do processo de acumulação inusitados nesta região neste período:

1. É um processo que nasce de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos revolucionários guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique;
2. Essa derrota combinou-se com a mais grave crise econômica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973;
3. É marcada pelo protagonismo do movimento operário;
4. É marcada pelas especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude (grande massa de jovens camponeses recentemente qualificados que vão do campo para a cidade na década de 1960), desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa, capital do país. A não existência de organizações livres e democráticas de trabalhadores, um calcanhar de Aquiles do movimento operário português durante o Estado Novo, foi concomitantemente parte da radicalização da revolução porque a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do País determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores.

A queda do regime deixaria para trás um país europeu,

colonial, com uma estrutura social que combinava uma indústria pujante, uma burguesia que dava os primeiros passos na internacionalização³ e um povo mantido com baixos salários, ignorância e atraso. Alguém lembrou que Portugal era então uma espécie de “Albânia atlântica” onde:

O divórcio é reprimido, onde há (muitos) livros, filmes e canções proibidas, onde todas as artes são censuradas, onde a comunicação social é amordaçada, onde muitas crianças andam descalças, onde a maior parte da população não dispõe de frigorífico, telefone, televisor ou casa de banho, onde não se pode dizer piadas sobre as autoridades ou criticar o poder, onde não há direito de manifestação ou greve, ou é preciso licença para ter isqueiro ou transístor a pilhas, onde a agricultura se faz com charruas medievais e tração animal, onde o movimento rodoviário se encontra pejado de carroças e carros de bois, onde o pronto-a-vestir é quase inexistente, onde a Coca-Cola é de contrabando, onde a polícia política exerce a tortura nas prisões, onde não há autoestradas nem [...] eleições”.⁴

Este era também o país onde, na metrópole, 30 por cento da população era analfabeto, não havia sufrágio universal, não havia um sistema de previdência universal e ir ao médico implicava sempre uma relação paternalista e comercial com as misericórdias controladas pela Igreja. Cruz Oliveira, nomeado para a pasta da Saúde logo a seguir ao 25 de Abril, orgulha-se de ter posto fim à dependência dos hospitais em relação às misericórdias e de ter acabado com o negócio das senhas (os familiares tinham de pagar uma senha para ver um doente no hospital) e com o negócio do sangue. “O sangue não se vende nem se compra, dá-se!”⁵ Finalmente, mesmo contando países como a Grécia e a Espanha, Portugal ocupava o lugar cimeiro

³ A Lismave, por exemplo, do poderoso grupo Companhia União Fabril (CUF) é fundada na década de 1960 com capitais portugueses, suecos e holandeses.

⁴ Editorial, Revista Visão, Especial 25 de Abril, 15 de abril, 2004, página 1.

⁵ Entrevistado pela autora, 24 Fevereiro 2012.

nos mais baixos salários europeus⁶.

O 25 de abril foi por isso a data mais importante do século XX português. Porque pôs fim a este país e inaugurou outro. Esse “outro país” foi a feliz expressão do cineasta Sérgio Tréfaut, que realizou um filme com os originais dos cineastas estrangeiros e fotógrafos da agência Magnum que visitaram Portugal à “procura da revolução” onde os militares tinham barba e andavam nas manifestações.

Esta revolução portuguesa foi marcada pelo protagonismo político de um forte movimento operário e social que atingiu todos os setores da sociedade portuguesa, em particular o movimento operário, mas não só. Para além dos trabalhadores diretamente ligados à produção de valor, e particularmente os operários industriais e assalariados agrícolas, a revolução portuguesa caracterizou-se por conflitos sociais muito radicalizados entre os estudantes, o moderno setor laboral dos serviços, o setor informal, uma ampla participação das mulheres e dos setores intermédios e de base das forças armadas. Novos movimentos sociais – ecologistas, estudantis, feministas – têm também um peso, embora secundário no quadro geral dos conflitos, marcado sobretudo pela preponderância dos sectores de trabalhadores organizados. A conflitualidade social em Portugal em 1974-75 teve também uma amplitude nacional, tendo chegado a todas as cidades do país e aos campos rurais.

Os processos de autogestão – que se distinguem do controlo operário (ver Raquel Varela, História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975), foram uma das marcas essenciais destes conflitos sociais e a oportunidade deste livro, 40 anos depois da revolução, é perfeita. “Quem precisa de patrões?”⁷, perguntava-se em Janeiro de 1975. A pergunta, tão vulgarizada então, teria sido herética nove meses antes. A ideia de que a fábrica ou a empresa pode subsistir pela autogestão dos tra-

⁶ António Barreto e Clara Valadas Preto, Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais, (Mirandela: Público, 1996).

⁷ Título de uma notícia sobre a situação na Quinta de Comenda Torralta, onde uma exploração agrícola foi intervencionada. Esquerda Socialista, n.º 11, 14 de janeiro de 1975, p. 5.

lhadores – e mais tarde, sobretudo a partir de abril de 1975, evoluir noutras empresas para o controlo operário – teria parecido, mesmo aos próprios trabalhadores, e talvez sobretudo a eles, uma impossibilidade antes da revolução.

À porta da fábrica, em julho de 1975, um cartaz diz:

O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o operário é uma máquina. Os capitalistas só se interessam pelos operários quando estes dão lucro [...]. Contra a exploração, direito ao trabalho!

As ocupações de empresas e fábricas por trabalhadores surgem de quatro fatores que parecem determinantes:

- 1) A resistência à descapitalização das empresas, com ameaças de despedimentos, no meio da maior crise económica do pós-guerra e de um aumento galopante da taxa de desemprego.
- 2) A ausência de estruturas sólidas representativas dos trabalhadores já com uma hierarquia definida (sindicatos), portanto, a existência de um certo vazio de poder que abriu espaço ao poder das comissões de trabalhadores.
- 3) A limitação do poder repressivo por parte do Estado na defesa da propriedade privada (por crise na direção do Estado e sobretudo no Exército).
- 4) A existência de quadros políticos com programas revolucionários, digamos, um “encontro” da utopia de dirigentes formados no marxismo, na verdade em várias correntes que se reivindicavam marxistas, nos centros académicos, escolas profissionais, etc., com um forte impacto do maio de 68, da revolução cubana e da revolução cultural chinesa, que se encontram com a “história”, isto é com uma situação revolucionária, para a qual estavam teoricamente “preparados” ou pelo menos, para sermos mais realistas, desejosos.

A seguir ao 25 de Abril, entre 1974 e 1978, a realidade das

empresas autogestionárias corresponde a 626 empresas em autogestão e 319 cooperativas (Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão et al., s/d). A autogestão é aprovada também no contexto do pacto social e fica inscrita na Constituição da República Portuguesa (CRP). Mas até 1975 estavam registadas cerca de 300 empresas intervencionadas.

Nesta obra os leitores encontrarão um contributo essencial para continuar a construir a história dos processos autogestionários, com uma coletânea de artigos de fundo que abordam as lutas operárias, a autogestão, o ensino, as nacionalizações e a sua relação com as lutas e o cooperativismo. A sua leitura e debate, como olhar sobre o passado para transformar o futuro, são centrais hoje.

Apresentação: por que autogestão do trabalho e da vida social?

Maurício Sardá de Faria

Lia Tiriba

Henrique Tahan Novaes

Dezembro de 2017

Autogestão do trabalho e da vida social! Mais que uma palavra de ordem, autogestão é uma forma de viver, sentir, fazer e estar no mundo. Trata-se de um conjunto de práticas sociais nas quais as relações entre os seres humanos, mediadas pelo trabalho de produzir a vida social, são construídas e reconstruídas de forma horizontal, sem patrões e empregados, sem amos e escravos, sem proprietários e despossuídos, sem exploradores e explorados. Pura utopia! – alguns vão dizer. Ingenuidade, romantismo! – outros ousarão gritar.

A autogestão não é uma coisa, não é algo estático... São maneiras de fazer um mundo em que homens e mulheres, em diversos espaços/tempos históricos, vão criando formas socialização dos meios de produção, vão criando e recriando culturas do trabalho distintas da lógica do capital. Como processo histórico estruturado, a autogestão se manifesta nos espaços/tempos das culturas milenares dos povos e comunidade tradicionais: são povos da floresta, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais milenares situadas na Ásia, África, nas Américas (México, Peru, Bolívia, Equador, por exemplo). Como sujeito coletivo, a comunidade é integrada a partir da propriedade comunitária, do poder comunal e do trabalho coletivo em equilíbrio com os demais elementos da natureza. Resistindo às mediações de segunda ordem do capital, o objetivo é a produção de valores de usos

para a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade, o que pressupõe a constituição de relações de reciprocidade, redistribuição e complementariedade. No México, é emblemática a luta do Exército Zapatista de Libertação (EZLN), desde 1983 e que até os dias atuais põe em prática a lógica da organização coletiva da vida em Chiapas.

Os processos de autogestão também se manifestam nos espaços/tempo da crise do capital e do trabalho assalariado, quando jovens e adultos trabalhadores expericiem o trabalho associado. São unidades de produção que costumam ser denominadas de cooperativas populares, associações, grupos de produção comunitária, grupos de produção associada, empreendimentos econômicos solidários, organizações econômicas populares, entre outras. Historicamente, essas experiências econômicas sempre estiveram presentes nos países latino-americanos, mas até recentemente, eram invisíveis ou consideradas como atividades marginais e/ou informais. Com a crise do trabalho assalariado, ganham maior expressão quando articuladas a movimentos de fábricas ocupadas e recuperadas, movimentos de ocupação de terras e moradias. E por que não considerar o recente movimento de ocupação de escolas como experiências de autogestão, de autogoverno? Podemos considerar que tanto para os jovens trabalhadores-estudantes chilenos como para os brasileiros, estas experiências educativas se constituem como experiências de classe, nas quais e com as quais exercitam o autogoverno, aprendendo que é necessário colocar em cheque o sistema capital.

Não podemos esquecer as experiências de autogestão nos espaços/tempo revolucionários, quando a classe trabalhadora toma para si os rumos dos processos de produção da vida social: a Comuna de Paris (1871), o controle operário e os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905 e 1917), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a República Húngara de Conselhos Operários (1918/19), os conselhos operários de Turim, Itália (1919-1921). E também as desenvolvidas após a II Guerra Mundial: Iugoslávia (1950), conselhos operá-

rios surgidos na Hungria (1956) e na Polônia (1956, 1970) com o movimento Solidarnosc (1980), Argélia (1962) e Checoslováquia (1968), etc. No âmbito latino-americano, as Revoluções Cubana (1959) e Nicaraguense (1979), destacam-se algumas curtas experiências vividas na Bolívia, Peru e Chile (1972).

Todas estas práticas sociais têm em comum, formas diversas de organização popular de base e contribuem para nos ajudar a entender a autogestão como forma de luta e como meio de organização da sociedade para a transformação, “de baixo para cima”, da vida cotidiana e do Estado. Entre outros ocorridos ao longo da história da humanidade, é o caso do Processo Revolucionário em Curso – PREC, em Portugal (1974-1975), o qual é objeto de reflexão dos autores deste livro.

Passados mais de 40 anos, por que publicar um livro sobre a autogestão em Portugal? Nada mais oportuno do que falar em autogestão em um momento histórico em que a ofensiva do capital financeiro está produzindo um profundo retrocesso social, de amplitude planetária. Na verdade, trata-se de uma crise civilizatória. Bancos, Seguradoras, Investidores privados bilionários e fundos de pensão têm dado a tônica do capitalismo desde os anos 1970, respaldados por estados policiais, transformam a vida em negócio, o bem público em mercadoria e a sociedade em mercado.

No plano “produtivo”, estamos assistindo uma profunda reestruturação produtiva retrógrada, que gerou uma nova espécie de acumulação primitiva no campo (roubo de terras, extermínio dos comunidades tradicionais e povos originários que restaram, grilagem de terras etc.) e uma grande mudança nas indústrias e nas cidades. Relocalização de plantas em busca de menores salários e pressão dos sindicatos, terceirização para baixar custos e fragmentar a classe trabalhadora, “uberização” dos trabalhadores e trabalho análogo ao escravo passam a fazer parte das análises dos sociólogos do trabalho. Para complicar ainda mais este cenário, Google, Apple, Facebook, corporações que nasceram da noite para o dia, despontam como grandes empresas que estão na dianteira do capitalismo financeirizado.

É o que David Harvey chama de “Acumulação por Espoliação”. Indo ao encontro do que diz o Novo Dicionário Aurélio, “*Espoliar*”, do latim *spoliare*, significa ‘privar de algum coisa ilegitimamente, por fraude e violência: roubar, despojar, esbulhar’. Ou seja, vivemos o capitalismo na sua forma mais perversa: espoliação dos seres humanos, espoliação de outros seres da natureza, espoliação de todos os elementos da natureza, espoliação do universo. Vivemos uma cultura econômica do desperdício, da pilhagem e do desrespeito. Assim, já não cabe o exemplo dado pelo Aurélio para ilustrar o que é espoliação: *O desonesto funcionário espolia o povo e seus bens.* Ingenuidade pensar que se trata apenas deste ou daquele funcionário, deste ou daquele malvado empresário, mas de entender as relações sociais na sua totalidade. Trata-se de um tipo de acumulação flexível do capital fundada na espoliação, juridicamente reconhecida, desrespeitando constituições e os próprios direitos humanos.

Na cidade neoliberal, numa ponta estão a globalização da pobreza acompanhada de intensos processos de favelização, na outra as mansões e condomínios fechados. Esta nova era, que poderia ser chamada de Era da Barbárie, ao mesmo tempo em que destrói as conquistas da classe trabalhadora e extermina direitos sociais, também produz uma intensa reação por parte dos trabalhadores, em geral não divulgadas pelos meios de comunicação capitalistas.

É possível verificar também que nessas lutas pelos direitos fundamentais começam a surgir ações práticas e bandeiras em torno da autogestão, do trabalho associado, pela desmercantilização da vida, pela propriedade comunal ou coletiva dos meios de produção, superação do Estado capitalista, pela democracia e igualdade substantivas, pela educação para além do capital, direito à cidade, soberania alimentar, terra de trabalho (e não de negócios), agroecologia, dentre outras.

É verdade que essas lutas ainda são difusas e esparsas, sem um sentido ou direção comum contra o sociometabolismo do capital. Também é verdade que as trabalhadoras e trabalha-

dores sabem o que não querem, mas ainda não sabemos muito bem para onde caminhar.

O capitalismo real nos mostra todos os dias que a sociedade comandada pelo capital é irracional. Ela produz desemprego e subemprego crônicos, produz o colapso ambiental, produz fome e miséria, violência social e institucionalizada que se fortalecem mutuamente, crises de superprodução, guerras de grande alcance (1^a e 2^a Guerras Mundiais) e guerras preventivas ou de “baixa intensidade”. Ele reproduz e se utiliza das hierarquias entre os sexos. Ele gera trabalho explorado, nas mais variadas formas: análogo à escravidão, taylorismo, fordismo, trabalho “flexplorado”, terceirizado etc. Leva a intensos processos de migração e expulsão de jovens de seus países. Por sua vez, o socialismo real nos mostrou que a extinção da propriedade privada dos meios de produção não necessariamente leva ao nascimento de novas relações sociais, e um dos legados do século passado foi talvez a compreensão de que capitalismo de Estado ou privado não são opções, como alertou o jornal Combate, publicado em Portugal entre 1974 a 1976.

Se os trabalhadores não detém o controle dos meios de produção e se o sentido social do trabalho não é alterado, podem surgir então inúmeras variantes de sociedades pós capitalistas, e não pós-capital. Enfim, o trabalho pode continuar sendo trabalho alienado, mesmo que em nova roupagem, e a riqueza produzida continua seu processo inexorável de concentração.

Por fim, cabe lembrar que as classes proprietárias, seus tecnocratas e gestores teimam em dizer que são imprescindíveis. Os livros de administração de empresas, que agora aparecem como livros de “gestão”, da mesma forma que trabalhadores viram “colaboradores”, insistem em nos dizer que as relações sociais capitalistas são eternas e representam a única forma de organização da sociedade.

Os textos aqui reunidos trazem contribuições fundamentais para a compreensão de um dos fenômenos autogestionários mais importantes do Século XX, a Revolução portuguesa de 1974-76, em especial, o Processo Revolucionário em Curso

– PEC (1974-1975). Como organizadores do livro, acreditamos que recuperar a história das lutas autogestionárias é fundamental para o avanço das lutas anticapital no século XXI.

AS LUTAS OPERÁRIAS NO CONTEXTO DE 25 DE ABRIL DE 1974

José Maria Carvalho Ferreira

Os acontecimentos econômicos, sociais, políticos e culturais de 25 de abril de 1974 subverteram a paz social existente no seio das empresas portuguesas. Essa paz social era mantida à custa de uma legislação e práticas repressivas sobre o conjunto das massas trabalhadoras, nomeadamente aquelas que derivavam da ação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e da DGS (Direção-Geral de Segurança).

Quando o processo revolucionário de 25 de abril de 1974 ocorre, assiste-se a mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. A liberdade instituída pelo MFA (Movimento das Forças Armadas) ao nível das relações sociais de produção, criou as condições necessárias e suficientes para a eclosão de um movimento social operário sôfrego de reivindicações e de liberdade de ação. Meses antes ainda na vigência da ditadura fascista, o operariado português tinha protagonizado uma ação colectiva importante, com especial incidência nas zonas mais industrializadas do país (Lisboa, Setúbal e Porto). As reivindicações então exigidas circunscreviam-se ao aumento de salários (6.000 escudos mensais, em particular para o sector da metalurgia), pagamento do 13º mês e do 14º mês e horário de trabalho semanal de 40 horas (SANTOS, LIMA, FERREIRA, 1976, vol. 1: 72-77). Na medida em que estas reivindicações não foram satisfeitas pelo patronato, o operariado português entrou em greve.

Este movimento social ocorre desde o início da década de 70 do século XX quando a crise do regime deposto se agravou. O processo revolucionário iniciado pela revolução de 25 de abril de 1974 potencia esse movimento no sentido reivindicativo, mas também da emancipação social. Antes da influência das actividades sindical e partidária sobre o movimento social operário, já persistia uma dinâmica espontânea, opondo o operariado ao

patronato. Desse modo, o conteúdo das reivindicações após o 25 de abril de 1974, em muitos casos, foi semelhante àquele que emergiu nos últimos momentos da agonia do governo de Marcello Caetano. À exceção das reivindicações ligadas ao subsídio de alimentação, instalação de cantinas, subsídios de transporte e a expulsão dos “carrascos” dos trabalhadores nas empresas, as outras eram similares.

A emergência da explosão social reivindicativa dos trabalhadores portugueses provocada pelo 25 de abril de 1974 começa, efetivamente, no mês de maio de 1974. Esse fato é pressentido pela AIP (Associação Industrial Portuguesa), daí que esta tenha enviado ao primeiro-ministro de então, Adelino da Palma Carlos, um telegrama, em 17 de Maio de 1974, demonstrando a preocupação pela agitação social que degradava a vida das empresas (AIP, 1974).

Com o intuito explícito de normalizar as relações laborais, o 1º governo provisório, ao abrigo do Decreto-Lei nº 217, de 27 de maio, determina que o salário mínimo nacional atinja o montante de 3.300 escudos mensais. Simultaneamente, os salários superiores a 7.500 escudos são congelados, ao mesmo que são aumentados os valores das reformas e dos subsídios de família. Tendo em atenção a fragilidade estrutural e institucional do patronato português, este não aceitará grande parte das disposições legais, nem tampouco o conteúdo das reivindicações operárias. Os meses de junho e julho, por tais motivos, revelaram-se muito difíceis para o patronato e para o 1º governo provisório.

As consequências do 25 de abril de 1974 sobre a acção do movimento social operário foram grandes, logo na sua fase inicial. Este movimento teve características espontâneas. A sua essência espontânea radica no fato do surto grevista ter sido da exclusiva responsabilidade dos trabalhadores. Os partidos e as estruturas sindicais não tiveram influência nesse processo. As condições de opressão e de exploração das relações laborais foram determinantes para a emergência da espontaneidade operária. Por outro lado, as decisões que estiveram na origem

do surto grevista foram tomadas em assembleias gerais pelos próprios operários.

Em virtude da sua extensão e radicalidade, este surto grevista, teve bastante impacto na economia portuguesa. Em primeiro lugar, a partir do momento em que foram eliminados os condicionalismos corporativistas introduzidos pelos Sindicatos Nacionais, o preço da mercadoria força de trabalho passou a ser estipulado pelos mecanismo da oferta e da procura do mercado. Os custos de produção das grandes empresas foram afetados, mas em menor grau que as PME,s (Pequenas e Médias Empresas). Os custos de produção das PME,s, como não podia deixar de ser, aumentaram, substancialmente, diminuindo ou extinguindo pura e simplesmente as margens de lucro. Os custos de produção foram ainda agravados pelo aumento dos custos dos preços das matérias-primas ligadas à indústria do petróleo e à crise estrutural do capitalismo que persistia ao nível mundial. Estes factores agravaram os custos dos bens e serviços importados, sendo Portugal obrigado a suportar uma inflação que se repercutiu negativamente na balança de pagamentos e na balança comercial. Refira-se também o aumento dos custos de produção em matérias-primas e bens de equipamento reportados ao funcionamento das empresas.

Em segundo lugar, as dificuldades de acesso ao crédito por parte das PME,s levaram à sua estrangulação financeira. A banca comercial privada que pertencia aos grandes grupos capitalistas portugueses, perante a crise que pairava no seio do patronato, limitou o acesso ao crédito às PME,s, dificultando, desse modo, a sua sobrevivência.

Em terceiro lugar, o patronato português, por não estar habituado historicamente a uma confrontação livre com o operariado, demonstrou-se incapaz de admitir o conflito na dinâmica do funcionamento normativo das suas empresas. Esta incapacidade de negociar e dialogar, de forma atempada e adequada, com os operários e, por outro lado, o medo que tinham em relação às convulsões políticas e militares, estiveram na origem do suicídio de vários empresários.

Finalmente, a desestabilização da sociedade portuguesa tomou tais proporções que o agravamento dos vários factores precedentemente analisados levaram à falência de um grande número de PME,s. Com os decorrer do processo de descolonização todos os problemas críticos da sociedade portuguesa deterioraram-se. O fim da economia de guerra eliminou a produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços a ela vinculados. Resultado: muitas das PME,s que viviam da economia de guerra entraram em falência. Na prática (período de maio-junho a novembro-dezembro de 1974), as consequências desse processo levaram ao fecho ou à falência de cerca de 500 PME,s (BASTOS, 1977:85). Segundo uma estimativa do BPA (Banco Português do Atlântico) havia, em dezembro de 1974, cerca de 177.000 desempregados. No ano seguinte, em dezembro de 1975, esse número passou para 450.000 desempregados. É necessário sublinhar que estas estatísticas não consideram o número de refugiados que, entretanto, tinham chegado das colónias devido ao processo de descolonização em curso.

Perante a falência generalizada de grande parte das PME,s e perante a recusa ou a incapacidade do patronato em satisfazer as reivindicações do movimento social operário, este, na ocorrência, viu-se constrangido a mergulhar no desemprego. Em função dessa hipótese, a alternativa foi enveredar pela autogestão, nomeadamente a partir dos setores têxtil, metalúrgico, construção civil, alimentação e turismo. Pela via do contágio revolucionário e ideológico e, ainda, pela influência da concentração industrial, a localização geográfica do processo autogestionário centrou-se nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto. A região de Lisboa foi, de longe, a centro urbano-industrial onde se verificou o maior número de falências, greves e abandonos de empresas por parte do patronato, razão pela qual a emergência do processo autogestionário fosse também aí mais importante.

Em termos concretos, a autogestão delineou-se a partir do movimento social operário grevista ocorrido logo após o 25 de abril de 1974. Todas as dificuldades decorrentes das contingências críticas que as PME,s atravessavam, não impediram os tra-

balhadores de tomarem conta do processo de produção, com as matérias-primas e os bens de equipamento disponíveis. Por outro lado, vendem a produção das empresas em autogestão directamente ao consumidor, nomeadamente nos casos dos setores têxtil e alimentação. As vendas efectuaram-se, na generalidade dos casos, nos locais públicos, nos locais de trabalho, nas feiras, nos comícios dos partidos (sobretudo nos grupos esquerdistas) e instituições públicas.

Em função deste clima de agitação autogestionária nas empresas, a reação do patronato não se fez esperar: fuga para o estrangeiro, fuga de capitais, descapitalização das empresas em meios de produção, desresponsabilização da gestão comercial e oposição frontal às reivindicações que o movimento social operário lhe exigia. Os patrões, ao demitirem-se das suas funções normativas, obrigaram o operariado a expulsá-los das suas instalações ou então, em último recurso, fugiam assutados das suas empresas.

Num outro âmbito, a política económica promovida pelos sucessivos governos provisórios que perduraram entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975 – que poderia directa ou indirectamente superar a crise das PME,s – demonstrou-se estéril no seu pragmatismo. O Estado não teve interesse ou não soube apresentar um projecto que solucionasse a crise. As razões foram várias. No caso português, As PME,s sendo estruturalmente arcaicas, era desnecessário investir, porque dificilmente poderiam tornar-se rentáveis. Apesar de importantes para a formação do PNB (Produto Nacional Bruto) e para a estratégia económica do País, no momento histórico que se vivia, as PME,s, em crise, não tinham as capacidades essenciais para ajudarem a desenvolver esses objectivos cruciais.

Várias medidas importantes foram decididas pelos governos provisórios no intuito de superar essa crise. Sublinhe-se, a criação da CAPME (Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas); do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) e do CAC (Comissão de Apoio às Cooperativas). Neste sentido, o 1º governo provisório através do Decreto-

-Lei nº 217/74, de 27 de maio, criou o CAPME. A sua finalidade consistiu em conceder apoio às PME,s que estavam em dificuldades financeiras. O CAPME era constituído por delegados do Secretário de Estado das Finanças, Secretário de Estado do Comércio Exterior e do Turismo, e do Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia (que presidia). Esta estrutura integrava ainda delegados do Banco de Portugal e da Banca Comercial. A ação do CAPME revelou-se, no entanto, estéril.

O 3º governo provisório , no intuito de superar a incapacidade institucional e funcional do CAPME, através do Decreto-Lei nº 51/75, de 7 de Janeiro, criou o IAPMEI. Este organismo era dependente do Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia e detinha autonomia administrativa e financeira. Tinha funções amplas, não se limitando à estrita concessão de crédito às PME,s. Dispunha, ainda, de poderes que poderiam levar à reorganização, promoção e fusão de empresas que estavam estruturalmente subdimensionadas ou que sofriam de lacunas financeiras e de formas de gestão antiquadas. O IAPMEI teve também por função dinamizar todas as medidas que estimulassem as exportações e o mercado interno. Para além disso, deveria estimular a divulgação de experiências positivas dos trabalhadores no contexto da gestão, controle e fiscalização das empresas em que estavam inseridos.

Não obstante a força institucional e financeira do IAPMEI, os resultados da sua ação foram pouco profícuos. A crise das PME,s, longe de ser ultrapassada, acentuou-se. Com a ocorrência do golpe militar de 11 de março de 1975, o pânico instalou-se definitivamente no seio do patronato português. As medidas decretadas pelo 4º governo provisório que conduziram à nacionalização dos sectores básicos da economia portuguesa produziram um efeito negativo nas expectativas de investimento e de garantia da posse e da gestão do capital, tendo por base a persistência da propriedade privada dos meios de produção e dos meios financeiros. Neste contexto, os trabalhadores das PME,s sofrerão as piores consequências, na medida em que ficaram sem emprego e sem salário, ou então foram

constrangidos a gerir as empresas abandonadas pelos patrões. Numerosos assalariados das PMEs enveredaram por esta última opção. As dificuldades foram, no entanto, imensas, na medida em que existia um enorme vazio institucional e jurídico, ao mesmo tempo que a concessão de crédito às empresas não era facilitado pela banca. Por outro lado, o patronato que estava em crise sabotou este processo autogestionário. Acrescente-se também a incapacidade dos trabalhadores em dirigir as empresas em autogestão.

Como consequência, em termos conjunturais, o modelo autogestionário que emergiu após o 25 de Abril de 1974 e perdurou em parte até 25 de novembro de 1975, foi resultado da crise do capitalismo na sociedade portuguesa. Desse modo, não admira que numa perspectiva funcional, institucional e normativa, muitos dos trabalhadores que se viram forçados a integrar o processo autogestionário, posteriormente, tenham participado na constituição de cooperativas.

Diga-se em abono da verdade que após o 11 de março de 1975, os trabalhadores receberam um forte apoio do poder político-militar, ou seja do MFA e do 4º governo provisório. Este ao abrigo do Decreto-Lei, nº 349/75, de 4 de Julho, decidiu criar o CAC (Comissão de Apoio às Cooperativas). Esta estrutura, sendo dependente do Ministério do Planejamento e Coordenação Económica, era composto por representantes do Ministério da Agricultura e Pescas, do Ministério da Indústria e Tecnologia, do Ministério das Finanças, do Ministério dos Transportes e Comunicações, do Banco de Portugal e da Intersindical. A sua função consistiu em estudar as empresas ocupadas pelos trabalhadores e que tinham evoluído para o estatuto de cooperativas ou desejavam evoluir para essa situação. A CAC tinha também por função preparar as disposições legais que deveriam dinamizar o setor cooperativo português, propondo para o efeito os métodos de institucionalização de que o mesmo carecia, nomeadamente os que se reportavam aos meios financeiros, tecnológicos e de gestão. Todavia, mais uma vez, o pragmatismo institucional revelou-se ineficaz. A crise do poder político-mi-

litar a fragilidade estrutural e conjuntural da “transição para o socialismo” não permitiram que o CAC realizasse os objectivos para o qual tinha sido criado. De fato, a implementação do sector cooperativo não impediu a falência de muitas PME,s.

Os partidos políticos e os sindicatos tiveram uma atitude ambígua e contraditória para com as PME,s. Para o PCP (Partido Comunista Português), a crise das PME,s resultou do papel negativo dos grandes grupos capitalistas portugueses e das multinacionais. No período histórico em análise, o PCP não teve uma atitude consequente nos sucessivos governos provisórios em que participou, de modo a resolver a crise das PME,s. Como o seu projecto político incidia na estatização da economia identificada com os pressupostos da “transição para o socialismo”, nas circunstâncias, as PME,s não se enquadravam nessa perspectiva.

Podemos concluir que para o PCP, a crise das PME,s só lhes causavam problemas, na medida em que a falência das mesmas traduzia-se no aumento do desemprego e da agitação social. O mesmo desinteresse foi manifestado pelo Ministério do Trabalho sob tutela do PCP. O referido Ministério demonstrou uma atitude de indiferença perante as empresas que estavam numa situação de falência, ou que estavam numa situação de “autogestão forçada”, limitando-se, nas circunstâncias, a emitir credenciais de autorização provisória de gestão às comissões de trabalhadores.

A posição do PPD (Partido Popular Democrático) sobre esta questão foi de indefinição e expectativa. Posição, aliás, diretamente relacionada com o projeto de política econômica que defendia a sociedade portuguesa. A primazia dada às regras do mercado e à iniciativa empresarial privada obrigou o PPD a estabelecer relações privilegiadas com os grandes grupos económicos, descurando, para o efeito, a crise que as PME,s atravessavam. É importante sublinhar que a hegemonia do PCP e de alguns grupos esquerdistas sobre o poder político-militar (sobretudo a partir de 11 de março de 1975), condicionou a atuação do PPD no domínio da política económica e, consequente-

mente, na resolução da crise das PME,s.

O PS (Partido Socialista) foi um pouco mais explícito relativamente à evolução das PME,s. A sua estratégia consistia em converter a falência histórica das PME,s na formação de um setor cooperativo forte, por forma a estruturar a socialização da economia portuguesa, evitando assim a sua total estatização. No período histórico em referência, tal como aconteceu com o PPD, o PS não pôde, quando participou nos vários governos provisórios, contrariar a ação hegemónica do PCP no seio da governação.

Por todas as razões expostas, as PME,s viveram uma situação difícil no processo revolucionário português. A natureza da sua crise não foi objeto de compreensão e de intervenção no quadro da política econômica dinamizada pelos sucessivos governos provisórios, desde 25 de abril de 1974 a 25 de novembro de 1975. A partir do momento em que o Estado e o patronato não foram capazes de superar a crise que atravessava as PME,s, para os trabalhadores, que viviam do seu trabalho e do seu salário, só lhes restavam uma solução: entrar em greve ou ocupar as empresas, entrando progressivamente num processo de autogestão.

A ação coletiva do operariado português não se limitou às pequenas e médias empresas. O surto grevista do movimento social operário que emergiu entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro foi muito importante nas grandes empresas. Em abono da verdade, pode-se afirmar que muitas greves nessas grandes empresas eram enformadas por um caráter reivindicativo radical e, muitos delas, tinham premissas político-ideológicas. Com o intuito de demonstração da natureza das lutas operárias nesse período histórico, vou de seguida exemplificar com dois estudos de caso. Em primeiro lugar, debruçar-me-ei sobre um exemplo de luta autogestionária da Sogantal a partir de uma pequena empresa sedeadna na região de Setúbal (Samouco-Montijo). Em segundo lugar, analisarei uma luta dos trabalhadores da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), numa grande empresa sedeadna em Lisboa.

1. Um exemplo de autogestão radical

Entre os exemplos autogestionários que ocorreram em Portugal no período de 25 de abril de 1974 a 25 de novembro de 1975, o caso da empresa Sogantal, pela sua radicalidade e especificidade, assume proporções de inestimável valor revolucionário. A empresa estava situada geograficamente perto do Montijo, mais concretamente no Samouco. O proprietário era o patrão francês Pierre Lardat, que tinha o mesmo tipo de empresas em França e na Alemanha. A produção de base limitava-se ao fabrico de abrigos para desporto e campismo. No quadro da divisão internacional do trabalho própria de uma multinacional, a função específica da Sogantal traduzia-se no processo final da fabricação: ou seja, coser as mencionadas roupas. A concepção do desenho e corte eram assegurados pela fábrica Lamont, S. A., localizada em Bordéus-França.

O salário mensal do gerente era de 16.000 escudos, dos chefes 3.000 escudos e o salário do mecânico era de cerca de 4.000 escudos. O salário das 48 operárias oscilava entre 1.040 e 1.600 escudos. O horário de trabalho semanal era de 48 horas. Tinhama duas semanas de férias por ano e subsídio de natal (o subsídio de natal no ano de 1973 consistiu na entrega de um sabonete e um par de calcinhas a cada uma das operárias!...).

Quando ocorre o 25 de Abril de 1974, a primeira reação das 48 operárias da Sogantal consistiu em protestar contra as formas de opressão e exploração existente na fábrica, tendo para o efeito apresentado um caderno reivindicativo ao gerente, exigindo o aumento de salários para 1.200 escudos por mês, um mês de férias pagas a 100%, um mês de subsídio e o 13º salário. A resposta do patrão em relação à generalidade das reivindicações resultou numa concessão de três semanas de férias e duas semanas de subsídio. Todas as outras reivindicações não foram atendidas.

Este tipo de resposta patronal em relação às reivindicações das operárias provocou um descontentamento generalizado. A reação do patrão, por outro lado, evoluiu negativamente.

Desse modo, não pagou a quinzena de trabalho do período de 15 a 31 de maio de 1974, alegando que as 48 operárias tinham optado pela agitação e a indisciplina no interior da fábrica, dando origem à diminuição da produção.

Em função da reação patronal, as operárias baixaram a produção e enviaram um ultimato ao patrão pelas 15 horas, no dia 5 de junho de 1974. Se o pagamento dos salários não fosse realizado urgentemente, seriam obrigadas a vender a mercadoria que elas tinham produzido. O patrão responde a este ultimato, recusando pagar o que lhes era devido, ao mesmo tempo que fecha as instalações da fábrica.

Como consequência, as operárias ocupam a fábrica. A partir do momento em que a fábrica foi ocupada, a primeira decisão tomada pelas 48 operárias em assembleia geral orientou-se no sentido da organização da sua luta em moldes autogestionários. Sublinhe-se, neste aspetto, a decisão da venda direta dos abrigos ao consumidor.

Outras decisões importantes foram, entretanto, tomadas em assembleias gerais: abolição da divisão social do trabalho e extinção da hierarquia salarial. A rotatividade de funções foi instituída no processo de produção, ao mesmo tempo que todas as operárias passaram a auferir um salário mensal de 3.300 escudos. O gerente, uma chefe e um mecânico, que estavam em desacordo com estas mudanças, demitiram-se das suas funções. A outra chefe aceitou ficar na fábrica, mas ocupando um função igual à das outras operárias, e recebendo o mesmo salário que elas. O guarda continuou a trabalhar nas mesmas condições sem, todavia, intervir nos assuntos da produção, organização e venda de produtos. Sobre as questões relacionadas com a sua luta, as 48 operárias decidiram que a assembleia geral era um órgão soberano de decisão onde se discutiam os problemas da vida quotidiana da Sogantal e as soluções que eram necessárias implementar para os superar. Na assembleia geral era eleita a comissão de trabalhadores, revogável a todo o instante, caso as trabalhadoras assim o entendessem. Para evitar uma excessiva burocratização da comissão de trabalhadores, foi instituída

uma rotatividade permanente das suas funções.

No decurso da luta da Sogantal, foi necessário assumir uma outra tarefa importante para evitar os atos de sabotagem em relação ao funcionamento da fábrica. Para o efeito foram criados piquetes de greve. Esta atitude teve a sua razão de ser porque a destruição ou roubo das máquinas e das matérias-primas provocariam um rude golpe na luta das operárias da Sogantal. A formação de piquetes de greve durante a noite representou também um momento importante de emancipação para as 48 operárias. Com efeito, participando nos piquetes de greve, eram obrigadas a dormir fora de casa. A solidariedade político-ideológica com a luta da Sogantal era grande, principalmente nas regiões de Lisboa e Setúbal. Esse fato traduziu-se na formação dos piquetes de greve da Sogantal. Além da participação das 48 operárias, havia pessoas exteriores que não trabalhavam na fábrica. Como a grande maioria das mulheres operárias eram muito jovens ou eram casadas, surgiram suspeições graves por parte das famílias, e sobretudo por parte dos maridos. As famílias tentaram protestar, mas não tiveram êxito. Os piquetes de greve organizaram-se através do sistema de rotatividade, com ou sem participação de pessoas exteriores à fábrica.

Importa referir os aspectos de distribuição, troca e consumo de abrigos reportados à luta autogestionária das operárias da Sogantal. Em primeiro lugar, sublinhe-se a reação inicial da população quando as operárias tentaram vender os seus produtos nas feiras e no mercado. Várias vezes foram chamadas de ladras. Vender a produção do patrão era sinônimo de roubo. Não obstante esta adversidade, a perseverança permitiu encontrar locais de escoamento da produção. Este aspeto era fundamental, na medida em que conseguiam auferir dos seus salários. Em segundo lugar, o ato de venda de abrigos da Sogantal passou por um fenómeno de solidariedade operária nas regiões de Lisboa e Setúbal. A venda não se fazia só nos locais clássicos do mercado e das feiras, mas também nas empresas que se tinham radicalizado no processo revolucionário português.

Entretanto, com o decorrer da sua luta autogestionária, os problemas começaram a surgir. A venda de abrigos começou a declinar e, como corolário lógico, o pagamento dos salários tornou-se mais difícil. No contexto da crise da sociedade portuguesa, as soluções para superar as contradições subsistentes tornaram-se mais difíceis. Dessa realidade surgiu uma série de rupturas internas que desagregaram o conteúdo radical da luta autogestionária das operárias da Sogantal.

Surgiram, por outro lado, outros problemas. A fábrica foi invadida por um comando francês com 14 homens, sendo para o efeito utilizados pistolas, granadas, matracas, walkie-talkies, gás lacrimogéneo e cães. O objetivo deste assalto incidia na apropriação de máquinas e de outro material que estava diretamente ligado ao processo de produção de abrigos. Foi uma tentativa de assalto quase coroada de êxito, já que penetraram no interior das instalações sem serem detectados, e inclusive sequestraram o guarda. Já tinham desmontado parte das máquinas, quando, por uma questão de sorte, uma operária, passando às 2 horas da manhã pela fábrica, pressentiu que algo de anormal se passava. A referida operária apercebeu-se da gravidade da situação, alertou, para o efeito, a população do Montijo e arredores. Os populares que eram solidários com a luta da Sogantal depressa ocorreram ao local, cercaram a fábrica e lutaram contra os assaltantes. Alguns destes sofreram ferimentos. As instalações da fábrica foram incendiadas. Quem salvou os assaltantes de consequências mais gravosas foi a vinda da GNR (Guarda Nacional Republicana) e do COPCON (Comando Operacional do Continente) com carros blindados ao local dos acontecimentos. Tendo presente o evoluir da situação na Sogantal, esta foi uma tentativa desesperada e frustrada do patrono francês em recuperar a sua propriedade.

Para as operárias da Sogantal este episódio diminui ainda mais as suas expectativas junto do poder político-militar, na medida em que este em situações de conflitualidade manifesta estava ao lado do patronato. Verificaram que estavam completamente sós e com algumas centenas de abrigos para venderem.

As vendas, por outro lado, com o agravar da crise da sociedade portuguesa, diminuíram bastante. Todos esses problemas, sem exceção, culminaram numa crise nos últimos meses de 1974. Desde então começaram a acusar-se mutuamente, tentando cada grupo dirigir a luta autogestionária à sua maneira. Essa divergência interna culminou na formação de um grupo mais ligado ao sindicato dos têxteis, que na altura era liderado pelo MES (Movimento de Esquerda Socialista), e num outro grupo com características autônomas e radicais, mas que não estava ligado a partidos políticos e sindicatos.

Entre as 48 operárias que iniciaram o processo autogestionário, nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1974, muitas tentaram encontrar soluções individuais para resolver os seus problemas. Das 48 operárias não restavam mais do que 7. Ao longo do ano de 1975 estas 7 operárias limitaram-se a vender os abrigos que restavam e tentaram sobreviver desse modo. Os meses foram passando e, entretanto, muitas daquelas operárias que tinham abandonado a luta da Sogantal no final de 1974 juntaram-se àquelas que tinham ficado. A partir desse momento passaram a ser 28 operárias. A autogestão continuou a limitar-se à venda de abrigos. No processo final da luta autogestionária da Sogantal, o sindicato do têxtil e o PS tomaram o controle da sua luta que acabou por extinguir-se em 1976.

2. A luta dos trabalhadores da TAP

A TAP é uma empresa privada, gerida segundo as regras das sociedades por ações, sendo o Estado o acionista majoritário. Criada em 1953, é sobretudo com a guerra colonial que sofre uma grande expansão. Por essa razão, a atividade da TAP em meados da década de 60 do século é bastante rentável.. O pessoal estava dividido em três setores profissionais: o pessoal de voo (1.300), administrativos (3.000) e operários (3.000). O pessoal operário, assim como a Divisão de Manutenção (DM) está sobretudo concentrado no aeroporto de Lisboa. Integra jovens operários qualificados que já tinham uma experiência de luta

antes de 25 de abril de 1974. Em 11 de julho de 1973 entraram em greve porque estavam contra o acordo de empresa proposto pela administração. A greve foi duramente reprimida pela polícia, fazendo vários feridos.

No contexto do processo revolucionário iniciado em 25 de abril de 1974, a luta dos trabalhadores da TAP começa em 5 de maio de 1974, a partir do momento que a Comissão Sindical (CS) - vestígio da ação sindical no antigo regime – propõe à Assembleia Geral (AG) de todo o pessoal a eleição de três membros escolhidos entre os “trabalhadores” para formar a Comissão Administrativa (CA) incumbida a gerir a empresa. Os eleitos são todos dirigentes sindicais e a CS impõe a sua lista sem qualquer discussão. Logo em seguida, os trabalhadores começam a pôr questões sobre esta “cogestão”. Os salários dos trabalhadores eleitos são multiplicados por 7 e, por outro lado, têm automóvel e motorista. A CA pretende dirigir os operários no sentido da conciliação e ameaçou demitir-se caso os trabalhadores se comportassem como “crianças que querem estragar o brinquedo que lhe ofereceram” (trata-se, bem entendido, da liberdade). A CA limita também o papel do Conselho dos Trabalhadores (CT) eleito com a finalidade “de canalizar a luta na reorganização da empresa no sentido de uma maior rentabilidade”. A depuração, exigida no início pela massa operária, passa para segundo plano, ao mesmo tempo que para a CA e os sindicatos, o acordo por um novo contrato coletivo de trabalho eterniza-se. No princípio do mês de agosto de 1974, os trabalhadores da DM começam a fazer uma crítica da cogestão, assim como do papel da ação sindical tradicional. A este propósito vários textos foram publicados:

Na TAP, como em qualquer empresa capitalista, a participação dos trabalhadores na gestão não acaba com a exploração e, mesmo que se tente esconder, a TAP continua a funcionar para obtenção de lucros, lucros, como sempre realizados à nossa custa [...] Participar na gestão é sempre um grande erro, porque tudo isso serve para os trabalhadores aprovarem

medidas identificadas com o interesse do patronato (como é o caso dos despedimentos). Assim evita-se o confronto direto entre o capital e o trabalho, provocando a confusão e a nossa divisão. É o que vivemos na TAP (F. AVILA, J. FERREIRA, B. LORY, C. ORSONI, Ch. REEVE, 1975: 144).

No início só alguns trabalhadores questionavam o papel da CA. Pouco a pouco esta ideia generaliza-se à maioria do pessoal operário:

Nós tínhamos aceitado a participação dos trabalhadores, convencidos talvez que a presença dos nossos delegados no seio da administração podia ser útil para a defesa dos nossos interesses [...]. Enquanto trabalhadores, nós sabemos com base nas experiências no passado, na mesa das negociações obtém-se somente ninharias e também sabemos que é através da luta nos locais de trabalho que nós impomos ao patronato as nossas reivindicações fundamentais (Idem: 144-145).

Em 13 de agosto de 1974 os operários da DM reuniram-se em AG, tendo decidido reduzir 4 horas no horário do trabalho semanal, passando de 44 para 40 horas. Em função desta decisão, a CA interrompe as negociações com os sindicatos, exigindo o retorno do horário de 44 horas de trabalho semanal. As negociações são retomadas com base na pressão do Ministério do Trabalho. A partir desse momento, a CA começa a dar sinais de pânico:

Em vários momentos a CA chamou a atenção dos trabalhadores para a necessidade urgente de aumentar a produtividade, mas estes apelos são sistematicamente ignorados e continua-se a abandonar o trabalho sob qualquer pretexto, enquanto reina a indisciplina e a falta de respeito pela hierarquia, gerando-se a anarquia, com a impossibilidade de encontrar os culpados e os responsáveis. Por exemplo, a luta por objetivos

políticos que, no momento presente, são contrários aos interesses dos trabalhadores e descuram os objetivos da empresa, a baixa qualidade do trabalho [...] que provoca a mais ignóbil das explorações, do trabalhador pelo trabalhador. Em duas palavras, o objetivo daqueles que, contrariamente às ideias do MFA, lutam pela destruição da empresa, será atingido logo que chegue o desemprego [...]. Nós teremos todos, sobretudo os desempregados, uma boa compensação: desta vez o capital perderá (Idem:145).

Esta chantagem dos despedimentos não impede que o presidente da CA se mostre muito modesto, que se considere “explorado por aqueles que não produzem muito”, ganhando, no entanto, honorários no valor de 50.000 escudos e usufrua de outras vantagens sociais, como viatura com motorista. Sobretudo o que caracteriza este género de “trabalhador” é não fazer nada! Os operários da DM respondem imediatamente: “*Que a CA procura impedir os trabalhadores de reduzir o tempo de produção de mais-valia, eis o que está de acordo com os interesses que ela defende. Que a CA tome a mesma posição não apoiando as justas ações dos trabalhadores, isso revela a sua natureza reformista, próprio de todos os que querem realizar o sonho doirado da pequena burguesia – a Santa Aliança do Capital e do Trabalho*” (Idem: 145).

Em função da ação direta que enformava a sua luta, os operários congregaram contra eles todas as forças patronais, sindicais e políticas. É a partir desta situação que o conflito vai desenvolver-se. O papel da CS é posto a nu, assim como toda atividade baseada na defesa do interesse geral. “*A CS designada para as negociações é constituída pelos sindicatos com interesses de classes diversificados [...]. Os trabalhadores da TAP não podem, na sua totalidade, integrar-se numa luta unificada, na medida os seus salários oscilam entre 5.050 escudos e 52.650 escudos. Isto revela que existe na TAP classes com interesses opostos, ao mesmo tempo que a união tão procurada só é possível entre aqueles que vivem os mesmos problemas. É por esta razão que os trabalhadores da DM , estando conscientes do seu papel produtivo[...] declararam:*

- que a ação da CS parece-lhes lesar os interesses dos trabalhadores;

- que se oporão a toda interferência na sua luta da parte de órgãos que não se identifiquem com os seus interesses de classe [...] Os trabalhadores não permitirão que na sua luta autónoma se exprimam posições dirigistas, mesmo se elas provêm de organizações que se dizem representativas dos trabalhadores" (Comunicado enviado à imprensa pelos trabalhadores da DM, 13/9/1974).

Cada vez que surgia uma reivindicação que não entrava na lógica da negociação, a CS lança a acusação de "esquerdismo irresponsável", pondo em perigo a unidade (a deles, bem entendido) com as Forças Armadas. Nesse sentido, no seu comunicado nº 10, a CS afirma: "A CS considera que (tratando-se da semana de 40 horas e da reação da CA) a unidade dos trabalhadores por objetivos claramente escolhidos por todos é a condição indispensável para que sejam obtidos". A CS não se preocupava, portanto, tampouco com a democracia, logo que ela fez aprovar um caderno reivindicativo que não resultou de discussões entre todos os trabalhadores. Agora as únicas perspectivas da CS consistem em sabotar a luta dos operários da DM. A sua atitude reforçou o processo autónomo da luta dos trabalhadores. Desse modo, em 19 de agosto de 1974, os trabalhadores em AG, sem a presença da CS, discutem e aprovam um caderno reivindicativo. Ao tirar lições do passado, fazem tábua rasa do contrato coletivo, cuja discussão eternizava-se, abrindo-se, para o efeito, novas perspectivas. Entre os vários pontos desses cadernos reivindicativos, destaque-se:

- direito de expulsar todos aqueles que os trabalhadores julguem que tiveram um comportamento incompatível com os interesses exclusivos dos operários. No futuro a expulsão também se aplica "cada vez que os trabalhadores o julguem necessário";

- aumento de salários inversamente proporcionais aos salários de base, de maneira a reduzir o leque salarial. Impedimento de aumentos de salários superiores a 16.000 escudos (praticamente de todo o pessoal de voo);

- inquérito público aos responsáveis da repressão sobre a greve de 1973 e punição dos culpados;
- distribuição igualitária entre todos os trabalhadores de uma parte dos lucros da empresa em cada ano;
- o contrato coletivo de trabalho pode ser posto em questão logo que os trabalhadores o entendam.

Vê-se por que motivo este caderno reivindicativo era inaceitável para o patronato. Os trabalhadores da TAP mostram com as suas exigências como é que a dinâmica da sua luta transformou a reivindicação de purgas, no início puramente “anti-fascista”, numa reivindicação contra a organização capitalista do trabalho. A direção da empresa teria que dar uma resposta até às 15 horas de 26 de agosto de 1974. Caso não respondessem, favoravelmente, às reivindicações, os operários entravam em greve. O método da ação coletiva é direto: nada de negociações, ou tudo ou nada.

Face a uma atitude radical, quebra-se a corda do famoso interesse geral da pátria portuguesa. Assim, o PCP, que tinha já mostrado a sua verdadeira face em relação às lutas dos empregados dos correios, pescadores, operários da panificação, trabalhadores dos transportes públicos, entra em ação e publica este apelo:

Aos trabalhadores da TAP: a célula do PCP, atenta ao desenrolar dos últimos acontecimentos, chama a atenção dos trabalhadores para as manobras de grupos radicais pequeno-burgueses [...]. Enquanto que as negociações para o contrato coletivo estão a decorrer, que as possibilidades de satisfazer as reivindicações não estão esgotadas e que uma grande discussão entre todos não tiver lugar, a utilização da greve deve ser condenada. Mais ainda, uma greve na TAP, no momento presente, só servirá as forças reacionárias, porque a paragem da única companhia aérea do país, numa fase económica e social difícil, seria um ato de sabotagem no processo de democratização em curso (comunicado da célula do PCP da TAP, 25/08/1974).

Por este comunicado observa-se o ponto central que o

PCP vai utilizar em toda a luta: a exigência que as ações sejam realizadas “em acordo com todo o pessoal”. Ora sabe-se bem que há grandes diferenças entre o pessoal operário (os pilotos com um salário da ordem de 50.000 escudos contra um salário de 6.000 escudo auferido por um operário), comprehende-se como esta “democracia” não é mais do que uma tentativa para subordinar a luta operária aos interesses pequeno-burgueses. Esta submissão da tática do PCP aos interesses das classes médias emerge de modo claro na luta da TAP. A democracia que o PCP defende no contexto do processo de tomada de decisão das lutas baseia-se numa democracia de tipo burguês, dando “direitos” iguais a pessoas que não o são na realidade.

Como não houve qualquer resposta da CA ao caderno reivindicativo, os operários da DM, em 26 de agosto de 1974, decidem em AG, entrar em greve ilimitada. São tomadas decisões relacionadas com tarefas precisas: a criação de um Secretariado da Greve e de outras comissões. No seu comunicado nº1 o Secretariado da Greve declara: “*O Secretariado , eleito em AG, tem por objetivo principal assumir a direção da luta. Ele integra uma Comissão de Informação e uma Comissão Cultural. A primeira assegura a informação para o exterior (televisão, jornais e rádio) e a informação interna, sendo ela a única a dar informações sobre a luta. A segunda deve elaborar um jornal da greve, exibir filmes e outras atividades culturais.*”

Em 26 de agosto de 1974, pelas 21 horas, são formados piquetes de greves. Pelas 3 da manhã do dia seguinte, o ministro do Trabalho chega às instalações da TAP. O Ministro vinha acompanhado por membros do PCP que eram funcionários nesse ministério. No tempo do governo de Marcello Caetano tinham sido dirigentes sindicais. Por outro lado, também acompanhavam o Ministro membros da CS e outros burocratas sindicais. O Ministro, na ocasião, exortou o Secretariado em acabar com a greve. A posição do Secretariado foi clara: em nenhum caso ele podia substituir-se à vontade soberana dos trabalhadores e uma decisão desse tipo ultrapassava as suas competências. O Ministro reafirmou o desejo da greve terminar, sublinhando

que as forças armadas iriam cercar o aeroporto e que estas podiam intervir a todo o momento. Um major chega acompanhado de dois soldados armados. O Secretariado reafirma ao Ministro a decisão de assegurar só o serviço técnico para os aviões que devem repatriar os soldados de Guiné-Bissau e que, por outro lado, iriam realizar pelas 15 horas, no dia 27 de agosto de 1927, uma AG. O Ministro compromete-se a retirar a tropa do aeroporto.

Depois da AG de 27 de agosto de 1974, o Secretariado publica, nessa noite, um primeiro comunicado à população, fazendo alusão aos acontecimentos que se tinham passado nesse dia:

Os trabalhadores da TAP fazem saber: [...] por volta das 13 horas, um comunicado da CS é difundido várias vezes pela rádio; convidando os trabalhadores que não estavam em greve a se juntar diante da Administração, pelas 15 horas e 30 minutos. Uma tal manobra da CS tem por objetivo criar a divisão e o confronto entre os trabalhadores, mas essas consequências são ridículas: mais de 4.000 trabalhadores discutem, na AG, a situação de maneira a avançar a luta. Fora, cerca de 300 trabalhadores, dirigidos por comandantes de bordo e por directores manifestam o seu apoio à CS e dizem Não à Greve [...]

A AG, com a presença do Ministro do Trabalho, decide votar a continuidade da greve. Uma maioria do pessoal administrativo junta-se ao movimento grevista. *Depois das 21 horas as diversas tentativas para sabotar a luta revelaram-se ineficazes.* A TV, as rádios e a imprensa começaram a lançar todo o género de calúnias e provocações sobre os trabalhadores [...] A CS e grupos de falsos operários anunciam o fim da greve. Esta campanha preparava a opinião pública para um epílogo: colocar a TAP sob controle militar. Os trabalhadores da TAP, como tinham prometido, não impediram o regresso dos soldados da Guiné-Bissau; os serviços da ponte aérea eram escrupulosamente assegurados e nós denunciamos como falsa, a informação segundo a qual as forças armadas tiveram que intervir para assegurar o regresso das tropas. Foram os trabalhadores que fizeram pressão para

o regresso das tropas, não a burguesia. Nós denunciamos a tentativa falhada dos reformistas para transformar a luta da TAP em qualquer coisa semelhante à greve dos PTT. A classe operária é classe mais avançada na nossa sociedade, quando se liberta do reformismo sindical e dos falsos amigos; ela é capaz de se unir, de unificar os trabalhadores progressistas de outros setores, de organizar-se e reconhecer as formas de luta que lhe são próprias. O caderno reivindicativo, ao provocar uma cega repressão da burguesia, assume uma dimensão política. A luta da TAP é um caso exemplar para todo o mundo do trabalho. CONTRA O REFORMISMO, CONTRA O OPORTUNISMO, CONTRA OS FALSOS AMIGOS, CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, A LUTA CONTINUA, OS TRABALHADORES VENCERÃO (Comunicado dos trabalhadores da TAP).

Diante de uma tal intransigência e suas consequências para o futuro da luta, os capitalistas tentam isolar os operários da TAP do conjunto da classe operária. Era necessário, a todo o custo, impedir que a solidariedade operária manifestada por outras empresas em luta viesse mudar a relação de forças entre trabalhadores e o capital a favor dos primeiros, estimulando uma maior radicalidade do movimento social operário. As marcas de solidariedade que apareceram, entretanto, terão uma repercussão incalculável. Os trabalhadores da TAP só mais tarde compreenderão da importância da solidariedade operária. Em 28 de Agosto de 1974, são votadas moções de apoio à luta da TAP pelas CT (Comissões de Trabalhadores) das empresas Time, Sogantal, Lisnave, CTT e PTT.

Entretanto, a ação da CS manifesta-se através de um comício, sendo para o efeito decidido: a) acabar imediatamente com a greve; b) dar todo o apoio à CS afim que esta pudesse prosseguir as negociações sobre o contrato coletivo.

É igualmente dito que o processo de luta desencadeado pelos trabalhadores da DM, manipulados por elementos ativistas, faz com que alguns trabalhadores menos esclarecidos adiram à greve.

Estas manobras, se bem que inscritos na lógica da burocracia sindical, revelam-se infrutíferas, tendo em conta o seu

caráter ridículo e minoritário. Elas servem essencialmente para o poder manipular a opinião pública, sendo que essas posições são apresentadas como “representativas”. Ações e manigâncias do PCP e dos sindicatos, tudo isso, sem exceção, não enfraqueceu a força dos trabalhadores. Pela 1 hora da manhã de 28 de agosto de 1974, o Ministro da Informação anuncia na TV que, face à intransigência dos grevistas, o governo porá a TAP sob controle militar. [...] Tudo isto prepara a intervenção militar. A presença há dois dias de soldados nas instalações da TAP funcionava como elemento de pressão. As “armas democráticas” contra os “aventures-tas irresponsáveis”.

É neste contexto que a AG de 28 de agosto de 1974 tem lugar. Estavam presentes 4.000 trabalhadores, o que demonstra que o movimento se tinha alargado ao pessoal administrativo. Diante da ameaça de intervenção das forças armadas, a discussão desenrolou-se no sentido de continuar o movimento ou não. No início da AG, entra um grupo de oficiais do MFA, sendo na ocasião aplaudidos pelos trabalhadores. Os militares tomam a palavra e dizem: “*Nós somos militares; vós sereis postos sob controle militar; eis aqui as passagens do regulamento de disciplina militar*”. Em função desta exposição assistiu-se a um silêncio total na AG. Os operários começaram a surpreender-se pela atitude daqueles que eles julgavam ser defensores das suas posições. Os militares dizem que estavam muito fatigados e que eram obrigados a partir. Os trabalhadores, não obstante, pedem-lhes para continuar a assistir à discussão. A grande maioria das intervenções opina no sentido da continuidade da greve e da luta pelo caderno reivindicativo. Por maioria vota-se a exclusão de 2 pessoas que tiveram um mau comportamento durante a greve, assim como a abolição da CS. Um militante do PC levanta-se para dizer do desgosto que lhe inspira a posição anto operária do seu partido. O panfleto que tinha sido distribuído pela manhã aqueceu os espíritos, razão pela qual as intervenções anta-PCP se tenham radicalizado. Os oficiais do MFA saem. Uma moção que não foi assinada propondo o fim da greve, em sintonia com as posições do PCP, é apresentada à presidência da AG.

De seguida, pede-se que seus autores venham ler a moção. Passado um momento, um velho militante do PCP, envergonhado e cabisbaixo, lê a moção. A discussão é geral e violenta. Mas, no conjunto, não foi feita nenhuma referência ao MFA. Havia uma espécie de acordo para não tocar nessa questão. A ilusão persistia!

Pelas 17 horas, um membro importante do MFA chega para tomar conhecimento das decisões tomadas em AG: Face à decisão de prosseguir a greve, esse membro do MFA ameaça: “*Vocês têm 30 minutos para retomar o trabalho, senão a tropa intervirá*” Foi o pânico total. Para a maioria dos trabalhadores, uma tal atitude do MFA jamais tinha sido prevista. As consequências práticas das suas ilusões a este respeito aparecem pela primeira vez com muita violência. Várias propostas são lançadas na AG, uma que tinha sido aceite, propõe a retoma do trabalho diante da desigualdade da relação de forças. Com o início de uma greve de zelo e o alargamento dos contatos e da agitação em outras empresas, tenta-se construir uma poderosa força solidária. Os operários da TAP dão aqui um exemplo de forte consciência de classe. Obrigados a reconstruir os limites da sua força, demonstraram-se capazes de escolher a atitude que serve melhor a prossecução do seu movimento, assim como da manutenção das suas forças. A ação consciente de classe é também saber apreciar esta relação de forças na luta [...].

A partir de 28 de Agosto de 1974 o trabalho é retomado, sendo que as forças armadas estavam presentes no local de trabalho. Na DM, a greve de zelo é generalizada. “*Os oficiais lançam uma série de ameaças: “Se não trabalham, o governo venderá os aviões e todo o mundo ficará na rua (proposta apresentada por Álvaro Cunhal - secretário-geral do PCP - no Conselho de Ministros). Aqueles que não querem trabalhar são presos, perderão os seus salários e serão despedidos*”. É sob a vigilância dos militares armados com espingardas que os operários são forçados a trabalhar. Mesmo assim, o primeiro avião descola porque teve a participação de 3 fura greves. Estes eram elementos conhecidos do PCP, razão pela qual os operários recusavam dirigir-lhes a palavra [...] Os operários são continuamente ameaçados:

“Antes de uma dada hora, uma série de aviões devem estar preparados, senão ninguém sai”. Em função desta realidade, os operários resistem, organizam-se e adaptam-se às novas condições [...]. Entre as vitórias obtidas assinale-se [...] que o partido revisionista foi desmascarado e que o seu isolamento face aos operários é total [...]. Desmacarados também a “democracia e a liberdade” que servem somente para aumentar a exploração” (Comunicado dos trabalhadores da TAP).

No princípio, o governo provisório tenta apresentar a situação como se ela fosse “normal”. Os operários respondem:

Se tudo é normal porque é que a tropa continua aqui? Se tudo é normal, porque é que somos obrigados a trabalhar 16 horas ou mais? Se tudo é normal, porque é que continuam a ameaçar-nos com a prisão e a perda de salários? Se tudo é normal, porque é que nos impedem de circular livremente nas instalações da TAP? Por que continuam a ameaçar-nos com as armas? Ou é normal assistir-se à repressão dos trabalhadores pelo governo provisório e os partidos que lá estão representados? Nós afirmamos:

A situação voltará à normalidade logo que as nossas reivindicações sejam satisfeitas e as tropas voltem às casernas. Nós não permitiremos que qualquer trabalhador seja preso ou despedido. Se ocorrer tal fato, nenhum avião descolará. Nós não abdicamos do direito de reunião e de difusão das nossas informações no local de trabalho. Nós não renunciamos ao direito de nos organizar autonomamente, por forma a defendermos os nossos objetivos fundamentais (F.AVILA, J. FERREIRA, B: LORY, C. ORSONI, Ch. REEVE), 1975: 154).

Simultaneamente, os operários da TAP estabeleceram contatos com outras empresas que tinham enveredado por um processo de luta radical. Em função desses contatos, os trabalhadores tomam consciência de que, nas condições atuais, o alcance das suas lutas ultrapassa as fronteiras de cada empresa. O caso dos estaleiros navais da Lisnave é, a este respeito, emblemático. A luta não pode mais ser ganha numa só empresa. A luta só avançará se for integrada num movimento social operário generalizado. Depois daquela do 25 de abril de 1974,

começa uma nova fase de solidariedade. Desta vez a luta não se resume a simples contatos ou ao envio de moções de apoio, mas sobretudo procura-se desenvolver uma ação coletiva a partir de objetivos comuns.

Em 17 de Setembro de 1974, a prossecução da greve de zelo torna a situação da TAP “catastrófica”, isto, segundo a opinião do Secretário de Estado dos Transportes. Entretanto, realizou-se uma AG do pessoal, com base na iniciativa dos sindicatos apoiados pelo PCP. O objetivo desta AG consistia em normalizar a situação da TAP. Na ocorrência, os trabalhadores da DM participam massivamente na AG. Em seguida destituem a direção que dirigia os trabalhos e tomam conta do funcionamento da AG. Os sindicatos consideram que se tratava de uma ação que “visava espalhar a confusão e a desacreditar as direções sindicais presentes”. A greve geral foi decidida para o dia 24 de Setembro de 1974. A antiga CS é dissolvida, sendo eleita uma nova comissão, por setores de trabalho, permitindo assim que os operários tenham o maior número de delegados. Esta medida enfureceu os sindicatos e o PCP. Estes se insurgem contra *“a desunião dos trabalhadores do mesmo ramo, na mesma empresa, o que torna impossível elaborar, ao nível sindical, uma política unitária”*. (Idem: 155). Com efeito, através desta ação, os operários dão um golpe mortal à política do PCP baseada no “interesse geral”. Na verdade, para o PCP, tratava-se defender os interesses das classes médias, subordinando os interesses dos operários aos do capitalismo.

A forma de ação dos operários da DM que tomaram decisões na base da sua identidade e da sua situação material, excluindo do processo de tomada de decisão os que não faziam parte da sua classe, personifica na prática a democracia operária. Uma moção votada no decurso da AG afirma: *“Considerando que estamos na quarta semana da ocupação militar da TAP e que a repressão aumentou com a nossa resistência [...], os trabalhadores da TAP exigem: a saída imediata das tropas e a suspensão da intervenção militar; o fim das atividades da Comissão de Estudo e a transparência dessas atividades (esta comissão é uma espécie de polícia interna que*

tinha por objetivo fundamental encontrar e interrogar “agitadores”); e, ainda, uma resposta oral da Administração ao caderno reivindicativo” (Idem: 155).

Diante do relançamento da luta, em 23 de Setembro de 1974, os militares prendem alguns operários depois de terem sido “interrogados”: A resposta não se fez esperar: “*Uma grande manifestação integrando operários de outras empresas termina diante da caserna onde os nossos camaradas se encontram detidos e são libertados em função da nossa insistência*” (Idem: 155)

Não obstante a repressão não acaba. Em 25 de Setembro de 1974, 200 operários são despedidos, tendo por base a aplicação do artigo 6 do Regulamento de disciplina militar!... Os operários manifestaram-se contra estas medidas, originando confrontos com as forças policiais. Em 27 de Setembro de 1974, vários milhares de operários da TAP e de outras empresas manifestam-se na rua exigindo a reintegração dos operários que tinham sido despedidos. O governo provisório parece fazer marcha atrás, propondo-se integrar todos os operários, com exceção de 30. Naturalmente, o sindicato aceita. A massa dos operários continua a lutar pela satisfação das suas reivindicações. A greve é geral no setor operário. Uma manifestação é organizada para 28 de Setembro de 1974. No ar pairava uma crítica do papel repressivo das forças armadas.

As ilusões dos trabalhadores da TAP vão caindo pouco a pouco. Esta manifestação organizada por um coletivo operário de diversas empresas (TAP, Lisnave, EFACEC e CTT) devia relançar a luta contra os despedimentos; sendo a única manifestação de rua no dia em que o golpe de direita viu os seus intentos frustrados. Por ironia da história, os operários que sofriam a repressão do MFA e dos partidos de esquerda, são os únicos que se manifestam na rua e exigem a depuração da sua empresa e a reintegração dos seus camaradas, no mesmo dia em que o regime estava em perigo. Todavia, a depuração que eles querem é uma depuração contra os fascistas que obriga os MFA e os partidos tradicionais a mexer-se. A primeira depuração põe-se em termos de classe, de relações de forças entre trabalhadores e

capitalistas; a segunda põe-se em termos de política burguesa, de salvaguarda do poder de Estado. Os problemas postos pela luta da TAP fazem parte integrante da sociedade portuguesa. As dificuldades da esquerda e do novo poder só podem evoluir de forma a reforçar a repressão sobre o movimento social operário de características radicais. Um golpe de direita para melhor bater à esquerda...É lógico orientar-se para a seguinte questão: quem é portanto responsável do perigo que ameaça, à direita, se este não é mais do que “o aventureiro e a irresponsabilidade operária”?

A luta da TAP não terminou! No espaço de dois meses, os operários constituíram-se numa classe forte, capazes de determinar os seus objetivos em relação com sua força e seus meios. Tudo isso foi possível graças às formas de organização radicais que foram desenvolvidas. As comissões e o secretariado de greve constituídos em AG permitiram que os delegados fossem eleitos de forma direta, sendo revogáveis a todo o momento. Em função destes pressupostos, eram eliminadas todas as possibilidades de desvios do movimento social operário dos seus objetivos. É em função desta realidade que os propósitos assumem grande importância: a depuração é uma luta contra a organização capitalista do trabalho, os aumentos vão contra os interesses da classe média burguesa, base das forças da esquerda no momento atual. Não é de admirar que um tal movimento conflite com as forças que detêm o poder no Estado e no MFA, metendo em questão as tácticas e alianças dos partidos de esquerda com as forças armadas, assim como as ilusões dos trabalhadores em relação ao MFA.

A luta da TAP pela sua riqueza, formas de organização e seus objetivos, suas ações de massa importantíssimas, pelas ideias e os atos novos que ela suscitou, constitui um elo na sucessão do progresso e recuos da luta de classes que poderá nos levar para o fim da sociedade de exploração.

(PS) Este texto, na sua quase totalidade, foi extraído de dois livros: Ávila, F., Ferreira, C., Lord, B., Orsi, C., Reeve, Ch. (1975), *Portugal lá utre Combata: classes te conflitos das la socie é*, Paris, Saraus; Ferreira, J. M. Carvalho (1997), *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo – História de um Equívoco*; Blumenau, Editora da FURB.

REFERÊNCIAS

AIP, Lisboa, 1974.

Anuários Estatístico de 1978, INE.

ÁVILA, F.; FERREIRA, C.; LORD, B.; ORSI, C.; REEVE, Ch.
Portugal lá utre Combata: classes te conflitos das la socie é.
Paris: Saraus, 1975.

BASTOS, J. C. P. **Cooperativas depois de Abril.** Centelha:
Coimbra, 1977.

Diário da Assembleia Constituinte.

Diário do Governo, 1^a série, (1974-1975).

FERREIRA, J. M. Carvalho. **Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo – História de um Equívoco**. Blumenau:
Editora da FURB, 1997.

Inquérito Permanente sobre o Emprego (Continente), INE
(1974-1977)

Jornal A Batalha (1975).

Jornal Combate (1974-1975)

Jornal O Século

ROSA, E. **Problemas Actuais da Economia Portuguesa.** Lisboa: Seara Nova, 1976.

SANTOS, M. L.; et al. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas.** v. 3. Porto: Afrontamento, 1976.

A autogestão no processo revolucionário português (1974-1975)

Maurício Sardá de Faria

A Revolução dos Cravos foi um daqueles processos generalizados de lutas sociais autônomas que emergiram de forma recorrente ao longo do século XX. Esses momentos são marcados pela ruptura com a ordem das relações sociais capitalistas, e conferem sentido empírico ao termo autogestão ao instituírem o igualitarismo e o coletivismo na produção material da vida social. Foi um daqueles momentos excepcionais, quando após 48 anos sob o fascismo os trabalhadores portugueses tentam recuperar o tempo perdido e tomam em suas mãos a produção dos meios de vida.

Durante um ano e sete meses, uma “febre de coalizão” revolucionária colocou em questão a totalidade das instituições portuguesas. Imediatamente após o levante militar e a queda do regime, um tsunami de movimentos coletivos e ativos colocou em cena múltiplos tipos de greve: greves de zelo, greves “tartaruga”, greves de solidariedade, greves com sequestração dos gestores e dos estoques de produtos, paredes dos trabalhadores do transporte que não cobram as passagens, expulsão (sa-neamentos) dos encarregados, das chefias e dos proprietários nas inúmeras greves com ocupação das instalações. Também nas administrações públicas, nas escolas e liceus, na produção cultural, no sistema judiciário, no exército, na Igreja e na família, processos intensos de ruptura com a herança cultural do fascismo aceleraram a história portuguesa, no embalo da tempestade insurrecional que sacudiu a Europa e o mundo a partir do final dos anos 60.

Este artigo aborda as experiências autogestionárias dos trabalhadores portugueses realizadas após o golpe militar de 25 de abril de 1974, até o refluxo imposto pelo contragolpe militar de 25 de novembro de 1975. O que se pretende é apresentar

apontamentos gerais que evidenciam o fenômeno da autogestão como característica determinante das lutas sociais desencadeadas no processo revolucionário português.

O Florescer das Lutas Sociais na Revolução dos Cravos

No dia 25 de Abril de 1974, os portugueses acompanharam de forma passiva as movimentações militares e o cerco realizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) ao Quartel do Carmo, onde estavam o Presidente do Conselho e alguns ministros. No próprio desenrolar do ato, antes mesmo da destituição de Marcelo Caetano e a consumação do golpe militar, uma ampla movimentação de trabalhadores tem início em vários espaços da vida social.

A disposição dos trabalhadores para assumirem o protagonismo na mudança do Regime foi logo percebida no 1º de Maio de 1974, quando um milhão de pessoas acorre às ruas num festejo que rompeu a noite. Recém retornados do estrangeiro, Álvaro Cunhal, do Partido Comunista Português (PCP), e Mário Soares, do Partido Socialista (PS), discursaram nesse Primeiro de Maio convergindo quanto a criação de um governo provisório com a participação de todos os partidos democráticos, união do povo com as Forças Armadas e fim da guerra colonial.

Inúmeras intervenções são rapidamente realizadas nos sindicatos, em geral pelos próprios trabalhadores. Assembleias destituem as velhas direções e instalam comissões diretivas “ad hoc”. A Intersindical¹ coordenou a intervenção em vários sindicatos, a ocupação do Ministério das Corporações, articulou a

¹ A Intersindical surgiu em outubro de 1970, em contraposição aos aparelhos sem alma da estrutura sindical corporativa. Esse órgão de coordenação da ação sindical foi criada pelos trabalhadores contando inicialmente com 14 agremiações convocadas por quatro agremiações de Lisboa (bancários, metalúrgicos, caixeiros e lanifícios). Esta estrutura unitária, fruto em grande parte da ação do PCP, conhece avanços nos anos seguintes e chega ao final de 1973 com 46 entidades sindicais

criação do Ministério do Trabalho e influenciou na composição do I Governo Provisório.²

Nos locais de trabalho, esse processo intenso de auto-organização vai se expressar na criação de centenas de Comissões de Trabalhadores, pegando de surpresa as direções sindicais e dos partidos de esquerda. Um surto de greves tem início logo após o 25 de Abril e expande-se rapidamente para vários setores e regiões do país, como uma “explosão social” de greves autônomas, realizadas por fora das estruturas sindicais, em muitos casos com ocupação das instalações. (SANTOS; LIMA; FERREIRA, 1974)³

Imediatamente após a queda do regime fascista, surgiram lutas por “saneamento” que atingiram grande dimensão e se realizaram durante todo o período revolucionário. Foram inúmeros os casos de expulsão dos locais de trabalho dos encarregados e chefes considerados pelos trabalhadores como autoritários ou fascistas, como também os quadros de direção das empresas e mesmo os proprietários, sobretudo quando eram notórios as relações que estes mantinham com o antigo regime.

Muitas lutas que surgiram inicialmente por saneamento resultaram em casos de autogestão de empresas, como na Texmalhas e na Charminha, quando a luta pelo saneamento dos chefes considerados “carrascos” deu início a processos de autogestão. Além disso, a luta pelo saneamento era levada adiante

² O Iº Governo Provisório, presidido por Palma Carlos (PPD), foi de 15/05/74 a 10/07/74; o IIº GP, presidido pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, foi de 17/07/74 a 30/09/74; o IIIº GP 30/09/1974 a 26/03/1975, também presidido por Vasco Gonçalves, que ficou no cargo até o Vº GP; após a intentona reacionária de 11 de Março, é constituído o IVº GP, que foi de 26/03/1975 a 8/8/1975; o Vº GP, o mais curto de todos, foi de 08/08/75 a 12/09/75; por fim, o VIº GP, que ultrapassou o contragolpe militar de 25 de novembro, foi de 19/09/75 a 12/09/76, tendo como Primeiro Ministro o Almirante Pinheiro de Azevedo. Desde a renúncia do Gen. Spínola da presidência, em 30 de setembro de 1974, a presidência foi ocupada pelo General Costa Gomes.

³ Entre o 25 de abril e 31 de maio de 1974, os autores encontraram 158 casos de greves nos mais diversos setores. No estudo de MOZZICAFREDDO (1985, pp. 59-60), as reivindicações econômicas apareciam com um percentual próximo à reivindicação por saneamento, em um pouco mais de 40% dos casos neste período.

de forma autônoma pelos trabalhadores, e colocava em questão o poder do capital no interior das unidades produtivas, o direito à propriedade exclusiva sobre os meios de produção.

A Questão das Greves

Imediatamente após a queda do Regime, as greves apresentaram uma escalada surpreendente, muitas delas processadas mediante a ocupação das instalações.⁴ Na maioria dos casos, os trabalhadores levam suas lutas a despeito das direções sindicais, como no caso da TLP, empresa pública de telefonia, em que os trabalhadores desalojaram a direção do sindicato: “a manifestação foi organizada por grupos de base dos trabalhadores da TLP que assim se anteciparam à iniciativa dos 27 sindicatos pelos quais se dispersam os trabalhadores da empresa”, e que “os próprios dirigentes sindicais foram tomados de surpresa”. (Jornal A Capital, 04 de maio de 1974).

A estrutura sindical foi outro problema a ser contornado: a organização corporativa por ofícios repartia os trabalhadores de uma empresa em inúmeros sindicatos, tornando estas instituições ainda mais distanciadas relativamente aos processos de lutas coletivas.

Na greve dos padeiros verificou-se uma situação emblemática. No final de maio, os padeiros apresentam seu caderno reivindicativo, do qual encarregam o sindicato como emissário junto ao Ministério do Trabalho. Para acompanhar a negociação, centenas de trabalhadores acorreram à Praça de Londres. Após 4 horas de espera os emissários são recebidos pelo assessor do Ministro que sugere uma negociação direta com os patrões, ponderando que “uma perturbação econômica do país pode servir outros fins que não os pretendidos pelos trabalhadores”.

⁴ A título de exemplo, entre 30 de abril e 16 de maio, na véspera da posse do primeiro governo provisório, foi noticiada a ocupação pelos trabalhadores das empresas Mague, TLP, Ima, Timex, Sandoz, Firestone, Lisnave, Messa, Bayer, Diário de Lisboa, Hospital Psiquiátrico Júlio de Matos, Seguros União, Famental, Olivetti, Luso-Belga e Fiação Jacinto. Mas vale ressaltar que estes casos estão longe de alcançarem a totalidade das ocupações.

(Jornal A Capital, 28 de maio de 1974). Conforme depoimento do então Presidente do Sindicato, “foi na altura em que nos vimos ultrapassados. Ali mesmo, no jardim ao lado, decorreu uma Assembleia improvisada, nomeou-se uma comissão e foi decidida a greve. [...] A direção [do sindicato] não se responsabiliza pela greve.” (Jornal República, 28 de maio de 1974.)

Os ataques diversos lançados à greve dos padeiros vão se conjugar com os apelos contra as greves em geral, numa verdadeira sinfonia de acusações e clamores. Nesta situação, as críticas aos movimentos grevistas e das iniciativas autônomas dos trabalhadores vinham de todo o lado, principalmente da estrutura sindical, dos partidos e do governo. Essas tentativas de conter os conflitos foram, no entanto, ineficazes, pois os trabalhadores não se encontravam enquadrados pelas estruturas sindicais. Pelo contrário, o movimento organizativo realizado nas bases através das comissões de trabalhadores é que vai se projetar nesse período.

Deve-se destacar o papel do Partido Comunista Português (PCP) nessa missão de combater as lutas sociais, conter as greves e enquadrar os trabalhadores nas estruturas tradicionais, buscando impor limites às reivindicações dos trabalhadores. Todas as fichas são lançadas na necessidade de “união entre povo e MFA”, negando-se qualquer possibilidade de iniciativa autônoma aos trabalhadores. O amplo processo desencadeado para a ocupação e saneamento das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, por exemplo, são consideradas pelo PCP como sendo iniciativas “que não facilitam, mas, pelo contrário, criam neste momento graves entraves ao processo de democratização do aparelho administrativo e de democratização da vida portuguesa em geral”. (Jornal A Capital, 05 de maio de 1974.) Quanto às greves, eram atribuídas às “forças interessadas em romper a unidade da classe operária e estabelecer uma brecha entre o MFA e a classe operária”. (Álvaro Cunhal, conferência de imprensa. Jornal República, 18 de maio de 1974) No final do mês de maio, o dirigente comunista Dias Lourenço afirma num comício que “nós não combatemos a greve, combatemos sim a

greve pela greve”, e, num comunicado do Partido lançado em seguida, faz-se referência à escalada de conflitos como sendo o resultado da ação de organizações de “extrema-esquerda”, alertando para a necessidade de se “impedir que se arrastem os conflitos sociais, que a vida econômica e social seja gravemente afetada por greves, que a desorganização da produção, dos transportes e dos abastecimentos provoque um amplo descontentamento que a contrarrevolução se esforçará por aproveitar.” (Jornal República, 27 de maio de 1974; e Jornal A Capital, 29 de maio de 1974)

Neste mesmo rumo segue a Intersindical, já naquela altura hegemonizada pelo PCP. De início, as greves são consideradas pela Intersindical como “inopportunas, fomentadas pela reação”. Alertando para que os trabalhadores “não se deixem levar e manobrar por indivíduos oportunistas”, define como suas prioridades a “consolidação democrática e a reestruturação do movimento sindical numa base ordenada, disciplinada e consciente dos reais interesses do povo português”, considerando que as greves, “no momento presente, não servem aos interesses dos trabalhadores”. (Jornal República, 23 e 30 de maio de 1974) E a Intersindical vai mais longe, pois convoca uma manifestação de “solidariedade ao movimento das Forças Armadas” para o dia 10 de junho, que acabou não obtendo grande apoio. E não para por aí: na medida em que as greves continuam, a Intersindical é quem vai exigir do governo a estipulação de uma lei que regulamente as greves, sendo atendida com a Lei de Greve decretada durante o IIo GP, no dia 26 de agosto de 1974, de fato uma lei antigreve, uma tentativa de conter a deflagração dos conflitos.⁵ Mas essa legislação resulta também ineficaz, e os conflitos nas empresas prosseguem com forte intensidade.

⁵ Em síntese, a Lei de greve proíbe a greve política, reconhece o direito aos lock-out, proíbe a ocupação dos locais de trabalho e responsabiliza os grevistas pela manutenção dos locais de trabalho; torna ilícita a greve antes do final dos prazos dos Contratos Coletivos de Trabalho em vigor; proíbe também as greves de solidariedade e também nos setores estratégicos; proíbe a ocupação, mas permite a realização de piquetes; as greves devem ser precedidas de um período de negociação nunca inferior a 30 dias, e só poderão ser desencadeadas pela direção sindical ou pela assembleia dos trabalhadores da empresa

No campo do PS, Mário Soares, após retornar das viagens como Ministro das Relações Exteriores e seus contatos com a socialdemocracia europeia, apresenta um tom nitidamente mais moderado em relação ao discurso do Primeiro de Maio, quando apontou, por exemplo, para o fim “da exploração do homem pelo homem”, etc. Passados pouco mais de uma semana, M. Soares chega à conclusão que “o povo português carece de experiência no uso da liberdade para poder facilmente democratizar-se”, e que “não se trata de fazer a revolução socialista, mas sim da democratização de Portugal.” (Jornal A Capital, 05 de maio de 1974) Quanto às greves, já no final de maio, o PS recomenda aos trabalhadores que “ponderem a importância das suas reivindicações e o resultado das posições irredutíveis”. (Jornal República, 29 de maio de 1974). Nas suas linhas gerais, o programa do PS neste período foi sintetizado por Mário Soares em três eixos: “democratizar, descolonizar, desenvolver”. (Jornal A Capital, 26 de julho de 1974). Porém, a despeito dos posicionamentos dos principais partidos e das estruturas sindicais, as greves continuaram.

As Lutas nos Meios de Comunicação

No imediato pós-25 de abril, os meios de comunicação foram campo de agitações e conflitos intensos dos trabalhadores. Em maio, os trabalhadores da Rádio Renascença ocupam as instalações, elegem nova direção, formam uma comissão de trabalhadores e falam em autogestão.⁶ Os jornais viram-se também, neste período, envoltos em múltiplos conflitos por saneamento, gestão democrática etc., e realizam várias greves de solidarieda-

quando os sindicatos não representarem a maioria e com escrutínio secreto; liberdade de trabalho às minorias; e restrição das greves nas empresas de utilidade pública (comunicações, transporte coletivo, hospitais, médicos, água, leite, lixo, eletricidade etc.). (Jornal A Capital, 27 de agosto de 1974).

⁶ “...foi estabelecido o princípio da autogestão, passando a residir na totalidade dos trabalhadores da Rádio Renascença a capacidade de direção”. (Jornal A Capital, 02 de maio de 1974)

de.⁷ Quando é lançada a Lei de Greve, o Governo fez ressurgir também a censura, de início aplicada de forma pontual, como na RTP e na Rádio Renascença, depois de forma generalizada com a publicação de uma nova Lei de Imprensa, com uma cláusula especial: “Todos os que atuarem criminosalemente em concreta agressão ideológica às Forças Armadas ou aos princípios do MFA [...] serão rigorosamente punidos.” (Jornal A Capital, 05 de agosto de 1974)⁸

Restabelecida a censura e a Lei de Greve, faltava um órgão repressivo para garantir sua eficácia. A criação do Comando Operacional do Continente - COPCON veio para isso, sob as ordens do Major Otelo Saraiva de Carvalho.⁹ Não causa surpresa que, durante a greve nacional da CTT (empresa pública de Correios, Telégrafos e Telefones), deflagrada no dia 17 de junho de 1974 e combatida por todos os lados (governo, partidos – PCP em especial - e Intersindical), inclusive sob a acusação de estarem os trabalhadores colocando em risco o Governo Provisório, Otelo Saraiva afirmou que estava preparada uma intervenção, sob o seu comando, para por fim a greve.¹⁰ Se neste

⁷ Como exemplos de lutas nos jornais noticiados na primeira quinzena de maio no República e n'A Capital, destacamos: A Capital e Diário de Lisboa: exigem a demissão dos administradores e diretores; Diário Popular e Jornal de Notícias: jornais sublevados; Diário de Lisboa: jornalistas ocupam as instalações considerando que a chefia de redação deve ser eleita democraticamente por todos os elementos que a constituem; O Comércio, do Porto: redação exige autogestão; A Capital: não circulou nos dias 11 e 12 em solidariedade aos trabalhadores de O Século, em luta contra a direção.

⁸ A censura já havia sido aplicada à RTP no dia 21 de junho de 1974, e prossegue com vários jornais sendo multados (República, Diário de Lisboa e A Capital) ou suspensos, como o Luta Popular, do MRPP.

⁹ O COPCON foi criado em 11 de julho de 1974, tendo por missão “interferir diretamente na manutenção e restabelecimento da ordem, em apoio das autoridades civis e a seu pedido.” Pelo decreto, “o objetivo das intervenções do COPCON deve ser o de garantir o livre exercício da autoridade constituída; as condições de ordem públicas julgadas necessárias ao regular o funcionamento das instituições, serviços e empresas públicas ou privadas, essenciais à vida da Nação; e a salvaguarda das pessoas e bens.” Para exercer as funções de adjunto ao Chefe do Estado-Maior das FA, Otelo S. De Carvalho foi promovido de Major a Brigadeiro. (Jornal A Capital, 12/06/1974).

¹⁰ “Na greve da CTT, nós chegamos a certa altura à conclusão, até por insistência da população, que a situação era insustentável e fomos tentar resolver

momento não foi necessária a intervenção das Forças Armadas, logo mais seria nas greves do Jornal do Comércio e da TAP.

O caso do Jornal do Comércio é representativo das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores nas empresas de comunicação, e demonstra que as dificuldades que se interpunham às lutas dos trabalhadores estavam fora das empresas, em especial nos partidos, nos sindicatos e no governo.

No dia 22 de agosto de 1974, já em pleno 2º Governo Provisório, os trabalhadores ocuparam as instalações do Jornal do Comércio tendo como reivindicação principal o saneamento do diretor Carlos Machado. O Jornal pertence ao grupo Borges, do banqueiro Miguel Quina, que detém cerca de 40 empresas e órgãos de informação. O grupo defende o diretor, e o impasse se estabelece. O COPCON entra em cena e encerra as instalações do Jornal, impedindo a publicação pelos trabalhadores do Jornal da Greve, considerado “selvagem”. Os trabalhadores mantêm um piquete no portão da empresa durante quarenta dias. Surge um amplo movimento de apoio e solidariedade à luta pelo saneamento do diretor, acusado de ligações com as instituições fascistas, na síntese: “um diretor fascista faz um jornal fascista”. Lisboa e Porto amanhecem sem jornais do dia 04 de setembro, tendo os trabalhadores da imprensa deflagrado greve de solidariedade de 24 horas aos trabalhadores do Jornal do Comércio.

Mais uma vez, os ataques à greve do Jornal do Comércio foram intensos. Para o PCP, a greve era “inadequada” e “despropositada aos objetivos da causa” dos trabalhadores. O PCP ataca também a greve de solidariedade realizada pelos trabalhadores da imprensa, pois “desencadear greves de solidariedade a greves incorretamente conduzidas é acrescentar um erro ao outro erro”.¹¹

o problema. Mas aí se engana quem partiu do princípio que havia qualquer interesse, ou qualquer manifestação de repressão por parte das forças do exército. A nossa intenção foi pôr uma coisa que estava parada a funcionar.” (Jornal A Capital, 18 de julho de 1974)

¹¹ As notas do PCP e da célula dos gráficos encontram-se em Jornal República (05 de setembro de 1974). É preciso mencionar que os trabalhadores do Jor-

O desenrolar dos acontecimentos foi esclarecedor. O Jornal do Comércio permaneceu lacrado e os trabalhadores em luta pelo saneamento durante todo esse período, sendo reaberto apenas após a insurreição da “maioria silenciosa” no dia 28 de setembro, retornando os trabalhadores à empresa no dia 6 de outubro de 1974. O motivo? O tal fascista alvo dos trabalhadores estava com mandato de captura devido a sua participação na conspiração da “intentona reacionária”. (Jornal República, 06 de outubro de 1974)¹² Ao fim e ao cabo, portanto, eram os fascistas a dar sentido às lutas dos trabalhadores que os partidos, a Intersindical e o governo julgavam “utópicas” e “reacionárias”.

As Comissões de Trabalhadores

Processo semelhante foi o ocorrido na TAP. Após o 25 de Abril, os trabalhadores expulsaram a administração fascista, sendo nomeada uma Comissão Administrativa.¹³ Na discussão

nal do Comércio defendem-se também das investidas da extrema-esquerda. Exemplo disso é a nota divulgada pela CT para afirmar que a URML não é seu porta-voz.

¹² A “intentona reacionária” de 28 de Setembro foi tramada e incentivada por um grupo de militares e capitalistas portugueses de direita. A população atuou ativamente formando barricadas nas vias de acesso a Lisboa. Resultou na demissão do General Spínola, a prisão de 140 conspiradores, sendo 103 oficiais da armada. O termo “maioria silenciosa” foi cunhado pelo General Spínola na posse do IIº Governo Provisório, no seguinte contexto: “Ou a maioria silenciosa desse país acorda e toma a defesa da sua liberdade, ou o 25 de Abril terá perdido perante o mundo, a história e nós mesmos o sentido dessa gesta heróica de um povo que se encontrou a si próprio. E com esse desengano se esfumarão as nossas esperanças na democracia.” (Jornal A Capital, 18 de julho de 1974)

¹³ Os trabalhadores indicaram três membros para compor a Comissão Administrativa da TAP, no total de sete. Posteriormente, tiraram dessa experiência uma crítica profunda à participação dos trabalhadores na gestão das empresas. No documento “TAP – Só lutando venceremos”, lançado pelos “Comitês Operários de Base da TAP” no dia 25 de julho de 1974, lê-se a seguinte avaliação sobre “O que é a Autogestão?”: “A autogestão é antes de tudo o poder dos trabalhadores, é a gestão de uma empresa pelos trabalhadores e para satisfazer as necessidades desses trabalhadores e de todo o povo e não para obter lucros. Nesse sentido a autogestão não pode existir numa sociedade capitalista, o que pode acontecer é que quando se dá uma crise grave, os trabalhadores para se auto-defenderem dos seus

sobre a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, o impasse levou à greve. Os trabalhadores estavam repartidos em 21 sindicatos, sendo formada uma Comissão Sindical com representantes de oito desses. Esses sindicatos entram em conflito entre si. As negociações emperram. Durante a greve, os trabalhadores precisam enfrentar também as direções sindicais e os partidos. As Forças Armadas intervêm e a empresa é militarizada, com a ocupação de todos os locais de trabalho para forçar os trabalhadores ao reinício das atividades. Os soldados são proibidos de qualquer conversação com os trabalhadores. Intimidações, armas em punho, “chaimites” em posição de fogo nas imediações da empresa, prisões, 200 trabalhadores demitidos.¹⁴

Neste primeiro período, entre maio e setembro de 1974, a reorganização das estruturas de poder e a retomada do processo de acumulação do capital eram desestabilizados por um vasto processo de auto-organização dos trabalhadores (sem falar na luta dos estudantes e das lutas nos bairros). Essa auto-organização materializava-se nas empresas através da constituição de milhares de comissões de trabalhadores. Phil Mailer (1978) menciona a existência, em outubro de 1974, de algo em torno de 2000 comissões de trabalhadores que desencadearam conflitos em cerca de 400 fábricas.

O funcionamento das comissões de trabalhadores tinha por base o conjunto da fábrica, sendo a assembleia geral a instância máxima de decisão. Através desse exercício da democracia direta, as comissões impulsionavam com grande dinamismo as lutas sociais nas empresas, arrastando nesses processos os sindicatos (ou contra eles batendo-se) em inúmeros conflitos. No interior das unidades produtivas, as comissões significavam a existência efetiva de um contrapoder ao aparato administrati-

interesses só resta tomar conta da empresa (como o caso LIP em França e da Sogantal no Montijo), mas é sempre uma experiência limitada, uma experiência que não pode durar muito. E não pode durar porque toda a sociedade continua capitalista, porque continuam os patrões a ter o poder econômico e político e assim, cedo ou tarde, os trabalhadores serão obrigados a vergar ou pela força do capital ou pela força ao serviço do capital. A verdadeira autogestão só pode, portanto, existir numa sociedade socialista, uma sociedade controlada em todos os seus aspectos pelos trabalhadores.”

¹⁴ Sobre o caso TAP, ver PIRES (s/d.); e SANTOS; LIMA; e FERREIRA (1976).

vo e ao poder do capital. Como todo processo de dualidade de poder, no entanto, o contrapoder estabelecido pelas comissões de trabalhadores nas unidades produtivas torna-se necessariamente instável, tendo que se resolver de alguma maneira, seja pelo controle efetivo da empresa pelos trabalhadores ou, então, pela derrota da comissão e a sua institucionalização como órgão para a resolução dos conflitos.

A explosão social que se seguiu ao 25 de Abril provocou, entre outras coisas, uma transformação significativa na estrutura salarial nacional. No plano econômico imediato, praticamente inverteu-se a distribuição da renda reprimida durante 50 anos.¹⁵ Essa tendência permanecia nos meses finais de 1974, pois as greves mantinham uma forte intensidade, com ocupações das instalações, saneamentos, comissões de trabalhadores e novas fugas de patrões para o exterior, gerando novas experiências de autogestão.¹⁶

A Extrema Esquerda

Como mencionamos, as greves atravessaram a intentona

¹⁵ Pelos dados fornecidos por MOZZICAFREDO (1985, p.61), e levando-se em conta que o salário mínimo foi estabelecido em \$ 3300 no início do IIº Governo Provisório (24/05/74), a modificação na estrutura salarial nacional (excluídos os trabalhadores na agricultura e domésticos), foi a seguinte:

	Janeiro de 1974	Janeiro de 1975
menos de 3300 escudos	42,20%	1,70%
entre 3300 e 4000 escudos	29,10%	19,10%
entre 4000 e 5000 escudos		18,30%
entre 5000 e 12000 escudos	17,40%	56,50%
mais do que 12000 escudos	1,30%	3,70%

¹⁶ Dentre algumas greves importante do período, mencionamos: Propam, Souza e Trigo, Alpha, Porto de Leixões, Matadouro Municipal de Setúbal, Emp. Antônio Alves (dois meses, por saneamento); Sacor, Gulbenkian, Mineiros do Valongo (ocupação da mina); Porto de Lisboa; IBM, Bosch, Algot International e Grão-Pará (saneamento).

de 28 de Setembro, e as comissões de trabalhadores eram uma realidade ainda incontrolável para qualquer uma das forças políticas em cena, seja o PCP, o PS ou já as várias organizações de extrema-esquerda. Nos sindicatos, as posições do PCP através da Intersindical se consolidaram, mesmo sob contestação do PS na disputa pelos aparelhos. As eleições se aproximavam, e também a necessidade de se distinguir. No final de 1974, no embalo da tese que demarca o seu campo como sendo o da “democracia pluralista”, o PS vai colocar em debate a necessidade de conformação das estruturas do sindicalismo ao defender a “pluralidade sindical”.

O PCP e da Intersindical aferram-se à tese da unicidade sindical, acusando o PS de tentar “dividir a classe operária”. Acusações jorram de todos os lados, manifestos e manifestações de rua carregam uma campanha particular entre os dois maiores partidos da ocasião. O debate sobre a pluralidade ou unicidade sindical não estava isolado da disputa ideológica pela hegemonia nos aparelhos de poder. Ou seja, em contraposição à tendência do PC de um controle político centralizado da economia e do movimento operário, o PS estende a tese do pluralismo político, baseado na representatividade dos partidos, ao movimento sindical, com a disputa pelas cúpulas sindicais das bases e a representação consignada pelo número de filiados arregimentados pelos sindicatos/forças políticas.

A unicidade será reafirmada no IIº Governo Provisório, por um despacho do Primeiro Ministro Vaso Gonçalves em janeiro de 1975. Com o desenlace a favor da unicidade, o PS ameaça sair do Governo, mas não o faz, não nesse momento. Somente meses depois e sob outro pretexto, o do “caso República”.

Quando o PS formula a sua distinção ideológica a partir do termo democracia pluralista, demarca um campo político, que logo é seguido pelo Presidente Costa Gomes e pelo Major Melo Antunes.¹⁷ Neste momento, cristalizam-se oposições irreconciliáveis entre tendências políticas que atravessam as forças

¹⁷ No pronunciamento em 01 de janeiro de 1975, C. Gomes deixa claro ao sugerir que “...votemos esclarecidamente em partidos autênticos que nos provem

armadas, com a constituição de três campos de forças em disputa pelos destinos da revolução portuguesa: o campo do PS, articulado ao Presidente Costa Gomes e, posteriormente, o chamado “grupo dos nove”; o campo do PCP, com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e algumas divisões da armada; e a extrema-esquerda, com Otelo S. de Carvalho e suas vacilações. Os movimentos entre estes três campos marcarão decisivamente o desenvolvimento da revolução durante o ano de 1975, inclusive no interior da Assembleia Constituinte. O fato é que, no final de janeiro de 1975, as distensões estavam já de tal modo estabelecidas que o Governo viu-se obrigado a proibir a realização das manifestações do dia 31 de janeiro, convocadas para a mesma data e local pelo PS, primeiramente, sendo seguido pelo MDP e pelas organizações de extrema-esquerda, dado o previsível confronto.¹⁸

Uma pluralidade de partidos e organizações denominadas de extrema-esquerda projetou-se com a vaga de conflitos sociais desencadeados nas empresas e em outras esferas da vida social. Algumas dessas organizações vinham da clandestinidade ou da emigração, outras de processos de ruptura no interior do PCP ou do PS e outras ainda de facções do movimento estudantil. Apenas para mencionar as organizações mais importantes desse campo, citamos: UDP – União Democrática Popular (ruptura do PCP em 1964); MES – Movimento de Esquerda Socialista (trotskista); PRP/BR – Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (Trotskista); LCI – Liga Comunista Internacionalista (Trotskista); MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (Maoista); PCP [m-l] – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista); CLMRP – a sua vocação de contribuir para um democracia pluralista e livre.” (Jornal República, 02 de janeiro de 1975).. E Melo Antunes, ao comentar o recém lançado Programa de Política Econômica e Social, conclui da seguinte maneira: “Em minha opinião, o socialismo só é possível numa sociedade efetivamente pluralista.” (Jornal República, 03 de março de 1975)

¹⁸ Ao cancelar a manifestação, o Min. Vitor Alves informa que: “O Conselho dos 20 talvez não tivesse proibido as manifestações do dia 31 se elas fossem apenas as promovidas pelo PS e PCP, mas a verdade era que já estavam marcadas quatro e outras possivelmente ainda seriam convocadas.” (Jornal República, 30 de janeiro de 1975)

Comitê de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses (trotskista); LUAR – Liga de União e Ação Revolucionária.

A atuação dos grupos de “extrema-esquerda”, a divisão e o dilaceramento que provocaram nas organizações de base, contrastava com o potencial revolucionário dos movimentos autônomos dos trabalhadores. Embora as organizações de esquerda fossem responsabilizadas (principalmente pelo PC e Intersindical) pelos surtos grevistas que desestabilizavam a “aliança Povo-MFA” e os governos provisórios, e que por isso eram taxadas de “esquerdistas”, “oportunistas” etc., o fato é que, durante boa parte de 1974, essas acusações eram-lhes imputadas sem que tenham tido grande influência na deflagração dos conflitos, ainda que pretendessem e lutassem para isso. Quando conquistaram algumas organizações, a veiculação das “técnicas revolucionárias” e a tentativa de atrelar os organismos de base às disputas entre os partidos, ou emparelhá-las nos movimentos de reforço de uma ou outra posição no interior do governo provisório, acabavam por aniquilar qualquer criatividade social que podiam dispor os trabalhadores em luta.

A dimensão que assumiu esse fenômeno na Revolução Portuguesa foi um fator destacado por Maurice Brinton (MAILER, 1978), que realizou a este respeito uma análise bastante crítica, agregando aos processos revolucionários o perigo que advém dos próprios “revolucionários profissionais”. Este perigo consiste em fazer com que qualquer nova criação no domínio das ideias, relações ou instituições seja “imediatamente agarrada, penetrada, colonizada, manipulada – e finalmente deformada – por hordas de ‘revolucionários profissionais’ sedentos de poder, parteiras do capitalismo de estado e muito mais perigosos porque envoltos na bandeira vermelha.” E isto por que

Esta gente traz consigo atitudes e padrões de atuação profundamente (embora nem sempre conscientemente) moldados pelo conceito de Lenine de que os trabalhadores, entregues a si mesmos, ‘só podem desenvolver uma consciência sindical’. As suas práticas organizacionais correntes e as suas receitas para o futuro são tecnocráticas até à medula.

Com todas as questões extrínsecas que eles arrastam no seu trilho histórico e procuram injetar em situações vivas (como algumas moscas injetam as suas larvas na carne viva) estes ‘revolucionários profissionais’ (estalinistas, maoistas, trotskistas e leninistas de várias espécies) conseguem, entre si, poluir o próprio conceito de ação política independente. A sua preocupação de chefia destrói a iniciativa. A sua inquietação pela linha justa desencoraja a experiência. A sua preocupação com o passado é a ruína com o futuro. Criam à sua volta um balúdio de cinismo e náusea, de esperanças esmagadas e de desilusão que apoia o dogma mais profundo da sociedade burguesa, isto é, que as pessoas vulgares são incapazes de resolver os seus próprios problemas sozinhas e por si próprias. (Brinton, M. Apud. MAILER, 1978, pp.10-11)

Os efeitos das disputas entre as siglas e as palavras de ordem, as bandeiras e as receitas revolucionárias foram de tal modo devastadores que provocaram um fenômeno também novo: o apartidarismo. Em muitos casos, os militantes tinham que se apresentar sem qualquer distinção partidária no interior das organizações de base. Em algumas manifestações públicas chamadas pelas comissões de trabalhadores, por exemplo, os militantes dos partidos eram proibidos de levantar bandeiras. Momentos antes do contragolpe de 25 de Novembro, quando as manifestações públicas poderiam fazer pender a balança para um ou outro lado em conflito pelo poder político, registra o Jornal República que “as manifestações apartidárias concorrem entre si.”¹⁹

Mas não penso em deixar apenas essas imagens críticas das organizações de extrema-esquerda, pois tiveram também iniciativas importantes, sobretudo durante 1975. Alguns casos de ocupação de herdades e a construção de cooperativas agrícolas foram realizadas com o apoio de militantes de extrema-

¹⁹ “...note-se que a primeira grande manifestação apartidária [...] foi realizada em 7 de fevereiro por comissões de trabalhadores, encabeçada pela EFACÉC-INEL. Manifestação que nesta altura foi caluniada pelos três grandes partidos do governo, PC, PS e PPD e acusada pelo PC de ser provocatória e fazer o jogo da CIA. E que houve uma tentativa de sua repressão, de iniciativa do governo, recusada pelo COPCON. Os tempos mudaram e as manifestações apartidárias concorrem entre si.” (Jornal República, 25 de outubro de 1974).

-esquerda, como a Quinta da Torre-Bela, herança do Duque de Lafões. Inúmeros outros processos de ocupação de casas e palacetes abandonados foram realizados por estas organizações (em parte também pelos “Cristãos pelo Socialismo”) e deram origem a creches, hospitais populares, escolas etc.²⁰

Os grupos de extrema-esquerda atuaram também no âmbito das comissões de moradores, com projetos de reurbanização e construção de equipamentos sociais com ampla participação popular. Processos igualmente originais foram os sequestros de ônibus urbanos pelos próprios usuários para o estabelecimento de novas rotas e pontos de parada.

De todos eles, o fenômeno mais profundo foi constituído pelos casos de Justiça Popular, nos quais a população, com maior ou menor participação dos partidos de extrema-esquerda, sequestrou os processos aos Tribunais e realizou o julgamento em Tribunais Populares (Tomar, Boa Hora, Machico, Penha, entre outros). Envolviam geralmente conflitos entre patrões e trabalhadores, problemas de aluguel, ou gerados pelas ocupações realizadas pós-25 de Abril dos imóveis vacantes, ou mesmo a expulsão de moradores considerados fascistas. Mas também foi utilizado no caso do trabalhador agrícola José Diogo, após o ataque ao seu ex-patrão, que veio a falecer do ferimento da navalha. Estes casos colocavam em questão o próprio poder judiciário e apontavam para a capacidade da população de resolver seus próprios problemas, sem a delegação para uma instância superior afastada das condições concretas em que fo-

²⁰ As ocupações de casas, prédios e palacetes intensificam-se desde o início de março de 1975, ganhando impulso após a “Intentona de 11 de Março”. Em 01/03/75, a LUAR ocupa um prédio em Almada, o Palácio José Gomes, para implantar uma “Clínica do Povo”; no dia 06/03/75, a FSP (Frente Socialista Popular) ocupa o Hospital Amadeu Aguiar e o transforma em um “Hospital do povo”; Em Massarelos, no dia 12 de Março, a CM ocupa a ex-sede a Legião Portuguesa; no dia 17 de março, a LUAR ocupa uma habitação no Bonfim para transformá-lo no infantário “Comuna popular infantil Soldado Luis”; e no dia seguinte ocupam também um prédio na Rua do Brasil e a transformam na “Clínica do povo”; na mesma semana, um Palacete na Visconde de Oliva é transformado em “Centro de cultura e creche”; e o MES ocupou a clínica Santa Joana. O movimento de ocupações desenvolve-se com grande intensidade neste período e até o final de novembro de 1975, quando então entra em refluxo.

ram os conflitos produzidos, nem se utilizar de uma linguagem distante dos diretamente implicados.²¹

A Inter-empresas

Do ponto de vista das organizações autônomas, uma iniciativa importante de articulação entre as diversas Comissões de Trabalhadores (CT's) existentes foi desenvolvida através de reuniões Inter-empresas, contando com certa de 40 CT's da cintura industrial de Lisboa. Articuladas inicialmente pela CT da EFACEC-INEL, resultou na convocação da manifestação para o dia 7 de fevereiro, cujo eixo principal era luta contra o desemprego e as demissões. Mais uma vez, tal iniciativa de autodeterminação foi fortemente combatida pelos sindicatos (a União dos Sindicatos do Sul chegou a comparar a iniciativa das CT's à "maioria silenciosa" de 28 de Setembro) e proibida pelo governo. No entanto, com caráter expressamente "apartidário", cerca de 30 mil pessoas segue o cortejo. (Jornal Combate, 14 a 28 de fevereiro de 1975, e 28 de fevereiro a 14 de março de 1975)

Logo após essa manifestação, ocorre a desmobilização da articulação das CT's. Quando retornam à atividade, no mês de maio, já é outra orientação que seguem, a ponto de, na segunda reunião, em 22 de julho de 1975, a abertura se dá com uma "moção contra a propaganda e agitação partidária nas reuniões".²² E a influência dos partidos vai se tornando flagrante a ponto de, na convocação para o Ato do dia 25 de agosto, uma das reivindicações formuladas erar a "aplicação imediata do 'Documento do COPCON'" e outras bandeiras nitidamente vinculadas à extrema-esquerda.²³

²¹ Sobre os casos de justiça popular, ver: SABINO (1976. pp.79-139) e CARVALHO (1976).

²² Diz a moção também que, "*Independente do acima exposto, será pela prática, será pela forma como se encaram os problemas que vimos tratar a estas reuniões, será pela forma como se cumpre o que aqui é aprovado, que cada linha partidária mostrará sua justeza ou injusteza, e não pelas discussões acadêmicas.*" Documento: **Intercomissões**. Ata da 2a Reunião, dia 22 de julho de 1975.

²³ Dentre estas consignas próprias da extrema-esquerda arrolada no convite, mencionamos: Soldados sempre, sempre ao lado do povo!; Trabalhadores,

O 11 de Março

Após o 11 de Março, o fracasso de uma nova investida golpista de direita vai reforçar a tendência à esquerda no interior do Movimento das Forças Armadas, permitindo a aceleração do processo de centralização econômica e política, mediante a estatização dos principais setores econômicos e o controle cada vez mais alargado dos partidos sobre o aparelho de Estado.²⁴

Já estavam em curso ações visando a centralização econômica e a intervenção direta do Estado em empresas desde antes da Intentona. Até então, eram ações realizadas de forma pontual, através do controle ou estatização de unidades produtivas abandonadas pelos proprietários, ou por apresentarem grandes dificuldades financeiras, e realizadas sempre a partir da reivindicação da CT. Em novembro de 1974, o governo já havia sinalizado para a sua intenção de “intervir nas empresas privadas de gestão defeituosa [...], que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento econômico do país”, sendo indicadores disso o “encerramento ou ameaça de despedimentos total ou de seções significativas da empresa”, realizados sem justa causa, ou o “abandono de instalações e estabelecimentos”. (Jornal República, 26 de novembro de 1974). Através do Decreto no 203/74, o governo já havia assumido o controle via estatização do Banco de Angola, do Banco Nacional Ultramarinho e do Banco de Portugal. Esta estratégia ganha um novo instrumento e incentivo com o Decreto no 660/74, que fixou os critérios para a intervenção do Estado nas

Soldados, Moradores – Assembléias Populares!; Dissolução da Assembléia Constituinte Já!; Operários, Campões, Soldados e Marinheiros – Unidos Venceremos!; Contra os Imperialismos – Independência Nacional! Etc.. Documento. *Inter-comissões*. Convocação para o ato do dia 25 de agosto de 1975.

²⁴ Nos seus resultados mais imediatos, este acontecimento provocou: a institucionalização do MFA, sendo o Conselho da Revolução o seu órgão executivo; a constituição do IV Governo Provisório e a definição de uma nova etapa da “transição ao socialismo”; o saneamento dos militares envolvidos na intentona; uma nova leva de fuga de patrões e burgueses do país e, com isso, o início de inúmeros processos de ocupação e autogestão de empresas; e a nacionalização por decreto de grande parte da economia portuguesa.

empresas privadas. Contendo certamente um caráter retaliativo às ações consideradas como “sabotagem econômica”, o Decreto é bastante amplo para atingir empresas de todas as dimensões e ramos de atividade. (VIEGAS, 1994, p. 227)

Após o 11 de março de 1975, as estatizações atingem os principais setores econômicos e, de 14 de março a 17 de fevereiro, foram estatizadas as instituições de crédito, seguros, petróleo, navegação e transporte, siderurgia, energia elétrica, cimento, celulose, tabaco, transportes públicos, indústria vidreira, indústria extrativa, química pesada, cervejas, estaleiros navais, agricultura, radiodifusão, televisão, transporte fluvial e serviços portuários. No total, mais de 240 empresas forma estatizadas nos vários setores. De acordo com Mailer (1978, p.198), 65% da economia ficou diretamente nas mãos do Estado. No estudo de Pinho (1976), o setor público assumiu a responsabilidade por metade da formação do capital nacional e por cerca de 1/5 do emprego total. Apesar disso, avalia o autor que as estatizações não eram elevadas quando comparada com a participação do Estado na economia de outros países europeus.

Ao mesmo tempo, o governo estabeleceu as bases para expropriar de terras e fazer avançar o processo de reforma agrária. Através de um Decreto-Lei de 15 de abril de 1975, foi legalizada a “expropriação de todas as propriedades agrícolas com mais de 50 ha de terras irrigadas de qualidade média ou mais de 500 ha de terras de sequeiro de qualidade média.”²⁵ A partir de abril/maio de 1975, o processo de ocupação de terras é acelerado, chegando em 1976 com 468 UCP’s (Unidades Coletivas de Produção), num total de 923.258 há expropriados. (ESTRELA, 1978)

O malogro na intentona de 11 de março provocou também uma nova onda de fuga da classe patronal. O abandono das instalações das empresas abre o caminho para novos processos de ocupação pelos trabalhadores. São exemplos de empresas que viveram o sumiço dos patrões: Textifler, Albuferco,

²⁵ Sobre o desenvolvimento da Revolução no campo, ver Estrela (1978) e BARRETO (1984).

Ronsol, Pablos, Sonap, Sodauto, etc. Outras ocupações são realizadas em empresas ainda sob controle dos patrões, como nos casos do Pão de Açúcar, Handy, Emp. Pública de Urbanização, Transmotor, Delfim Moreira, Mvelles, Supermercados A. C. Santos, Soretri, Transul, Guetara etc.

Casos Renascença e República

Na Rádio Renascença, de propriedade da Igreja Católica, os trabalhadores iniciaram a movimentação logo após o 25 de Abril contra a censura que persistia na emissora. Em setembro de 1974, o conflito entra em nova fase, motivado inicialmente pela demissão de 11 trabalhadores que se recusaram a fazer os “testes psicotécnicos” exigidos pelo conselho de gerência. A partir daí, os trabalhadores, organizados em comissões nos locais de trabalho em Lisboa e no Porto, ocupam as instalações e realizam um plenário conjunto dos trabalhadores das duas cidades, “ligados telefonicamente”, e aprovam as “bases orgânicas” da emissora, com a intenção de colocar a rádio “decididamente ao serviço dos explorados e oprimidos e ao serviço das classes trabalhadoras.” (Jornal República, 10 de julho de 1975)

Instalado o conflito, os trabalhadores decretam greve em fevereiro de 1975, permanecendo até o 11 de março, quando retornam para transmitir a programação do Rádio Clube Português, cujo emissor fora danificado. Seguem-se novas negociações sem resultados efetivos, até que em 27 de maio os trabalhadores de Lisboa ocupam as instalações e passam a controlar a emissora, contando para isso com a solidariedade dos trabalhadores de muitas categorias. Por exemplo: quando as agências de notícias *France Press* e *Reuters* rescindem os contratos, os trabalhadores dos demais veículos de informação encarregam-se de municiar a Rádio com as informações que dispõem; quando se tenta cortar o suprimento de energia elétrica, os trabalhadores da empresa de energia não o permitem; do mesmo modo ocorre com os telefones, impedidos de serem cortados pelos trabalhadores da TLP.

Nos meses seguintes, a Rádio Renascença funciona sob o controle total dos trabalhadores, que dão início à construção de uma Cooperativa Popular de Informação. Até que, em 29 de setembro de 1975, pouco depois do início do VIº Governo Provisório, sob a hegemonia do PS, forças militares ocupam a Rádio e selam suas instalações e emissores. Não demora até que os trabalhadores efetivassem uma nova ocupação, agora com apoio de parte das forças armadas. Por fim, no início de novembro, militares paraquedistas explodem o emissor da Rádio na Buraça, calando-a, desta vez definitivamente. (Jornal República, 20 de outubro de 1975; e 8 de novembro de 1975)

O caso do Jornal República não teve, porém, tal desfecho, continuando a ser impresso sob o controle dos trabalhadores mesmo após o 25 de novembro, pelo menos por certo tempo. Em síntese, o problema era o mesmo: o controle de um órgão de imprensa diária pelos trabalhadores. Os proprietários eram, nesse caso, seus acionistas, que haviam designado para a direção do jornal o Sr. Raul Rego, Deputado eleito pelo PS que havia assumido o Ministério da Comunicação Social no Iº Governo Provisório. O República era um veículo de comunicação diário não afetado pelas estatizações que se seguiram ao 11 de Março.²⁶

Em meados de maio de 1975, no momento em que se estava a agudizar as disputas entre as forças políticas em nível nacional, a Comissão Coordenadora de Trabalhadores, após ter manifestado sua oposição à contratação de mais dois jornalistas considerados vinculados ao PS, “sugere” à direção e à chefia de redação do Jornal que efetuem seus próprios pedidos de demissão, conforme “decisão da maioria dos trabalhadores”. A

²⁶ Segundo o Ministro da Comunicação Social, Comandante Correia Jesuíno: “com a nacionalização da banca, nós herdamos uma série de jornais. Quer dizer: nós não nacionalizamos a banca para ter os jornais, eles é que nos apareceram como consequência daquela nacionalização. Portanto, com raríssimas exceções, aliás, são conhecidas – é o República, o Primeiro de Janeiro, do Porto, o Expresso, Jornal Novo e Tempo – a restante imprensa é uma imprensa que se acha automaticamente nacionalizada pelo fato de a banca o ter sido.” (Jornal do Caso República, 03 de junho de 1975) Dentre os acionistas do República, constavam Mário Soares e Salgado Zenha (PS).

decisão “fundamentava-se no fato de os trabalhadores da República pretenderem fazer um jornal apartidário, de forma a que aquele, como tem vindo a suceder, deixasse de ser um órgão ao serviço de determinada ideologia.” (Jornal A Capital, 20 de maio de 1975)

Estivessem ou não influenciados por uma ou várias forças políticas, o fato é que os trabalhadores do Jornal República instalaram um conflito embasados no próprio desenvolvimento do processo revolucionário, pois não havia o governo expropriado dias atrás os grupos monopolistas? Então, o que impedia os trabalhadores de expropriarem seus patrões caso julgassem necessário? Assim o fizeram, até que o jornal foi lacrado por decisão judicial.

O PS soube aproveitar convenientemente a situação. Acusando os trabalhadores de estarem manobrados pelo PCP, e depois também pela extrema esquerda, afirmou que sua participação no governo depende da solução do caso República, chamando uma manifestação por uma “República Livre”. As negociações arrastam-se até o final do mês, quando os antigos diretores e parte dos jornalistas que os apoiavam deram início à publicação do “Jornal do Caso Republica”. No editorial do primeiro número, Raul Rego afirma que “o que está em jogo é o direito à livre expressão” e para isso é necessário “reconhecer a todos os homens e a todos os movimentos, políticos e outros, igual possibilidades de contato com o público e captação de adeptos.” (Jornal do Caso República, 29 de maio de 1975). Com isto, atestou de certa maneira a vinculação do República à uma força política, ponto central da argumentação dos trabalhadores.

Por seu turno, os trabalhadores manifestaram-se nos demais jornais diários, afirmando que: “para nós, o problema é simples: ou realmente os trabalhadores são capazes, através dos seus órgãos representativos (comissões de trabalhadores, comissão de moradores, todos os órgãos de decisão popular) de fazer avançar o processo revolucionário ou, pelo contrário, deixam-se manipular pelos partidos”. (Jornal A Capital, 03 de junho de 1975)

Os trabalhadores rejeitaram a atribuição do conflito como sendo meramente político, pois entendem que não é possível separar as questões políticas das questões de trabalho. Mas negam qualquer influência partidária, afirmado que se trata de “concepções políticas diferentes”:

[...] a nossa concepção política é a da luta de classes, enquanto que a deles é a da luta partidária. Pelo contrário: enquanto cada um de nós, trabalhadores, se manteve ligado às posições partidárias, tudo o que conseguimos foi mantermos desunidos, em guerras uns contra os outros que eles, administração e direção, souberam não só aproveitar como fomentar. Foi ultrapassando essas posições partidárias, contrárias aos nossos interesses de classe, que conseguimos unir-nos e chegar até aqui: contestar uma informação burguesa, lutar por uma informação ao serviço das classes trabalhadoras, do povo deste país. (Jornal A Capital, 03 de junho de 1975)²⁷

Diante da crise política aberta, o Conselho da Revolução pronuncia-se no dia 8 de junho pela reabertura do jornal assim que a “administração a solicitar”, mas estipula a não realização de saneamentos, despedimentos ou transferência de trabalhadores. Marcada a reabertura para o dia 16 de junho, o COPCON, responsável por realizar a tarefa, entrega as chaves do Jornal à comissão dos trabalhadores. A direção retira-se do jornal, os trabalhadores ocupam as instalações e reiniciam as atividades, reaparecendo o primeiro número “sob o controle dos trabalhadores”, no dia 10 de junho de 1975.

O Contragolpe

No mesmo dia em que o República ressurge novamente sob o controle dos trabalhadores, o PS sai do governo, no que é seguido pelo PPD. A crise política aprofunda as contradições

²⁷ Sobre o caso República, ver também: Dil (1975) e Costa & RODRIGUES (1975). Esses últimos autores chegam a perguntar se o maior beneficiário da crise não teria sido o próprio PS, inclusive na esfera internacional.

do processo revolucionário e abre alas para um turbilhão de conflitos em múltiplas esferas. Esse período vai ficar conhecido como “verão quente”, muito embora se processe no interior das movimentações dos partidos e da reorganização do poder político e militar. Saneamentos nos quartéis, surgimento do Conselho Revolucionário dos Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, greves, casos de justiça popular, manifestações pela dissolução da Assembleia Constituinte, entre outros acontecimentos, levam à constituição, em agosto, do Vo Governo Provisório (sem o PS e o PPD), condenado a ter vida curta.

Desde logo surgem duas tendências no interior do MFA: por um lado, o “grupo dos nove”, ligado ao PS, lançou um documento analisando a “encruzilhada histórica” do processo revolucionário e sugerindo que, “à teoria leninista da vanguarda revolucionária, impondo seus dogmas políticos de forma sectária e violenta, se oponha a estratégia alternativa da formação de um amplo e sólido bloco social de apoio a um projeto nacional de transição para o socialismo.” Tal bloco social deveria ser construído pela via do “pluralismo político”. (Jornal República, 08 de agosto de 1975). À esta perspectiva se vem contrapor o “Documento do COPCON”, que critica tanto o PCP como a cúpula do PS, e menciona o documento dos “nove” como sendo “paliativos à direita”, ou ainda uma “recuperação pela direita”. O documento aponta para o aprofundamento da “aliança MFA-povo” através da “constituição e reconhecimento de conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros”. (Jornal República, 13 de agosto de 1975)

Para além das fronteiras ideológicas entre os dois agrupamentos no interior das forças armadas, o que se quer destacar é que, sem o PS no Governo, o PCP se viu isolado e sob pressão dos dois grupos consolidados. É quando surge um tentativa de composição com a extrema-esquerda, materializada na Frente Unida de Esquerda (FSP, LCI, LUAR, MES, MDP/CDE, PCP, PRP, 1o de Maio), que procura fundir o Documento do COPCON com outro surgido no seio do Governo Vasco Gonçalves-PCP. Essa composição da Frente não dura mais do que uma

manifestação (realizada no 1º de setembro). Com a saída do PCP e do MDP/CDE, a Frente passa a se chamar Frente Unida Revolucionária (FUR).²⁸

No dia 8 de setembro, Vasco Gonçalvez pede demissão e abre caminho para a formação do VIº Governo Provisório, com o retorno do PS e do PPD ao poder. Numa conjuntura em que as agitações e conflitos persistiam - com uma greve geral dos trabalhadores no Alentejo, conflitos na Rádio Renascença, o surgimento dos SUV (Soldados Unidos Venceremos), lutas abertas pela democracia direta nos quartéis, constituição de Assembleias populares em diversas zonas, novos casos de justiça popular, realização de festa nos quartéis para a confraternização entre soldados e populares -, o novo governo vê-se impedido de implantar qualquer projeto político de reestruturação das estruturas do capitalismo e enquadramento das lutas operárias.

Diante um quadro de conflitos generalizado, o campo político-militar em torno do PS elege como alvo a questão da disciplina militar. Em entrevista à revista *Time*, o Primeiro Ministro alertou que, “se esperarmos mais uma semana, a disciplina militar pode ruir subitamente”. (Jornal República, 13 de outubro de 1975). Faltava apenas o momento certo. No dia 12 de novembro, a greve da construção civil é reforçada pelos partidos (PCP e extrema-esquerda). O governo já havia se antecipado e declarado lock-out, e uma verdadeira massa, com trabalhadores vindos de vários sítios, inclusive camponeses alentejanos com tratores, ocupa as cercanias do Palácio de São Bento, prendendo no interior os deputados constituintes.

Na linguagem militar, esse acontecimento foi talvez a “senha”, enquanto a “contrassenha” foi dada na greve convocada pela Intersindical contra o governo no dia 20 de novembro. Para não ser surpreendido, o próprio Governo decreta greve, ou melhor, decide “susometer o exercício da sua atividade governativa”, exigindo do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas as garantias para o exercício das “suas funções de autoridade”. (Jornal República, 20 de novembro de 1975)

²⁸ Sobre este período, ver Ferreira (1997, pp.182-194).

Cinco dias depois, em 25 de novembro de 1975, o acontecimento que todos já aguardavam é realizado com o mesmo sucesso verificado no 25 de Abril: praticamente sem confronto entre as forças militares, um novo *putsch* pôs fim à indeterminação que reinava no interior das forças armadas, restabeleceu a disciplina nos quartéis, recompôs a hierarquia militar e forneceu as condições para a repressão e enquadramento das lutas dos trabalhadores.

A Autogestão na Revolução dos Cravos

Essa é a grande vantagem da nossa forma de luta. Somos nós, os trabalhadores, que a conduzimos e a estudamos a cada momento, para podermos saber qual o modo de atuação que mais nos interessa. Assim nós aprendemos. (Jornal da Greve da EFACEC-INEL. Citado pelo Jornal Combate, Ano 1, n. 4, 19 a 25 de julho de 1974)

O intrigante no fenômeno da autogestão das lutas sociais é esse seu caráter recorrente. Recorrente na medida em que é possível seguir o rastro deixado por esta prática social numa série histórica do desenvolvimento do capitalismo. É possível perceber que os trabalhadores, em determinados momentos e sob condições específicas, rompem com as estruturas e as formas de relacionamento social baseadas na hierarquia, na autoridade e na concorrência, para colocarem em prática, de forma generalizada, relações sociais de tipo novo, pautadas na solidariedade, no igualitarismo e no coletivismo. E, do mesmo modo que surgem, essas novas relações dissolvem-se deixando como provas as instituições criadas, embora já com outro conteúdo e significado.

Na Revolução dos Cravos em Portugal foi surpreendente esse despertar coletivo de uma população que tinha contra si uma herança profunda em termos de cerceamento das liberdades individuais e coletivas, que foram subjugadas durante muitas décadas por um enquadramento que era intenso tanto

repressiva como ideologicamente. E bastou um raio de liberdade para que os portugueses se vissem embebidos numa febre de coalizão que foi fundo na sua abrangência e radicalidade.

Como as lutas dos trabalhadores não andam em círculo, na revolução portuguesa temos a presença da pluralidade de formas de luta realizadas por trabalhadores em outros países e em outras épocas, que surgiram à luz do dia de forma condensada, como se estivessem latentes desde sempre. Essa avalanche de organizações autônomas criadas pelos trabalhadores portugueses surpreendeu e desafiou aqueles que pretendiam apenas uma nova coalisão governamental.

Na prática, um forte impulso associativo se projetou imediatamente após o 25 de Abril e encontrou nas comissões de trabalhadores sua forma institucional e nas práticas da democracia direta seu conteúdo revolucionário. As comissões representavam a instância executiva das decisões tomadas coletivamente em assembleias gerais. Seus membros eram eleitos e revogáveis, acontecendo situações em que toda a comissão foi substituída por novos membros.²⁹ E as CT's foram além das unidades produtivas, pois surgiram igualmente nas escolas e universidades, no serviço público, nos bairros, nos quartéis etc. A vitalidade das formas de democracia direta era o que magnetizava os militantes e intelectuais estrangeiros que em Portugal estiveram neste período.³⁰ Portanto, as comissões de trabalhadores, de moradores etc., representaram o aspecto de maior abrangência e radicalidade das lutas autônomas em Portugal.

No âmbito das unidades produtivas, duas situações principais marcaram o processo revolucionário português. A primeira é formada pelos casos em que os trabalhadores foram obrigados a assumir o controle da empresa, seja devido a sabo-

²⁹ Foram os casos, por exemplo, da TAP, da Standart Eletric e o da Setenave. Sobre a experiência da Setenave, encontra-se no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, uma coleção quase completa de todas as atas das reuniões e assembleias realizadas na empresa, além de inúmeros documentos relativos às formas organizativas e às lutas desenvolvidas pelos trabalhadores.

³⁰ Estiveram em Portugal, neste período: Edgar Morin, Ernest Mandel, Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Cohn-Bendit. Este último declarou que Portugal estava "embalado de democracia direta e soube-se arranjar espaço para

tagem patronal, seja como reação às tentativas de encerramento das atividades (casos de greves com ocupação, seguido de saneamento e início da autogestão), ou ainda pela fuga dos patrões e o abandono da fábrica. Em todas essas situações, a decisão dos trabalhadores de dar início um processo de autogestão teve como pano de fundo a questão concreta do desemprego.

A segunda situação resulta daqueles inúmeros casos em que os trabalhadores não assumem diretamente a gestão da empresa, mas estabelecem através da comissão de trabalhadores um forte controle às atividades patronais, instalando uma situação de dualidade de poder.

Estas experiências revelam formas muito significativas de criatividade nas práticas de auto-organização. No caso da Comissão de Trabalhadores da CNN (Companhia Nacional de Navegação), os trabalhadores que estavam embarcados remetiam seus votos por telégrafo para os trabalhadores em terra, sendo eleita a comissão pelo conjunto dos trabalhadores. (Documento: CT da CNN, 1975) Processo semelhante de utilização dos meios tecnológicos existentes para o desenvolvimento das práticas de democracia direta aconteceu, como vimos, na Rádio Renascença, quando os trabalhadores realizam uma assembleia conjunta entre os trabalhadores do Porto e de Lisboa utilizando-se da via telefônica. Na Lisnave, um estaleiro naval com 11 mil trabalhadores, a comunicação entre os diversos setores era realizada através do sistema de som existente nos refeitórios: uma comissão específica recolhia diariamente as informações dos vários setores, e as veiculava para o conjunto da empresa, como uma forma de “ligação sonora”. (Documento: EPP, 1976). Com os meios tecnológicos atualmente existentes no campo da informação, a ligação entre os trabalhadores pode assumir formas ainda mais eficazes.

a iniciativa das pessoas...” (Jornal República, 4 de agosto de 1975). Sartre mencionou os processos de autogestão em várias fábricas como sendo o aspecto “mais interessante da situação política portuguesa. Esse regime de produção apresenta em Portugal uma característica absolutamente nova: é uma atividade direta e espontânea nascida no seio dos operários, sem intromissão de militantes puramente teóricos”. (Jornal República, 05 de abril de 1974)

De forma geral, nas grandes empresas, com processos de produção complexos e dependentes diretamente do mercado mundial, os trabalhadores não poderiam ter ido mais fundo na proposta de controle operário da produção. Cito especialmente o caso da Setenave, em que, pela leitura que realizei dos seus documentos, fiquei com forte suspeita de que os trabalhadores perceberam claramente a impossibilidade de avançarem em direção ao controle total da empresa. E isso não pela falta de capacidade política ou organizativa, mas porque tinham consciência do muro intransponível erguido pelas relações de dependência da empresa com o mercado mundial. Em certo momento, os trabalhadores discutem o bloqueio que se estava a realizar pelos grandes armadores, que não enviavam seus navios para reparos e cancelavam contratos anteriormente estabelecidos (em parte devido também à crise do Petróleo, mas em outros casos tratava-se claramente de boicote, sob a justificativa de insegurança).³¹ Nessa situação, fica evidente que o prosseguimento das lutas autônomas depende da sua realização em escala mundial. E o mesmo acontecia com os trabalhadores das empresas transnacionais, cujos circuitos comerciais eram estabelecidos pela empresa-mãe, o que também criava sérias dificuldades para o controle total da gestão. Os casos da Standart Elétrica e da Latrique são exemplos disso. Em ambos, o fornecimento das matérias-primas e o escoamento da produção eram realizados pela matriz.³²

Nos inúmeros processos de autogestão, foram efetivamente mais longe aqueles desencadeados em empresas de bens de consumo, como têxtil, alimentação, serviços etc., quando os trabalhadores puderam proceder a venda direta dos produtos, ou seja, em que era menos sentida a dependência da empresa em relação ao mercado. Nestes casos, a relativa simplicidade

³¹ Mencionam, especificamente, o caso Sanko, que exigia garantias do governo e da administração da empresa para mandar os navios para Portugal. (Documento: Setenave, 16 de outubro de 1975) Situação semelhante ocorria na Lisnave, que buscou contornar o boicote através de contatos realizados com a Polônia e a URSS. (Documento: Lisnave. Setembro de 1975)

³² Sobre o caso da Latrique, ver: Jornal República, 05 de setembro de 1975. No

tecnológica permite a readequação do processo produtivo às novas relações surgidas na luta, e o escoamento da produção pode então ser realizado diretamente ou através da solidariedade dos demais trabalhadores em luta. Foram os casos, por exemplo, da Sogantal (roupas), Sousabreu (toalhas), Nefil (mobiliário) e Ornitex (vestuário e cobertores), e muitas outras.

O caso da Sogantal é significativo pela radicalidade da luta das trabalhadoras, levada a diante sob a forma de autogestão.³³ No caso da Ornitex, os trabalhadores viram-se, como na maioria das vezes, “forçosamente em autogestão”, e criaram um “mercado popular” para o escoamento da produção. (Jornal República, 10 de abril de 1975) Na Sousabreu, além de venderem diretamente os produtos em feiras e bairros populares, os trabalhadores de outras fábricas montavam pontos de vendas nas respectivas unidades de produção, aumentando o volume de vendas. Num dos seus Manifestos, afirmam os trabalhadores terem aprendido que:

[...] a solidariedade não é uma palavra sem sentido para os operários: para além das contribuições de operários de várias fábricas no início, hoje temos postos de venda das nossas toalhas no Porto (Massarelos, Miragaia, Sé, Madalena, Padrão, vários locais de trabalho), em São Roque, em Vale de Cambra e Coimbra. E sabemos que se não fosse esta solidariedade a nossa luta talvez já tivesse acabado. Só com a solidariedade de todos os trabalhadores podemos levar a nossa luta até o fim. Também aprendemos que todas as lutas dos explorados são a nossa luta (Documento: Sousabreu. s/d.)

Estas práticas, que apenas pode ser desenvolvida em pequenas unidades de produção, cujos produtos e as matérias-primas são de uso corrente, João Bernardo (1994) chamou de “mercado de solidariedade”. Situadas na periferia do sistema produtor de mercadorias, não são capazes de colocar em causa

caso da Standart Elétrica, ver: revista Vida Mundial, 26 de junho de 1975.

³³ Sobre o caso da Sogantal, ver Ferreira (1997, p.298).

a sua totalidade, contento, no entanto, um importante “valor didático” para a transformação das relações sociais de produção.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito os laços de solidariedade criados entre os trabalhadores das empresas ocupadas ou em autogestão. Foi o caso da Mabor, onde os trabalhadores das fábricas vizinhas ficaram de sobreaviso para a socorrerem das tentativas de invasão pelos patrões, servindo de sinal a própria sirene da fábrica. (Jornal Combate, 5 a 11 de julho de 1974). Ou no caso da cooperativa de limpeza que surgiu a partir do incentivo direto da CDT da Lisnave. (Jornal Combate, 1 a 15 de julho de 1975.) Outros casos ocorreram em que as empresas maiores passavam encomendas para as empresas pequenas em dificuldades. O caso da Mague (metalmecânica pesada) é significativo: a comissão de trabalhadores, a fim de evitar o desemprego nas pequenas e médias empresas do mesmo ramo, “declina contratos de encomendas a favor delas, embora possam fazê-los em melhores condições, nomeadamente no preço.” (Documento EPP, 1976)

Não obstante, nas empresas em autogestão, os trabalhadores não raros tiveram que enfrentar condições duríssimas para a manutenção dos postos de trabalho. Além das dificuldades de financiamento, e dos obstáculos que se levantam pela linguagem contábil e jurídica, os trabalhadores viram-se diante a necessidade de aumentar o número de horas trabalhadas, via-de-regra não-pagas, para fazer frente à descapitalização da empresa e o descontrole financeiro.³⁴

Num certo sentido, o que se apresentava à classe trabalhadora portuguesa não era o socialismo, mas o controle “operário” do capitalismo. Se a burguesia era incapaz de desempenhar o seu “dever de Estado” de sobrevivência, então os trabalhadores teriam de tomar posse. Mas, em todo caso, a questão era tomar posse de que? Do que a classe dirigente tinha deixado? Ou começar de novo? (MAILER, 1978: 92)

Durante os dois anos da Revolução dos Cravos deu-se

³⁴ Sobre essas dificuldades e limites das experiências de autogestão, ver: Ferreira (1985) e Barreto (1977)

também a explosão do cooperativismo de produção em Portugal. No final de 1976, grande parte das experiências de autogestão havia assumido a forma jurídica de cooperativa. No estudo de Barreto (1977), no final de 1976 existiam cerca de 700 experiências de empresas geridas pelos trabalhadores em Portugal, e algo em torno de 100 experiências que continuavam em autogestão. As cooperativas de produção (658 experiências), gerando 30 mil empregos diretos, estavam localizadas na sua grande maioria nos grandes centros industriais do país (sobretudo Lisboa, Porto e Setúbal), e os principais setores econômicos eram: indústria de transformação (têxtil; artes gráficas; produtos metálicos, máquinas e material elétrico) e construção civil.³⁵ Esta transformação em cooperativa resultou da necessidade de encontrar um arcabouço jurídico para as experiências, uma vez que o bloqueio do processo revolucionário retirava das empresas em autogestão as condições para a sustentabilidade social e política.

Este parece ser, em regime capitalista, o destino dessas febres de coalizão e de criação de formas autônomas de organização e gestão da vida social. E é por isso que, para o jornal Combate, a autogestão é considerada uma forma de luta. Uma forma avançada, certamente. A autogestão é “um ponto de partida e não um ponto de chegada”, é o princípio para novos desenvolvimentos do processo revolucionário, pois através dessas formas de luta os trabalhadores percebem que não basta substituir uns patrões por outros, mas transformar o próprio processo de produção e abolir o salarizado. (Jornal Combate, Ano III, n.48, fevereiro de 1977)

³⁵ A constituição desse setor cooperativo deve-se também à ação desenvolvida pela Federação das Cooperativas de Produção, que desde o 25 de Abril procurou transformar as empresas em autogestão em cooperativas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Antônio. Classe e Estado: os sindicatos na reforma agrária. **Análise Social**, vol.XX (80), 1984-1, p.41-96.

BARRETO, José. Empresas industriais geridas pelos trabalhadores. **Análise Social**, Vol.XIII (51), 1977, p. 681-717.

BERNARDO, João. Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial. In.: Francisco Martins Rodrigues [Coord.]. **O futuro era agora:** o movimento popular e o 25 de abril. Lisboa: Edições Dínamo, 1994. p.207-213.

_____. **Um ano, um mês e um dia depois:** para onde vai o 25 de Abril? (Economia e política da classe dominante). Lisboa/Porto: Edições 'Contra a corrente', 26 de maio de 1975.

CARVALHO, Daniel Proença de. **Cinco casos de injustiça revolucionária**. Lisboa: Edição do Autor, 1976.

COSTA, Francisco; RODRIGUES, Antônio P. **O Caso Repúbl-ica:** documentos, entrevistas, comentários. Lisboa: Edição dos Autores, 1975.

COSTA, Ramiro da. **Elementos para a história do movimento operário em Portugal**. 2 vol. [1930-1975]. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

CUNHAL, Álvaro. **A Revolução Portuguesa:** o passado e o futuro. [Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso]. Lisboa: Ed. Avante, 1976.

DIL, Fernando; PINA, Carlos. **Operação Repúbl-ica, a políti-ca de uma crise:** uma análise independente. Lisboa: Edições Terceiro Mundo, 1975.

ESTRELA, A. de Vale. A reforma agrária portuguesa e os mo-

vimentos camponeses: uma revisão crítica. **Análise Social**, vol. XIV (54), 1978. p.229-263.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

FIADEIRO, Maria Antônia. **A luta dos estudantes**. São Paulo: Editora Paz e Terra: 1969.

LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge; PENA, Paulo. **Grandes Planos**: oposição estudantil à ditadura – 1956-1974. Lisboa: Âncora; Associação 25 de Abril, 2001.

LUCENA, Manuel de. A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo. **Análise Social**, Vol. XIII (51), 1977 – 3o. 541-592.

MAILER, Phil. **Portugal**: a revolução impossível? Porto: Afrontamento, 1978.

MARTINS, Maria Belmira. **Sociedades e grupos em Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MOZZICAFREDDO, Juan Pedro. **Etat, mouvements et luttes sociales**: processus politique portugais 1974 –1976. [These présentée pour l’obtention du grade de docteur. Université de Montpellier I, décembre 1985.].

NAVILLE, Pierre. **Pouvoir militaire et socialisme au Portugal**. Paris: Éditions Anthropos, 1975.

PINHO, Ivo. Sector público empresarial: antes e depois do 11 de Março. **Análise Social**, vol XII (47), 1976-3, p.733-747.

PIRES, José. **Greves e o 25 de Abril**. Lisboa: Edições BASE, s/d. Programa do MFA. **Revista Seara Nova**. N.1543, maio de 1974. p.12-13. [Número Especial].

EISFELD, Rainer. A “Revolução dos Cravos” e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista em Portugal a seguir a 1974. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 11, maio de 1983. p. 95-129.

EISFELD, Rainer. Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa ocidental. In.: **Conflitos e mudança em Portugal: 1974-1984**. Eduardo de Sousa Ferreira & Walter C. Opello Jr [Orgs.]. Lisboa: Teorema, 1985.

REEVE, Charles. **Portugal**: a concepção golpista da revolução social. Lisboa: Editorial Meridiano, 1976.

RUAS, Henrique Barrilaro (org.). **A revolução das flores: do 25 de Abril ao Governo Provisório**. Lisboa: Editorial Aster, s/d. Volume I, p.28.

SABINO, Amadeu Lopes. **Portugal é demasiado pequeno (1974-1976)**. Coimbra: Centelha, 1976.

SANTOS, Américo Ramos dos. Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-1973: estruturas fundamentais). **Análise Social**, Vol.XIII (49), 1977, 69-95.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vitor Matias. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas**. Porto: Afrontamento, 1976. (Vol.1).

DOCUMENTOS

Revista *Vida Mundial*, 26 de junho de 1975.

Revista *Flama*, 27 de junho de 1975.

JORNAIS: Combate, A Capital, República e Jornal do Caso República (1974-1975)

Documento. *Inter-comissões*. Convocação para o ato do dia 25 de agosto de 1975.

Documento: *CT da CNN – Cia Nacional de Navegação*. Comunicado de 14 de julho de 1975.

Documento: *EPP* – Ata da reunião efetuada na Lisnave em 17 de março de 1976.

Documento: *EPP* – Entrevista com trabalhadores da Mague, 17 de março de 1976.

Documento: *Intercomissões*. Ata da 2a Reunião, dia 22 de julho de 1975.

Documento: *Lisnave*. Relatório das atividades desenvolvidas pelo CDT a transferir para o novo conselho de trabalhadores e relatório da situação da empresa. Setembro de 1975.

Documento: *Setenave*. Ata da Assembléia Geral de Trabalhadores, de 16 de outubro de 1975.

Documento: *Sousabreu*. Manifesto dos Operários da Sousabreu: em autogestão há cinco meses.

Documento: *Acta do Congresso da Intersindical*. Ano de 1975. 25 a 27 de julho de 1975. Porto: Sindicato dos Bancários do Norte, 1976.

Revolução dos Cravos, autogestão nas escolas e as reformas neoliberais em Portugal

Neusa Maria Dal Ri

Introdução

Este texto é derivado de pesquisa iniciada em 2008 e que teve dois projetos¹ em continuidade desenvolvidos nos períodos de 2010 a 2012 e de 2013 a 2015 (DAL RI, 2008, 2010, 2013). O objeto de estudo principal das pesquisas foi a gestão democrática na escola pública do Brasil e de Portugal: origem, implantação, desenvolvimento e estágio atual. Os estudos incluíram análise das políticas educacionais e das reformas educativas, no período de 1974 a 2016, e investigações empíricas realizadas em escolas e entidades do Brasil e de Portugal.

Para este texto, no entanto, enfatizamos o período da Revolução dos Cravos de 1974, em especial a implantação da gestão democrática na escola pública de Portugal, e sua progressiva reconversão com as sucessivas reformas educacionais de cunho neoliberais operadas após a década de 1990.

As políticas educacionais relativas à gestão democrática (GD) na escola em Portugal surgiram em contexto de mudanças importantes efetivadas por meio da Revolução dos Cravos. Trabalhamos com a ideia de que a natureza dessa transição, que foi radical em Portugal, marcou originariamente a política educacional promovendo um alto nível de participação dos segmentos acadêmicos na gestão e o funcionamento democrático dos órgãos colegiados. Porém, a introdução das políticas de cunho neoliberal na área educacional, por meio de várias reformas educativas, modificou a organização e o funcionamento das escolas, despolitizando e enfraquecendo a categoria histórico-política denominada de gestão democrática.

¹ Agradecemos ao CNPq o apoio a estas pesquisas.

Como Portugal foi considerado o país europeu que mais aprofundou a implantação da gestão democrática em suas escolas (BARROSO; SJORSLEV, 1990), transformou-se, também, no melhor *exemplo* de implantação das *contrarreformas* neoliberais no que diz respeito à gestão escolar.

Neste texto trabalhamos as modificações na organização escolar introduzidas pela Revolução dos Cravos, a análise das reformas educativas realizadas no período indicado e com a avaliação de professores de escolas públicas de nível secundário e de participantes no processo revolucionário de 25 de abril, acerca das mudanças ocorridas no período pós-revolução e sua posterior reconversão no que diz respeito à GD.

Realizamos o levantamento de dados empíricos na Escola Secundária Professor Alberto Sampaio (EAS), localizada na cidade de Braga, uma das maiores escolas de Portugal que possui uma experiência exitosa de implantação e funcionamento da gestão democrática. A escola está situada em um dos bairros mais populosos da cidade, e atende alunos de classe média e média baixa, bem como alunos provenientes de áreas mais pobres. Para a seleção da escola utilizamos como principais critérios a localização geográfica e a apresentação de um bom funcionamento das instâncias de gestão. Também, nessa mesma escola são realizadas Plenárias dos professores da Região para discutir as reformas educativas. Em 2008, a escola examinada foi objeto dos seguintes procedimentos: realização de entrevistas semi-estruturadas com a diretora; membros do Conselho Geral; membros do Conselho Pedagógico; com alunos membros representantes dos pares na Assembleia Eleitoral e da diretoria de entidades estudantis; e com a vice-presidente da Associação Sindical de Professores Licenciados de Braga. Além disso, procedemos à coleta de documentos e outros tipos de informações, e realizamos observação na escola e em Plenária Regional de Professores realizada na cidade de Braga. Em 2015, foram entrevistados dez professores dessa mesma escola, e oito professores da Escola Secundária Carlos Amarante (ECA), também localizada na cidade de Braga, e uma Diretora da Associação Sindi-

cal de Professores Licenciados de Braga por Piovezan (2017), na época doutoranda integrada aos projetos.

Ainda, em 2008 entrevistamos três professores da Universidade do Minho que estudam a gestão democrática, e dois deles já haviam realizado pesquisas na EAS em período anterior. Neste texto trabalhamos, ainda, com dados coletados por meio de entrevistas realizadas em 2016 por Ferraro (2017), doutoranda participante dos projetos enunciados. As entrevistas foram realizadas com oito participantes no processo revolucionário, que na época da Revolução dos Cravos eram estudantes do secundário ou do ensino superior.

1. Estado Novo e o regime salazarista em Portugal

Conforme Secco (2010) expressões como *revolução, socialismo* e *comunismo* andam esquecidas no Portugal de hoje. Não pelo conteúdo, mas pela desusada linguagem esquerdistas. País que se sente tipicamente europeu e integrado aos ritmos fortes da economia setentrionais, Portugal erigiu a memória oficial e institucional de uma revolução pacífica, européia, democrática e antifascista. “E só não se diz ‘liberal’ porque seria difícil apagar da sua história os arroubos ideológicos e as esperanças utópicas que o 25 de Abril de 1974 desencadeou” (SECCO, 2010, p.5).

De acordo com Secco (2010, p. 9-11), em 1910 nasceu a República Portuguesa como uma tentativa de regenerar o país e adaptá-lo às correntes da época que destruíam impérios periféricos, como o espanhol, o austro-húngaro, o czarista e o turco. No entanto, a República, mesmo tentando reformar o ensino, as relações trabalhistas, a cultura, a universidade e criar uma democracia política, não conseguiu resolver os graves problemas de desenvolvimento econômico. Segundo Abadia (2010), o crescimento do déficit da balança de pagamentos atingiu altíssimos índices nos últimos anos da República, o que agravou a situação econômica do país.

A República também não eliminou o colonialismo e nem considerou as reivindicações do movimento operário, então majoritariamente anarquista ou socialista. Terminada a I Grande Guerra, a instabilidade cresceu e a forte atividade anarcos-sindicalista criou no país um clima contestatório ou pré-insurrecional.

Em 1926, líderes militares portugueses mancomunaram-se com os latifundiários, o clero e organizações burguesas e decidiram-se pela instauração de uma ditadura. Em maio do mesmo ano, ocorreu o golpe militar e um novo governo foi instalado. O parlamento português foi dissolvido e a repressão incidiu contra partidos e organizações políticas, que caíram na clandestinidade. A repressão também caiu sobre a imprensa e a perseguição se alastrou pelo país, iniciando, assim, um longo processo de *silêncio*.

O início da ditadura foi marcado pelo caos econômico e financeiro do país. Para a efetivação das mudanças requeridas pelo governo do general Carmona, António de Oliveira Salazar, afamado intelectual de direita, professor da Universidade de Coimbra e vinculado à Ação Católica, foi convidado para participar do governo. Salazar assumiu o cargo de Ministro das Finanças em 1928 e tornou-se uma figura preponderante no governo, ascendendo a Presidente do Conselho de Ministros em 1932.²

Segundo Abadia (2010), a entrada de Salazar no governo modificou a orientação da ditadura militar, que passou a ter um programa econômico-social coeso aliado à repressão antidemocrática e antipopular.

Em 1930, Salazar (1935, p. 71 apud FERREIRA, 2005, p.

² No regime autoritário e repressivo instalado depois do golpe, o governo teve simultaneamente o poder executivo e legislativo, ou seja, o governo decretava leis que se sobreponham às leis aprovadas pela Assembleia Nacional. Os poderes estavam fortemente centralizados e reforçados nas mãos do Presidente do Conselho de Ministros, chefe do governo. O Presidente da República tinha somente funções cerimoniais e, embora tivesse o poder de escolher e demitir o presidente do Conselho de Ministros, isso nunca ocorreu, visto que esse cargo sempre foi ocupado por um partidário da União Nacional e apoiador de Salazar.

390) apontou os problemas que observava na sociedade portuguesa e os princípios do futuro estatuto constitucional.

Observam-se as desordens cada vez mais graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo, laivadas de actuações internacionalistas, e diante de umas e de outras acentua-se a passividade dos Estados e a impotência dos poderes públicos no jogo das funções constitucionais.

Salazar instalou um Estado Novo regulador e forte, cujas bases estariam na *revolução mental e moral* do povo e que tinha como lema: *Deus, Pátria e Família*. Segundo Abadia (2010, p. 27) o estado forte que Salazar criou tirava sua força da repressão e do estado policial, que durante os 48 anos de ditadura foi extremamente violento. Deste modo, um dos pilares fundamentais que manteve o regime fascista foi a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). A PIDE se tornou a principal organização utilizada para a manutenção da ordem e era omnipresente e detentora de grande poder, reprimia toda e qualquer oposição política ao regime, semeava o terror, o medo e o silêncio nos setores oposicionistas e operava a torturas e prisões das *vozes destoantes*.

O salazarismo integrou correntes europeias de fundamentação fascista³. Sob o governo de Salazar foram criados um partido único⁴ denominado União Nacional, a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, fortes transmissores da ideologia do regime e combatentes dos ideais comunistas e anarquistas. A

³ Há certa divergência entre os autores sobre o fato de o salazarismo ter sido ou não fascista, já que a política de Salazar apresentava diferenças com as de Mussolini. Em geral o salazarismo é designado de fascista por ter sido um regime de direita, conservador nos costumes, partidário da disciplina, com culto à autoridade do *chefe*, antidemocrático, sem liberdade de expressão de pensamento e com partido único. Assumimos que o salazarismo foi uma espécie de fascismo sem, no entanto, ter criado um movimento fascista de massas.

⁴ Não havia uma lei que proibisse a criação ou ação de partidos políticos. Mas, Salazar considerava que, existindo a União Nacional, os antigos partidos estariam fora da lógica do novo regime. A repressão fez com que as organizações

violência do Estado e de organizações associadas, em especial a da polícia política, ocorria na forma de tortura e assassinatos de oposicionistas ao regime.

Outro aparelho ideológico do Estado Novo foi a Igreja Católica que, além da difusão ideológica dos valores do regime, atuou como *educadora das massas*. A Igreja teve o monopólio da educação formal portuguesa, da educação das mulheres e da família nuclear burguesa que era o “[...] sustentáculo de ordenamento social.” (ABADIA, 2010, p. 28).

Um exemplo da intervenção e disseminação ideológica da Igreja pode ser observado em um trecho do Manual de Religião e Moral destinado às 4^a classes, publicado em 1965 pelo Secretariado Nacional da Catequese de Lisboa.

Jesus amava de tal modo a sua pátria que, um dia, ao pensar nos castigos que viriam sobre ela, não conteve a tristeza e chorou! Além disso, apesar de ser infinitamente superior a todos os reis ou soberanos deste mundo, obedeceu às autoridades da sua pátria e respeitou-as sempre. Como Ele mesmo afirmou, todo o poder das autoridades vem de Deus. Os apóstolos, que nos transmitiram os ensinamentos de Jesus, dizem-nos claramente que devemos respeitar as autoridades legítimas e obedecer-lhes fielmente. Assim, S. Pedro afirma: por amor de Deus, obedecei ao Chefe do Estado. (MANUAL, 1965 apud FERREIRA, 2005, p. 394).

Salazar exercia um controle fino sobre todas as áreas e instituições. Dal Ri (2015) afirma que a contratação das professoras para a escola pública era realizada sob um rígido controle ideológico. As professoras do Estado apenas podiam casar-se

e movimentos políticos existentes deixassem de ter uma atuação pública. O Partido Comunista e o movimento anarcossindicalista da Confederação Geral do Trabalho passaram a atuar na clandestinidade ou no exílio. O Partido Socialista Português e o Integralismo Lusitano foram extintos em 1932/33. O Movimento Nacional Sindicalista, de Francisco Rolão Preto, foi proibido após a tentativa de revolução a partir do quartel da Penha de França e, em julho de 1934, foi extinto.

após obterem a permissão do ministro da educação. Antes de dar a permissão, o Ministério realizava uma investigação sobre a vida e posição ideológica do futuro marido.

Porém, a ditadura salazarista não foi estável, pois uma parte do povo português nunca a aceitou e oficiais militares conspiraram durante todo o período para derrubar o ditador. No entanto, o regime apenas começa a se fragilizar durante os anos de 1960, com o início da revolução na *África Portuguesa*.

A Guerra Colonial foi o início de tudo. Sem ela não teria havido nenhuma revolução portuguesa. Ao menos não na forma em que ela ocorreu. O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África. A revolta dos povos colonizados por Portugal obrigou o país a desviar recursos pesados do orçamento para manter o esforço de guerra. Aumentavam a emigração (traço secular), a deserção, o descontentamento entre civis e militares. (SECCO, 2010, p. 12).

Salazar afastou-se do governo em 1968, por motivo de doença, e faleceu em 1970, mas a ditadura continuou com Marcello Caetano.

Contudo, as ações africanas influenciavam o substrato ideológico das oposições na metrópole, que assumiram posições favoráveis à descolonização. No espaço ideológico metropolitano, colonial e mundial as ideias circulavam e se interpene-travam, mas as forças com as quais os partidos contaram foram o apoio de superpotências interessadas⁵ e, sobretudo, a mobili-zação popular.

⁵ Salazar era refratário às *modernidades* do capitalismo e, durante o período da ditadura, manteve obstáculos ao desenvolvimento industrial e à entrada de multinacionais no país, visto que se orientava pela doutrina social da igreja que defendia uma organização econômica com pequenas iniciativas privadas. A economia capitalista de Portugal era controlada por cartéis supervisionados pelo governo. Os cartéis eram detentores de privilégios, conservadores e receosos quanto às inovações e desenvolvimento, e apenas admitiram a aber-tura para a entrada regulada de capitais estrangeiros numa fase tardia do re-gime, a partir da década de 1950.

2. A Revolução dos Cravos em Portugal

O general António de Spínola foi importante *articulador* entre as forças oposicionistas de Portugal e da África. Segundo Abadia (2010) o general teve um papel decisivo no processo de descolonização da África e também no derrube da ditadura, pois a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas (MFA), contrário à ditadura, fez com que muitos militares indecisos e neutros tomassem posicionamento. Em 20 de Abril de 1974 a Comissão Política do Movimento Democrático Português (MD) e o MFA elaboraram um Programa e outros dois textos, a *Proclamação do Movimento ao País* e o *Protocolo Secreto*. Estes textos indicavam de forma programática que o golpe estava pronto.

De acordo com Maxwell (1999) e Secco (2010), a revolução de abril teve quatro grandes frentes de luta. A primeira grande frente de luta popular contra a ditadura foi o movimento operário. A repressão caía violentamente sobre o movimento operário, mas o fascismo não conseguiu liquidar a organização e a luta dos trabalhadores. Grandes greves dos operários industriais, dos transportes, dos empregados, dos pescadores e dos trabalhadores agrícolas exerceram profunda influência no processo revolucionário. De outubro de 1973 até o 25 de abril, além de muitas centenas de pequenas lutas nas empresas, mais de cem mil trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo participaram de uma grande greve que abalou o regime ditatorial.

A segunda frente de luta popular foi o Movimento Democrático. Mantendo firmeza política e de objetivos, o MD soube encontrar formas de organização e de ação que lhe permitiu esclarecer amplos setores das classes populares e médias e desencadear poderoso movimento de massas

A terceira grande frente de luta popular contra a ditadura foi o movimento juvenil. De acordo com os autores, a juventude teve um papel de extraordinário destaque na luta contra a ditadura fascista. Os jovens trabalhadores e estudantes estiveram em todas as frentes da luta política, econômica e cultural, na agitação clandestina, nas manifestações de rua e nas atividades

de maior perigo.

A quarta grande frente da luta popular foi a das camadas médias. Os intelectuais, ao longo de quase meio século de opressão, constituíram uma força de oposição, participando ativamente do MD e desenvolvendo ações culturais e de criação literária e artística contra o regime. Nos últimos tempos da ditadura, as ações dos intelectuais intensificaram-se. A criação da Associação Portuguesa de Escritores e os grandes movimentos dos professores do ensino secundário e dos médicos, com grandes assembleias, concentrações e greves, demonstravam a oposição tenaz ao regime.

Além das considerações dos autores, obviamente enfatizamos a organização do MFA.

A revolta militar que tomou Lisboa e derrubou o governo de Caetano em 25 de Abril de 1974, destruiu numa manhã o Estado fascista de maior duração da História e um dos regimes capitalistas mais estáveis em qualquer período deste século. Pelo mesmo golpe preparou o palco para o fim do mais antigo império colonial no mundo. Treze anos de guerrilha na África tinham sugado toda a economia e sociedade metropolitana de Portugal, e destruiu a fidelidade da maior parte dos oficiais mais jovens do Exército e da Marinha para o seu sistema político. (BLACKBURN, 1974, p. 5).

No âmbito dos liceus e das universidades, segundo Faria (2011), um persistente movimento associativo dos estudantes foi provocando grandes constrangimentos ao regime, amplificados pelas medidas repressivas utilizadas, que iam desde o raspar as cabeças dos liceais e expulsão, por longos períodos, das instituições universitárias, a prisões, torturas e mobilização para a guerra em ultramar. Do movimento estudantil saíram vários quadros para as organizações políticas de esquerda, em especial para o Partido Comunista Português (PCP) e, a partir dos anos de 1970, para os agrupamentos maoístas.

Em 25 de abril de 1974 terminou a longa ditadura salazia-

na de 48 anos. A Revolução dos Cravos em 1974 iniciou-se pelo golpe organizado pelo MFA e milhares de pessoas saíram às ruas para comemorar.

E ocorreu então um caso extraordinário, até hoje sem explicação. Não se sabe como nem porquê, havia cravos vermelhos nas mãos do povo. [...] Milhares de cravos. E o povo enfeitou de cravos os fuzis militares. E do povo a revolução ganhou nome: Revolução dos Cravos! (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2010, p. 3).

Nesse período, segundo Costa (2014, p. 15), “Dos corrientes contradictorias chocaron, se cruzaron y se mezclaron [...]. Uma delas foi o do permanente esforço concentrado em torno do MFA de reabilitar um centro de poder de Estado eficiente. Ao longo de quase todo o período revolucionário, as principais forças da esquerda, o PCP e o Partido Socialista (PS), integraram este caudal, tentando influenciar a conformação do novo poder e assegurar uma participação neste. Na busca pela institucionalização, o PCP se empenha na desmobilização de greves consideradas selvagens e, ao mesmo tempo, “[...] al prever un resultado adverso en las elecciones generales en un país con las características de Portugal, se concentró en la ‘institucionalización’ del MFA en cuanto legitimidad de Estado paralela a la Asamblea Constituyente por elegir”. (COSTA, 2014, p. 16). O PS prepara o sufrágio, visto como essencial para a reconstituição de uma legitimidade a ser infringida à dinâmica popular. Segundo Costa (2014), Soares, líder do PS, concilia as proclamações pelo socialismo com o slogan Europa Conosco, que remete à integração de Portugal no mercado comum europeu, recebendo apoio dos principais países europeus.

A outra corrente foi o da democracia real, o protagonismo popular e a auto-organização das massas que, enfrentando as pressões da crise, geram sua própria cultura política e estruturas de intervenção.

Esta corriente sobrepasó ampliamente los márgenes de la autoridad del Estado, en la forma de movimientos de ocupación de casas por la población confinada en barracas, la construcción directa en los barrios y los servicios sociales, escuelas, centros de salud, la constitución de organismos de barrio, de empresa, la autogestión obrera, la fundación de unidades cooperativas de producción en las áreas agrícolas ocupadas. En cada una de estas experiencias se vivieron contradicciones, impasses, conflictos y conquistas de profundo significado y duradero alcance. (COSTA, 2014, p. 16).

A partir da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, ocorreu um processo de auto-organização ou autogestão em vários setores e instituições sociais denominado como Processo Revolucionário em Curso (PREC).

Com a destituição do antigo governo, em maio de 1974 foi formado o I Governo Provisório sob a presidência do general Antônio de Spínola e com Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro. Líderes da oposição, como Mário Soares do PS e Álvaro Cunhal do PCP voltaram do exílio e foram convidados a compor o governo⁶.

Em 28 de setembro de 1974 ocorreu uma tentativa de golpe liderada por Spínola, que intentava consolidar um regime presidencialista. Os conspiradores foram presos e Spínola renunciou à presidência da república, que passou ao general Costa Gomes, compondo o III Governo Provisório, e Vasco Gonçalves permaneceu Primeiro-Ministro.

Em março de 1975, ocorreu uma segunda tentativa de golpe dos spinolistas que, segundo Varela (2011), com apoio políti-

⁶ Em 1973, o PS recompõe-se em torno de Mário Soares, que esperou pelo fim do regime, decidido a explorar as possibilidades abertas pelas suas relações com as potências externas. O PCP permaneceu como referência principal da resistência clandestina, capaz de agregar setores políticos amplos, mesmo em torno das frentes criadas para a participação nas encenações eleitorais da ditadura. Na última década da ditadura, o PCP confronta-se com uma miríade de formações à sua esquerda, saídas das fileiras estudantis e com diálogo com a radicalização operária.

co e financeiro da Espanha franquista refletiu “[...] um processo de radicalização da revolução”. Esse fato abriu a segunda situação revolucionária, com intensa mobilização popular, manifestações, ocupações, barricadas, etc.

No mesmo mês, após assembleia realizada pelo MFA, decide-se pelo afastamento dos oficiais spinolistas implicados no golpe, a institucionalização do Movimento e a adoção de várias medidas políticas, dentre elas, nacionalizações de empresas, bancos, transportes e a reforma agrária. Neste período, muitas empresas foram ocupadas pelos trabalhadores.

Além das medidas para formação de um Estado Social, 117 empresas foram nacionalizadas e 219 com 50% de participação do Estado, 206 empresas sofreram intervenções, abrangendo 55 mil operários. Além disso, 700 empresas com 30 mil trabalhadores entram em regime de autogestão (ARCARY, 2004, p. 79).

No que diz respeito à educação, após a revolução de 25 de abril de 1974, de acordo com a literatura especializada e o relato dos entrevistados que na época participaram do movimento contra a ditadura, em um número significativo de grandes escolas dos centros urbanos e nas universidades, instalou-se o governo de autogestão. Os antigos reitores dos liceus e diretores das escolas técnicas foram afastados e instalaram-se plenários dos quais participavam alunos e professores, alguns com participação paritária, que tomavam as decisões.

2.1. Revolução dos Cravos e a autogestão na escola

Após a Revolução dos Cravos, os liceus entraram em ebullição, como resultado de um processo que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1960, e as universidades transformaram-se em campo politizado e radicalizado, no qual se debatiam as ideias marxistas de diversas correntes.

Conforme Garcia (2016 apud FERRARO, 2017, p. 110), as ideias chegavam aos Liceus por várias vias,

[...] mas, a reivindicação que nós tínhamos era a alteração dos conteúdos e programas para repor a verdadeira, relações menos autoritárias entre os professores e os alunos, maior liberdade de discussão e de debate e, por isso, reuniões abertas de estudantes e professores, participação de estudantes nas suas classificações e avaliações, abolir as avaliações baseadas só em exames e que a gestão da escola não fosse exercida só por um diretor, que se chamava reitor, mas que fosse uma participação dos três corpos da escola, estudantes, professores e funcionários. Meu grupo reivindicava que os estudantes deviam ser maioritários.

Nesse período foram introduzidas várias modificações na organização e gestão das escolas. Alguns autores, como Lima (1998) e Afonso (2010), denominam esse período de participação direta ou autogestão dos estabelecimentos de ensino.

[...] com a mudança democrática de abril de 1974 (revolução dos cravos), a responsabilidade da gestão das escolas (e, num certo sentido, a da sua direcção) foi assumida por comissões de gestão democraticamente eleitas. Assim, num contexto social e político revolucionário, favorável a mudanças profundas, seguiu-se um tempo (todavia breve) em que as margens de autonomia foram expressivamente ampliadas, consubstanciando importantes e heterogéneas experiências de autogestão escolar. Isto significou, consoante as situações, que as escolas assumiram cortes mais ou menos radicais com o Ministério da Educação, possibilitando, assim, iniciativas próprias em torno de uma autonomia até então desconhecida e conjunturalmente conquistada, frequentemente legitimada através de práticas de democracia directa. (AFONSO, 2010, p. 16).

Conforme Leiria (2016 apud FERRARO, 2017, p. 146),

A seguir ao 25 de Abril, há uma explosão de mobili-

zações e, de fato, é uma das principais reivindicações. Não é só reivindicação, é posta em prática a gestão democrática, tanto em liceus quanto em faculdades. [...] Nas faculdades houve gestão democrática, que explodiu como cogumelos, em praticamente todas. Eu participei do conselho diretivo da Faculdade de Letras, em uma chapa que tinha professores, estudantes e funcionários. Havia várias chapas, cada chapa tinha de ter estudantes, professores e funcionários e era votada por todos. Portanto, as chapas tinham os três corpos e o universo eleitoral eram todos os estudantes, professores e funcionários, no qual cada um valia um voto. No liceu, acho que foi assim também.

Para Barroso (2003, p. 66) a sociedade estava num período de forte agitação social, o que incidiu diretamente na escola e se assistiu a dois movimentos.

- Uma tentativa institucional (conduzida pelos vários responsáveis no Ministério da Educação, dos diferentes governos provisórios) para conceber e aplicar mudanças educativas que, do ponto de vista simbólico e formal, estabelecessem uma ruptura clara com a ‘ideologia fascista’ e, ao mesmo tempo, garantissem a governabilidade do sistema e configurassem um modelo educativo emergente, adequado à construção de uma ‘democracia socialista’.
- Um movimento social muito diversificado e descentrado que punha em causa a lógica reformista do Estado, antecipando-se aos seus desígnios e consumando as mudanças independentemente de qualquer alteração dos normativos.

Segundo Maxwell (1999, p. 95) a revolução de abril trouxe aos estudantes a possibilidade de realização de mudanças no sistema de organização escolar. Após a revolução os estudantes “[...] passaram o resto do ano acadêmico expurgando o corpo docente ‘fascista’ e formando efêmeros comitês administrativos de alunos, professores e funcionários.”

Foi neste contexto que os estudantes puderam vivenciar

as primeiras experiências de participação e de democracia na forma mais radical. A participação ocorria de forma direta, sem a mediação de representantes eleitos e/ou indicados, forma comum na democracia liberal.

Lima (1988, p. 93) faz alusão à falta de conhecimento que havia na época sobre as regras mais elementares de decisão democrática liberal, processos eleitorais, condução de reuniões, assembleias gerais, dentre outros procedimentos. A inexistência de uma cultura democrática na escola era o resultado de um período em que o ensino esteve controlado principalmente pela Igreja, pautado em valores morais e autoritários, e a participação dos alunos permitida ocorria apenas por meio da Juventude Estudantil Católica (JEC), entidade criadas pela ditadura e de apoio a ela. No entanto, de acordo com Lima (1988, p. 94), os estudantes encontravam nas dificuldades e na inexperiência fatores de motivação para a participação ativa. Ainda, havia pequenos grupos de discussão nas escolas, que disputavam o poder e instalavam a luta política e partidária no interior dos estabelecimentos.

Nas universidades, com o decreto-lei n.º 176, de 29 de abril, exoneraram-se os cargos de reitores e vice-reitores e, segundo Lima (1988, p. 93), imediatamente os diretores foram substituídos por comissões de gestão compostas por professores, estudantes e funcionários administrativos e auxiliares. Nessa primeira fase pós-revolução, os membros das comissões eram eleitos por meio de assembleias, e mais tarde começaram a ser eleitos por votação direta e secreta. Da mesma forma, nas escolas secundárias os diretores foram afastados e vigorou outro tipo de organização.

O afastamento de reitores⁷ e directores, que ocorreu em diversas escolas, e a sua substituição por órgãos colegiais com distintas designações, composições e processos de eleição variados, a abertura à participação de professores, alunos e funcionários, o recurso

⁷Em escolas secundárias, como os Liceus, o dirigente era denominado de reitor, assim como nas universidades.

à acção das assembleias gerais e, especialmente, dos plenários de professores (estes, em muitos casos, os verdadeiros órgãos de direcção escolar), a tomada de decisões em múltiplas áreas, incidindo sobre manuais e textos de apoio, conteúdos curriculares, formas de avaliação, calendário escolar, regras de comportamento, entre outros elementos [...] constituem confirmação empírica de uma autonomia praticada, embora não decretada, com efectiva expressão no plano da acção organizacional. (LIMA, 2006, p. 10).

É assim, quando foi a Revolução dos Cravos eu ainda estava no secundário, portanto era novinha e, portanto, [...] não vivenciei enquanto docente o antes e o depois, em termos de conhecimento, em termos culturais logicamente que foi uma coisa... é a evolução que se registrou a nível da carreira docente foi uma coisa gigantesca, uma coisa gigantesca. Antes do 25 de Abril os professores não tinham férias, chegava no final das aulas e ficavam sem vencimentos, e um série de coisas que vai, uma série de direitos que passaram a ter e que antigamente não tinham, as coisas eram completamente diferentes, então houve evolução substantiva (PROFESSORA 3, EAS, 2015).

No período denominado de revolucionário o órgão de direção era a assembleia, a forma de democracia era a direta e o órgão de gestão era a comissão de gestão. Porém, segundo Afonso (2010, p. 15), o período de autogestão foi efêmero.

3. Reformas e legislação educacionais

Como vimos, após a revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, em um número significativo de grandes escolas dos centros urbanos e de universidades, instalou-se o governo de autogestão. Os reitores das universidades e dos liceus e os diretores das escolas técnicas foram afastados e instalaram-se assembleias e plenários com a participação de alunos, professores e funcionários que tomavam as decisões na escola.

Em 27 de maio de 1974, o Governo Provisório promulgou o Decreto-Lei n. 221/74 que foi um dos mais curtos da história de Portugal, pois contém apenas cinco artigos. Por meio do Decreto, o Governo Provisório reconheceu as comissões de gestão eleitas nas escolas e as iniciativas democráticas desencadeadas por professores e estudantes em torno da gestão das escolas públicas. Porém, os plenários não eram reconhecidos como órgãos de gestão. O Decreto foi promulgado para legalizar e institucionalizar a sistemática decisória instalada nas instituições, mas aponta, também, que se admite essa nova forma de organização enquanto não houver uma lei que regulamente o funcionamento e organização das escolas e que as atribuições e competências dos órgãos são as mesmas que as de antes da revolução.

“Mas as gentes não se elegeram para continuar com as mesmas competências. Se ocorresse isso, não haveria autogestão nas escolas. Antes era proibido tomar decisões na escola” (LIMA, 2008a).

Dessa forma, passaram a coexistir dois tipos de órgãos nas escolas: o oficial determinado pelo Decreto do Ministério; e o de gestão na prática, um órgão executivo que operacionalizava as decisões dos plenários e das assembleias gerais das escolas.

Os Ministérios de Educação nunca admitiram os plenários e assembleias gerais nas escolas. Quem mandava na escola eram os plenários, podiam durar horas, dias, dois dias, e era onde se decidia muito além do que estava nas agendas. Não havia Estado, havia um conjunto de revolucionários. Mas, muitos do governo provisório não queriam o que se passava nas escolas. Membros do governo, pais, etc., queriam a volta da escola normal. Muitos partidos políticos eram contra o que estava acontecendo nas escolas. Mesmo o Partido Comunista era contra. Muito cedo se travava uma luta entre o pessoal progressista nas escolas, entre a dinâmica autogestionária e o ministro. Que coisas importantes podiam decidir? Podiam decidir o ano letivo, como era a avaliação, quais eram os conteúdos do

currículo, afastaram todos os livros de filosofia, história etc., e substituíram por textos que os professores escolhiam. (LIMA, 2008a).

Em 21 de dezembro de 1974, o Governo Provisório lançou o Decreto-Lei n. 735-A/74, que regulamentou a organização nas escolas e criou conselhos eleitos, tais como o Conselho Acadêmico e o Conselho Pedagógico com participação dos alunos. Os plenários foram proibidos e a sua ocorrência apenas era permitida com autorização e se não prejudicassem as aulas. Mesmo assim, os plenários apenas poderiam ter funções consultivas.

Em 1976 a legislação promulgada cria órgãos colegiais nas escolas, como o Conselho Deliberativo, Conselho Pedagógico, Conselho Administrativo e Assembleia Geral da Escola.

O momento importante foi o inicial, após 25 de abril que as escolas se movimentaram para gerir. Partiu da base para o topo. Havia a marca que fica, os plenários dos professores. Quando comecei a dar aulas ainda havia marcas dessa gestão. As pessoas que se mantiveram nos coletivos eram basicamente as mesmas do pós 25 de abril. Havia grande abertura a todos os docentes, da tradição do plenário de docentes. Depois tivemos a seguir a transformação dos plenários em CE [conselho executivo], ficou mais formatado, embora eu considere que não se alteraram muito, não era como no pós 25 de abril (MEMBRO DO CONSELHO GERAL, 2008)⁸.

“Em 76 e 77 houve já uma normalização política. O modelo adotado tem como referência o modelo da democracia representativa, gerida em uma lógica colegial” (GOMES, 2008).

Barroso (2003, p. 63) denomina o período de 1976 de *normalização*, com a promulgação da Constituição da República Portuguesa (CRP) em 2 de abril de 1976.

⁸A professora entrevistada membro do Conselho Geral da escola, também era vice-presidente da Associação Sindical de Professores Licenciados em 2008, e foi anteriormente presidente do Conselho Executivo e presidente do Conselho Pedagógico da mesma escola.

No quadro dos *direitos e dos deveres culturais*, a CRP apresenta o direito de todos os cidadãos à educação e à cultura e o dever que compete ao Estado de promover

[...] a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva (PORTUGAL, 1976).

A CRP afirma o direito à participação dos professores e alunos na gestão democrática das escolas, e das associações de professores, alunos e pais e das comunidades e instituições de caráter científico na definição da política de ensino, nos termos da lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de Portugal (LBSE) promulgada em 1986, dez anos após o decreto de abril de 1976, estabelece o quadro geral do sistema educativo, e em seu art. 3º, inciso L, lê-se:

Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias (PORTUGAL, 1986).

Na LBSE a escola aparece como centro das políticas educativas que tem como objetivo a construção da autonomia com a participação da comunidade na qual está inserida.

Em 1998, o governo promulga o Decreto-Lei n. 115-A/98, que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e dos respectivos agrupamentos de escolas. Os órgãos de direção, administração e gestão das es-

colas eram: assembleia; conselho executivo ou diretor de escola; conselho pedagógico; e conselho administrativo.

Nessa altura, fim dos anos 90, que as pessoas começaram lentamente a participar menos, até final de 90, as pessoas começaram a afastar-se da gestão. As pessoas não queriam ocupar os cargos. Começou uma instabilidade administrativa. Ocorreram muitas reformas e as pessoas se sentiam inseguras no cargo. (MEMBRO DO CONSELHO GERAL, 2008).

Dez anos depois, no dia 22 de abril de 2008, o Ministério da Educação publicou o Decreto-Lei n. 75/2008 (PORTUGAL, 2008, p. 2341-2356) que constituiu novas normas e regulamentos para as escolas públicas de ensino básico e secundário. A reforma incidiu diretamente sobre a organização e funcionamento das escolas, em especial sobre a gestão promovendo uma centralização do poder.

Do decreto-lei n. 75/2008 ressaltamos o texto referente à justificativa para as modificações introduzidas na estrutura e funcionamento das escolas e outros aspectos relacionados com o trabalho pedagógico. De acordo com o item *Justificativa*, o programa do XVIII Governo Constitucional verificou a necessidade de revisão do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas, no sentido de reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino e para um suposto *favorecimento* na constituição de *lideranças fortes*. (PORTUGAL, 2008, p. 2341).

As principais alterações na autonomia, administração e gestão das escolas efetuadas a partir do novo decreto foram: a) eliminou-se o órgão colegiado denominado de Assembleia Eleitoral da Escola (AE) e criou-se o Conselho Geral (CG); b) eliminou-se o Conselho Executivo (CE) que foi substituído pela criação dos cargos de diretor e subdiretor e adjuntos do diretor.

A então composição do CE era de um presidente e dois vice-presidentes eleitos pela assembleia eleitoral integrada pela totalidade do pessoal docente e não docente em exercício na

escola, por representantes dos alunos, bem como por representantes dos pais, de acordo com o art. 19, inciso 1, do Decreto-Lei n. 115/A/98. A partir de 2008, com o novo decreto, além da extinção do conselho executivo, a eleição do diretor ficou restrita aos membros do conselho geral. Porém, a deliberação mais forte que aqui se encontra é a criação do cargo de diretor de escola. Desde 25 de abril de 1974 as escolas de Portugal não eram dirigidas por diretores, mas por órgãos colegiados com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e dos pais.

[...] com a 115 [decreto-lei] [...] funcionava o tripartite mesmo. A assembleia eleitoral era composta por professores, funcionários, alunos e pais. Metade era de professores, 50%. Eram os que mais participavam. [...] A tendência foi de participação menor. O CG [conselho geral] herdou as atribuições da AE [assembleia eleitoral], aprovação de regulamentos, planejamento administrativo, etc. O CG fez o novo regulamento da escola e agora esse colégio elege o diretor. A comunidade elege o Conselho, e o Conselho elege o diretor. Antes a eleição era direta, agora é indireta. [...] A minha opinião não é favorável a essa mudança (PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL, 2008).

Na visão da Diretora (2008) que havia sido eleita:

Há medidas que tem interferência imediata nas pessoas. Os valores democráticos foram perdidos. Não vejo qual foi a necessidade, porque deixou de ser uma administração colegial, e passou a ser unipessoal, e passou a ser o diretor. [...] As pessoas eram eleitas e não percebemos porque se introduziram esses elementos. O CP [conselho pedagógico] é consultivo do diretor. É um conselho do diretor.

A participação na gestão democrática das escolas permaneceu na legislação portuguesa desde 1976, sendo considerada como princípio constitucional e incorporada à LBSE promul-

gada em 1986. Porém, desde dezembro de 1974, progressivamente, a categoria político-educacional denominada de gestão democrática das escolas foi sendo objeto de crescente desvitalização e erosão, tanto nos discursos políticos quanto na prática. Em pouco mais de três décadas, especialmente a partir de 2008, a GD das escolas foi sendo descontextualizada em termos políticos e históricos, e associada, com frequência, aos excessos revolucionários e participativos que teriam sido cometidos logo a seguir ao 25 de abril de 1974.

Segundo Lima (2008b), a associação imediata entre a GD das escolas e o período revolucionário representou sempre uma posição mais ideológica do que interpretativa.

Em geral, para os seus defensores, tal associação remeteu para a defesa das ‘conquistas de Abril’ e, consequentemente, para a rejeição das propostas que procuram substituir o regime de gestão das escolas. Já para os seus opositores, e para sectores que passaram a evidenciar uma relação mais distanciada com os ideais de participação democrática nas escolas, aquela categoria ou nunca foi aceitável ou se revela, de súbito, demasiado utópica do ponto de vista político e pouco racional, eficaz e eficiente em termos de gestão. (LIMA, 2008b, p. 1).

Acerca da atual situação da GD nas escolas pesquisadas, professores se posicionam da seguinte forma.

Nós já não temos gestão escolar democrática aqui. Nós passamos por um sistema que tinha um conselho direutivo, que eram eleitos, pronto, e agora passamos a ter um sistema... não sei se já... a escola passou por um modelo chamado liberal, empresarial, e as regras passaram a valer um bocado disso (PROFESSOR 2, EAS, 2015).

[...] eu penso que a gestão democrática é boa, penso que isso é bom, mas sinceramente eu preferia o modelo anterior, que tinha os seus defeitos anterior, no

anterior a forma de gestão das escolas era a ser feita através de eleições não é. Hoje o diretor é nomeado não é, e é muito mais restrita a participação dos professores nessa nomeação e tanto que isso pode funcionar melhor em termos de direção central, mas em termos locais não funciona melhor. (PROFESSOR 3, ECA, 2015)

A investigação acadêmica disponível (LIMA, 1988, 1998, 2002, 2008b; AFONSO, 2002; TEODORO; TORRES, 2005; BARROSO, 2004; NETO-MENDES, 2004, DAL RI, 2015, entre outros), contudo, tem evidenciado a importância da gestão baseada nos órgãos colegiados e da intervenção dos professores no governo das escolas. Desse modo, embora a primeira forma de autogestão tenha sido modificada com os sucessivos decretos, a constitucionalização da GD das escolas consagrou importantes princípios de colegialidade e de participação. No entanto, bem verificados os fatos, a GD das escolas de ensinos básico e secundário que foi decretada pelo Governo Provisório, em 1976, representou a normatização dos processos de participação e representação pós-revolução, mas consagrando, ao mesmo tempo, a reconstrução do paradigma da centralização. Pela via dos decretos, os governos garantiram a sobrevivência de uma administração centralizada, ao mesmo tempo em que se atribuíam poderes de gestão corrente a órgãos colegiados democraticamente eleitos.

Em síntese, no ano de 1976, o governo português promulgou decreto-lei para regulamentar e organizar o sistema de ensino que vinha, desde abril de 1974, funcionando em sistema de autogestão com os plenários, mas sem uma legislação específica, a não ser um decreto estabelecido em dezembro de 1974. A legislação de 1976 criou órgãos colegiais nas escolas, como o Conselho Deliberativo, Conselho Pedagógico, Conselho Administrativo e Assembleia Geral da Escola.

Em 1998, com o decreto-lei 115/98, aumenta-se a centralização e o controle sobre as escolas, embora ainda não se observassem muitas mudanças na organização e no funcionamento

administrativo e de gestão, em especial nos órgãos colegiados. Com esse decreto, reafirma-se a Assembleia para substituir os plenários, o Conselho Diretivo passa a Conselho Executivo (CE) com presidente, e mantém-se o Conselho Pedagógico e Administrativo. Mas, essa lei foi uma preparação para as regulamentações que apareceram dez anos depois, pois já criava a figura do presidente do CE e previa a possibilidade, para as escolas que assim decidissem, de eleição do diretor de escola. Com o decreto 75/2008 mantêm-se os Conselhos Pedagógico e Administrativo, mas cria-se o Conselho Geral e os cargos de diretor e subdiretor com funções executivas e com poder de indicar os membros do órgão unipessoal. No entanto, até a promulgação desse decreto, todos os cargos da escola eram eletivos.

No decreto-lei n. 75/2008, o texto afirma que a gestão passa a ser unipessoal, o diretor tem de ser professor de qualquer área do conhecimento, pode ser da rede particular, deve apresentar um projeto de intervenção e ter experiência em mandato de gestão. Após a homologação da indicação, o diretor escolhe seu subdiretor e os adjuntos, o que pode gerar uma ampliação dos subgrupos de interesses intramuros escolares. (MARTINS, 2011, p. 83).

De forma radical, no período de 1974 a 1976, Portugal viveu uma exitosa experiência de autogestão nas instituições, no entanto, os inúmeros decretos que foram promulgados, especialmente o decreto-lei n. 75/2008, que retomou os cargos de diretor e subdiretor, que até então eram inexistentes, e a baixa participação que foi se constituindo dos anos de 1990 em diante, ocasionaram um grande retrocesso na democratização da escola. As políticas educacionais de cunho neoliberal começam a tomar fôlego no período de 1990 e são implementadas definitivamente no início do século XXI.

4. Reformas educativas e política neoliberal

São nítidas as diferenças dos momentos que cercam as leis que trazem a gestão democrática do ensino em Portugal. No ano de 1974 e até 1976, houve a influência da Revolução dos Cravos, dos educadores e estudantes organizados; os movimentos populares estavam lutando pela derrubada da ditadura e pela democratização do país. No segundo momento, o da aprovação da LBSE (1986), bem como da promulgação dos Decretos de 1988 e principalmente o de 2008, a maior influência advieio do ideário dos organismos internacionais de financiamento. Segundo Krawczyk (2001), o poder crescente dos Bancos no âmbito político-educacional obrigou os Estados nacionais a se adaptarem ao ritmo imposto pela reforma, provocando a adoção de mudanças vertiginosas na área.

Fica também evidente a sobreposição das políticas econômicas às políticas sociais. Historicamente, a construção do perfil da educação formal no Ocidente esteve articulada à história das nações, ou seja, à evolução do trabalho, à democracia liberal e ao mercado. As várias reformas que os Estados implantaram ou vêm implantando, muito embora apareçam acompanhadas pelo discurso da democratização, descentralização e participação, não têm por objetivo construir uma identidade coletiva democrática, mas, sim, propiciar melhores condições de governabilidade para o capital. Com a crise do sistema capitalista, as reformas dos Estados de vertente neoliberal foram estratégias que vieram para reforçar a lógica desse modelo.

A busca de um pacto que permita a penetração capilar das reformas na estrutura social deve-se ao aumento dos conflitos, consequência da deterioração cada vez maior das condições de vida da maioria da população, mas, ao mesmo tempo, cumpre um papel regressivo nas possibilidades de democratização das relações sociais porque coloca as questões de forma fragmentária, busca diluir a referência ao coletivo e, portanto, debilita os sujeitos sociais (KRAWCZYK, 2001, p. 7).

Desse modo, assistimos em praticamente todos os países centrais e periféricos, inúmeras mudanças na área educacional. Em Portugal, em especial após a promulgação do decreto-lei n. 75/2008, de iniciativa do XVII Governo Constitucional, acelerou-se o período de transição do governo colegial e democrático para um sistema de governo tipo gerencial/empresarial das escolas. A nova forma de gestão traz as ideias e práticas de fortalecimento das lideranças individuais, concentradas no cargo de diretor, competitividade, eficiência, eficácia e centralização.

As ideias e práticas relativas à democracia e participação, valores que continuam presentes na Constituição Portuguesa e na LBSE (1986), foram alojadas em um órgão colegiado, o Conselho Geral, já desvitalizado pela baixa participação da comunidade acadêmica e pais, despolitizando a estrutura organizacional das escolas. Ao mesmo tempo, reforçam-se os poderes executivos, colocando os diretores como protagonistas da gestão escolar. Em sintonia com as diretrizes do decreto-lei de 2008, os órgãos colegiados escolares assumem caráter consultivo, gravitando em torno do diretor, pois parte-se da ideia de que a escola necessita de uma liderança forte e eficaz. E isso ocorre, segundo Lima (2008b, p. 2), “[...] num país onde a associação entre liderança forte, e individual, por um lado, e boa liderança, por outro, parece historicamente bastante problemática”. De qualquer forma, fica clara no corpo da lei, mesmo que de forma implícita, a oposição entre democracia e eficácia, ou seja, entre os excessos *democráticos* da Revolução de Abril e a modernidade da *nova gestão pública*, com a evidente opção pela segunda.

Após o 25 de abril, as escolas portuguesas conquistaram grande autonomia que se refletia na tomada de decisões e nas pautas sobre as quais as comunidades acadêmicas podiam decidir. Segundo docentes da Universidade do Minho, Lima (2008a) e Gomes (2008), professores e alunos, em especial os professores tinham uma ampla autonomia e liberdade para tomarem as decisões nas escolas. Os assuntos sobre os quais a comunidade organizada nos órgãos colegiais e nos plenários podia decidir

diziam respeito às contratações de professores, alocação dos recursos, currículos e programas, horários, eleições diretas para todos os cargos, dentre outros.

No entanto, as sucessivas reformas educativas foram retirando e restringindo a autonomia das escolas e após o Decreto-Lei n. 75/2008 (PORTUGAL, 2008, p. 2341-2356), a autonomia ficou altamente restringida.

Em suma, a reforma de 2008 significou a “[...] transição de formas de governo colegial e de liderança colectiva [...] para sistemas de tipo pós-democrático, de inspiração empresarial [...] e por aquilo que pode ser criticamente designado como o novo cânone gerencialista.” (LIMA, 2008b, p. 2).

Conclusão

A Revolução dos Cravos foi a última revolução europeia a colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção. Segundo Varela (apud LARA; SILVA, 2015), esse fato resultou na transferência de 18% do rendimento do capital para o trabalho, o que permitiu o direito ao trabalho, salários acima da reprodução biológica, acesso igualitário e universal à educação, saúde e segurança social.

A Revolução dos Cravos foi também a última revolução europeia na qual se desenvolveu o controle operário e a autogestão em vários setores e instituições. Ocorreu uma ampla discussão sobre “[...] a autogestão (os trabalhadores serem ‘donos’ da fábrica) e o controle operário (o questionamento total da produção e a recusa em ‘gerirem a anarquia capitalista e serem patrões deles próprios’, para citar documentos da época)” (VARELA, 2015 apud LARA; SILVA, 2015, p. 123).

Também no plano educacional ocorreram várias modificações. Logo após o 25 de Abril, instalou-se em grande parte das escolas e nas universidades o regime de autogestão. As instituições passaram a ser geridas por plenários, assembleias e conselhos com a participação de professores, funcionários, es-

tudantes e pais que tomavam as decisões e geriam as escolas. A participação ocorria de forma direta e a autonomia era ampla, pois os coletivos escolhiam o tipo de material a ser utilizado nas aulas, elaboravam os currículos e programas, decidiam o orçamento, as contratações, dentre outros assuntos importantes. Foram criadas associações de pais e encarregados de educação, associações de estudantes, sindicatos de professores e sindicatos de pessoal não docente.

Esse tipo de gestão, que foi muitas vezes responsabilizado pela ineficácia da gestão escolar por partidos e pela direita liberal, impregnou as práticas dos sujeitos escolares e pais com resultados duradouros. Esse fato permite-nos compreender a dificuldade que os vários governos tiveram para introduzir as reformas neoliberais em Portugal durante os anos de 1980 e 1990, pois, uma vez aprovadas pelos governos, as reformas esbarravam, embora de forma desigual dependendo da escola, na força dos Conselhos e das associações de pais e estudantes. Também no ensino superior ocorreram alterações nos programas curriculares e nas condições de acesso. As universidades passaram a dispor de autonomia pedagógica, financeira e científica e os seus órgãos são também eleitos pelos seus pares, havendo colegiados com representação docente, discente e do pessoal não docente.

Essa forma de gestão vigorou praticamente até 2008. Com o Decreto-Lei n.º 75 de agosto de 2008 ocorreram a retomada dos cargos de diretor e subdiretor nas instituições de ensino, a centralização do poder e a aplicação das leis de mercado na educação, enfatizando-se as ideias teórico-práticas de qualidade total para os serviços públicos, eficácia e eficiência na gestão escolar.

Nesse contexto, centralizar o poder e potencializar as lideranças individuais nas instituições educacionais não foi algo casual. Imitando as formas de gestões das empresas, a política neoliberal aplicou sua lógica na gestão educacional colocando à frente das unidades escolares verdadeiros chefes encarregados de apor eficazmente as políticas de modernização, capazes de mobilizar energias para introduzir as inovações e para con-

trolar o corpo docente. Essa tendência é verificável nas políticas educacionais não apenas de Portugal e do Brasil, mas de muitos outros países. Esse tipo de política ponta a necessidade dos diretores escolares terem capacidade de decisão no que diz respeito ao financiamento, ao controle do pessoal e às metas colocadas. Evidencia-se, assim, o papel dos dirigentes escolares como gerentes, especialistas em gestão econômica, empresarial e recursos humanos para garantir a *qualidade* das escolas.

Há vários estudos, no entanto, que mostram que os problemas verificados na atualidade nos sistemas de ensino públicos não advêm da má gestão das escolas. Há inúmeros fatores que incidem sobre os problemas, tais como, o financiamento do ensino público, com baixos índices de aplicação de verbas; infraestrutura deficiente; baixos salários de professores e funcionários; má formação dos docentes e, sobretudo, o tipo de estrutura e organização das instituições que não atendem às reais necessidades de vida e trabalho das populações.

Por outro lado, a investigação científica tem demonstrado também que a prática democrática e a tomada coletiva de decisões podem contribuir para que os atores da educação, professores, alunos e funcionários se tornem mais politizados, envolvidos e participantes no processo político-pedagógico e refletem sobre a superação do sistema hierárquico que existe nas escolas.

Como vêm demonstrando os inúmeros movimentos contestatórios realizados no mundo todo, por amplos segmentos da sociedade, o atual período histórico é uma época de transição, portanto, expoente momento propício para mudanças. Desse modo, esse período parece importante para a luta pela democracia, contra as hierarquias e autoritarismos e pela descentralização do poder.

No ano de 2008, o governo português procedeu a ampla reforma educativa no país que atingiu tanto a organização e a gestão das escolas públicas como as carreiras dos professores. A categoria docente do ensino público português colocou-se frontalmente contra a reforma. Os professores manifestaram de várias formas a sua insatisfação, com destaque para o mo-

vimento ocorrido em novembro de 2008, quando cento e vinte mil professores, ou seja, mais de 90% da categoria, participaram de ato público e passeata em Lisboa contra a reforma e exigindo do governo a sua imediata supressão. Em 2010 ocorreu outra grande greve dos professores, considerada a maior já registrada em Portugal, contra a reforma do Estatuto da Carreira Docente, Decreto-Lei n.º 75, de 23 de junho 2010. Em 2017 a Federação Nacional dos Professores de Portugal organizou uma massiva paralisação dos docentes reivindicando o agendamento de reunião com o Ministro da Educação, para discutir vários temas, dentre eles a progressiva precarização do trabalho docente nas últimas décadas.

Desta forma, ressaltamos a importância da participação dos segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil, na conquista de uma escola pública democrática e de qualidade e, além dos muros da escola, por uma sociedade mais justa e igualitária. As lutas do passado, como a Revolução dos Cravos, não deveriam se tornar apenas fatos históricos gloriosos, mas, sim, exemplos de participação e luta, em especial para a juventude, uma vez que os estudantes, como atores sociais que fazem e vivem a história, podem no presente e no futuro contribuírem para transformá-la.

REFERÊNCIAS

ABADIA, D. M. *O jornal combate e as lutas sociais autonómistas em Portugal durante a revolução dos cravos (1974-1978)*. 165 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2010.

AFONSO, A. J. O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. In: LIMA, L. C.; AFONSO, A. J. *Reformas da educação pública: Democratização, modernização, neoliberalismo*. Porto: Afrontamento, 2002. p. 33-59.

_____. Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve diacronia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Brasília, v.26, n.1, p. 13-30, jan./abr. 2010.

ARCARY, V. Quando o futuro era agora. Trinta anos da revolução portuguesa. **Revista Outubro**. São Paulo, n. 11, p.71-92, 2004.

BARROSO, J. Organização e regulação dos ensinos básico e secundário em Portugal: sentido de uma evolução. **Educação e Sociologia**. Campinas, v. 24, n. 82, p. 63-92, abr. 2003.

_____. A autonomia das escolas: uma ficção necessária. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 17, n. 2, p. 49-83. 2004.

BARROSO, J.; SJORSLEV, S. **Estruturas de administração e avaliação das escolas primárias e secundárias – nos doze Estados Membros da Comunidade Europeia**. Lisboa: Ministério da Educação, 1990.

BLACKBURN, R. The test in Portugal. **New Left Review**. Londres, I 88-87, p. 05-46, sep./dec. 1974.

COSTA, J. A 40 años de la Revolución de los Claveles. **Revista Viento Sur**. Madrid, n. 133, p. 13-21, abr. 2014.

DAL RI, N. M. **Gestão democrática na escola pública no Brasil e em Portugal**. Projeto de pós-doutorado realizado na Universidade do Minho, Braga, Portugal, Marília, 2008.

_____. Gestão democrática na escola pública no Brasil e Portugal: divergência originária e convergência atual. **Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq**, Marília, 2010.

_____. As origens da gestão democrática na escola pública no Brasil e Portugal: inserção na Constituição de 1988 e a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) no

Brasil, a Revolução dos Cravos e reforma educativa em Portugal. **Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq**, Marília, 2013.

_____. Reformas político-educativas e gestão democrática na escola pública em Portugal. In: DAL RI, N. M.; BRABO, T. S. A. M. Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 37-67

FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2011.

FERRARO, K. P. **Origem e concepções teórico-práticas de gestão democrática educacional em Portugal**. 2017. 190fs. Exame Geral de Qualificação. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

FERREIRA, H. da C. **A administração da educação primária, entre 1926 e 1995: que participação dos professores na organização da escola e do processo educativo?** 2005. 653 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2005.

GOMES, C. A. **Entrevista concedida à pesquisadora**. Braga, Universidade do Minho, 25 de novembro de 2008.

KRAWCZYK, N. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (orgs). **O cenário educacional latino-americano no liminar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LARA, R.; SILVA, M. A. Entrevista com Raquel Varela: Revolução dos Cravos, condições de trabalho e vida em Portugal. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 123-130, jan./jun. 2015.

LIMA, L. C. **Gestão das escolas secundárias:** A participação dos alunos. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

_____. **A escola como organização e a participação na organização escolar.** 2. ed. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1998.

_____. Modernização, racionalização e optimização: perspectivas neotaylorianas na organização e administração da educação. In: LIMA, L. C.; AFONSO, A. J. **Reformas da educação pública.** Democratização, modernização, neoliberalismo. Porto: Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Ciências da Educação, 15) p. 17-32.

_____. Administração da educação e autonomia da escola. In: LIMA, L. C.; PACHECO, J. A.; ESTEVES, M.; CANÁRIO, R. **A Educação em Portugal (1986-2006):** alguns contributos de investigação. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2006.

_____. **Entrevista concedida à pesquisadora.** Braga, Universidade do Minho, 07 de novembro de 2008. (2008a).

_____. Da gestão democrática das escolas à pós-democracia gerencial? **OPS! Revista de Opinião Socialista.** Lisboa, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.opiniaosocialista.org/02dossie06.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2008. (2008b).

MARTINS, A. M. Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil/Portugal. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 46, p. 69-89, jan./abr. 2011.

MAXWEELL, K. **A construção da democracia em Portugal.** Lisboa: Editorial Presença, 1999.

NETO-MENDES, A. A. Escola pública: gestão democrática, colegialidade e individualismo. **Revista Portuguesa de Educa-**

ção. Braga, v. 17, n. 2, p. 115-131, 2004.

PIOVEZAN, P. R. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal.** 2017. 221fs. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Revolução dos Cravos.** São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolucao-dos-cravos/revolucao-dos-cravos2.php>>. Acesso em: abr. 2012.

PORTUGAL. **Decreto-Lei** n. 221/74 de 27 de maio de 1974. Lisboa: Governo Provisório, 1974.

PORTUGAL. **Decreto-Lei** n. 735-A/74 de 21 de dezembro de 1974. Lisboa: Presidente da República, 1974. Centro de Documentação, Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=educa03>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

PORTUGAL. Constituição (1976). **Constituição da República Portuguesa.** Portal do Governo. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

PORTUGAL. **Lei de Bases do Sistema Educativo.** Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986. Estabelece o quadro geral do sistema educativo. Disponível em: <<http://www.min-edu.pt>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

PORTUGAL. **Decreto-Lei** n. 286/98. 29 de agosto de 1998. Estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular dos ensinos básico e secundário. Disponível em: <<http://www.min-edu.pt>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Decreto-lei n. 75/2008. 22 de abril de 2008. **Diário da República.** Lisboa, 1ª série, n. 79, p. 2341-2356, abr. 2008.

PORUTGAL. Decreto-Lei n.º 75, 23 de Junho de 2010. **Diário da República**. Lisboa, n. 14, Série I, 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/feuc/eea/Documentos/ECD>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

SECCO, L. **25 de abril de 1974: A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

TEODORO, A; TORRES, C. A. (orgs). **Educação crítica e utopia – Perspectivas para o século XXI**. Porto: Afrontamento, 2005.

VARELA, R. Primeiro fazem-se plenários e depois é que se cumprem as ordens. Crise político-militar na Revolução dos Cravos. **Revista do Mestrado em História**. Vassouras, v. 13, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2011.

OS RUMOS DAS POLÍTICAS CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS E EDUCATIVA NO PORTUGAL DO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO (1974-1976)

Zuleide S. Silveira

Introdução

A Revolução Portuguesa de 1974, conhecida como Revolução dos Cravos, alterou radicalmente as relações de poder, engendrando mudanças profundas na vida política, socioeconómica e cultural da sociedade portuguesa, bem como nas suas relações externas, particularmente com a África.

Marcado por várias fases, o período revolucionário foi um processo rico de movimentação da classe trabalhadora, mas também, contraditório à medida que seu plano de ação política se torna, aos poucos, mediação para a construção de um projeto de capitalismo de Estado. Esse processo contraditório apontava para a revolução de viés socialista-democrático, entretanto, acabou por adotar orientação reformista sob forte pressão interna de forças conservadoras nas suas relações com o imperialismo norteamericano.

Para efeitos de sistematização poderíamos distinguir como fases desse processo, o golpe militar de 25 de abril de 1974; a revolução política e social entre 1974 e 1975; a contrarrevolução entre 1975-1976, quando são realizadas eleições legislativas, presidenciais e municipais e aprovada a Constituição democrática; e, ainda, o período de normalização democrática, ocorrido entre 1976 e 1982, que promove a revisão da Constituição, retirando vários princípios revolucionários, e a aprovação de novas leis das forças armadas.

O contexto revolucionário, em particular, foi marcado por

novos tipos de relações sociais, modos de organização social e de exercício do poder – “o Estado deixa de existir por um lapso de tempo” (CANÁRIO, 2010) –, materializado na conquista das liberdades e instauração do regime democrático; no fim da exploração colonialista; na liquidação do capitalismo monopolista de Estado; na intervenção estatal e controle dos trabalhadores, com a criação generalizada de comissões de fábricas, terras, bairros, aldeias, escolas e quartéis; nacionalizações dos setores de base (indústria, transporte e comunicação), além dos setores bancário e securitário; na expropriação da propriedade latifundiária e implementação da reforma agrária (CANÁRIO, 2007; CUNHAL, 1994; GRÁCIO, 1981; TEODORO, 1978; UNESCO, 1982; VARELA, 2014).

Segundo Varela (2014) a queda do regime ditatorial-salazarista deixa para trás um país europeu, colonial, com uma estrutura social que combinava uma indústria pujante, uma burguesia que dava os primeiros passos rumo à internacionalização e uma população mantida com baixos salários, ignorância e atraso. Portugal era o país onde 40% da população era analfabeta, não havia sufrágio universal, não havia um sistema de previdência social, ir ao médico implicava sempre uma relação paternalista e comercial com casas de misericórdias mantidas pela Igreja.

A Revolução não visava apenas substituir a ditadura fascista pela democracia, mas também promover uma coligação entre trabalhadores do setor urbano, campesinato e pequena e média burguesia, que derrubasse as frações burguesas monopolistas industrial e financeira, além de expropriar o capital estrangeiro. Neste contexto, instalase o controle operário, uma organização política dos trabalhadores, ao nível econômico corporativo, com vista a tomar o poder político do Estado.¹

Contudo, durante o processo de derrubada do Estado fascista, emergiram da sociedade civil forças políticas (fascistas,

¹ Raquel Varela, historiadora portuguesa, chama a atenção para equívocos cometidos na literatura ao se confundir controle operário com autogestão e/ou cogestão, bem como controle operário articulado a situações de duplo poder. Para maiores detalhes, ver Varela (2014).

liberais, marxistas, anarquistas, etc.) cuja correlação resultou em um processo, denominado por Gramsci (2001) de transição política atenuada para as estruturas de poder democrático, acabando, segundo Costa et al (2010) por dar resposta à pressão político-militar dos EUA e outros países do bloco imperialista.

De fato, ao lançar o olhar para o passado recente de Portugal, mais precisamente a partir de 1976, pode-se afirmar, com Marx (1974, p.114), que “a forma política foi encontrada, posto que o movimento de restauração acabou por aperfeiçoar a máquina estatal, ao invés de destróçá-la” (MARX, 1974, p. 114). Eis que, o período de normalização (1976-1982) caracteriza-se pela transferência do centro das decisões políticas do poder popular, presente nas organizações da sociedade civil e no movimento das Forças Armadas, para o aparelho de Estado burguês que se encontrava em processo de reorganização e de reconstrução da hegemonia.

Entretanto, para Grácio (1981), neste período não ocorre o aniquilamento total do movimento popular e do movimento sindical mas sim o seu afrouxamento. Embora o movimento popular e sindical se mantivesse fortalecido, o processo de transformação do sistema educativo cede espaço para uma reforma que passa a ser capitaneada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para Stoer e Araujo (apud TEODORO, 2003, p. 42), as contradições inerentes ao processo revolucionário não permitiram no campo da educação o mesmo avanço obtido no plano econômico, uma vez que as políticas educativas dos Governos Provisórios se assentaram no trinômio *modernização, educação, democracia-cidadania*. Buscava-se, assim, promover uma identidade entre democracia-cidadania e socialismo, em franca oposição ao arcaísmo do sistema educativo, mantido no período salazarista ((STOER, 1982; TEODORO, 1978, 1982; UNESCO, 1982); o que, não se pode negar, representa um salto qualitativo se comparadas as políticas dos Governos Provisórios com o período de Reforma Veiga Simão do início dos anos 1970.

Da Reforma Veiga Simão foi incorporado o princípio da

igualdade de oportunidades educacionais, que veio a materializar-se em programas e ações de forças políticas do Partido Comunista e do Partido Socialista, tornando possível: (i) democratizar o acesso da classe trabalhadora à escola, desde o nível da educação infantil à educação superior; (ii) promover a *desfascinação dos conteúdos de ensino*, que passaram a estabelecer estreita ligação entre educação e produção material da vida; (iii) institucionalizar a liberdade de expressão e de reunião, bem como a liberdade associativa nas escolas e na sociedade, em geral; (iv) desenvolver nos jovens uma perspectiva internacionalista e solidária com a luta de outros povos; (v) remodelar os currículos de modo a acompanhar o desenvolvimento tecnológico-científico.

Entrementes, as universidades são palco politizado e radicalizado de forças políticas marxistas que se multiplicavam. Os liceus e as escolas secundárias estão em ebullição, onde se reivindicam o fim dos exames com fito de democratizar o acesso da maioria à universidade. É, no campo da educação que se faz o maior número de exoneração de professores e outros profissionais afetos ao regime salazarista.

Se, de um lado, os programas e ações dos Governos Provisórios foram assegurados na Constituição promulgada em 25 de abril de 1976²; de outro, “a orientação eclética e mesmo liberal, [materializada nas relações com a UNESCO, no Projeto-Lei nº 25/I de novembro de 1976, e na revisão da Constituição em 1982] impediu uma abordagem científica e corajosa dos problemas, permitindo a exploração reacionária de certos núcleos temáticos” (TEODORO, 1978, p. 32-3).

Mesmo assim, não se experienciava o fim da história, pois a natureza ontológica do processo social é contraditória. Concorda-se, pois, com Tiriba (2004; 2007; 2008) que, os processos educativos não ocorrem apenas no espaço da instituição escolar/universitária. Existe uma área de interseção entre os campos de produção do conhecimento e de ação, onde na e pela

² Ainda em vigor, a Constituição de 1976 é a mais longa da história de Portugal, tendo sofrido sete revisões constitucionais: 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005.

práxis é possível redimensionar a racionalidade dos processos educativos, tendo o trabalho como princípio educativo, em consonância com a racionalidade que inclui todas as objetivações humanas.

A classe trabalhadora portuguesa, “encarnada de pessoas e contextos reais” (THOMPSON, 2004), a partir de suas experiências histórico-culturais, “lutou com tenacidade, coragem, confiança para impedir o regresso ao passado fascista” (CUNHAL, 1994). Produziu saberes, formou uma consciência de classe e influenciou no processo de mudanças das relações de produção e reprodução da sua existência. Mesmo depois do primeiro quinquénio dos anos 2000, já implantadas as políticas neoliberais, é possível perceber aspectos positivos do processo revolucionário estão presentes na sociedade portuguesa.

Fundamentada na compreensão de que a prática social ocorre no processo ontológico histórico de luta de classes, operando sobre as contradições entre relações de produção, reprodução da vida ampliada e concepções, intenções, orientações e ações dos sujeitos nela envolvidos, este artigo tem como objetivo analisar os rumos da política de ciência e tecnologia e da política educativa de ensino superior, em Portugal, nos contextos revolucionário e contrarrevolucionário da década de 1970.

Toma por base a lógica histórica³ e a crítica à economia política, de modo a evidenciar o movimento dialético entre a realidade concreta e a pseudoconcrecideade das relações de sociais. O campo empírico abrange os documentos emanados do poder de Estado português e de organismos supranacionais, bem como o Instituto Politécnico de

Setúbal, o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), os cursos de engenharia da Universidade do Minho e a Escola Secundária Josefa de Óbidos⁴, cuja investigação realizada, pela autora, se deu por ocasião do doutoramento intercalar na Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Dr. Belmiro Gil

³ Com Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci e Edward P. Thompson entende-se que a história é, ao mesmo tempo, método e processo.

⁴ Muito embora, estas instituições de ensino não sejam citadas no corpo do texto.

Cabrito.

1. RELAÇÕES SUPRANACIONAIS: questão teórico metodológica e fatos empíricos

Nesta primeira seção, discute-se o emprego da categoria organismo supranacional como crucial para a apreensão dos rumos das políticas, em geral, ao se estabelecer uma relação dialética entre políticas de Estado ampliado e políticas supranacionais. Em seguida, analisa-se a relação entre organismos supranacionais e Estado português no contexto revolucionário do 25 de Abril.

1.1. Breves palavras sobre as questões da supranacionalidade e a categoria de análise organismo supranacional

Em Portugal é comum, entre pesquisadores da educação, o emprego da expressão *organismo supranacional* como instância de tomada de decisões por parte de chefes da delegação dos países membros da União Europeia, à exemplo da Comissão Europeia, que acaba por interferir nas políticas públicas nacionais.

No Brasil, poucos são os investigadores que recorrem ao termo como categoria de análise por três razões. A primeira diz respeito ao movimento silencioso do bloco econômico-político regional do Mercado Comum Sul (Mercosul), e respectivo Setor Educacional do Mercosul (SEM)⁵, que em seus mais de 25 anos de existência, apresenta-se como um fenômeno novo e pouco estudado.

A segunda relaciona-se à visão opaca de que, organismos criados ao final da Segunda Grande Guerra, com a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento capitalista e regular o processo de internacionalização da economia/da tecnologia, seriam organismos que estabelecem relações inter-nações como algo

⁵ Espaço de reunião dos Ministros de Educação dos Estados Membros do Mercosul.

que ocorresse entre nações ou não passasse de relação bilateral. Em alguns casos, recorre-se à expressão organismos multilaterais, desconsiderado que o termo multi-lateral tem como acepção um sistema de segmentos equipolentes situados em um mesmo plano. Neste sentido, o multilateralismo estaria em uma relação de liberdade de acordos, de comércio, de fluxo de capital, de fluxo de pacotes tecnológicos em uma proporção tal que, os intelectivos coletivos envolvidos na relação seriam equipolentes ou teriam a mesma força e poder de modo manter o equilíbrio do campo de forças.

Ora, como é sabido, a relação entre Estados, blocos de Estados e entre estes e organismos tais como Banco mundial (BM), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Troika (trio formado entre Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional), Fórum Econômico Mundial (mais conhecido como fórum de Davos devido às reuniões anuais que realiza em Davos, na suíça), dentre outros, são relações de poder, que envolvem as três dimensões fundamentais do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), em um movimento tendencial de se fortalecer e se ampliar por meio da internacionalização da economia/tecnologia, operando nas contradições entre imperialismo e dependência⁶, “até mesmo em condições extremamente severas de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2006, p. 796-7).

Esta dinâmica capitalista requer estabilidade e previsibilidade institucional, econômica e societária, o que tem implicações na formulação e métodos da ação governamental no âmbito do sistema político-administrativo nacional (DREIFUSS, 1997, 2004; MÉSZÁROS, 2003), desvelando um campo de forças desiguais e minoritárias em relação àqueles. Não há, pois, multilateralidade possível, a menos que seja em nível ideológico ou de estratégias de obtenção do consenso.

Ainda segundo esta visão opaca, as diretrizes, assessoria

⁶Toma-se por base, aqui, a *Teoria marxista da dependência*.

técnica e financeira, dos “organismos internacionais ou multilaterais”, se dariam majoritariamente, senão exclusivamente, no seio da América Latina.

A terceira razão afirma que a categoria organismo supranacional não possui historicidade. No entretanto, a totalidade social só se realiza, processual e ontologicamente, em complexos concretos e dinâmicos que a constituem. Assim, uma determinada categoria se tomadas em si, de fato, não possui historicidade própria. Mas, na medida em que constitui uma totalidade parcial ou um complexo semovente, segundo leis próprias, tal categoria – organismo supranacional – impõe-se histórica.

Sem a necessária análise dialética e intricada entre sociedade civil, sociedade política e organismos supranacionais não será possível capturar o movimento real da contrarreforma educativa que se desenvolve em nível internacional e se manifesta em diferentes países segundo as lutas de classes internas à cada um deles. Trata-se, pois, de apreender o modo pelo qual a política educacional subordina-se à política científico-tecnológica ao mesmo tempo em que responde de modo mediato aos movimentos de inserção dos Estados (seja de

capitalismo central, seja de capitalismo dependente) na reconfigurada divisão internacional do trabalho⁷.

A análise da política supranacional na sua relação com a política nacional não se descura do poder do Estado-Nação. Ao contrário! Afirma-se a sua robustez. Afinal, o “estado burguês supranacional”⁸ (neste texto denota organismo supranacional) só se sustenta pelos Estados-Nações que reúnem condições de

⁷ Em outros momentos, esta autora discutiu não apenas a contribuição que a categoria de análise organismo supranacional pode trazer às investigações do campo educacional, mas também a subsunção da política educacional à política de ciência e tecnologia e, seu correlato, a concepção contemporânea de educação tecnológica que norteia as reformas e contrarreforma de educação, em nível internacional. Cf. Silveira (2011; 2015;2016).

⁸ Talvez Gramsci (1976, p. 187-189; 2007, p. 24;80, 151-153) tenha sido o primeiro marxista a capturar a natureza do poder político em nível supranacional. Ao analisar a organização de estados em blocos que à época se manifestava na Liga das Nações, Gramsci apreendeu que a constituição de blocos políticocoeconômicos tem implicações na organização político-econômica no interior dos Estados-Nações, a partir de acordos firmados, em nível supranacional, no

inserir-se e enfrentar a concorrência no mercado mundial, particularmente nesta fase de crise estrutural do capital, iniciada nos anos 1970, na qual sua administração vem mediada pelas políticas neoliberais.

A tarefa política do Estado encontra-se, hoje mais do que nunca, na criação de medidas necessárias à reprodução social. O que implica transformá-lo em gerenciador do fundo público, isto é, agente de financiamento simultâneo da acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho: financiando a acumulação do capital com gastos públicos na produção através de subsídios para agricultura, indústria, comércio, ciência e tecnologia, e financiando a reprodução da força de trabalho por meio de gastos sociais como educação, medicina socializada, previdência social, seguro-desemprego, valetransporte, vale-alimentação, habitação, salário-família, etc. (OLIVEIRA, 1988, p. 2122; 2003, p. 39-40).

1.2 . Da relação entre organismos supranacionais e Estado-Nação português

No Pós-Segunda Guerra, projeto estadunidense de reconstrução e regulação do capitalismo internacional, bem evidencia a lógica tendencial daquela dinâmica em sua fase imperialista: acentuar as estratégias geopolíticas, diplomáticas e militares usadas por um Estado ou bloco de Estados, em meio à luta para afirmar seus interesses e atingir suas metas rumo ao mundo globalizado. Promovem-se as conferências de *Bretton Woods* e cria-se a Organização do Atlântico Norte (OTAN), precursoras do Plano Marshall para a reconstrução da Europa, que veio a ser executado pela OCDE. Constroem-se uma complexa rede de instituições, agrupadas em três setores, de modo a obter a estabilidade e previsibilidade institucional.

O primeiro setor, formado pelo Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e Acordo Geral so-

interior do que denominou “grande estado burguês supranacional”

bre Tarifas e Comércio (GATT)⁹, ficou responsável pela supervisão do comércio e do equilíbrio de balanços de pagamentos dos países membros; o segundo constituiu-se da rede global de suas bases militares legitimadas por vários pactos regionais de segurança coletiva ou de defesa bilateral; e, por último, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o Conselho de Segurança, responsável pela administração política de conflitos interestatais e a UNESCO, organismo consultor técnico para assuntos de educação, ciência e cultura.

Trata-se, pois, de uma garantia do pleno desenvolvimento capitalista que se dá por mediação dos organismos supranacionais, como veremos em seguida. Temas como educação para o desenvolvimento econômico; produção e transferência de ciência e tecnologia; cultura, diversidade cultural e integração regional, entre outros, passam a ser tratados à revelia do público, assumindo o caráter de gestão supranacional no plano da grande política, com implicações na formulação de políticas e ações governamentais no âmbito da pequena política, em nível nacional¹⁰.

⁹O Gatt foi substituído, no ano de 1995, pela Organização mundial do Comércio (OMC) e na sequencia da criação da OMC foi assinado o Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS). A título de esclarecimento: para o GATS, o setor de serviços educacionais abrange educação “primária”, “secundária”, “pós-secundária”, e “terciária”, além da educação profissional e da educação de jovens e adultos. Tendo como objetivo principal diminuir as barreiras comerciais, que no caso dos serviços educacionais podem estar associadas aos subsídios dos governos ao setor, à importação de material escolar, à necessidade de vistos, reconhecimento e revalidação de diplomas, aos obstáculos e ou exigências no processo de autorização para funcionamento de instituições de ensino, cursos e sistemas de acreditação, bem como na celebração de convênios, o GATS entende que os serviços educacionais podem ser oferecidos nas modalidades de educação à distância e educação presencial, mantendo-se ou não a instituição sede no país receptor; por meio de programas de mobilidade estudantil; venda de “produtos” oriundos de pesquisas, além da oferta, por especialistas, de cursos, palestras, oficinas, etc.

¹⁰Segundo Gramsci (2007, p. 21-22), a pequena política trata de questões parciais, conjunturais, e cotidianas das disputas entre frações políticas na arena do Estado. Já a grande política, denominada também de alta política, diz respeito à fundação ou à reorganização do Estado supranacional em torno da luta, seja pela destruição, seja pela defesa ou pela conservação da estrutura econômico-social organizada em nível internacional.

BM, OCDE, UNESCO e, mais recentemente, o MERCOSUL e a União

Europeia, elaboram e difundem a ideologia desenvolvimentista e educativa em nível mundial, normatizando, controlando e legitimando a produção do conhecimento considerado vital para a conservação do capitalismo. Embora o conteúdo seja ideológico, sua base é material na medida em que reconhecem as desigualdades econômico-sociais, educacionais, tecnocientíficas dos diferentes Estados-Nações, e delas partem, buscando combiná-las e integrá-las em suas particularidades e contradições. Impulsionam, assim, o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista.

O movimento dos organismos supranacionais implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base material da relação trabalho e educação, contribui para a difusão da ideologia desenvolvimentista e de modernização, bem como as objetivações da reorganização do mundo do trabalho, do Estado e da escola/universidade.

No contexto dos movimentos independentistas e dos países não-alinhados, acontecidos nas décadas de 1960 e 1970, a UNESCO torna-se referência significativa para as questões educacionais e culturais. Sob as bandeiras da paz e da segurança mundial, toma para si a missão de reduzir a pobreza, encorajando políticas que favoreceram a alfabetização, o acesso ao conhecimento de populações até então submetidas à violência da dominação estrangeira. Representou, por conseguinte, um símbolo de esperança para os países explorados e de economia deformada (LEHER, 1999).

A relação Portugal e UNESCO tem sua gênese no Estado Novo¹¹, no ano de 1945, quando se torna membro da organiza-

¹¹ O Estado Novo se caracteriza pela estrutura político-fascista do governo Salazar, em oposição à velha República democrático-liberal (1910-1926). A partir do ano de 1969, iniciado o processo de abertura política, Marcelo Caetano, o então Presidente da República, passa a denominá-lo de "Estado Social". 12 Nos períodos revolucionário e contrarrevolucionário contam-se seis Governos Provisórios: I Governo Provisório (maio de 1974-julho de 1974); II Gover-

ção. Durante todo o período dos governos Salazar e Caetano, o Estado português ora foi impedido, ora não foi convidado a ter assento nas conferências e congressos da UNESCO. Fato é que, o governo ditatorial oferecia-lhe dificuldade para realizar estudos sobre a realidade educacional portuguesa, o que culminou no seu desligamento formal no ano de 1972 (UNESCO, 1982).

Em setembro de 1974, em pleno processo revolucionário, o Governo Provisório I deposita um instrumento de reingresso à UNESCO junto ao governo britânico (UNESCO, 1982), marcando o início do processo contraditório da Revolução, que tem como emblema o responsável pela pasta da Educação, Sotomayor Cardia.

Para Teodoro (1978), o responsável pela pasta da Educação desenvolvia uma política demagógica, dando as mãos à transigência dos liberais que pretendiam imprimir ao 25 de Abril um sentido de mera restituição de algumas liberdades formais, mantendo o status quo econômico e social com a continuidade da exploração da classe trabalhadores por meio de formas mais ‘evoluídas’ e ‘inteligentes’.

Apresentando uma face socialista, a UNESCO torna-se mediação para o reordenamento do sistema educativo, no Pós-25 de Abril. Apoiando o processo de “democratização e de independência nacional por via socialista de desenvolvimento”

(UNESCO, 1982, p. 11) a Divisão das Políticas e da Planificação da Educação do Organismo envia uma missão a Portugal para analisar, avaliar e produzir um relatório, no período entre Maio e Junho de 1975, sobre as condições da sociedade portuguesa.

O relatório *Para uma política da educação em Portugal*, produzido na sequência dessa visita, manifesta uma grande empatia com o que se passava em Portugal e significativa concordância com as grandes linhas de ação política adotadas no plano governamental, situadas na perspectiva do estabelecimento de

no Provisório (julho de 1974-setembro de 1974); III Governo Provisório (setembro de 1974-março de 1975); IV Governo Provisório (março de 1975-agosto de 1975); V Governo Provisório (agosto de 1975-setembro de 1975) e VI Governo Provisório (setembro 1975-setembro de 1976).

uma sociedade socialista e do reforço da independência nacional.

Em linhas gerais, a política externa e a política educativa do Programa do I Governo Provisório de Portugal encontram boa acolhida pela UNESCO, que já vinha desde a sua 15^a Conferência Geral de Educação, realizada no ano de 1968, propondo nova orientação para os sistemas nacionais de ensino: a educação permanente tendo em sua essência a educação para a paz.

A política externa portuguesa voltava-se para a defesa da paz, alargamento e diversificação das relações internacionais, participação e colaboração ativa com a ONU e com outros organismos de cooperação internacional, em respeito aos compromissos assumidos em tratados assinados anteriormente à revolução.

Enquanto a política educativa tinha como norte a democratização do acesso, educação de jovens e adultos, formação para o trabalho, formação continuada de professores e, ainda, ampliação dos esquemas de ação social escolar e de educação préescolar, envolvendo obrigatoriamente o setor privado.

Estas políticas buscavam imprimir velocidade ao processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades – inseridas no vigoroso movimento popular, que era, ao mesmo tempo, causa e efeito da suspensão temporária do poder exercido pelos patrões, os ‘excomungados de Abril’ e do poder de Estado (CANÁRIO, 2007, p. 13).

Neste contexto, a UNESCO enfatiza a necessidade de elaborar um projeto educativo, integrado e coerente com a modificação social, em curso, e, sobretudo, com o “modo de produção capitalista, que embora não fosse determinante, era, ainda, predominante” (CUNHAL, 1994, p. 313). O poder de decisão não mais se concentraria nas organizações do movimento da classe trabalhadora, mas sim nos órgãos representativos da população, por vezes pequeno-burgueses, e nas mãos de técnicos da planificação, propiciando, assim, segundo a UNESCO (1982, p. 69), o exercício de autoridade única sobre o conjunto das atividades educativas. Eis, aí, uma das contradições do processo

revolucionário, que se manifestavam no campo educacional.

Não diferente de relatórios produzidos por outros organismos supranacionais, *Para uma política da educação em Portugal* preconiza a educação como agente de transformação econômica e social, tendo em sua essência a teoria do capital humano. A UNESCO, mesmo apresentando uma face socialista, toma para si a responsabilidade de coordenar técnica e metodologicamente a reforma educativa em sua estrutura, conteúdos e métodos de ensino, à luz da educação permanente, apoiada nos serviços financeiros de órgãos do capital, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

No que diz respeito ao ensino superior, as orientações gerais não são diferentes daquelas preconizadas para o restante dos países membros, das quais destacamos: reforma institucional; modernização curricular de modo que a universidade acompanhasse as transformações econômicas em curso; aproximação estreita entre instituições de ensino e organização de classe, particularmente com associações de engenheiros e técnicos; ênfase na eficácia da pesquisa aplicada ao desenvolvimento econômico; financiamento externo ao desenvolvimento do ensino superior (UNESCO, 1982, p.80-6). Tudo isso coerente com a contemporânea concepção de educação que se desenvolvia coerentemente com a institucionalização das políticas de ciência e tecnologia¹².

Stoer (1982) afirma que, tanto na política da *normalização* (do bloco no poder), quanto na política da *eficiência* (da UNESCO), o objetivo da igualdade de oportunidades oferecia uma face democrática à reforma educacional, entretanto, a contradição se manifesta em ambos. De um lado, aponta para a melhoria de padrões que antes haviam sido negligenciados; de outro, busca dotar o sistema educativo de caráter técnico, de modo que este, em busca da eficácia, se sobreponha ao seu perfil político, voltando-se, assim, para a formação de técnicos e tecnocratas de que a economia portuguesa tanto carecia para

¹² Para maiores detalhes, ver Silveira (2010; 2011).

seu desenvolvimento.

No contexto de normalização, o Estado burguês, moldado às necessidades da burguesia que, então, se reorganizava no poder político, busca a estabilidade econômica, recorrendo ao FMI e ao BM, de acordo com o quadro de desenvolvimento econômico que se pretendia. A definição dos objetivos da educação, em geral, e do ensino superior baseado, particularmente, na formação de técnicos de escalão intermediário¹³ passa a ser delineada a partir das previsões de emprego (STOER, 1982, p. 83-4).

Além da UNESCO e do FMI, a OCDE e o Banco Mundial tiveram papel fundamental no processo contrarrevolucionário (1975-1976), período em que burguesia portuguesa se reorganiza redefinindo a arena do Estado. O bem-estar social passa a vincular-se às condições de acumulação do capital, à ideologia do desenvolvimentismo e de formação do capital humano.

Foi durante um lapso de tempo do período revolucionário que a OCDE cedeu espaço para UNESCO, porquanto guardava posição de destaque, desde o final da década de 1940, na elaboração e assessoria dos planos econômico e educacional da sociedade portuguesa. A relação entre OCDE e Estado português remonta ao início do processo de industrialização, quando o estado português é favorecido pela acumulação de ouro, por saldos financeiros no sistema bancário nacional e saldos positivos do balanço de pagamentos conseguidos antes e durante o período de guerra.

Embora o país fosse pequeno e periférico na Europa capitalista, bem como necessitasse de importação de matérias-primas e de equipamentos, o governo nacionalista do Estado Novo, afirma Lains (1994), parecia reunir as condições para dispensar qualquer acordo que caracterizasse uma relação de dependência, pois a política externa do governo Salazar foi conduzida, até certo ponto, no sentido oposto ao movimento de criação dos organismos supranacionais.

¹³ Os técnicos de escalão intermediário são aqueles denominados no Brasil, desde a década de 1960, de tecnólogos, formados em cursos superiores de curta duração.

Entretanto, o referido governo adota uma posição ambígua e contraditória na sua relação com a fase inicial do Plano Marshall e, particularmente, com os Estados Unidos (ROLLO, 1994, p. 858). No espaço de um ano, entre Setembro de 1947 e Setembro de 1948, assistiu-se à passagem da posição de rejeição ao auxílio financeiro norteamericano à posição de destaque no plano das discussões internacionais do pós-guerra.

Apesar do caráter supostamente neutro, o governo Salazar acabou por se integrar ao movimento de cooperação, tendo participado de reuniões e atividades para gerir o Plano Marshall, que culminaram na criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), em 1948¹⁴, no seio da qual se aprofundaram os debates e se adotaram as primeiras medidas do programa econômico comum de ajuda americana, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos.

O processo de admissão aos benefícios do Plano Marshall requeria, do país candidato, a apresentação de um programa econômico, pormenorizado, de longo prazo, a ser executado anualmente no período de 1948 a 1952. Esse programa, analisado e aprovado pela consultoria técnica da OECE/OCDE, compreendia a expansão das três áreas da economia portuguesa (agricultura, indústria e serviços), prevendo a aquisição de equipamentos para os seguintes setores: energia, irrigação e indústria mineira do ferro; transportes; indústria transformadora; agricultura; saúde e educação (ROLLO, 1994, p. 865).

Este processo foi acompanhado com expectativa pela burguesia portuguesa, particularmente pela fração industrial, que conduzia os sectores-chave da política nacional e, ao mesmo tempo, dava os primeiros passos rumo à internacionalização da economia portuguesa.

Segundo (Rollo, 1994), durante a aplicação do Plano Marshall houve avanço no processo de industrialização do país. Realizou-se obras de infraestrutura e, o mais importante do ponto de vista do capital, a formação de “uma elite técnica” portugue-

¹⁴No ano de 1961 a Organização é reformada, passando a denominar-se Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE).

sa em meio aos trabalhos realizados no espaço de organismos supranacionais.

A participação de intelectuais portugueses nos trabalhos daquelas instituições supranacionais pôs fim ao isolamento do sistema educativo português acontecido nos anos 1930-40. Com isto, ocorre a formação de consciência cosmopolita entre os intelectuais portugueses que veio oferecer possibilidades aos educadores, técnicos e políticos da administração pública de imbuírem-se de concepções que marcariam as políticas educativas a partir dos anos 1950.

Encontra-se, aí, o germe de trabalhos futuros da OECE/OCDE voltados para o campo da educação. O referido organismo passa a coordenar as políticas econômicas de seus Estados-membros, através de análise de dados estatísticos e produção de relatórios, com o objetivo de expandir a economia de mercado com base na utilização eficaz de recursos humanos, individual ou conjuntamente. Isto é, a expansão da economia, na perspectiva da OECE/OCDE, requer a formação de capital de humano.

Na continuidade dos trabalhos de avaliação da educação, particularmente do ensino científico-técnico, a então OECE põe em execução o *Projeto Regional do Mediterrâneo*, elaborado pelo Ministro da Educação de Portugal (1955-1961), Francisco de Paula Leite Pinto, que via a necessidade de articular o *Plano de Fomento Econômico* ao *Plano de Fomento da Cultura*. Buscava-se, desse modo, satisfazer as necessidades de mão-de-obra requeridas pelo estágio de crescimento econômico do país, sem, no entanto, o necessário desenvolvimento social.

Vem daí a produção, regular e sistematizada, de trabalhos de planejamento educacional, em Portugal, que culminarão, em 1965, na criação do primeiro órgão dedicado especificamente a esta tarefa: o Gabinete de Estudos e Planejamento da Ação Educativa (GEPAE), integrado ao, então, Ministério da Educação Nacional (PORTUGAL/ME, s/d).

É neste contexto, “período da idade de ouro do crescimento do ensino” (TEODORO 2003), impulsionado por uma crença,

quase sem limites, no valor econômico da educação – primeiro da educação técnica e do ensino científico e, depois, da educação de base e geral –, que Portugal recebe visitas e consultoria técnica de peritos e ocupantes dos quadros político-administrativos da já denominada OCDE.

Torna-se possível a difusão de uma ideologia educativa, denominada por Sacuntala de Miranda (1981 *apud* Teodoro, 2003) de ocdeísmo, que veio respaldar as posições e propostas dos setores desenvolvimentistas, mormente das áreas da economia e engenharias, que fazem valer seus interesses de classe nos gabinetes de planejamento educacional.

Está claro que, a transformação estrutural da sociedade não passa única e exclusivamente pelo espaço da escola/universidade. Mas, vale lembrar que, um projeto de ordem capitalista, como o *ocedeísmo*, não daria cabo das mazelas que marcaram os governos salazarista-caetanista.

Como o Banco Mundial, OCDE e UNESCO não se fazem sem ou contra os outros, ressalta-se a referência da UNESCO ao trabalho minucioso de sua antecessora na orientação técnica dos rumos da educação portuguesa até pouco antes da Revolução: “a OCDE avaliou a eficácia da telescola, do ensino secundário e, ainda, do acesso ao ensino superior; criou um centro de formação profissional para a indústria têxtil, bem como buscou racionalizar o orçamento e a gestão da educação no país” (UNESCO, 1982, p. 131-2).

Segundo dados do Institutos Nacional de Estatísticas, de 2010, Portugal apresentava, no ano da Revolução dos Cravos, uma taxa de analfabetismo de 40% contra os 62% do início dos anos de 1930; apenas, 0,1% da população, aproximadamente oito mil pessoas, possuía o ensino secundário; e, o número de matriculados no ensino superior correspondia a 0,3% da população, aproximadamente, 25 mil jovens.

Ainda que, o processo histórico da Revolução de Abril tenha ocorrido no contexto internacional de crise capitalista de 1973-75, a Revolução criou as condições políticas, sociais, culturais e, particularmente econômicas, que, não sem razão, surpre-

enderam os envolvidos na missão do Departamento de Economia da OCDE, que retornava a Portugal, em dezembro de 1975.

Vale transcrever o registro da OCDE (apud Gonçalves, 2004): para um país que recentemente passou por reformas sociais, mudanças na sua posição em relação ao comércio externo e seis governos revolucionários nos últimos dezenove meses, Portugal goza, inesperadamente, de boa saúde econômica (sic!). Se o produto real caiu claramente em 1975, o declínio não foi precipitado: a melhor estimativa é de uma diminuição de 3% no produto interno bruto (PIB). Em comparação com outros países da OCDE, a experiência portuguesa não parece muito pior que a média. De fato, o desempenho da sua economia foi extremamente robusto quando as incertezas políticas de 1975 são levadas em conta. Em comparação, o declínio do PIB nos Estados Unidos foi cerca de 3%, da Alemanha Ocidental próximo dos 4% e da Itália quase 4,5%.

Com este relatório sobre a realidade educacional portuguesa, a OCDE retoma a posição hegemônica nas questões de assessoria da condução de políticas educativas; produz, logo em seguida, outro relatório intitulado Exame da política educativa de Portugal por ocasião do V Governo Provisório, que tinha à frente da pasta da educação o Ministro Luís Veiga da Cunha.

A produção do referido Relatório tinha como objetivo subsidiar o processo de elaboração da lei de bases da educação portuguesa. Publicado no ano de 1984, o relatório criticava a forma pela qual as políticas vinham negligenciando a formação profissional e técnica dos jovens. Neste sentido, a OCDE, em consonância com as orientações do Banco do Mundial, passa a propugnar o ensino técnico e profissional como prioridade capital da política educacional portuguesa, recomendando a criação de cursos de qualificação de curta duração, destinados aos jovens maiores de 14 anos de idade, de modo que atendesse os arranjos produtivos regionais (OCDE, 1984, p. 82-88).

Tais recomendações acabaram influenciando sobremodo as reformas da educação promovidas a partir da década de 1980.

Não sem razão, a Assembleia da República, do início da década de 1980, veio marcada pelo debate em torno, não apenas, da entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia, mas também da elaboração da nova lei de bases do sistema educacional. A partir de então, a educação passa a desempenhar papel cada vez mais instrumental nos processos de modernização e desenvolvimento econômico da sociedade do país.

Com o golpe empresarial-militar-contrarrevolucionário do 25 de Novembro de 1975, que elevou Mario Soares¹⁵ ao cargo de I Ministro, o Estado português passa a responder às pressões do imperialismo sob o discurso do “socialismo democrático” do Partido Socialista (PS), hoje de viés neoliberal.

Neste contexto, a produção interna torna-se insuficiente diante das necessidades da população que via aumentado o seu poder de compra; recorre-se ao mercado externo, elevando as importações; ocorre o aumento do déficit da balança comercial; redefinemse os setores da economia; adapta-se o arcabouço jurídico à nova Constituição, criam-se condições para, sob a batuta do Primeiro-Ministro Mário Soares, requerer a admissão de Portugal às então Comunidades Europeias, hoje União Europeia; consolida-se a economia capitalista com o programa de ajuste estrutural negociado com o FMI e recorre-se ao Banco Mundial na busca de resposta às necessidades do governo português no que diz respeito ao papel da educação no desenvolvimento econômico.

Dos primeiros contatos, iniciados em agosto de 1976, até a finalização do relatório *Republic of Portugal: Education Project - staff appraisal report* (BM, 1978), sucessivas missões assistiram o governo português (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 10) na preparação do projeto de reforma educacional que se impunha ao contexto contrarrevolucionário.

Apoiado no relatório *Para uma política da educação em Portugal*, elaborado pela UNESCO, em 1975, o Banco Mundial elab-

¹⁵ Mario Soares junto ao Partido Socialista (PS), do qual é co-fundador, teve participação marcante no processo contrarrevolucionário do 25 de Novembro, tendo sido aclamado protetor das “forças democráticas em Portugal” por Frank Carlucci, embaixador norte-americano em Portugal.

bora o planejamento econômico (1977 - 1980), tendo como meta principal a expansão industrial. As prioridades são: a melhoria da eficiência interna e da qualidade do ensino, a melhoria da competência profissional dos professores, particularmente os do ensino primário, e, ainda, a formação de mão-deobra especializada, no ensino superior de curta duração, em detrimento das matrículas em universidades (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 30).

É a “diferenciação para cima” se manifestando na educação portuguesa. Instalam-se, pois, as contradições entre capital, trabalho e educação: o Banco Mundial ao mesmo tempo em que preconiza a necessidade de elevação do patamar de escolaridade, busca obstruir a entrada da classe trabalhadora na universidade, por meio da diversificação e flexibilização do sistema, na oferta de cursos alternativos e menos dispendiosos (SILVEIRA, 2011).

A relação entre Banco Mundial e bloco no poder culminou na aprovação de empréstimos, que totalizaram 47,9 milhões de dólares, destinados à aquisição de equipamentos e à proliferação do ensino superior politécnico, ocorrida a partir do ano de 1979 por meio do Decreto 513-T.

Na sequência desta participação, sucessivos “Relatórios Econômicos”¹⁶ foram elaborados, todos recomendando a aplicação de pacotes de ajuste, em franca oposição ao processo de nacionalização, à expansão do setor público e aos direitos sociais conquistados com a Revolução de 1974.

Trata-se de uma opção política da burguesia local que não apresenta o interesse em um projeto de produção autônoma do conhecimento científico-tecnológica. A dependência econômica não só gera mais dependência econômica, mas também cultural, tecnológica e educação, determinando, assim, o lugar subalterno da classe trabalhadora portuguesa na divisão internacional do trabalho.

¹⁶ Portugal – Evolução recente da economia e as perspectivas de médio prazo, com especial referência para a mobilização de recursos – v. 1 e 2 – (1981); Portugal – A economia, 1980-1982: um relatório de atualização (1983); Políticas econômicas em Portugal (1983).

2. Política de Científico-Tecnológica e Política Educativa: reforma ou revolução?

Nesta seção, busca-se evidenciar os rumos contraditórios das políticas científicotecnológica e educacional do período revolucionário, que acabaram por reunir as condições para o desenvolvimento de políticas, em curso, baseadas na relação estreita entre educação e desenvolvimento econômico.

2.1. A relação estreita entre educação e desenvolvimento econômico

O debate em torno da relação educação e desenvolvimento (econômico e social) não é uma novidade no seio de uma sociedade em que o desenvolvimento das forças produtivas atingiu um ponto tal que: nunca houve condições tecnológicas e científicas tão boas para o desenvolvimento da humanidade. Tal debate já fazia parte da ciência econômica como ramo da filosofia moral n'A riqueza das nações, de Adam Smith.

Entretanto, será no Pós-Segunda Guerra Mundial com a disseminação de duas teorias ortodoxas do “bem-estar” social, quais sejam, a teoria da justiça, de John Rawls, e a teoria do capital humano, de Theodore Schultz, que se busca estabelecer um vínculo linear e estreito entre o processo de universalização da educação formal e o crescimento econômico (plano macroeconômico), bem como o tempo de escolarização e a renda individual (plano microeconômico) e ascensão socioeconômica do indivíduo singular.

O individualismo metodológico, empregado pelas referidas teorias do “bemestar” social, impossibilita questionar a organização da sociedade em classes, a apropriação privada dos meios e das forças de produção. Trata-se de uma organização societária que se sustenta não apenas na propriedade privada, mas também na ideologia da classe dominante e na alienação (jurídica, política, religiosa e, sobretudo, produtivamercantil)

da classe trabalhadora. Desse modo, a solução das mazelas sociais recai sobre a responsabilidade (social) de todos: do Estado, gerenciador do fundo público; da sociedade civil organizada em torno do empresariado que, além de destinar recursos, participa na orientação e gestão de projetos sociais, particularmente os educacionais; do suposto terceiro setor, instituições privadas ditas sem fins lucrativos, que atuam mediata e imediatamente na gestão administrativa e pedagógica de ofertas formativas.

É também no contexto do Pós Segunda Guerra, mais precisamente na década de 1960, que são desferidas severas críticas aos modelos de universidade humboldtiana e napoleônica que acabaram por se manifestar no *Relatório Robbins* e no *Relatório Atcon*, que reuniam as orientações necessárias para dar cabo ao suposto arcaísmo das universidades e/ou às suas torres de marfim.

Ambos os relatórios traziam em sua essência as mesmas orientações. Enquanto o segundo, elaborado por Rudolf Atcon, voltava-se para a reforma das universidades latino-americanas, o primeiro, elaborado pelo Comitê de Educação Superior da Inglaterra, sob a presidência de Lord Robbins, influenciou as modificações que vinham sendo promovidas em França, Espanha e Alemanha, propondo a criação de um sistema de ensino superior articulado, composto por universidades, escolas, faculdades e institutos isolados ou vinculados à universidade e por instituições de formação profissional tecnológica de nível superior; a expansão do número de matrículas no ensino superior; a autonomia financeira da universidade; o enquadramento de cursos de formação profissional tecnológica de nível médio no ensino superior; a transformação de “faculdades avançadas de tecnologia” em universidades tecnológicas; a expansão de institutos superiores de tecnologia; o aperfeiçoamento da pós-graduação com a criação de instituições especializadas no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. A partir do final da década de 1970 e início de 1980, com a subida ao poder das forças políticas ultraconservadoras na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha – representadas, respectivamente,

por Margareth Thatcher, em 1979, Ronald Reagan, em 1980, e Helmut Kohl em 1982 –, marcadamente neoliberais, as políticas contrarreformistas no campo da educação, em geral, e da educação superior, em particular, farão valer as orientações de ambos os Relatórios, Atcon e Robbins.

Alteram as regras tradicionais de gestão e financiamento universitário. Separam as universidades de ensino das de pesquisa, promovem a hierarquização do ensino e de instituições com base em processos de avaliação padronizados, além de intervir não só na liberdade acadêmica em nome da eficiência e da produtividade, bem como na autonomia universitária que passa a ser entendida como atributo de um movimento de aproximação ao setor empresarial. A contrarreforma universitária, em curso, traz em seu bojo preocupações marcantes com as competências e habilidades que interessam ao mercado competitivo, de tal forma que a universidade passe a responder às dinâmicas dos processos de internacionalização da economia, em níveis mundial, regional e nacional; à modernização e ao desenvolvimento econômico do Estado e do respectivo bloco político-econômico regional a que pertence.

Como veremos adiante, a assessoria técnico-pedagógica da UNESCO apresentará, ao II Governo Provisório, orientações muito próximas delineadas no Relatório Robbins, bem como da OCDE e Banco Mundial, como uma proposta revolucionária,

2.2. A institucionalização da política científico-tecnológica e seus desdobramentos nos períodos revolucionário e contrarrevolucionário

Sendo próprios da superestrutura¹⁷, os documentos emanados dos ministérios de ciência e tecnologia, modo geral em diferentes países, remetem ao aspecto peculiar da relação edu-

¹⁷ O fator econômico não é o único determinante da história da produção e reprodução da vida concreta, mas também a superestrutura. Há um todo articulado entre o papel do Estado e as objetivações mais elevadas do trabalho que se manifestam nas formas jurídicas, políticas, filosóficas, artísticas, reli-

cação e desenvolvimento: o papel que a educação deve cumprir coerente com os mecanismos de internacionalização da economia e da tecnologia. O pensamento dominante é o de que, a inovação dita as condições e a velocidade da produção do conhecimento que estaria substituindo o trabalho como produtor e reproduutor da riqueza na sociedade.

Nesta perspectiva, quanto maior a produção de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), maiores seriam as possibilidades de transformações econômicas e sociais na direção de uma sociedade coesa, igualitária e democrática. Isto quer dizer que, as inovações seriam fonte de lucro e motor de desenvolvimento socioeconômico, na medida em que criam um “processo permanente de destruição criadora” (SCHUMPETER apud SZ-MRECSÁNYI, 2006, p. 116).

Esta perspectiva é bem limitada por dois motivos. Primeiro, a inovação é inerente ao movimento competitivo do capitalista, pois ao buscar o aumento da produtividade do trabalho, os capitalistas promovem permanentemente a revolução dos meios e instrumentos do trabalho ((MARX, 2008; MARX; ENGELS, 2015). Segundo, ao considerar a produção de CT&I motor do desenvolvimento socioeconômico, reforçase o caráter fetichista da tecnologia: o desenvolvimento aparece como algo autônomo frente às relações de produção, além de se atribuir a ela (a tecnologia) o poder de determinar o movimento histórico e sua transformação social em sentido único e inexorável ao “bem estar da nação”.

É operando pelas contradições apontadas anteriormente que o capital, de um lado, produz riqueza, apropriando-se privadamente da produção do conhecimento científico-tecnológico; de outro, miséria e desastres de toda ordem. Ao mesmo giosas, na sua relação com a forma que os homens se organizam para produzir e reproduzir sua existência (MARX, 2003; MARX.; ENGELS, 2015). A superestrutura encontra-se ancorada nas formas políticas de luta de classes, que acabam por se manifestar no aparato político-jurídico-ideológico, bem como na consciência de classe (em permanente processo de formação) dos que da luta participam. Tal consciência de classe, por sua vez, se patenteia em teorias filosóficas, políticas e jurídicas. Também faz parte da superestrutura, as concepções religiosas e seu desenvolvimento em dogmas (ENGELS, 1890).

tempo e por mais contraditório que possa ser, o capital nega à classe trabalhadora o acesso ao conhecimento de bases científico-tecnológica e humanista, enquanto necessita de pessoal qualificado.

A partir desta necessidade contraditória, criam-se os sistemas nacionais de ciência, tecnologia e, mais recentemente, de inovação, institucionalizando a pesquisa pública e privada, materializada nas universidades, nos institutos de investigação, departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e, mais recentemente, nas escolas de ensino médio.

Não por acaso, o atual Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação (SCT&I), remonta a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), em 1967. Tendo sido sucedida pelo processo contraditório de adesão à OECE/OCDE, pelas negociações para entrada na Zona de Comércio Livre (ZCL) e à adesão à *European Free Trade Association* (EFTA) (1956-1960)¹⁸, a JNICT evidencia a intenção política do governo português em manter um vínculo estreito entre política de ciência e tecnologia e política econômica, com vistas à inserção de Portugal no competitivo mercado europeu. Trata-se, pois, de um novo enfoque teórico-normativo de estabelecer a política científica portuguesa (CABRITO, 2010; ROSA, 2003; RUIVO, 1995), que não se faz sem a política coordenada com o campo da educação.

A criação da JNICT, vinculada diretamente à Presidência do Conselho de Ministros, junto à expansão industrial que Portugal experimentava, tem como objetivo coordenar os esforços

¹⁸ Nos dias que correm, a Associação Europeia de Livre Comércio, em inglês *European Free Trade Association* (EFTA), é composta, apenas, por Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia; entretanto na gênese de sua criação encontram-se Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Econômica Europeia (CEE) e buscavam fortalecer-se mutuamente defendendo seus interesses econômicos na ZCL. Portugal entra nesse esforço, o da EFTA, com direito a um regime específico para a sua economia e seu processo de industrialização em desenvolvimento, quais sejam, isenção de taxas na exportação de produtos para outros países da EFTA, ao mesmo tempo em que, sobre os produtos importados incidiam impostos, benefícios este que serão auferidos até a década de 1980. Cf. Andrensen-Leitão (2004) e, Oliveira; Pais; Cabrito (1988).

dos diversos ministérios (educação, agricultura, obras públicas economia). Assim, a JNICT estimulou a base tecnológica do crescimento econômico nacional, trazendo em sua essência o movimento de aproximação entre escola/universidade e indústria, chave do desenvolvimento histórico do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Outra instituição, não menos importante, no desenvolvimento do arcabouço normativo-institucional da política científico-tecnológica, foi o Instituto de Alta Cultura (IAC), criado no ano de 1936 e transformado, em 1976, no Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), que lado a lado com a JNICT, financiava a investigação científica, particularmente por meio de bolsas de estudo. (CABRITO, 2010; ROSA, 2003; RUIVO, 1995)¹⁹.

Neste quadro de institucionalização da política científico-tecnológica, o processo revolucionário de 1974 movimenta-se em torno da perspectiva anticapitalista, levando a cabo o desmantelamento dos grandes monopólios e, contraditoriamente, da proposta de integrar-se à comunidade europeia capitalista. A UNESCO, que se apresentava, então, como simpatizante ao socialismo português em processo de construção, tira proveito desta contradição ao prestar a assistência técnica e pedagógica aos rumos da educação portuguesa.

Segundo Lains (1994, p. 934-5), o 25 de Abril não pôs em causa a coordenação do aumento da capacidade produtiva, da modernização e reestruturação do parque industrial que se vinha praticando até então. Desse modo, a política científica executada por meio do III Plano de Fomento (1968-1973) não foi também posta em causa. Seu traço marcante, segundo Ruivo (1995) está no deslocamento dos laboratórios de investigação, vinculados diretamente ao Estado, para as universidades.

¹⁹ Na década de 1990, o INIC e a JNICT foram extintos, cedendo lugar à FCT, que iniciou suas atividades em agosto de 1997. Vinculada ao já adaptado Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior às políticas neoliberais, a FCT vem promovendo a “colonização” e “subserviência” da investigação científica portuguesa ao modelo imperialista “anglo-saxônico” (CABRITO, 2010, p. 144).

Portanto, a possibilidade aberta pelo III Plano, executado antes do 25 de Abril, de criar o tripé de sustentação do atual ST&T – Empresa, Universidade, Estado – teve continuidade como as afirmações do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, bem revelam no momento de posse do novo presidente da JNICT, em 1974: dinamizar e impulsionar a investigação científica em Portugal, sob a coordenação da JNICT, que reuniria esforços para estreitar os laços entre universidade e indústria.

Tendo recebido resistência por parte dos laboratórios públicos setoriais, a incumbência da JNICT foi adiada para o final da década de 1970, quando se realizou, no ano de 1978, o Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, com o objetivo de preparar a delegação portuguesa para a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento, convocada para o ano seguinte (GONÇALVES, 1996, p. 52).

No terreno moveediço das contradições dos movimentos revolucionários e contrarrevolucionários foram construídas as condições político-ideológicas para transformar o discurso em realidade concreta: transformar, de fato e de direito, a produção da ciência e tecnologia em força produtiva.

Como afirmado na seção anterior, não se pode negar que, a Revolução dos Cravos trouxe alterações significativas para a sociedade portuguesa, particularmente no campo educacional: democratização da gestão e do acesso ao ensino; recrutamento de novos docentes de reconhecida competência pedagógica e científica, reorganização curricular e desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

Contudo, cabem algumas questões: que concepção de escola/universidade norteia essas ações e modificações?; a escola/universidade orientada para e pelo pragmatismo do desenvolvimento econômico será coisa do passado?; a escola/universidade portuguesa será reformada ou revolucionada?

2.3. A proposta de organização do sistema educativo

No contexto de crise internacional do capital (1970-1973), marcada pela incapacidade do modelo taylorista-fordista-keynesiano de solver as contradições entre capital, trabalho e educação; alta inflacionária e, particularmente, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar o preço do petróleo e dificultar a sua exportação para o mundo ocidental, Portugal vive momentos de acentuada dependência tecnológica e comercial, alta taxa de emigração, superexploração da força de trabalho e exploração colonial. Todos esses fatos históricos acirraram as contradições internas, particularmente nos primeiros meses de abril de 1974 (OLIVEIRA, PAES, CABRITO, 1988; GRÁCIO, 1981).

Este também é o contexto em que vários grupos de oposição à guerra colonial, como os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista radicalizam sua posição, mas também há a desorganização da hierarquia militar e o levante dos jovens capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA) que teve apoio amplo e vigoroso da classe trabalhadora.

O MFA, junto à classe trabalhadora, lança um programa inicial com os objetivos “os três D” – Descolonizar-Democratizar-Desenvolver. Orientada por um processo anticapitalista, a Revolução de Abril de 1974 parecia abrir espaço para a derrubada definitiva do poder político classista burguês, e a liquidação do capital privado de grandes grupos.

Entretanto, mantém-se na cena política a pequena e média burguesia local, que chamada para o regime de colaboração de classes fará valer seus interesses particulares de classe. Com a Assembleia Constituinte de 1975 e a Assembleia da República de 1976, essas frações de classe abre espaço para o PS construir a hegemonia e chegar ao poder.

No plano político-educacional, embora o período revolucionário tenha sido fecundo em diversas iniciativas de base popular, a estratégia revolucionária, logo de início e mesmo antes

do denominado período de normalização democrática, encaminhase para uma “revolução dentro da ordem”²⁰, contando com a colaboração da UNESCO.

Chamada a colaborar na definição da política educativa, a missão da UNESCO, marca de uma das manifestações do processo contraditório da revolução portuguesa, permanece em Portugal no período de 26 de maio a 20 de junho de 1975, com a finalidade de preparar a via para “uma verdadeira planificação da educação” e “fornecer elementos indispensáveis à elaboração e à aplicação da reforma” (UNESCO, 1982, p. 9-13. Negritos meus).

Sob a ideologia da educação permanente, a UNESCO busca integrar as atividades educacionais à realidade socioeconómica e política de Portugal, com base na previsão e classificação de postos de trabalho. Define, assim, os objetivos da educação com base no mercado de trabalho. Isto é, a UNESCO em sua variante socialista, não perde de vista o objetivo educativo de formar para o trabalho assalariado.

Neste sentido, o trabalho socialmente necessário²¹, tomado como princípio educativo na vida e para a vida em coletividade, não faz parte dos princípios do organismo supranacional e, tampouco, a universalização da educação voltada para o desenvolvimento científico-tecnológico e econômico-social autônomo.

Citemos algumas das orientações da UNESCO respeitantes aos diferentes níveis e modalidades de ensino, de modo a revelar a articulação entre ensino e trabalho produtivo, limitada

²⁰ Categoria empregada por Florestan Fernandes para analisar a Revolução Burguesa no Brasil. Para o sociólogo brasileiro, a revolução dentro da ordem engendra as condições necessárias para se encaminhar uma revolução contra a ordem. O que não foi o caso do 25 Abril. Portugal faz a Revolução dos Cravos, uma revolução contra ordem, para, em seguida, acomodar a correlação de forças nos marcos de uma revolução dentro da ordem.

²¹ O conceito de trabalho socialmente necessário foi desenvolvido pelo educador revolucionário russo Viktor Shulgín. O conceito de trabalho socialmente necessário vai além da articulação entre ensino/educação e trabalho produtivo. Ele permite pensar um sistema politécnico que abarca todos os níveis formativos, desde a educação infantil até os umbrais da universidade.

na perspectiva liberal desde o início da dupla revolução burguesa. (i) Generalização progressiva do ensino pré-primário; (ii) instauração do ensino médio uniformizado de cinco anos; (iii) implantação do ensino secundário único, de tronco comum, a ser completado por cursos de curta duração, de no máximo dois anos de formação profissional, destinados aos que não ingressem no ensino superior; (iv) reformulação curricular do ensino superior, particularmente da formação de engenheiros e técnicos superiores; (v) “utilização de novas fórmulas para a formação profissional” com vistas a sua oferta se realize no âmbito do setor empresarial; (vi) apoio às experiências de educação extraescolar cujas soluções possam enriquecer o conjunto do sistema educativo; apoio à campanha de alfabetização.

No que diz respeito ao ensino superior, este deveria adaptar-se, de modo eficaz, às necessidades econômicas do país por meio de dois vetores: primeiro, proceder à regionalização do ensino superior, com a criação de instituições diferenciadas das universidades tradicionais, sem com elas competir, voltadas para a formação de técnicos superiores nas especialidades concernentes à vocação econômica da região; aumento da capacidade das antigas universidades, particularmente no que se refere à oferta de cursos na área das engenharias (UNESCO, 1982, p. 81-3).

Na prática, a resposta à crescente demanda social pelo ensino superior, o “esforço da democratização do acesso” se movimenta nos limites do ideário liberal, partindo da crença de que a universalização e a diversificação do ensino promovem a igualdade de oportunidades e são a garantia de um regime democrático.

Sem ferir o princípio liberal, segundo o qual o mérito pessoal é critério único e legítimo do processo de seleção educacional, a UNESCO (1982) apresenta como escolha criteriosa a divisão de vagas em três partes, de acordo com a capacidade física e pedagógica das instituições de ensino: “a primeira para os antigos alunos dos liceus, a segunda para os antigos alunos das escolas técnicas secundárias, a terceiras para os diplomados

dos cursos especiais preparatórios". Aos jovens excedentes seria destinada "uma formação profissional antes de se inserirem na vida ativa e teriam sempre ulteriormente, graças à educação permanente, a possibilidade de prosseguir estudos superiores" (UNESCO, 1982, p. 81).

No concernente à "modernização" curricular, o organismo, sempre atento à formação de técnicos e engenheiros, orienta para "maior eficácia da ação pedagógica", que seria conseguida por meio da ligação íntima entre instituições de ensino e entidades de classe (particularmente da sobrevivente pequena burguesia). Ligação esta materializada no assento de seus representantes nos órgãos colegiados das instituições de ensino, garantindo, assim, a incorporação dos interesses burgueses na reformulação curricular, prática de ensino, tempo de duração dos cursos e estágios. Também a proposta de elaboração do projeto final de curso volta-se para as questões práticas do setor produtivo, bem como a reorientação das atividades de pesquisa para aplicações práticas; e, ainda, o envolvimento de estudantes concluintes dos cursos nas atividades de pesquisa, a exemplo do que viria a ocorrer, mais recentemente, com as denominadas atividades de iniciação científica.

Trata-se, portanto, a subordinação da política educativa é política científicotecnológica que, por sua vez, é mediação principal para a produção de inovação coerentemente com a proposta de inserção do país no bloco político-econômico regional Comunidade Econômica Europeia, hoje União Europeia.

Na aparência fenomênica, a UNESCO busca unir educação e produção material da vida na perspectiva do socialismo científico²². Na essência, busca na relação estrita entre trabalho produtivo e educação, preconizada pelo democratismo burguês, retomar o viés capitalista da reforma Veiga Simão, que procurava adaptar o ensino, particularmente o superior às necessidades do desenvolvimento econômico do país. Não dife-

²² Recorro à expressão socialismo científico em contraposição ao socialismo utópico. Diferentemente do primeiro, este defende o regime de colaboração de classes e a adoção de reformas para superar os problemas da economia capitalista.

rente da proposta do Relatório Robbins, a UNESCO busca descongestionar as quatro universidades existentes, por meio da criação de novas instituições de missão alternativa às universidades tradicionais. Isto é, propõe criar um subsistema de ensino superior, que passou a ser conhecido, a partir de dezembro de 1979, por ensino superior politécnico.

Estariam, assim, atendidas as pressões da classe trabalhadora por níveis mais altos de ensino tendo por mediação da massificação do ensino superior em um sistema diversificado e hierarquizado segundo os ramos do saber, a oferta e a duração dos cursos.

Afinal, em 1972/1973, apenas cinquenta e quatro mil jovens, ou seja, 3,4% da população escolar, frequentavam o ensino superior em Portugal (UNESCO (1982, p. 128). Desse modo, a democratização do ensino, de cunho burguês, e seu correlato, a diversificação do ensino, responde, não apenas ao desenvolvimento econômico de mercado e às demandas de inovação técnico-científicas, mas também aos interesses individuais de diferentes frações da classe trabalhadora: de um lado, jovens oriundos do ensino liceal, considerado “nobre” ou de “elite” e de fácil acesso ao ensino superior das universidades tradicionais; de outro, jovens que tiveram sua trajetória escolar no ensino secundário técnico e no ensino secundário polivalente, a quem seriam destinado o ensino superior politécnico.

Considerações finais

A Revolução dos Cravos é um dos momentos mais fecundos da história social do século XX, que não caberia, com certeza, nos limites deste artigo. Entretanto, buscou-se revelar, a cada seção, o contexto histórico no qual se insere o período revolucionário para, em seguida, tratar da questão a seção se propõe. Como a revolução só pode ser compreendida pela ação dos sujeitos que nela estiveram envolvidos, classes, frações de classe, intelectuais coletivos e singulares, mas também os muitos autores, nossos referenciais, que naquele momento seus nomes

não sobressaíram, recorreu-se não apenas autores mas, sobretudo, os documentos para incorporar as vozes daqueles sujeitos.

O 25 de Abril foi um movimento anticapitalista ocorrido exatamente quando o capitalismo tomava fôlego, apresentando os primeiros sinais de sua atual fase neoliberal, que à época se manifestava no Chile e, logo depois, ano a ano, na Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, enfim por toda a Europa e América Latina e Caribe. Por esta razão, ela é considerada bem sucedida pelos ganhos que trouxe, ainda visíveis, mesmo que a onda neoliberal venha tentando destruí-los.

Foi com os pés no presente, a memória no passado recente, vivido intercaladamente entre os anos de 2004 e 2011, e o olhar voltado para o passado, que buscou-se revelar as contradições presentes no biênio 1974-1976 no que se refere as relações estabelecidas entre o Estado português, os organismos supranacionais e o delineamento das políticas de educação e científico-tecnológicas que tiveram por base a relação estreita e linear entre educação e desenvolvimento.

Foi possível revelar que a assessoria técnico-pedagógica de organismos como o Banco Mundial, a OCDE, a UNESCO inviabilizou, de certo modo, o protagonismo da classe trabalhadora na organização do sistema educativo e, por conseguinte, na coordenação e sistematização do ato de produzir autonomamente o conhecimento sociocultural, científico-tecnológico.

Ao longo de sua intensa história, o sistema educacional e científico-tecnológico português ainda não completou o processo de luta revolucionária, a partir de seus protagonistas.

Depois de mais de 40 anos da Revolução Abril, esta luta pulsa nas veias de homens, mulheres, jovens e crianças da sociedade portuguesa, que inundam as ruas com um mar de pessoas, uns mais experientes na vida, outros nem tanto, mas todos e todas questionam a inclusão excludente, a integração desintegradora e o coletivo individualista do processo contrarrevolucionário que se estende até os dias que correm.

No presente histórico, os levantes estão por toda parte do mundo capitalista globalizado e a Revolução de Abril é parte

deles.

Só haverá liberdade, de fato, quando houver trabalho e ócio, pão e moradia!

REFERÊNCIAS

ANDRESEN-LEITÃO, N. O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960. **Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. Lisboa: UL: ICS, v. XXXIX, n. 171, 2004, pp. 285-312. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n171/n171a02.pdf>> . Acesso em: fev. 2011.

BANCO MUNDIAL. Republic of Portugal: Education Project - staff appraisal report – **Report**, n. 1807-PO. U.S.A.: The Word Bank, 1978. Disponível em: <http://www.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/28/000178830_98101912331871/Rendered/PDF/multi_page.pdf> . Acesso em: fev. 2011.

BARRETO, A. **Mudança social em Portugal, 1960-2000**. (Versão preliminar). Lisboa: UL: Instituto de Ciências Sociais, 2002. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>> . Acesso em: fev. 2011.

CABRITO, B. G. Financiamento e avaliação da investigação científica e da pós-graduação em Portugal: um processo questionável. In: OLIVEIRA, J. F.; et.al. **Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 133-164.

CANÁRIO, R. **Apontamento de aula ministrada no Curso de Formação Avançada – “Educação, formação e trabalho”**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.

_____. A educação e o movimento popular do 25 de Abril.

In: _____ (Org.). **Educação popular & movimentos sociais.** Lisboa: EDUCA/Universidade de Lisboa, 2007.

COSTA, J.; et al. Os donos de Portugal – cem anos de poder econômico (1910 – 2010). Porto: Edições Afrontamento, 2010.

CUNHAL, Á. **A revolução portuguesa: o passado e futuro.** Lisboa: Editorial Avante, 1994.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURTADO, C. S. Investigação e desenvolvimento experimental, que mudança ocorreu. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, n. 18/1920, p. 129-138, 1986. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/11679/1/Investigacao%20e%20Desenvolvimento%20Experimental.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

GONÇALVES, M. E. Mitos e realidades da política científica portuguesa. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra: UC, n. 46, p. 47-67, 1996. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/46/Maria%20Eduarda%20Goncalves%20-%20Mitos%20e%20realidades%20da%20politica%20cientifica%20portuguesa.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

GONÇALVES, V. A derrubada do governo fascista-colonialista em 25 de Abril de 1974 e a situação de Portugal hoje. **Associação Resistir. Info on-line,** 2004. Disponível em: <http://resistir.info/portugal/confer_vg_12fev04.html>. Acesso em: fev. 2011.

GRÁCIO, R. **Educação e processo democrático em Portugal.** Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, v. 1.** Introdução ao estudo da filosofia: A filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere, v. 2.** Os intelectuais: O princípio educativo; Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere, v. 3.** Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. 3.e d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Escritos políticos [1910- 1919].** Lisboa: Seara Nova, 1976.

LAINS, P. O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. Análise social. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.** Lisboa: ICS- Universidade de Lisboa, v. XXIX, n. 128, p. 923-958, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=1010001>>. Acesso em: fev. 2011.

LEHER, R. O BIRD e as reformas neoliberais na educação. **Revista PUC Viva [on-line].** São Paulo: APROPUC, n. 5, 1999. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r05_r03.htm>. Acesso em: fev. 2011.

LUCENA, M.; GASPAR, C. Metamorfoses corporativas? – Assoiações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (I). **Revista Análise Social.** Lisboa: UL: ICS, v. XXVI, n 114, p. 847-903, 1991. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223043072O0rOC2vv3Ae-78JP8.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MELO, A.; BENAVENTE, A. **Educação popular em Portugal**

(1974-1976). Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MOORE Jr., B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno.** Lisboa: Edições 70, 2010.

MURTEIRA, M. Do Estado obsoleto à nação democrática (Portugal na periferia europeia na segunda metade do século XX). **Revista Análise Social.** Lisboa: UL: ICS, v. XXII, n. 91, p. 259-277, 1986. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223485447D2hIF2hy0Ik92BD4.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

OCDE. **Exame da política educativa de Portugal pela OCDE.** Paris: OCDE, 1984.

PORUGAL. Ministério da Educação. Investigação, planeamento e avaliação do sistema. **ME.** Lisboa: ME, s/d. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/portugal/inf_evaluacion.pdf>. Acesso em: fev. 2011.

PORUGAL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Projecto- Direitos Sociais em Portugal: A sua Constitucionalização e Implicações Sociopolíticas (**PTDC/CPO/71295/2006**). Fase 1: estudo da constitucionalização dos direitos sociais em Portugal. Lisboa: MCTES: FCT, 2006.

OLIVEIRA, M. da L.; PAIS, M. J.; CABRITO, B. G. **Economia portuguesa – 11º Ano.** Lisboa: Texto Editora, 1988.

ROLLO, M. F. Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). **Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.** Lisboa, Portugal: UL: ICS, v. XXIX, n. 128, p. 841- 869, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=1010001>>. Acesso em: nov. 2010.

ROSA, R. N. Investigação científica e tecnológica. Portugal em

crise. **O Militante – Revista do Partido Comunista Português.** Lisboa: PCP, n. 264, maio/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.pcp.pt/publica/militant/>>. Acesso em: jan. 2011.

RUIVO, B. As políticas de ciência e tecnologia e o sistema de investigação. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

STOER, S. R. Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal. Lisboa: Livro Horizontes, 1982.

TEODORO, A. N. D. A construção social das políticas educativas: Estado, educação e mudança social no Portugal contemporâneo. 1999. 547f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Educação e Desenvolvimento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.

_____. **A revolução portuguesa e a educação.** Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

_____. **Globalização e educação:** políticas educacionais e novos modos de governação. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. **O sistema educativo português:** situação e perspectivas. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TEODORO, A. N. D.; ANIBAL, G. A educação em tempos de globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. **Revista Lusófona de Educação.** Lisboa: ULHT: CeiEF, n. 10, p. 13-26, 2007.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária, v. I: a árvore da Liberdade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TIRIBA, L. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: PICANÇO, I.; TIRIBA, L. (Orgs). **Trabalho e educação:** arquitetos, abelhas

e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

_____. Educação popular e pedagogia (s) da produção associada. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 27, n. 71, p. 85-98, jan. / abr. 2007.

VARELA, R. **História do povo na Revolução Portuguesa 1974-1975**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

VELHO, L. Modos de produção de conhecimento e inovação estado da arte e implicações para a Política Científica, Tecnológica e de Inovação – Nota Técnica. In: CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Projeto nova geração de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, DF: CGEE, 2006.

UNESCO. **Para uma política da educação em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SILVEIRA, Z. S. da. **Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010)**. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVEIRA, Z. S. da. **Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SILVEIRA, Z.; BIANCHETTI, L. Universidade moderna: dos interesses do Estado-Nação às conveniências do mercado. Ou de como e quando a educação é sacrificada no altar do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p.79-99, 2016.

JORNAL COMBATE: A REVOLUÇÃO PORTUGUESA A PARTIR DAS LUTAS AUTÔNOMAS DOS TRABALHADORES¹

Danúbia Mendes

Uma das motivações da minha pesquisa de mestrado foi a reflexão em torno do porquê do silêncio a respeito do processo revolucionário português. A Revolução pouco conhecida de 1974 em Portugal pôs fim a 48 anos do fascismo salazarista. Na realidade, há pouquíssimas pesquisas sobre este tema publicadas no Brasil. Segundo afirmou João Bernardo (entrevista de 06/01/10), mesmo em Portugal, “deixou-se de falar da ‘revolução’ muito pouco tempo depois”.

Na historiografia da revolução portuguesa, pelo menos no que tive acesso para realizar essa pesquisa, é praticamente inexistente a abordagem das lutas autônomas portuguesas. Na maioria dos livros sobre esse período, abordam-se os processos institucionais da revolução, suas causas e o seu desenrolar “oficial”; os detalhes da organização do MFA, as posições do PCP e de outros partidos e, raras vezes, as lutas dos trabalhadores, porém, quase sempre de maneira superficial.

Dessa maneira, minha investigação gerou em torno das lutas organizadas pelos trabalhadores portugueses logo a seguir a queda do fascismo em 25 de Abril de 1974. Enquanto fonte principal temos o Jornal COMBATE², que par-

¹ Esse texto discorre sobre alguns dos aspectos apresentados na minha Dissertação de Mestrado de título: “O Jornal COMBATE e as lutas autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)”. A dissertação foi defendida em 2010 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Professor Doutor João Alberto da Costa Pinto e com o auxílio de uma bolsa de estudos do CNPq.

² O jornal COMBATE, que guiará a reflexão em torno das lutas operárias que tratamos aqui, foi organizado por Rita Delgado, João Bernardo e José Crisóstomo, além de contar com outros colaboradores estrangeiros. Os editoriais

ticipou da revolução de forma orgânica; nas palavras de Júlio Henriques, que também colaborou com o Jornal,

O Jornal Combate tornou-se assim, desde o início e espontaneamente, porta-voz do movimento autonómico, não com qualquer pretensões de dirigir esse movimento proletário, mas no sentido de que dava uma expressão sistemática e mais alargada aos comunicados, análises e formulações emanados das comissões de trabalhadores e de moradores [...] a experiência deste colectivo, que nunca quis ser uma organização, está hoje soterrada, tanto quando o está a experiência do movimento autonómico dos trabalhadores, cujas realizações práticas e teóricas tiveram lugar entre Abril de 74 e Novembro de 75³.

O jornal tanto estabelecia diálogo direto com os trabalhadores (através das entrevistas, mesas-redondas com operários de empresas diferentes, dossieres que historicizavam alguns processos em curso, textos escritos pelos/as trabalhadores/as, assim como seus manifestos, jornais, comunicados de greve, etc.) como possibilitava que trabalhadores, tanto na cidade como no campo, dialogassem entre si, sempre na perspectiva de comparar processos diferentes que pudessem servir de aprendizagem e também ajudar a ampliar os contatos e as relações entre

eram debatidos por todos/as os/as participantes e, uma vez decidido o tema, definiam-se as linhas orientadoras da análise e escolhia-se quem se encarregava da redação. Procurava-se geralmente chegar ao consenso, em vez de se tomarem decisões por maioria. Até à edição de nº 47, enquanto o COMBATE manteve o formato de jornal, das suas oito páginas (com exceção de três números especiais, mais volumosos), sete páginas eram reservadas às lutas nas empresas, nos campos, nos quartéis ou nos bairros, e só uma era dedicada à análise da situação elaborada pelos/as colaboradores/as sob a forma de editorial. Os relatos das lutas eram sempre feitos diretamente pelos/as participantes. Equipes de colaboradores/as deslocavam-se por todo o país, iam aos locais de greve, gravavam entrevistas com membros das comissões de trabalhadores ou das comissões de moradores, muitas vezes entrevistavam também trabalhadores de base, e as declarações eram transcritas e publicadas na íntegra.

³ Um jornal diferente, depoimento de Júlio Henriques, In. O Futuro era Agora! O movimento popular do 25 de Abril. Lisboa: Edições Dinossauro (1994: 52).

distintas organizações de trabalhadores implicadas nas lutas. O seu propósito se pautava no fomento da imprensa dos trabalhadores (da produção de textos sobre as suas lutas, suas vitórias e derrotas), pois

têm uma importância muito grande os jornais de fábrica ou de sector que começam a aparecer. Esses jornais são o eixo da imprensa trabalhadora, pelos trabalhadores fundada, escrita e difundida. São um dos principais meios de organização autónoma dos operários e restantes trabalhadores. É o aparecimento desses jornais de fábrica que mostra que, dentro da fase actual de organização e consolidação, a luta continua em ascensão (COMBATE, nº3, 12/07/74, p.04).

Através das páginas do COMBATE foi possível acompanhar a auto-organização dos trabalhadores portugueses que desencadeou um processo auto gestionário nas empresas, nos bairros e no campo⁴. Pudemos perceber a perspectiva dos tra-

⁴ Por questões de “espaço”, neste capítulo nos restringiremos às lutas autônomas que se desenvolveram nas fábricas e nos bairros portugueses pós-revolução dos Cravos. Mas é preciso constatar que o desenvolvimento da autogestão se processou de forma radical também nos campos portugueses. A seguir o 25 de Abril, começam a se organizar os sindicatos rurais, porém, o que vemos é que esses novos sindicatos (ou Comissões pró-sindicatos, fortemente sob a influência do PCP) passaram a defender posições muito mais moderadas do que as que defendiam os trabalhadores que partiam para a luta direta. Porém, as ocupações de terra desenvolveram-se à margem dos sindicatos, atingindo primeiro as fazendas abandonadas, mas passando rapidamente à ocupação de fazendas cultivadas, apoderando-se também das máquinas agrícolas e do gado (COSTA, 1976:276). No período mais intenso de ocupações, durante o verão de 1975, os/as trabalhadores/as se auto-organizaram independentemente das estruturas sindicais e partidárias e, muitas vezes, abertamente contrários às intervenções destas organizações no interior das suas lutas. Podemos ver nitidamente esse aspecto nas entrevistas feitas pelo COMBATE com duas cooperativas diferentes. Em Barcouço, na cooperativa Cobar, composta por 46 pequenos agricultores, afirma um trabalhador: Convém dizer que somos rigorosamente apartidários e isto é muito importante. Não admitimos qualquer tutela política aqui dentro e ninguém pense aqui vir pôr o dedo, porque nós aceitamos as ajudas de todos, venham elas donde vierem, mas aceitamos ajuda desinteressada, verdadeiramente humana, mas nada mais. Pergunta o COMBATE a este trabalhador porque é que pensa assim, e ele responde: Porque já vi uma cooperativa que é controlada por um determinado partido po-

lhadores situados nos seus processos de luta, ou seja, de como se posicionavam diante a condução formal da “revolução” pelos partidos de esquerda e pelo governo, e de como se posicionavam diante a condução formal da “revolução” e de como as organizações partidárias se comportaram como obstáculos para as lutas. O realismo político que desenvolveu o COMBATE deveu-se às condições em que era elaborado, em estreito contato com a base real do movimento da classe trabalhadora e preocupando-se acima de tudo com as formas espontâneas de organização.

Situou o jornal enquanto expressão das lutas autônomas inauguradas nesse contexto. Dessa forma, abriu-se a problemática sobre o sentido geral da existência do jornal como expressão de contrarrevolução dentro da própria revolução, baseando-se nas lutas autonomistas em contraposição à consolidação das formas burocráticas de organização que a esquerda portuguesa apresentava na condução formal dos aparelhos de Estado. O jornal rompe com a estrutura ideológica do leninismo e do maoísmo, parte em defesa do movimento social de base como uma manifestação pragmática que sugere como alternativa a luta conselhista e a autonomia operária. Ao perceber como a sociedade portuguesa se auto organizava produtivamente, o objetivo fundamental foi o de captar como esse movimento determinava a própria configuração organizatória do jornal.

A partir do diálogo entre as fontes e as análises do jornal, percebemos como os trabalhadores se relacionaram com os partidos, sindicatos e instituições estatais e como estes foram ultrapassados pelas práticas autogestionárias da classe

lítico e reparei que em muitos casos os interesses do partido são postos acima dos interesses da cooperativa. Vi outra cooperativa de facto apartidária e vi que eles trabalham simplesmente para que o povo se liberte da exploração (...) nós decidimos que a cooperativa seria de todos nós trabalhadores, e que não teríamos controlo de mais ninguém (COMBATE: nº 41, 13/05/1976, p.5). Para mais informações a respeito das lutas autônomas no campo, ver a última publicação do COMBATE, em fevereiro de 1978, que é uma brochura de 66 páginas dedicadas as lutas sociais no campo ao longo da revolução portuguesa.

trabalhadora. Procuramos entender não só a origem das lutas, mas também ver os seus desdobramentos e porque foram derrotadas.

1. A ‘revolução’ de 25 de Abril e o COMBATE

Foram as guerras coloniais em África que impediram que em Portugal se realizasse a transição moderada do fascismo corporativista à democracia capitalista, como foi na Espanha franquista. Por incrível que pareça, Salazar não morreu assassinado ou foi deposto, mas sim velho, com complicações geradas após a queda de uma cadeira. O fim da ditadura portuguesa em 25 de Abril de 1974 foi resultado de um golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA) que se recusavam a continuar a guerra e exigiram o fim do regime colonialista português⁵. A partir dessa data, o MFA, em conjunto com os partidos e instituições de esquerda, controladores do processo ‘revolucionário’, buscaram uma política de salvação da economia nacional e democratização do regime, política abraçada também pelas estruturas formais da esquerda.

Enquanto vários partidos e organizações da esquerda proclamavam o MFA como o grande libertador do povo português, o COMBATE lhe dirigia uma crítica radical: aborda o MFA como uma instituição burguesa que defende a ‘liberdade, a democracia e a paz’ na exploração (COMBATE: n. 2, edito-

⁵ Encabeçado pelo Movimento das Forças Armadas, o golpe de Abril derrubou o regime anterior sem grandes resistências, já que o regime português teve de ceder frente ao desgaste causado pelas lutas coloniais, pela decadência econômica e pela insatisfação da população como um todo. O fim da ditadura portuguesa foi resultado de um golpe de oficiais das forças armadas que se recusavam a continuar com a guerra nos domínios coloniais. Contudo, após o golpe de Abril não se operaram transformações profundas nas formas organizativas do Estado e a ideologia autoritária da administração pública manteve-se intacta, apesar de paralisada. Por virtude do próprio processo histórico da sua emergência – nascido de uma revolta no seio de um dos aparelhos do Estado – o MFA não se organizou, nem podia ter organizado, contra a dominação política capitalista. Organizou-se contra a forma fascista da dominação política capitalista (SANTOS, 1990:34).

rial, 05/07/74). À hegemonia do uso das armas pelos militares, o COMBATE defende o armamento geral dos trabalhadores e a criação de milícias populares fincadas nos seus locais de trabalho⁶. O único caminho nesse sentido era o da destruição das estruturas militares e da luta antimilitarista. Essas estruturas, por sua hierarquia e especialização, estavam necessariamente separadas das classes trabalhadoras e por isso, diz o COMBATE no seu Manifesto, *nós não precisamos de delegar em terceiros a nossa defesa – armamo-nos e defendemo-nos nós próprios*. Para o jornal, jamais uma estrutura militarizada poderia ser o instrumento da revolução popular, a permanência dessa estrutura o que fazia era agir na defesa de novas formas de gestão do capital.

Para o COMBATE, o 25 de Abril foi a data decisiva para a generalização do capitalismo de Estado (Editorial no 37, 05/03/76). Na concepção desse jornal, o Estado é um elemento chave da estratégia do capital. O Capitalismo de Estado

[...] representa mais do que um sistema de propriedade; significa uma forma particular de gerir a economia. O principal no capitalismo de Estado é que a economia é gerida centralizadamente, portanto planificadamente; as organizações governamentais no sentido restrito, ou então as instituições administrativas, no sentido mais largo, têm nessa gestão um papel cada vez mais importante; as funções de gestão, e, portanto de controlo da economia são cada vez menos executadas pelos capitalistas privados e mais a cargo de uma classe especial de gestores, tecnocratas e burocratas. A propriedade do Estado não é uma causa destas transformações econômicas, mas uma consequência (...). O capitalismo de Estado é, portanto, uma forma de desenvolvimento do capitalismo. Não é algo exterior ao capitalismo, que se impõe a ele. É o próprio capitalismo na fase contemporânea do seu desenvolvimento (Editorial, n.37, 05/03/76).

No caso português, a mudança na base do capitalismo privado para o desenvolvimento do capitalismo de Estado ti-

⁶Ponto oito do Manifesto Inaugural do COMBATE – 21 de junho de 1974.

nha como central na sua administração os gestores, que representam o papel de organização dentro do sistema produtivo. Como afirma João Bernardo⁷, o marxismo das forças produtivas fundamenta o Capitalismo de Estado, já que o processo revolucionário limitava-se a estender ao mercado do livre arbítrio os fundamentos organizativos da racionalidade administrativa do espaço produtivo. Não surgiam relações sociais de novo tipo. Reproduziam-se societariamente as mesmas formas de poder existentes no capitalismo, só que agora, esse poder passava a ser controlado institucionalmente pelas representações políticas formais da classe operária, isto é, os Sindicatos e/ou o poder dos Partidos Comunistas, tal como nas experiências históricas do socialismo contemporâneo⁸. Nesse momento, a classe operária não encontrava apenas a burguesia como antagonista de classe, encontrava também a classe dos gestores (a burocracia dos sindicatos, dos partidos e das empresas estatais).

Dessa forma, a crítica ao Movimento das Forças Armadas e aos partidos e instituições de esquerda, controladores do processo ‘revolucionário’, baseou-se na crítica ao processo de transição do capitalismo privado para o desenvolvimento do capitalismo de bases estatais. De seu manifesto inaugural, o COMBATE assim definia a “revolução” em curso:

O 25 de Abril não assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a

⁷ PINTO, João Alberto da Costa. A propósito do marxismo de João Bernardo. In. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico* N° 43, dezembro de 2004. Acessado em 27 de outubro de 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>

⁸ As décadas de 1960 e 1970 marcaram profundamente a história de aprendizagem das lutas sociais contra o capitalismo. As novas formas de lutas e a autonomia nas formas de organização colocadas em prática pelos/as trabalhadores/as e estudantes demonstravam que os partidos comunistas não apenas eram inúteis, mas obstáculos nas lutas operárias. A partir dos inícios da década de 1960, generalizaram-se greves sugestivamente apelidadas de “selvagens”, quer dizer, exteriores aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos instituídos de recuperação dos conflitos.

nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições. (Manifesto do COMBATE, 21/06/74, p.04).

Na abordagem dos trabalhadores da Timex, o 25 de Abril *abria as portas que durante 48 anos estavam seladas, os corações ainda um pouco oprimidos, mas livres, brotaram sangue novo nas veias viciadas pelo fascismo, deram um rosto novo na luta do trabalhador para melhores salários e condições sociais* (COMBATE, n° 3, 12/07/74, p. 05). Contudo, mesmo com as novas condições que o 25 de Abril inaugurou para o desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora, os trabalhadores não tinham ilusões. Segundo um trabalhador da Tróia,

o 25 de Abril não se destinou a derrubar a burguesia, mas a salvá-la. O 25 de Abril não se destinou a dar o poder às massas trabalhadoras, mas a melhorar o regime em que funciona o poder da burguesia capitalista. Cabe a nós, operários e trabalhadores, derrubar o regime da burguesia e destruir o regime burguês capitalista (COMBATE n° 3, 12/07/74, p. 06).

Na TAP, uma das empresas mais importantes de Portugal e onde se desenvolveu uma grande luta, cerca de 200 operários foram despedidos em setembro de 1974; o discurso do governo parece não ter sido recebido com muita simpatia por estes trabalhadores que se expressam de forma clara: *Não somos nós que estamos contra o governo provisório. O governo provisório é que está contra os trabalhadores em luta. É um governo que está do lado dos patrões* (COMBATE, n° 7, 27/09/74, p.7). Outro trabalhador (Tróia) diz numa mesa-redonda com as empresas GPA, Setenave e TAP: *Nós estamos a trabalhar para quê? O nosso próprio governo é capitalista! Só podemos é falar mais, de resto, o Governo foi só mudança, mais nada, é um governo de burguesia na mesma* (COMBATE, n° 11, 22/11/74, p.5).

Todavia, as grandes ondas de agitação social que em Portugal estavam a colocarem xeque a organização social herdada do fascismo fizeram com que à tomada de poder realizada pelo MFA sucedesse uma revolução popular onde o movimento social alcançou uma importância inversamente proporcional àquela que tivera na materialização do golpe. É aí que abrimos as cortinas para verificarmos, além das instituições da esquerda formal (PCP) e/ou da extrema-esquerda, a atuação autônoma dos trabalhadores portugueses. E foi tão somente a presença de um vigoroso movimento autônomo a se desenvolver na cidade, nos campos e nas fábricas e que tomou para si a organização das suas lutas, que propiciou o terreno em que pode se desenvolver o jornal COMBATE, entre 1974 e 1978.

Em contrapartida ao processo institucional instaurado no parlamento pelas forças armadas e pelos partidos de esquerda, as massas populares passaram a movimentar-se, as fábricas, os quartéis, e os latifúndios começaram a ser ocupadas. O lugar que a classe operária começava a tomar dentro da relação de forças capital-trabalho tornava urgente para o primeiro apelar para o fortalecimento de uma organização sindical que pudesse controlar, no seu interesse, a ação autônoma dos trabalhadores. Segundo o COMBATE, os sindicatos já não atuam enquanto organização dos trabalhadores na resistência contra o capital. Ao contrário, passaram a ser a grande instituição de recuperação das lutas dos trabalhadores na dinâmica do capitalismo, numa estrutura que existe para disciplinar o trabalhador, para situar suas lutas na legalidade capitalista. Assim, como afirma Lúcia BRUNO (1983:49), a atividade sindical se expressava enquanto “agente da produção”, e a classe operária, enquanto agente de destruição do capitalismo, organizava-se fora das instituições vigentes e contra elas. Para o jornal COMBATE, os partidos e os sindicatos apareciam como elementos chave no enquadramento das lutas autônomas em Portugal:

Face à repressão que se abate sobre o movimento operário autônomo, os partidos permanecem silenciosos.

Quando as tempestades se aproximam, os partidos só pensam em defender os aparelhos burocráticos, garantia da sua força na luta entre os vários setores políticos pela repartição da mais-valia. Este silêncio prova a quem não queria acreditar que os partidos não só são inúteis para o movimento proletário, como são agentes activos da construção do capitalismo de Estado (COMBATE - Editorial nº 33, 26/12/75).

Para a perspectiva do jornal, mais do que inúteis para o movimento dos trabalhadores, os partidos políticos situavam-se dentre os principais obstáculos para a construção da sociedade comunista. Um dos principais porque dada a sua inserção nos meios populares, ainda que apenas com um ou outro militante por fábrica ou por organização sindical, se legitimavam do discurso operário para contribuírem no desenvolvimento da exploração capitalista. É diante dessas práticas que o COMBATE direcionava a sua crítica ao não se pautar no debate ideológico, que era tudo o que os elementos dos partidos buscavam. Em qualquer reunião, palanque ou assembleia os membros dos partidos e dos sindicatos eram os primeiros a polemizarem sobre questões teóricas das lutas dos trabalhadores, desviando o rumo da discussão que, para os trabalhadores, maioria de pessoas simples e de pouca instrução, não era o que realmente deveria ser discutido. Era essa a percepção do jornal quando se decide por não atacar os partidos por ideologia. As práticas desses partidos é que entraram em questão para o COMBATE.

Producir para viver e não viver para produzir: o COMBATE e o processo autogestionário que se desenvolveu nas empresas e nos bairros portugueses

Foi ao longo de 1974 até novembro de 1975 que as experiências de autogestão se desenvolveram mais amplamente em

Portugal⁹. No princípio do mês de agosto de 1975, calculava-se que umas 380 fábricas estavam em autogestão. Depois do 25 de Abril, a fixação de um salário mínimo nacional, o fortalecimento da classe trabalhadora nas lutas contra o patronato, o clima de contestação social generalizado e a incapacidade do Governo Provisório em dar respostas à situação, acelerou a crise econômica de muitas empresas. Diante da perspectiva da perda de trabalho, os trabalhadores, por toda a parte, passam a se organizar em comissões ou conselhos operários, instituições através da qual se implementaria a tomada da produção. Os casos de autogestão foram mais frequentes no setor têxtil e metalúrgica, onde também as experiências de autonomia nas formas administrativas atingiram maior radicalidade. Isso porque as pequenas empresas tiveram desmoronada a estrutura que permitia aos seus proprietários garantir os seus lucros¹⁰.

Em todos os casos que aparecem no COMBATE a autogestão surge como um meio de evitar o desemprego; para este jornal, o desenvolvimento do processo autogestionário estabelece uma relação contraditória entre as relações igualitárias que os trabalhadores praticam e as relações sociais provenientes da sociedade capitalista, e uma solução se impõe: ou são as novas relações coletivistas que prevalecem, ou, pelo contrário, é a disciplina da fábrica que se reproduz (BRUNO, 1983:83).

⁹ Em Portugal, a luta dos trabalhadores cunhou um termo novo para o dicionário da classe trabalhadora, o termo apartidário⁴⁸ Segundo BERNARDO, “foi em Portugal que o movimento autônomo cunhou o termo “apartidarismo”, neologismo reconhecido e aceito pelo menos nos países de expressão latina, que indica a capacidade de unificar a classe trabalhadora acima da, e frequentemente contra, divisão em partidos. O apartidarismo é não só distinto do apoliticismo, como lhe é inteiramente oposto. Tratou-se, para o movimento autônomo, de se assumir diretamente como político, sem para tal recorrer à mediação dos partidos” (1991:363).

¹⁰ Com o decorrer do processo de descolonização, todos os problemas críticos da sociedade portuguesa agravaram-se. O fim da economia de guerra eliminou a produção específica de bens e serviços. Resultado, muitas das pequenas e médias empresas que viviam da economia de guerra entraram em falência. Na prática (período de maio – junho de 1974), as consequências desse processo levaram ao fecho ou falência de cerca de 500 pequenas e médias empresas. Ver FERREIRA (1997: 279).

A primeira empresa a ocupar as instalações e entrar em autogestão foi uma empresa de confecções, a Sogantal, composta apenas por mulheres. Com 48 operárias na linha de produção, no dia 20 de maio de 1974, estas apresentaram um caderno reivindicativo à administração patronal em que se pedia um aumento de 1250\$00, um mês de férias e o 13º mês. Mesmo com o aumento que pediam as trabalhadoras, os seus salários, que até então não passavam de 1600\$00 por mês, não atingiam os 3300\$00, valor do salário mínimo que o governo viria a decretar. Os franceses, donos da fábrica, recusaram as reivindicações alegando que, do contrário, a empresa iria à falência. Como resposta as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios. Em 30 de maio, os patrões declararam que a fábrica fecharia e que os salários não mais seriam pagos, já que as trabalhadoras não haviam produzido o suficiente. Diante a posição patronal, as operárias decidem vender os uniformes de treino que produziam para garantir os salários. A seguir os patrões abandonam a empresa e, diante da iminente perda dos seus postos de trabalho, as operárias resolvem manter por si próprias o funcionamento da empresa e a produzir a sua subsistência de forma autogestionária.

No jornal nº 1 da Sogantal, publicado no COMBATE nº 3, 12/07/74, as operárias contam um pouco da sua luta:

A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, devido também à ‘docilidade’ dos trabalhadores garantida que, começando no local de trabalho se estendia até a bem conhecida ação das várias polícias [...]. Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, o patronato pretende encerrar as instalações em Portugal. Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar essa situação; não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que

nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações. Afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitarmos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras (COMBATE, nº 3, 12/07/74, p.5).

As 48 operárias (entre 15 e 24 anos) decidiram que a Assembleia Geral era o órgão soberano de decisão onde se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias pôr em prática. Já na primeira assembleia geral as trabalhadoras decidiram tomar em mãos a organização da sua luta e da sua vida em função da nova realidade. Nessa mesma reunião, o gerente, um chefe e o mecânico, em desacordo, se retiraram da empresa. A outra chefe aceitou ficar na fábrica, mas ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias. A partir daí, as operárias passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica:

Nós tomamos conta da contabilidade. Algumas de nós têm o curso comercial completo ou quase e há outras pessoas que estão dispostas a ajudar-nos. Também na assembleia geral era eleita a comissão de trabalhadoras, revogável a qualquer momento e que contou com uma rotatividade nos exercícios das funções, com vistas a evitar sua burocratização (Apud FERREIRA, 1997:297).

Pudemos ver ainda que não é apenas a consciência revolucionária, ante a exploração do seu trabalho, que se realiza com o cotidiano da luta autônoma. As operárias da Sogantal não apenas entram em ruptura com a hierarquia do sistema capitalista, quando rompem a barreira do trabalho manual e intelectual, mas também rompem dia-a-dia com os valores opressivos que fazem parte da ideologia desse sistema. Numa coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins RODRIGUES a respeito do movimento popular do 25 de Abril,

José Maria Carvalho Ferreira, relata sua aproximação com a Sogantal, onde diz,

Casos semelhantes estavam a dar-se noutras empresas mas aqui a ocupação assumiu radicalidade invulgar: supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direcção; e, mais subversivo ainda, encetar a venda directa da produção. Tudo isto teve uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes (RODRIGUES, 1994, p. 46).

A decisão de tomar a fábrica e autogerir a produção era demasiadamente perigosa pois atingia em cheio o ‘inviolável’ direito da propriedade privada. As investidas violentas nas fábricas em que os trabalhadores optam pela ocupação e autogestão foi constante, tendo estes resistido em barricadas permanentes e sempre buscando o apoio da população e de outras fábricas vizinhas.

Nas entrevistas que o coletivo COMBATE fez com operárias da Sogantal, pudemos ver uma preocupação constante das trabalhadoras com o isolamento da sua luta, e das lutas em geral. Redigiram manifestos em apoio a outras empresas, buscando sempre acompanhar o processo de lutas que se desenvolvia naquele momento. O COMBATE tentou agir nesse sentido: colocando em prática um dos seus objetivos principais, o jornal preferia, ao invés de discutir com as empresas sobre os seus problemas, colocá-las em contato através das mesas-redondas, onde eram os/as trabalhadores/as a levantar a discussão. Numa dessas mesas redondas, o COMBATE pôs em contato a Sogantal com uma outra empresa têxtil em que as operárias também vinham se movimentando, a Charminha. Nessa ocasião, as operárias dessa última empresa percebem, a partir da discussão com as operárias da Sogantal, que continuam a ser exploradas pela Comissão Administrativa da empresa. A Charminha estava em

autogestão e, foi através do contato tido com a Sogantal que as operárias compreenderam o caráter reacionário da Comissão eleita e substituíram-na por outra (BRUNO, 1983:74).

O coletivo do COMBATE optou por fomentar o contato entre trabalhadores de empresas diferentes com a finalidade de que os problemas fossem discutidos por aquelas pessoas envolvidas no processo prático da luta, o que contribuiria no sentido do esclarecimento mútuo dos trabalhadores; a base das discussões pautaram-se em problemas concretos, e, principalmente, problemas internos que, à medida que são compartilhados, se pode identificar as semelhanças e dessemelhanças dos processos em questão, assim como possíveis saída, como no exemplo da Charminha. Segundo me disse João Bernardo numa entrevista a 06 de janeiro de 2010, referindo-se a mesa-redonda com a Charminha e Sogantal: preferíamos deixar os trabalhadores a dizer [...] nós pensávamos: *vamos fazer uma mesa redonda e os problemas vão surgir lá, e eles vão ficar convencidos muito mais do que se formos nós a dizer, então a gente preferia fazer esse tipo de coisa do que ir lá fazer proselitismo [...]*.

No decurso da luta da Sogantal, e de centenas de outras empresas, como vemos em outra mesa redonda do COMBATE (n° 23, 16/05/75, p. 06) com três empresas do setor têxtil em autogestão: a Firma Eduardo Pereira Pinto (EPP), a de Sousa Abreu e a de Manuel da Silva (ARTEDU), todas as empresas têm os mesmos problemas: dificuldades de fornecimento de matérias-primas e escoamento dos produtos. Outras empresas apresentam dificuldades maiores, como o caso da ARTEDU, em que o maquinário está em más condições e necessita de um investimento inicial para começar a produção. As dificuldades em manter a produção aumentam com o boicote dos fornecedores capitalistas e a ausência de capitais para a aquisição das matérias-primas necessárias. É aí que os trabalhadores são forçados a recorrer aos órgãos do poder para conseguirem fundos de investimento. Para o COMBATE, esse é o primeiro passo para a perda de autonomia (COMBATE: n° 23, Editorial). A problemática da necessidade de investimento e do escoamento da produ-

ção condicionam e limitam as lutas autogestionárias, estão na origem das maiores dificuldades enfrentadas pelas empresas.

As necessidades do aumento da produção tornaram-se um dilema para reequilibrar a capacidade produtiva das empresas e adquirir meios financeiros para o pagamento dos salários e dos credores. As dificuldades nos domínios físico, social e financeiro foram enormes. Um grande número de trabalhadores passou a trabalhar muito mais do que antes, inclusive nos sábados e nos domingos, o que significou, para que a luta pela sobrevivência fosse garantida, uma maior precarização do trabalho, ou, nas palavras de MAILER, *enquanto permanecesse o regime capitalista, tudo isto não passava de autogestão da sua própria exploração: não se abolia a troca da força de trabalho por salários* (1978:86).

Mas, para além das dificuldades inerentes ao processo autogestionário, outros obstáculos surgem com frequência. Os intermediários técnicos e administradores aparecem constantemente como elementos que atrapalham as lutas autônomas. Os trabalhadores entendem que a destruição do capitalismo tem de passar pela abolição da divisão entre o trabalho manual e intelectual, e essa abolição constitui um passo fundamental para o avanço das lutas. Como afirmava um trabalhador de Setúbal ao COMBATE, *Chegou o momento de acabar com a impressão de que só os doutores conseguem resolver os nossos problemas* (COMBATE, n° 9, 25/10/74, p. 6). É essa consciência que permitirá aos trabalhadores não esperarem por salvações exteriores a sua luta, e assim, tomarem a responsabilidade da autogestão.

As lutas coletivamente organizadas que abarcam a participação de todos afetam o âmago do capitalismo, pois, segundo a concepção de BERNARDO, a exploração da mais-valia não é apenas uma extorsão de valor, mas uma privação de conhecimento. A compreensão que os capitalistas manifestam do modo de produção decorre da sua capacidade de comandá-lo e organizá-lo centralmente (1991:332). Nos processos de autogestão, os trabalhadores vão adquirindo a consciência necessária para prosseguir no combate, assim, em muitos casos, puderam iden-

tificar quem e o quê nesse processo atua como empecilho ao desenvolvimento da luta operária. Pelo mapeamento das lutas autônomas que ocupam as páginas do COMBATE, os trabalhadores desenvolveram críticas massivas contra os intermediários técnicos e administradores; considerando-os uma classe que não produz, mas que organiza a produção, afirma um trabalhador da GPA (Grupo de planeamento e arquitetura) numa mesa-redonda com trabalhadores da SETENAVE, TAP e TRÓIA:

Acho que a classe operária, os trabalhadores, devem ter uma posição vigilante relativamente a essas posições, visto que esses técnicos burgueses são de facto uma classe periclitante, tanto podem ir para um lado como para outro. De qualquer maneira, penso que, a organização autónoma da classe deve estar atenta a esse problema e deve saber em todos os momentos a jogar com os técnicos apenas como aliados da luta (COMBATE, n.º 12, 06/12/74, p.4 e 5 mesa-redonda).

Para os operários da EFACEC-INEL (sul), não há dúvidas: *sabemos por experiência própria, que nas nossas lutas mais duras, a pequena burguesia, isto é, os técnicos, os administradores, os engenheiros, têm sempre tomado posição ao lado do patronato e contra a classe* (COMBATE: nº 22, 25/04/75, p.5). São muitos os momentos em que, na fala dos trabalhadores ao COMBATE – por meio de entrevistas ou nos seus comunicados, fica clara essa desconfiança com os administradores e gestores das empresas. Isso porque na medida que a luta se realizava na prática, os trabalhadores percebiam que eram os únicos que podiam inverter a sua posição de explorados, como diz o número 24 do jornal da greve da EFACEC-INEL,

a classe operária é, juntamente com todos os trabalhadores mais explorados, a única classe revolucionária. Por isso continua a lutar por uma sociedade mais justa, sem se preocupar com as concepções burguesas da casa de campo, troca de automóvel, férias num sei onde, à boate ou qualquer outra forma de alienação

que a democracia burguesa oferece (COMBATE: n° 8, 11/10/74, p.4).

Para derrotar essa barreira, os trabalhadores haveriam de apropriar-se do conhecimento técnico e das formas de administração, ainda que modifcassem essas formas com o desdobramento das lutas, já que, como verifica um operário da Tróia, *a burguesia continua a reclamar-se proprietária da técnica, da decisão política, da decisão econômica* (COMBATE: n° 11, 22/11/74, p.5). Como medida para inverter essa situação, os trabalhadores da construção civil demonstraram a preocupação de organizar, dentro das empresas, quadros técnicos da nossa confiança, capazes de se apossarem das mesmas na altura adequada (COMBATE: n° 5, 28/07/74, p.1).

A autogestão é uma fonte de novos ensinamentos, sobretudo por mostrar que a gestão proletária da economia tem de ser profunda e radicalmente diferente das formas de gestão capitalista¹¹. Quando são os trabalhadores a organizar a produção e romper com a disciplina da empresa, inaugurando relações

¹¹ São as relações entre as fábricas autogeridas e a sociedade que faz com que as empresas estabeleçam perguntas do tipo: “o quê”, “como” e “pra quê” produzir. Perguntas essas que são princípios alicerces da organização social e produtiva dentro da sociedade, esses/as trabalhadores/as discutem a mercantilização do processo produtivo e a função social empreendidas pelas empresas capitalistas. Mas não é apenas a função social da produção que entra em questionamento. O lema comum a experiência da autogestão, “Ocupar, resistir e produzir”, conduz à reflexão sobre o caráter da propriedade privada, ou seja, apoiados por outros movimentos sociais que realizam a ocupação de diversos outros espaços abandonados (casas, latifúndios, prédios, centros comunitários, entre outros), os/as trabalhadores/as discutem o direito ao trabalho e o caráter absoluto de alguns direitos como o da propriedade privada de bens imóveis e dos meios de produção. Para BERNARDO, as novas relações sociais implicam a produção de outros produtos, de outra maneira, para outro consumo (1991:341). Nesse sentido, uma mesa-redonda com as empresas têxtils: EPP (Porto), SOUSA ABREU, ORNITEX, MANUEL DA SILVA e o G.A (grupo de apoio às fábricas em autogestão) em maio de 75, tinha como tema: Grandezas e Misérias da Autogestão. Em certo momento, questiona um trabalhador: “Parece que nós estamos a fabricar produtos independentes de eles serem precisos ou não”. Essa discussão continua numa entrevista do COMBATE à Cooperativa Novo Rumo, nas palavras do trabalhador C: “(...) faziámos uns bonecos, umas bugigangas (...) mas tem que acabar, o superflúo

sociais de outro tipo, baseadas no coletivismo e na democracia operária, apresentam um modelo social alternativo ao sistema capitalista onde substituem a alienação pela compreensão por parte dos trabalhadores de todo o processo produtivo, além de caminhar no sentido oposto à divisão da sociedade entre os que mandam e os que obedecem.

As experiências de autogestão também ressignificam o espaço da fábrica, é o que acontece quando os trabalhadores tornam os locais de trabalho um espaço aberto para a visita e troca de experiências com trabalhadores de outras empresas, com a população em torno da fábrica, com grupos e coletivos de esquerda, jornais de trabalhadores, etc. Assim, rompem com o caráter fechado das empresas capitalistas; nas palavras de SARDÁ:

O mundo da fábrica é fechado em si mesmo, sendo as relações com as outras empresas mantidas no aspecto estritamente comercial. As empresas ocupadas mantinham a porta aberta exatamente para permitir que os trabalhadores entrassem em relação direta com outros trabalhadores e categorias, possibilitando a criação de novas formas de luta e a sua propagação para outros setores (2006:201).

O fortalecimento da identidade coletiva fez com que os trabalhadores, reunidos/as nos organismos coletivos, identificassem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. Em

acaba mesmo” (COMBATE: no25 p.1,2 e 6). Na Candidinha, as trabalhadoras modificaram o estilo das roupas que fabricavam: “em vez de fazer vestidos luxuosos, começamos a fabricar vestuário mais prático e acessível” (Comunicado da C.T da Candidinha publicado no COMBATE: no25, p.6).

Fora de Portugal, um exemplo importante, nos apresenta João BERNARDO (1991:337-338), é o que demonstraram os trabalhadores da LIP (França) quando, em julho de 1973, um negociante do Kuwait propôs a compra à vista de 30 mil relógios montados autonomamente pelos grevistas. Sob o ponto de vista material, essa contribuição resolveria muitas dificuldades mas, para os trabalhadores em luta, era o ponto de vista social o determinante, por isso recusaram a proposta e continuaram a vender os relógios diretamente aos trabalhadores de outras empresas.

Portugal, não foram poucos os esforços dos trabalhadores em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as unidades coletivas de produção e ainda com as comissões de moradores dos bairros populares¹². A urgência da unificação era sentida pelos trabalhadores, como está expresso no informativo da Sogantal: *Camaradas, não podemos permitir que tentem isolar as lutas destas e de outras lutas. Os nossos problemas são os mesmos de todos os trabalhadores. Só unidos e organizados os resolveremos* (COMBATE: n° 6, 13/09/74, p.11). Porém, mesmo com os esforços dos trabalhadores em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as comissões de trabalhadores e moradores, a unicidade das lutas não desenvolveu um processo amplo e geral, a não ser no interior das unidades de produção, pois aí verifica-se que os/as trabalhadores conquistaram a sua autonomia e estiveram unidos na luta. No entanto, no que se refere à ligação das diversas lutas autônomas, nos diz o COMBATE que,

Até agora, os trabalhadores têm lutado independentemente da tutela dos partidos, do Estado ou dos sindicatos no interior de cada empresa ou ao nível dos bairros. Mas, sempre que se trata da ligação com os trabalhadores de outras empresas ou de outros bairros, têm sido os partidos ou as instituições estatais e sindicais a servir de veículo dessa união. Parece-nos ser este o principal atraso do movimento operário (COMBATE, nº 29, Editorial, 31/10/75, p.2).

¹² Depois do 25 de Abril, aparece uma estrutura que será denominada Inter-empresas, na qual se desenvolverá a ligação entre diversas Comissões de Trabalhadores e de diferentes empresas (COSTA, 1979:259). No depoimento de Manuel Monteiro, trabalhador da empresa Cergal na altura da revolução, assim está: Para nós, que em grande parte não estávamos filiados em nenhum grupo nem partido, a Inter-empresas era vista como um esboço de sovietes, órgãos apartidários mais combativos que os sindicatos; porém, depois da manifestação contra a entrada no Tejo das tropas da OTAN, organizada pela Inter-empresas em 7 de Fevereiro de 75, afirmou o trabalhador: foi também o seu fim, porque os activistas foram todos para os partidos [...] eu já não quis nada com o PCP e liguei-me à UDP. Muitos operários como eu que estavam nesse processo aderiram a essa altura. In, RODRIGUES, Francisco Martins. O Futuro era Agora! (1994:26).

Aliado ao problema da não realização da unidade das lutas autônomas, os/as trabalhadores/as enfrentam a oposição dos meios de comunicação e à repressão do governo provisório quanto as suas lutas. Repressão por condenar as lutas dos/as trabalhadores/as como ‘reacionária’, organizando para isso campanhas nos meios de comunicação contra as greves e contra as empresas que tomaram para si a produção. Mas é fundamentalmente como resposta ao crescimento da luta autônoma dos/as trabalhadores/as que se dá uma incessante escalada da repressão. O COPCON (Comando Operacional do Continente), criado em julho de 1974 pelo MFA, aparece como uma necessidade para o poder ter ao seu dispôr um corpo armado, perfeitamente disciplinado e eficaz na dissuasão das lutas operárias (COMBATE, nº 23, 16/05/75, p.3).

Segundo PANNEKOEK, o capitalismo só consegue controlar indivíduos desorganizados¹³. Quando a classe operária consegue organizar-se num corpo capaz de realizar ações diretas e unificadas, alheias às formas de organização tradicionais, chega a hora da revolução. Em Portugal, são muitos os casos, documentados nas páginas do COMBATE, em que a polícia tentou reprimir fábricas em greve ou fábricas ocupadas e em autogestão, mas que tiveram sua ação paralisada pela solidariedade da população e de trabalhadores de outras empresas - como no relato ao COMBATE das operárias da ARTEDU:

Dia 17 de fevereiro fomos surpreendidas pela polícia (cerca de 30) que arrombou a porta e nos ameaçou de porrada e de prisão. Nós pedimos ajuda e em menos de 10 minutos estava a rua cheia de povo e estivemos das 10h da manhã até as 3h da noite a discutir até que a polícia se foi sem ter conseguido fechar a fábrica (COMBATE, nº 20, 28/03/75, p.5).

A burguesia portuguesa esforçava-se neste momento por reorganizar e modernizar a sua economia, tão abalada com os

¹³ PANNEKOEK, Anton. *Sobre a organização dos trabalhadores*. Textos CONTRA-A-CORRENTE, s/d, capítulo 8 e 9.

longos anos do fascismo. Precisa reunir todas as suas forças para o grande “arranque”.

Não possuindo gestores e tecnocratas em número suficiente e devidamente habilitados, nem uma tecnologia suficientemente avançada (na maioria dos casos), a sua margem de manobra é pequena, para poder fazer face a grandes reivindicações dos/as trabalhadores/as sem diminuir a produtividade (COMBATE: no7, p.1 – Comunicado da TAP).

Segundo o COMBATE, a crise governamental que atravessa a burguesia, resulta fundamentalmente de divergências quanto a um ponto: *qual a melhor maneira de reprimir o movimento operário ascendente e qual deve ser o estabelecimento das novas instituições burguesas no País?* (COMBATE, Editorial n° 4, 19/07/74, p.1 e 2).

O desenvolvimento do capitalismo, que se processa através da fórmula da mais-valia, está sempre aberto aos conflitos sociais; nesse sentido, o enquadramento e o controle da força de trabalho no processo de produção deve ser garantido em todos os âmbitos possíveis. Para isso, o capitalismo desde sempre recorreu às armas como a principal forma de manter os/as trabalhadores/as em controle; assim foi com o regime fascista que, como expressão autoritária do capitalismo, inaugurou junto com o seu governo a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que depois transformou-se em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), uma rígida estrutura de perseguição e repressão à classe trabalhadora e à oposição ao regime salazarista. Mas as lutas sociais portuguesas pautaram toda a remodelação do capitalismo português, pois, na conjuntura revolucionária das lutas autônomas, em 1974 e 1975, as classes dominantes teriam de repensar as formas de repressão, muito além da repressão policial clássica, outros mecanismos de controle tiveram de ser implementados.

Evidentemente o recurso às armas e à repressão continuaram a fazer parte do cotidiano das lutas, porém, uma série de

medidas burocráticas foram ganhando prestígio pelo êxito que atingiram no seu propósito de afastar os/as trabalhadores/as do caminho que vinham traçando. Enquanto o PPD (Partido Popular Democrático), representante da indústria moderna ou em modernização, desejava que amplos poderes fossem utilizados para reprimir o movimento operário e para abafar o seu desenvolvimento, a política das tendências reformistas não assenta na repressão direta, mas no desenvolvimento de um aparelho sindical burocratizado, que se substitua às massas trabalhadoras na luta. Assim, das grandes correntes que se chocavam no governo provisório, nos diz o COMBATE, *ambas estavam de acordo com a necessidade de manter a ‘ordeira’ passividade entre os trabalhadores, só divergindo nos métodos* (COMBATE, Editorial nº 4, 19/07/74, p. 1 e 2).

Mas não são apenas as instituições alheias a classe operária a funcionar como obstáculo e nem apenas os mecanismos de controle colocados em prática pelos governos provisórios que contribuíram para a recuperação das lutas. Em muitos casos, analisa o COMBATE no seu suplemento sobre os seis meses de luta autônoma, de 13 de janeiro de 1975, a comissão de trabalhadores limita-se a servir de intermediária entre o sindicato relativamente ao proletariado, limita-se a dizer o que os trabalhadores gostariam que fosse feito e a dizer aos trabalhadores o que o sindicato decidiu fazer (um caso destes se passa na Abel Alves Figueiredo, entre outros); noutros casos, é a própria comissão de trabalhadores que é reacionária devido ao fato de os seus membros se destacarem dos trabalhadores por serem mais bem remunerados ou até mesmo não sendo operários da linha de produção (esse foi o caso da Charminha, que a comissão era integrada por pessoal de escritório).

Há ainda comissões de trabalhadores compostas por operários não privilegiados e bastante combativos, mas que reproduz o sistema de funcionamento dos sindicatos burocratizados, como na PROPAM, em que a comissão de trabalhadores não informava aos trabalhadores os resultados das suas negociações com o Ministério do Trabalho, e os trabalhadores não se impor-

tavam em não serem informados (COMBATE, n° 14, 03/01/75, p. 4). Aí já vemos um caso extremo de abandono por parte dos trabalhadores do seu papel na luta. Há também muitos casos em que a comissão se isola da base, mas não por ser reacionária, ou outra coisa, mas pelos trabalhadores terem caído numa certa apatia. Daí, as comissões tomam toda a iniciativa das lutas e os trabalhadores se afastam do trabalho prático direto e passam apenas a assistir o trabalho feito pelas comissões¹⁴ Há trabalhadores que, nos diz o jornal da greve do GPA,

não compreendendo que a melhor forma de resolver os seus problemas é a integração numa frente coletiva com o patronato, procuram a solução através de atitudes individuais sem ligarem os seus problemas aos problemas dos outros (COMBATE: n° 8, 11/10/74, p.7).

Dessa maneira, vemos que as comissões burocratizadas, antes órgãos representativos e controlados pelos trabalhadores, mas que passaram a reproduzir internamente o sistema de hierarquia entre os que mandam e os que obedecem, acabam por ser integradas no sistema capitalista. Assim, os problemas internos de degenerescência das instituições trabalhadoras acabam por contribuir para a recuperação ideológica das suas lutas pelo capitalismo. Com relação às tentativas de integração das lutas pelos sindicatos burocratizados e pelos partidos reformistas, o que é muito importante de se evidenciar no processo português é que as lutas só foram controladas quando não mais eram expressões autônomas dos trabalhadores, quando, por vários dos motivos citados, os trabalhadores já não eram os protagonistas das lutas.

Apesar de tudo isso, a classe trabalhadora em Portugal, percebendo o modo como o governo “revolucionário” se posicionava diante as lutas, o boicote do mercado capitalista, a

¹⁴ Ver Editorial do Suplemento do COMBATE: Meio ano de lutas e de desenvolvimento da luta autônoma dos trabalhadores. N° 15, de 17 de janeiro de 1975.

posição dos administradores e intermediários, a repressão, as organizações sindicais e da esquerda e extrema-esquerda a atuar na desmobilização das lutas, as calúnias dos meios de comunicação, dentre outros elementos, pôde desenvolver a sua consciência de classe, a sua posição política contrária ao Estado, quer dizer, há na prática das lutas sociais uma totalidade contrária ao sistema capitalista; foi possível observar isso através da imprensa produzida pela classe operária, nos textos e nas falas dos trabalhadores que identificaram no Estado o seu principal inimigo. Para o COMBATE, o que essas lutas traziam de novo era, entre outras coisas,

a possibilidade e a necessidade sentida pelos trabalhadores de dar passos decisivos fora e independentemente das organizações sindicais e políticas [...] os trabalhadores começam a compreender que os seus problemas não são os da fábrica, mas os de todas as fábricas e deram um passo no sentido da afirmação pública da desnecessidade de sindicatos, de partidos e do Estado (COMBATE, nº 23, Editorial, 16/05/75, p. 1).

1.2.1. Lutas sociais nos bairros

A empresa capitalista fundamenta-se na individualização e na hierarquização e, por ser o local que concentra a exploração de grande parte da força de trabalho, reproduz para o conjunto da sociedade o seu modelo disciplinar. Por outro lado, o coletivismo e a horizontalidade que os/as trabalhadores/as inauguram via comissões autônomas no interior das empresas, consolidam um outro modelo de relações sociais diferentes da disciplina capitalista. Dessa forma, os conselhos autônomos de trabalhadores/as surgidos inicialmente no espaço da fábrica, esparramaram-se para outros setores da sociedade, constituindo-se num amplo processo de organização e movimentação popular.

O rebento do movimento popular nos bairros advém de

severas condições de habitação das classes trabalhadoras portuguesas durante os últimos anos do regime fascista¹⁵. O surto da industrialização nos anos sessenta se apresenta como alternativa para o desemprego crônico dos campos,

Sobretudo no Sul, onde o sistema latifundiário da propriedade mantém um exército de reserva permanente entre os assalariados agrícolas. Milhares de famílias instalam-se nos velhos e novos centros industriais – Lisboa, Barreiro, Porto e Setúbal¹⁶.

Atraídos pela perspectiva do emprego, os trabalhadores do campo vêm, na sua maioria, desaguar nos bairros de lata na periferia das grandes cidades. A modernização econômica começa a traçar sua arquitetura social: verifica-se aumento considerável da população nos centros urbanos e uma diminuição da população rural. O desenvolvimento do capitalismo com a concentração de maquinaria e o reforço das condições técnicas exigidas, levaram a proliferação, nas favelas das grandes cidades, de uma vastidão de construções clandestinas que iam formando diversos ‘bairros’ sem o básico de infraestrutura necessária (transportes, redes de esgoto, serviços de água e eletricidade).

O COMBATE abrange nas suas edições a combatividade das lutas nos bairros e publica os comunicados e boletins dos moradores, realiza com estes entrevistas e mesas-redondas.

Num primeiro momento, as reivindicações urbanas que mais aparecem são de caráter social: creches, transportes, saúde, atividades culturais, etc. A esse movimento reivindicativo, rapidamente outras demandas coletivas começam a fazer parte

¹⁵ Em 1966, em dez milhões de portugueses, seis milhões, dos quais cinco milhões habitavam em regiões rurais viviam sem água ou sem eletricidade, sem esgotos ou sem casa de banho. Trinta e três mil famílias viviam em bairros de lata, 68% dos quais na região de Lisboa e 8% no Porto. 60% do total dessas famílias habitavam as zonas urbanas. Além disso, 450.000 famílias viviam amontoadas em habitações sem conforto (BRUNO, 1983:156).

¹⁶ Em março de 1980, o coletivo do COMBATE publica pela editora Contra-a-Corrente um estudo conjunto de L. LEITÃO, A. DIAS, J. MANUEL E L.DIANOUX a respeito das lutas sociais urbanas, com o título: Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76).

do cotidiano dos moradores de diversos bairros. A formação de reuniões com os moradores e daí a organização autônoma destes/as em Comissões de Moradores, eleitas nas assembleias populares, serão os próximos passos organizativos que o movimento popular dará em torno de melhores condições de habitação e de vida nos bairros pobres da cidade, numa situação em que os trabalhadores moram longe do local de trabalho, pagam os transportes e as casas são más e caras. O editorial nº 12 do COMBATE está voltado à questão das lutas urbanas:

Não é por acaso que os trabalhadores são expulsos das zonas centrais das cidades (ilhas e subalugás) e obrigados a habitarem os anéis periféricos das mesmas. A cidade, centro de ‘comércio’ e ‘cultura’ por excelência, só é acessível aos trabalhadores que habitam as zonas periféricas durante os fins de semana [...] Além de viverem longe do centro da cidade, os trabalhadores são distribuídos nas zonas periféricas, onde habitam de forma a que seus camaradas de trabalho não se concentrem na mesma zona habitacional. Impedindo-os assim de discutirem sobre os conflitos surgidos nos locais de produção. Grande parte dos chamados ‘tempos livres’ dos trabalhadores é gasto em transportes morosos e aborrecidos, destinados a vencerem o espaço que separa o local de trabalho do local onde habitam (COMBATE, Editorial nº12, 06/12/74, p.3).

Não apenas as más condições de moradia e reivindicações sociais dos habitantes referentes ao espaço da cidade ganham fôlego, mas as ocupações de casas vazias se tornam uma poderosa arma para aqueles/as sem condições de pagar aluguel e em situação precária de moradia: em maio de 1974 cerca de 2.000 casas são ocupadas em todo o país. Já em 11 de maio teria sido eleita a primeira comissão de moradores num dos bairros de lata de Lisboa, com a participação de 230 famílias (MATTO-SO s/d p. 107). O que vemos é que, apesar de todas as tentativas de isolamento e fragmentação dos/as trabalhadores/as, estes/as souberam encontrar na sua luta formas organizativas autôno-

mas adequadas à realidade concreta. Nos diz o COMBATE que,

desde as comissões de moradores eleitas e controladas pelos habitantes do respectivo bairro, até à transformação dos centros sociais em locais de discussão dos seus problemas, os trabalhadores têm-se oposto ao isolamento que o sistema lhes opõe e à integração pelo poder democrático (Editorial, nº12, 06/12/74, p.3).

Seguindo a decisão de agirem por si mesmos, diz um comunicado da Inter-Comissões de Bairros de Lata de Lisboa e arredores,

moradores de alguns bairros decidiram por conta própria e passaram a ocupar casas desabitadas ou em construção; a isso foram forçados por suas necessidades e pela não resolução dos seus problemas por parte do governo (COMBATE, nº 24, 30/05/75, p.5).

As ações diretas dos moradores e as suas formas de ação e organização (assembleias, eleição de comissões, ocupação de casas e da Câmara; criação de cooperativas de habitação e de consumo, de centros sociais de encontro, atividades culturais, parques, etc.) logo foram se ampliando para outras cidades além de Lisboa, Porto, Faro, Coimbra, Braga, Setúbal. Em geral, é nos bairros pobres que se formaram as primeiras Comissões de Moradores. Aos poucos a população percebia a importância de se articular com outras lutas, seja nas fábricas ou no campo¹⁷.

Assim como nas fábricas, as organizações autônomas começaram a se esparramar nos bairros, tanto que os novos diri-

¹⁷ Ainda que essa articulação não se desenvolveu de maneira unificada e autônoma, deu alguns passos: Em novembro de 1975, as comissões de moradores do Porto iniciaram um debate que levou a um sistema de 'troca direta' com os camponeses do Norte: vendas de produtos agrícolas diretamente aos moradores. A Comissão de Moradores de Igreja Velha, no Porto, buscou a possibilidade de venda aos camponeses dos produtos de fábricas de autogestão ou sob controle das comissões de trabalhadores. Estes laços solidários foram comuns; a cooperativa de Cortiços, perto de Mirandela, constituída no final de 75 pela ocupação de terras; em abril de 76, várias fábricas de Lisboa se co-tizaram para enviar um trator a Cortiços e 300 operários vieram a Lisboa para

gentes pós-25 de Abril buscaram rapidamente articular soluções institucionais para evitar que a autonomia popular se efetivasse. Uma das soluções encontradas pelo governo provisório foi a criação, em 6 de agosto de 1974, do S.A.A.L (Serviço Ambulatório de Apoio Local), uma instituição que consistia num corpo técnico que auxiliaria os moradores, que seriam utilizados como mão-de-obra para a construção das moradias. A esse respeito, os moradores atribuem ao poder público as responsabilidades pelas más condições sociais de habitação, recusando-se a pagar a “solução” com a sua exploração. Assim está no caderno reivindicativo da Inter Comissões acima citada,

Depois de um dia inteiro de trabalho para encher os bolsos dos capitalistas teríamos de ficar até às tantas a trabalhar na construção de casas! [...] O projecto das cooperativas de Habitação Econômica do governo é uma maneira de fugir aos encargos de financiamento e construção de novos bairros. Permite controlar melhor as justas reivindicações populares, descarregando sobre as cooperativas toda a responsabilidade de construção de novos bairros¹⁸.

O S.A.A.L, enquanto projeto governamental, não podia aceitar a autonomia do movimento de ocupações de casas e das movimentações dos moradores como um todo, pois a sua razão de ser era exatamente a de canalizar a onda de protestos que começava a criar formas autônomas de organização para dentro de um projeto articulado a partir de cima, tentando tirar da população o poder de organização e da luta e utilizar-se de mão-de-obra gratuita¹⁹. Mas não para por aí, no projeto de planificação urbana desenhado pelo S.A.A.L, só receberiam os benefícios os moradores se organizassem em Associações de

levar o trator para cooperativa. Desta forma, negociando entre si, os trabalhadores criavam um ‘mercado autogestionário’ (NASCIMENTO, s/d. p.232).

¹⁸ Caderno reivindicativo da Inter-comissões dos bairros de lata e pobres de Lisboa, extratos publicados na Vida Mundial, Lisboa, 31 de julho de 1975. In. LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76). Editora Contra-a-Corrente, março de 1980.

¹⁹ Muitas comissões de moradores viram nesse projeto um organismo ligado

Moradores ou cooperativas, o que de imediato consistiu numa hábil estratégia de cooptação já que, diz ao COMBATE um morador de S. Pedro da Cova,

No problema específico da construção de novas moradias, quem quiser uma nova casa tem de ser obrigatoriamente membro da Associação [...] A passagem das Comissões de Moradores para Associação era de toda a conveniência por questões jurídicas, não há nada que diga quem são os gajos que pertencem à Comissão de Moradores, enquanto que uma Associação é diferente (COMBATE, nº 50, Julho de 1977, p.5).

Ainda referente à passagem das Comissões de Moradores para Associação, diz na mesma entrevista outro morador de S. Pedro da Cova ao COMBATE,

uma das razões, volto a dizer, são os subsídios. Só eram concedidos às Associações. Além disso surge agora uma outra coisa porreira que se nós fossemos C.M. não teríamos. Acontece que a Câmara está na disposição de arrumar pura e simplesmente com as C.Ms. Ignorá-las. Enquanto que às Associações vai passar uma credencial para, inclusivamente, poderem assistir às Assembleias de Freguesia. Mais uma prova da conveniência de nós deixarmos de ser C.M. para passar a ser A.M. (COMBATE: nº 50, Julho de 1977, p.5).

Um órgão criado para orientar “soluções” para os problemas que os moradores já haviam mapeado e tentado resolver com seus métodos diretos (ocupação de casas e estabelecimentos, manifestações, etc.), consegue, por meio do processo de

ao Estado, como afirma um membro do Conselho Revolucionário do Porto (CRMP): *Tem de haver um organismo a estabelecer a ligação entre nós e o governo. As C.M (Comissões de Moradores) devem ser totalmente autónomas do aparelho do Estado. O S.A.A.L faz parte desse aparelho. No entanto, nós temos de considerar que ele é composto de técnicos mais ou menos progressistas que se põem ao lado dos moradores [...] eles devem seguir os moradores, não pôr-se à sua frente.* Ver, LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, 1980, p.21.

passagem das C.Ms. para as Associações, cumprir a missão de integrar as iniciativas autônomas dos moradores no aparelho central do governo, que, desmoronada as suas antigas instituições, contava agora com o aproveitamento burocratizado das iniciativas dos trabalhadores (COMBATE: n° 50, Julho de 1977, p.3). A inserção das Comissões de Moradores ao aparelho governamental precedia de duas condições: que a unificação das lutas autônomas não se processasse independentemente²⁰, mas que fosse promovida pelo Estado através do S.A.A.L e que as relações sociais do movimento perdessem cada vez mais o caráter de autonomia, desenvolvendo formas burocratizadas e elitistas (BRUNO, 1983:168). Podemos ver tal processo nitidamente na fala de um trabalhador da cooperativa Eduardo Ferreira Pinto.

Nós lá na nossa casa fomos obrigados a ter uma direção, não uma comissão de trabalhadores. Nós, para formarmos uma cooperativa fomos obrigados a fazer uma direção; três para o conselho fiscal, e três para a Assembleia Geral. Estamos constituídos em 11 elementos, colocados na direção... Fomos obrigados em ata a assinar cada qual o seu posto de presidente, secretário, etc. Era a única forma de conseguirmos os empréstimos que precisávamos. A alternativa era a falência (COMBATE, n° 24, 30/05/75, p.6).

O S.A.A.L atuou desde o princípio no interior do movimento nos bairros, porém, não foi o único responsável pelo desmoronamento da autonomia que desenvolviam os/as mora-

²⁰ Apesar das tentativas dos/as moradores em desenvolver a integração das suas lutas (como fez a Inter- Comissões de Bairros que chegou a agrupar 24 comissões de moradores e que esteve ligada com as comissões de ocupantes, foi a mais importante das formas de ligação entre diversas comissões), nunca se chegou a desenvolver a união das diversas comissões de moradores e a constituição de organismos coordenadores da sua acção comum. Em Lisboa, a reunião de parte das Comissões de Moradores conduziu a uma importante manifestação em 17 de maio de 1975, sob a palavra de ordem <Casas sim, barracas não> e pelo direito à habitação. Mas ela não originou um aumento dos esforços de ligação das diversas comissões. Ver COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal (1820-1975)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979. p. 274.

dores/as através das comissões²¹. Para o COMBATE, como expressões do refluxo das lutas coletivas estão: o aumento da importância dos partidos (o antipartidarismo só existe enquanto o movimento prático é dominante e impede os trabalhadores de se dividirem por interesses ideológicos que são alheios aos seus problemas fundamentais); a influência dos caciques (proprietários) locais, e a integração na perspectiva de prestação de serviços que era a do S.A.A.L, perspectiva que confirma a separação relativamente ao movimento prático das massas populacionais (COMBATE: n° 50, Julho de 1977, p.9).

Nas entrevistas do COMBATE com moradores de bairros diferentes, percebemos que a questão dos interesses partidários foram causas importantes para a desmobilização das lutas:

²¹ É importante referir-se à composição social dos membros do S.A.A.L em que a maioria dos seus membros são oriundos da classe média, e são portanto absolutamente estranhos às populações e aos bairros em que intervêm. Por outro lado, vemos no estudo de LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, o S.A.A.L não foi um serviço centralizado e burocrático e nunca teve uniformização de métodos ou mesmo na composição das brigadas. Aí se viam muitas vezes militantes da extrema esquerda (UDP, MES, LUAR, PRP, entre outros), mas também da esquerda tradicional ou ainda outras pessoas bem diferentes. Havia também uma certa participação de esquerdistas apartidários; não se pode dizer que uma dado grupo político como tal tenha imposto a sua linha. Os autores que aqui nos baseamos ressaltam que o S.A.A.L foi objeto de um ataque violento das organizações maoístas ortodoxas, que, nas suas palavras, nessa altura faziam muito barulho e denunciavam o desperdício de dinheiro ocasionado pela admissão de dezenas de esquerdistas no SAAL. Afirmavam que esse projeto era um fracasso e que iludia a população com promessas não cumpridas. Não significa necessariamente que essas críticas eram infundadas, porém, o que eles criticavam era o facto de não se tratar da sua própria política. Por parte do PCP, o projeto do S.A.A.L nunca encontrou apoio declarado, mesmo que muitos militantes de base do Partido tenham participado a título individual. Pode claramente afirmar que o PCP nunca apoiou o projeto porque nunca o pôde controlar. Durante os cinco primeiros governos, o Partido, bem implantado no aparelho de Estado, boicotou o projeto e só começou a apoá-lo depois do 25 de novembro de 1975, quando o movimento de moradores já caminhava para a desmobilização e as ações de repressão se desencadeavam mais intensamente. Ver, LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX. *Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76)*. Editora Contra-a-Corrente, março de 1980.

Tivemos aí uma fase que a população aderiu a tudo. Fizémos estradas, arruamentos, fizemos uma ponte... e não se fez mais porque no meio disto tudo começou a haver desvios. Começou a haver partidos... Começou a coisa a desviar-se e aqui começou a dar-se o impasse (Morador B, Porto da Paiã, COMBATE: n° 50, Julho de 1977, p.12).

Continua o morador: *segundo a velha tendência em dominar as lutas como critério de lutar, os partidos de esquerda, ao levar as suas questões em detrimenos dos assuntos da população, levou muita gente a afastar-se* (Idem). No prosseguimento da entrevista com moradores do Porto Paiã, vemos relatos de boicote de alguns partidos à ação autônoma dos moradores, como narra o morador A,

Posso citar um caso que mostra o boicote de determinados partidos: realizámos aqui um dia do campo, como todas as outras comissões, na ligação cidade e campo e o que depois infelizmente aconteceu foi que houve uma mobilização muito grande da população (aproximadamente 10.000 pessoas), mas as cooperativas fizeram um boicote a estas iniciativas e não apareceram cá. [...] Houve alguém que as procurou desviar para outros lugares, uma vez que esse dia de campo não tinha caráter partidário. [...] Inclusivamente até a Junta da Freguesia que inicialmente tinha dado apoio a essa iniciativa, mas retirou-o depois de saber que não era do partido que ele representavam (COMBATE: n° 50, Julho de 1977, p.9).

Quando existe mobilização coletiva nas bases, a ação divisionista dos grupos esquerdistas é superada pelas organizações autônomas dos moradores, mas, quando o movimento refluí, as organizações que surgiram no processo da luta direta se burocratizam, mais ou menos rapidamente (BRUNO, 1983:171). A burocratização das comissões está fadada a acontecer sempre que a população deixar de ser ela a conduzir a direção ativa do movimento, assim passa a formas de contestação mais isola-

das e individualistas²²; quanto aos ativistas, na perspectiva do COMBATE, uns separam-se dos trabalhadores (muitas vezes entrando para um partido, administração local) e outros mantém os seus ideais revolucionários, mas caem em contradição entre, por um lado, o que desejariam fazer e, por outro lado, a passividade do movimento coletivo dos trabalhadores (COMBATE, n° 50, Julho de 1977, p.9).

Nas últimas entrevistas que o COMBATE realizou, já em contexto de refluxo das lutas em geral, está presente a situação de uma desmobilização por parte da população, que já não se identifica com os rumos que as suas organizações tomaram. Nesta situação, os trabalhadores não desenvolveram formas de crítica ativa e maciça à burocratização, não desenvolveram paralelamente a unificação autônoma das lutas (COMBATE: n° 34, Editorial, 16/01/76, p. 3). As inter-comissões de bairros, embora criadas por iniciativa de base, foram cedo controladas pelos partidos ou pelas burocracias locais, pois grande parte dos processos começaram a definhar. Assim, todas as formas de crítica que então se manifestaram tiveram a forma do desinteresse e da passividade perante as iniciativas das comissões de moradores burocratizadas. Na visão do COMBATE, é a passividade, mesmo temporária e parcial, das massas o grande fator de burocratização (Editorial, n° 34). Não há dúvida que o quadro institucional que o poder tinha imposto às comissões, por meio do projeto SAAL, entre outros, era um dos motivos desta separação crescente entre as bases e as direções. Porém, nos afirmam LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX,

²² O COMBATE analisa o caso do Boletim n° 8 da Associação de Moradores de Massarelos, nas suas palavras: "Se relermos as transcrições feitas em COMBATES anteriores dos Boletins desta Associação, dar-nos-emos certamente conta de grandes alterações dos primeiros para estes últimos, sobretudo para este n°8. Vêm agora os artigos assinados em nome individual, sem um único texto colectivo. Deverão os jornais de bairro privilegiar a divulgação dos que melhor escrevem? Não seria mais importante dar a conhecer o que pensam os moradores, fazendo transcrições do que eles dizem como o dizem e do que fazem (ou deixam de fazer)? Porque não entrevistar moradores? [...] Por agora, temos apenas interrogações que apontam no sentido de perceber qual foi/vai ser a função dos órgãos como as comissões e as Associações de Moradores [...] Jornal COMBATE: n° 37, 05/03/76, p.2.

seria demasiado fácil explicar a evolução burocrática das comissões e a sua manipulação partidária pelo simples jogo das organizações políticas ou de sectores do poder de Estado [...] Devemos também buscar as raízes de tudo isso nas atitudes e na mentalidade dos trabalhadores (1980:28).

A desestruturação das organizações coletivas nos bairros intensificou-se na altura do 25 de novembro de 1975. Logo no princípio de 1976, os despejos intensificaram-se: os proprietários recorriam à Justiça, que autorizava a intervenção da polícia para despejar os ocupantes. Segundo Lúcia BRUNO, *na maior parte dos casos a reação, ou antes a ausência de reação dos ocupantes punha em relevo o papel legalista das comissões, bem como o isolamento dos ocupantes nesse momento* (1983:172).

Não podemos deixar de levar em conta que o movimento de ocupação de casas, as discussões coletivas sobre os problemas da habitação e do consumo, a criação de centros culturais, clínicas populares, creches, jornais de bairros, dentre outros, ressalta Lúcia BRUNO, prefiguravam formas autogestionárias do social pelo coletivo dos trabalhadores, através das suas instituições autônomas. No entanto, continua a autora, a burocratização e o refluxo das lutas no setor da produção acabaria por se estender a toda a sociedade, limitando as possibilidades de expansão da luta nos bairros (Idem, p.174). Para o COMBATE, as comissões burocratizadas não conseguiram arrastar consigo as massas proletárias, o que é um fato muito importante e que revela o avanço objetivo do proletariado contemporâneo. As lutas autônomas nos bairros, assim como as lutas nas empresas, só foram controladas quando suas organizações já haviam deixado de ser a expressão livre dos trabalhadores auto organizados.

1.3. O fim do COMBATE e as estratégias de recuperação das lutas autônomas pelo Estado.

A intensa movimentação da classe trabalhadora portu-

guesa nas fábricas, no campo e nos bairros forçou os condutores do aparelho de Estado a reconhecerem importantes conquistas no que se refere a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras; da mesma forma, a movimentação social dos trabalhadores dava legitimidade suficiente para a ala mais à esquerda do MFA desarticular as tentativas de golpe. Logo a seguir a tentativa malograda em 11 de março, avança a posição da esquerda (principalmente o PCP) no poder, pautada certamente pela grande mobilização desencadeada nas cidades e no campo. Nesse período são realizadas nacionalizações de grandes setores da economia portuguesa, e assim, no plano político e econômico consolidava-se a opção da via capitalista de Estado.

Para garantir a governabilidade do país e aumentar a produtividade, o MFA precisava do apoio popular e, para isso, espalhava em todos os meios de comunicação possível a sua aliança “com o povo”. Mas, o discurso em torno da Aliança Povo-MFA foi muitas vezes posto em causa pelos trabalhadores. Na TAP, uma das empresas mais importantes de Portugal e onde se desenvolveu uma grande luta, cerca de 200 operários foram despedidos em setembro de 1974; o discurso do governo parece não ter sido recebido com muita simpatia por estes trabalhadores que se expressam de forma clara: *Não somos nós que estamos contra o governo provisório. O governo provisório é que está contra os trabalhadores em luta. É um governo que está do lado dos patrões* (COMBATE, n° 7, 27/09/74, p.7).

Em 28 de Setembro, após a segunda tentativa (falhada) de golpe, o MFA continua a aparecer no plano político como o grande libertador das massas, realizando a prisão de alguns dos principais representantes do antigo regime, permitindo a democracia partidária e a liberdade sindical; contudo, no plano econômico, o governo segue com o desenvolvimento da repressão aos trabalhadores da TAP, dos CTT, da Lisnave, da Soares da Costa, dentre outros casos. É evidente que diante os intensos ataques da classe trabalhadora à propriedade privada, seja de empresas, de casas abandonadas ou de terras, diz um trabalha-

dor da TAP: *sempre que se põe em cheque as suas estruturas e se esgotam as suas possibilidades de manobra, a burguesia recorre a sua última arma – a repressão* (COMBATE, n° 7, 27/09/74, p. 4). Mas o que é importante perceber é que o Estado não poderia ter êxito se fosse utilizar-se preferencialmente da repressão, pois, no período de ascenso, entre 1974 e 1975, as lutas se multiplicavam dentro das empresas, nas terras ocupadas e em centenas de bairros por todo o país. O Estado não contava neste momento com uma estrutura militarizada que pudesse conter pela força as movimentações operárias. Houveram vários casos em que os soldados se recusaram a voltar as armas para os trabalhadores²³. Contudo, em grande parte dos casos desse período, o insucesso das ações policiais se deu por consequência da solidariedade e da determinação presente na luta social dos trabalhadores: muitas vezes articulados com trabalhadores de outras empresas ou bairros, conseguiram fazer frente às intervenções policiais, mantendo barricadas nas empresas, nas áreas de terra ocupadas ou, mantendo todo um bairro alerta para que, caso viesse a polícia com intuito de desocupar as casas, outros moradores pudessem tentar impedir.

Com o controle de diversos setores da economia e o domínio no setor monetário, o Estado passava a controlar também a indústria. Diante os limites do mercado capitalista, as empresas em autogestão não tinham possibilidades de funcionar independentemente do Estado, recorrendo a este sempre que precisavam do financiamento pela concessão dos créditos. Para FERREIRA, *as nacionalizações não criaram um sector de propriedade social dos bens de produção, mas criaram sim um sector de capitalismo de Estado, em que as relações de produção se mantém as mesmas e ao Estado burguês cumpre o papel de capitalista colectivo, assegurando*

²³ Como na Manifestação de 7 de fevereiro de 1975 contra o imperialismo e as forças da OTAN: no local encontravam-se os soldados do RALIS para protegerem as instalações contra um eventual ataque dos operários. Quando a manifestação se aproximou da praça ouviu-se uma palavra de ordem: “Soldados sempre, sempre ao lado do povo”. Os soldados viraram as metralhadoras para o chão, cerraram os punhos e responderam: “Soldados, sempre, sempre ao lado do povo”. In: Jornal Eletrônico *Mudar de Vida*, 7 de Fevereiro, uma manifestação decisiva. Abril-Maio 2008, n° 07.

ele mesmo a apropriação e a redistribuição da mais-valia produzida pelos trabalhadores (1999: 282). O controle dos bancos nas mãos do Estado (MFA+ PCP e seus aliados) agiam diretamente no desmoronamento das lutas autônomas; assim diz João BERNARDO,

[...] Minou tudo. As empresas autogestionadas tinham que ter os empréstimos. Os empréstimos eram dados pelos técnicos do Partido Comunista, que só davam os empréstimos se eles alterassem as condições de funcionamento interno e o organograma de funcionamento. Foi com isso que o Partido acabou com a autogestão e com a autonomia, foi assim: ou vocês alteraram os estatutos ou vocês não têm empréstimos [...] isso porque os estatutos permitem ver a eficácia da empresa, e aí têm os técnicos nos cargos de comando²⁴.

Para o COMBATE, com as nacionalizações o governo articulava a tentativa de integração pacífica dos grandes capitalistas privados num sistema de capitalismo de Estado onde os técnicos e profissionais militares e da esquerda, convertidos em capitalistas de Estado, teriam agora como função a organização do trabalho e a administração das empresas que o Estado se apropriou. Numa Mesa-Redonda entre TAP, Sociedade Central de Cervejas e Bancos, sobre o tema das nacionalizações, diz uma trabalhadora da TAP,

Parece-me que no plano das realidades a nacionalização nos vários sectores, não foi uma apropriação pelo trabalhador das forças de produção, mas a defesa da classe dominante para que alterando-se as circunstâncias se mantivesse no domínio da situação, isto é, se mantivesse senhora e proprietária das forças de produção. Isto parece-me muito importante para explicar tudo o que vai acontecendo neste país, neste momento (COMBATE, nº 23, 16/05/75, p.5).

²⁴ Entrevista com João Bernardo realizada no dia 06 de Janeiro de 2010.

A burocratização nas empresas, afirma o jornal, teve um papel fundamental no desenvolvimento da burocratização geral da sociedade e limitou as possibilidades de expansão das lutas nos bairros. Por outro lado, a crise no aparelho administrativo constituía terreno ótimo para a atribuição às comissões de moradores de um papel administrativo inserido no aparelho capitalista (COMBATE, Editorial nº 34, 16/01/76, p.1). Mais afastadas do mercado e das imposições da gestão capitalista, as comissões de moradores puderam revelar-se mais duradouras do que as comissões de trabalhadores. O principal organismo responsável pela integração das lutas urbanas nos aparelhos do Estado foi, como vimos, o SAAL que, assim como o IRA (Instituto de Reorganização da Agricultura) no campo, era composto por ativistas e revolucionários que souberam muito bem lidar com a base dos trabalhadores, ou seja, ocupou-se de agir por elas.

Já em meados de 1975 observa-se um refluxo da ação autônoma e espontânea dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que estas passam a estar cada vez mais permeadas pelas forças políticas de esquerda, que disputam estas organizações de base operária, nas comissões de trabalhadores e comissões de moradores. Nas empresas, desenvolveu-se uma ampla luta autônoma com as comissões de trabalhadores nas unidades de produção, mas, o grande desacerto foi o de deixar aos partidos a coordenação destas lutas, o que também se passou nos bairros²⁵.

A degenerescência das formas de organização da luta autônoma é assimilada pelo capitalismo enquanto formas de organização do processo de trabalho, como afirma um trabalhador da TAP a respeito do conselho de trabalhadores criado inicialmente: *funcionou apenas para a reestruturação da empresa;*

²⁵ Quanto aos sindicatos, como pudemos perceber, atuaram no sentido de desviar as lutas autonomistas, ou quando não tinham forças para isso, caluniavam e se posicionavam contrários às iniciativas autônomas; integraram-se ao capitalismo dando um dos suportes fundamentais ao modo de produção, o que exprime-se na própria forma como estes se estruturaram internamente: reproduzem em seu interior as hierarquias dominantes na sociedade capitalista, cultivam a passividade dos filiados face ao monopólio das decisões, em suma, são um dos elementos que fazem com que, no capitalismo, uns produzam sem gerir e os outros dominem a gestão sem produzir (COMBATE, nº 49, Abril de 1977, p.10). Já os partidos políticos têm como sua principal função a

em termos simples, os trabalhadores foram chamados a tentar para o capital novas vias para obtenção de mais-valia (COMBATE, n°10, 08/11/74, p.5). O enquadramento das instituições autônomas no aparelho do Estado representou, na prática, a remodelação dessas instituições num modelo de organização definido pelo Estado.

A violência é um dos principais sustentáculos do sistema capitalista. Dependendo de como se expressa o equilíbrio de forças entre as classes sociais, essa violência pode ser de maneira mais, ou, menos, direta. Nos períodos históricos em que há uma sublevação das classes trabalhadoras, quando estas irrompem do “civismo” e da resignação para agirem nos destinos da sociedade, essa violência toma outras formas e se realiza de maneiras mais sutis. Vimos um pouco de como essa “violência” se corporificou no enquadramento e sufocamento das novas relações sociais criadas pelos/as trabalhadores/as na revolução portuguesa e como a partir desse enquadramento o sistema capitalista pôde se renovar pelo aproveitamento dessas novas relações criadas pelos trabalhadores²⁶.

O objetivo fundamental do jornal COMBATE ao longo do período em que esteve em ativa, de junho de 1974 a fevereiro de 1978, foi o de divulgar as lutas da classe trabalhadora e as suas formas organizativas, de modo a contribuir para a unificação de trabalhadores inseridos em lutas particulares. Num texto es-

gestão do Estado, perpetuando a divisão entre o econômico e o político, entre dirigentes e dirigidos, base de toda a sociedade de exploração. Nos primeiros governos provisórios fica claro que o Partido Comunista Português foi a principal estrutura partidária na condução formal do aparelho de Estado.

²⁶ No seu livro *Economia dos Conflitos Sociais*, João Bernardo analisa como a recuperação das lutas autônomas é a base da organização do próximo modelo de gestão do capitalismo. O taylorismo foi um resultado da rápida e completa burocratização dos sindicatos, sem a qual não poderia existir. Nas palavras do autor, “Contra a escola taylorista de organização trabalhista, a corrente iniciada por Elton Mayo e que encontra equivalente na esfera da URSS reconheceu a importância dos grupos informais constituídos no processo de trabalho e pretendeu, em vez de reprimi-los ou dissolvê-los, recuperá-los. Não procurava dispersar um coletivo no individualismo, mas tornar passivos os coletivos que antes haviam sido ativos, neles acrescentando um novo tipo de disciplina capitalista. Mayo reconheceu, por exemplo, que um movimento ativo de greve, reforçando a solidariedade entre os participantes, permitia ao patronato recuperá-la, uma vez reiniciado o processo de trabalho, em formas superio-

crito em 2006 por alguns dos principais integrantes do coletivo COMBATE, falam sobre o fim do jornal:

O Combate resistiu o mais que pôde, mas o declínio das iniciativas de base da classe trabalhadora e a extinção da autogestão das empresas comprometeu a razão de existência do jornal. Transformando-se em revista, o Combate deixou de funcionar de portas abertas e restringiu-se a um número de colaboradores que, se já se tornara pequeno, ao longo dos meses ficou ainda mais reduzido. A experiência do Combate foi indissociável do movimento anticapitalista de 1974 e 1975, nascendo e morrendo com ele²⁷.

O COMBATE teve uma audiência restrita, entretanto, configura-se numa iniciativa com profunda originalidade em meio a um contexto dominado por diversas disputas ideológicas da esquerda portuguesa; justamente por não priorizar os debates teóricos nas suas páginas, o COMBATE, ao contrário da maior parte da imprensa de esquerda partidária, nos apresenta uma outra análise da “revolução” e das lutas sociais pela voz dos trabalhadores, autênticos protagonistas do processo revolucionário.

Mas, será que toda a mobilização social da classe trabalhadora serviu apenas para a remodelação do sistema capitalista? Em geral, as demandas que surgiram para os trabalhadores não se restringiram a aspectos econômicos. Foi possível que se desenvolvesse uma luta também contra a cultura capitalista. A revolução trouxe consigo a possibilidade de as pessoas vislumbraram relações sociais diferentes. Não haviam creches no tempo do fascismo, nem parques infantis. A criação das creches foi uma iniciativa de mulheres de um mesmo bairro, muitas vezes

res de cooperação, ou seja, assimilá-la enquanto acréscimo da produtividade. Esta recuperação da autonomia organizativa dos trabalhadores permitiu a intensificação da mais-valia relativa, estimulando consideravelmente seus mecanismos” (1991: 359-360).

²⁷ João Bernardo, José Elísio Melo e Silva, José Paulo Serralheiro, Phil Mailer e Rita Delgado. <http://pimentanegra.blogspot.com/2009/04/o-jornal-combate-que-se-publicou-entre.html>

ajudadas por professores progressistas e por jovens militantes, mediadas pelas comissões de moradores. Nas fábricas e nas cooperativas em autogestão, as relações de trabalho alteraram-se de forma significativa, em muitos casos os trabalhadores entenderam que era preciso acabar com a mentalidade capitalista.

É certo que a “revolução” pôs em evidência as demandas das classes trabalhadoras, assim como expressou a sua criatividade e a tendência autônoma dos movimentos operários que, como em outros países, em Portugal, nas décadas de 1960 e 1970, identificou-se nos partidos e sindicatos os meios burocráticos de desvio das lutas no interior da hierarquia capitalista. Para MAILER (1978: 212), a experiência portuguesa é moderna em todos os sentidos. Moderna não só nas atitudes dos trabalhadores a na natureza das suas reivindicações, mas também no modelo de contra-ataque do capitalismo de Estado que as práticas da classe trabalhadora desencadearam. É um movimento que transcendeu as polêmicas teóricas entre os comunistas, leninistas, socialistas, etc. Nessa dinâmica, os partidos de vanguarda operária foram forçados a negar a própria essência das suas convicções e a dizer que não eram partidos.

Da “revolução” portuguesa nasce a democracia capitalista: pela recuperação das lutas o capitalismo democrático renovou os seus quadros de gestão e organização do processo produtivo; inaugurou a “sociedade do consumo” e a democracia eleitoral como seu modelo político. O sistema democrático consolidado a partir de 1976 aos dias atuais restringiu ao voto a participação política da população e, à sociedade restou resignação e desencantamento político.

A experiência histórica do coletivo COMBATE está derrotada historicamente, quer dizer, na dinâmica da história, pelas transformações ocorridas após 1976, não haverá uma revolução que se processe nos moldes da revolução portuguesa de 1974/78. Porém, enquanto historiadores/as, o que nos interessa é ver em que medida as lutas portuguesas entre 1974 e 1975 deixaram-nos lições importantes para lutas posteriores: autonomia política das lutas sociais, autogestão, anti-hierarquia, democra-

cia direta e poder popular. O presente desafio é o de continuar a buscar na tradição das práticas sociais anticapitalistas referências que possam contribuir para o presente das lutas e para o futuro não capitalista almejado pelas classes exploradas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim (coordenação). **O Império Africano, séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **Marx crítico de Marx: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital. Volume III, Livro Primeiro**. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BARRADAS, Ana. **As clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

BRINTON, Maurice. **Condicionamento autoritário, repressão sexual e o Irracional em Política**. Lisboa: Contra-a-Corrente, 1975.

BRUNO, Lúcia. Portugal: **O “COMBATE” Pela Autonomia Operária**. 1983. Dissertação de Mestrado Ciências Sociais,

PUC-SP, 1983.

_____. **O que é autonomia operária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAETANO, Marcello. **Depoimento.** Rio de Janeiro: Record, 1974.

COMBATE. **Capitalismo Privado ou Capitalismo de Estado Não É Escolha!** (Manifestos e Editorias do Combate). Porto: Afrontamento, 1975.

COSTA, Ramiro da. **Elementos para a história do movimento operário em Portugal.** [2o Volume – 1930-1975]. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

CUNHAL, Álvaro. **O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista.** Edições Avante!Lisboa, 1975.

DREYFES, Michel. GROOPPO, Bruno. INGERFLOM, Claudio. LEW, Roland, PENNETIER, Claude. PUDAL, Bernard. WOLLIKOW, Serge. **O século dos Comunismos.** Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

ESTRELA, A. de Vale. **A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: uma revisão crítica.** Revista Análise Social, vol. XIV (54), 1978 – 2, 219-263.163

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra.** México: Fondo de Cultura Económica, Colección popular, 1961.

FARINHA, José Luís. **De camuflado no peito e na cabeça.** Lisboa: Edições Contra-a-Corrente, Maio de 1978.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”:** história de um equívoco. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

FERNANDES, Carlos Roma. **Portugal a Europa e o Terceiro Mundo.** Lisboa: Editorial Pórtico, 1980.

LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, **Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76).** Lisboa: Editora Contra-a-Corrente, março de 1980.

LÉONARD, Yves. **Salazarismo e Fascismo.** Lisboa: Editorial Inquérito, 1996.

MADEIRA, João. **Os engenheiros de Almas – O partido Comunista e os Intelectuais.** Lisboa: Editora Estampa, 1996.

MACQUEEN, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império.** Lisboa: Editorial Inquérito, 1997.

MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978;

MATTOSO, José (Coordenador). **Portugal em Transe: Sociedade e economia na revolução (1974-1985).** Lisboa: Editorial Estampa, s/d.

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado – Revolução e democracia em Portugal.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. **Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestinárias).** Brasília, Senaes, abril de 2005. [mimeo].

NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo à Revolução.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NEVES, Artur J. Castro. **Contribuição para a percepção da cultura (política) em Portugal.** Lisboa: Editora Contra-a-Corrente, 1976.

PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores**. Editora Barba Ruiva, 2007.

_____. **Sobre a organização dos trabalhadores**. Lisboa: Textos Contra-a-Corrente, s/d.
PEREIRA, Luciano. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

PINTO, João Alberto da Costa. **As origens políticas do marxismo de João Bernardo** (Portugal/França: 1965-1974). 164 p. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_pinto.htm#_ftn2>. Acesso em: 05 out. 2009.

_____. A propósito do marxismo de João Bernardo. In. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 43, dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>>. Acesso em: 27 out. 2008.

_____. França: lutas sociais anticapitalistas no maio de 68. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 85, junho de 2008. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.pdf>. Acesso em: out. 2009.

PIRES, José. **Greves e o 25 de Abril**. Lisboa: Edições BASE, s/d.

REEVE, Charles. **Polônia, 1980-81: Solidariedade Domesticada**. Lisboa: Edições Contra-a-Corrente, junho de 1981.

RODRIGUES, Francisco Martins (coordenador). **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Dinos-sauro Edições, s/d.

_____. **Abril Traído**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

ROSAS, Fernando. **Pensamento e Ação Política**. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

ROSAS, Fernando. OLIVEIRA, Pedro Aires (coordenação.). **A Transição Falhada:** o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988).** Porto: Afrontamento, 1990.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vitor Matias. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas.** (3 volumes). Porto: Afrontamento, 1976.

SARDÁ, Maurício de Faria. **AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA:** avatares do trabalho e do capital. 2005. Tese de doutoramento em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis-SC, 2005.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos.** São Paulo: Alameda, 2004

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre socialismo.** São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. **A Comuna de Paris Segundo Marx e Bakunin.** Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/18928385/A-Comuna-de-Paris-Segundo-Marx-e-Bakunin-Nildo-Viana>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

FONTES

Coleção impressa de todos os números do Jornal COMBATE, do n.1 ao n. 51.

Jornal Mudar de Vida, Abril/Maio de 2008.165

http://pimentanegra.blogspot.com/2009/04/o-jornal-combate-que-se-publicou_e_ntre.html

http://www.igf.minfinancas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/

Leg_geral_docs/DL_406_A_75.htm

<http://jeocaz.livejournal.com/43924.html>

TEXTOS COLETIVOS

(Brochuras da Editora Contra-a-Corrente sem referências de publicação):

Rússia, 1923. Apelo do Grupo Verdade Operária ao proletariado revolucionário, s/d.

Tortura e Repressão na Social-Democracia: Irlanda e Alemanha. s/d.

Portugal: a questão da organização revolucionária. Uma posição de trabalhadores imigrantes, s/d.

Luta nos Portos, Roterdã 1979, Barcelona 1980-81.

Saberes do trabalho associado e autogestionário: o projeto político-pedagógico do Jornal Combate¹

Lia Tiriba

Foi bonita a festa, pá... fiquei contente, ainda guardo renidente um velho cravo para mim. Já murcharam tua festa, pá... mas certamente esqueceram uma semente n'algum canto de jardim. Sei que há léguas a nos separar...tanto mar, tanto mar. Sei, também, como é preciso, pá... navegar, navegar. Canta primavera, pá...cá estou carente. Manda novamente algum cheirinho de alecrim.

Chico Buarque. Tanto Mar (2^a versão)

Essa foi a segunda versão de Chico Buarque à letra da música Tanto Mar, gravada em 1978, depois de ter sido liberada pelos órgãos de censura à liberdade de expressão. Tão bela quanto à primeira versão, nela Chico homenageia os portugueses pela Revolução dos Cravos que pôs fim aos 48 anos de fascismo. Reconhece que embora alguns ‘cravos’ já tivessem murchado e a revolução tomasse outros rumos, os movimentos populares deixariam algumas sementes que, um dia, voltariam a germinar. Em 1974 e 1975, momento em que, no Brasil, vivíamos em plena uma ditadura militar, os trabalhadores portugueses se tornaram atores protagonistas do chamado Processo Revolucionário em Curso - PREC, ensaiando relações de novo tipo no âmbito dos processos de trabalho e nas demais instâncias de produção da vida social. É a este momento histórico que nos dedicamos nesse ensaio.

Tendo em conta, em Portugal, tanto os processos sob

¹ Resultado da pesquisa *Pedagogias da produção associada: trabalho e educação no movimento popular de 25 de Abril, em Portugal*, desenvolvida em Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Prof. Dr. Rui Canário (Convênio CAPES/GRICES - biênio 2008/2009). Agradeço as contribuições de Gabriela Lourenço, da Unidade de I&D de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa.

controle operário como aqueles sob regime de autogestão, ocorreram em um contexto histórico que Assef Bayat denomina de “dualidade de poderes” (apud Nascimento, 2008, p. 5), quais os desafios e limites dos processos geridos pelos trabalhadores? Que concepções de trabalho e de sociedade fundamentavam a organização do trabalho? Quais os nexos entre processo de trabalho, processo educativo e projeto societário? Como os trabalhadores mobilizavam os seus saberes? Em que medida o chão-de-fábrica reproduzia e/ou contrariava a organização capitalista do trabalho? É possível perceber elementos de uma nova cultura do trabalho? O que os trabalhadores apreendiam? O que eles podem nos ensinar sobre autogestão, num contexto em que o capitalista permanecia como proprietários dos meios de produção?

A pedagogia da produção associada (Tiriba, 2001) tem como ponto de partida a consideração de que, diferentemente de uma situação de trabalho assalariado, em situações de trabalho associado são os trabalhadores, e não os patrões, que decidem sobre a organização do processo de trabalho. Isso requer instâncias de aquisição e produção de conhecimentos, hábitos e atitudes em relação ao trabalho e a vida em sociedade que propiciem ao conjunto de trabalhadores deliberar sobre a disposição das máquinas e equipamentos, sobre a divisão do trabalho e as relações que vão estabelecer no processo de produção de bens materiais e imateriais. Em uma primeira aproximação ao conceito de “saberes do trabalho associado”, podemos dizer que são saberes produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras em processos que se caracterizam, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, distribuição igualitária dos frutos do trabalho e gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção. O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras que se associam na produção

de bens e serviços. (Fischer e Tiriba, 2009).

Os saberes do trabalho associado resultam das diversas experiências vividas pelos trabalhadores ao longo da história², em momentos revolucionários (como no caso de Portugal) ou não. Derivam também de movimentos e práticas populares, inclusive daquelas em que, inicialmente, a associatividade configura-se apenas como estratégia de sobrevivência, ou seja, uma forma de driblar o desemprego e outras contradições entre capital e trabalho. No entanto, não é possível (re)conhecer saberes do trabalho associado sem considerar que sua tessitura se dá por diversas mediações: escola, amigos, família, igreja, sindicatos, associações de moradores, agremiações políticas, instituições governamentais. E outros espaços /tempos de formação humana.

No intuito de refletir sobre as dimensões educativas da autogestão do trabalho em Portugal, durante o Processo Revolucionário em Curso – PREC, tomamos como referência aspectos do projeto político-pedagógico do *Jornal Combate* em relação à formação de trabalhadores/as. Para isso, são reproduzidos e analisados os pontos do manifesto de apresentação do jornal, trechos de editoriais e de uma mesa redonda/debate entre trabalhadores. A título de complementação de informações sobre as condições objetivas das empresas em processo de autogestão, recorremos aos comunicados das comissões de trabalhadores e a entrevistas feitas aos trabalhadores/as, publicados no periódico. Os dados empíricos são exaustivos; o trabalho de campo evidencia que os saberes do trabalho associado são tecidos em

² Estas experiências estão relacionadas a processos revolucionários como a Comuna de Paris (em 1871) e a outras experiências histórias de trabalho associativo e autogestionário como, por exemplo, a dos falanstérios, desenvolvidas na França e também no Brasil (inspiradas em Charles Fourier) e às Aldeias Cooperativas desenvolvidas por Robert Owen, na Inglaterra. No século XX tivemos, entre outras, controle operário e os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905 e 1917), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as experiências de autogestão na Iugoslávia (1950), conselhos operários surgidos na Hungria (1956) e na Polônia (1956, 1970) com o movimento Solidarinosc (1980), Argélia (1962) e Revolução dos Cravos em Portugal (1974).

contextos que os trabalhadores /as tomam para si o desafio de gerir as unidades produtivas, mediados pelo aprendizado de relações econômico-sociais mais amplas, proporcionadas pelo Processo Revolucionário em Curso - PREC e, em especial, pela orientação político-educativa do *Jornal Combate*.³

Qual a importância do jornalismo na educação de trabalhadores/as e, em especial, na formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora? Para Gramsci, os jornalistas e todos aqueles que exercem a ‘função de intelectuais’ devem adquirir a capacidade de, habilmente, combinar indução e dedução, de perceber que “*o mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma retificação nos prismas singulares*” (Gramsci, 1982, p.174)⁴. Nesse horizonte, de que maneira o ‘raio luminoso’ do Combate refletia na formação de trabalhadores que, cotidianamente pensavam e faziam os processos de trabalho autogestionários? Nesse ‘jogo de prismas’, quais as artimanhas do projeto-político pedagógico do Combate utilizadas para convencer os trabalhadores sobre os rumos que deveria tomar o Processo Revolucionário em Curso?

Jornal Combate: qual educação? Para que projeto societário?

Entendemos os processos educativos como práticas sociais mediadoras de uma nova cultura do trabalho que, de forma contraditória, busca contrariar a lógica do capital. No contexto do movimento popular subsequente ao 25 de Abril destaca-se a mediação do *Jornal Combate* no processo de luta e de formação dos trabalhadores que ocuparam fábricas e instauraram o regime de autogestão. Esse periódico foi publicado entre 1974 e

³ A análise do Processo Revolucionário em Curso tem como referência, entre outros: Abreu (1979), Barreto, 1977), Canário, 2007; 2008), Cunhal (1994), Faria (2205), Mailer (1978), Melo e Benavente (1978), Palácios (2003), Santos, Lima e Ferreira (1976) e Sweezy (1976)

⁴ O grifo é nosso

1978, com o objetivo de divulgar as práticas políticas dos trabalhadores portugueses e suas formas organizativas autônomas. Criado por João Bernardo, Rita Delgado e João Crisóstomo, o periódico veiculava uma perspectiva marxista fundada no ‘comunismo de conselho’; opunha-se às tentativas de implantação de um ‘capitalismo de Estado’ e estimulava as práticas de organização autônoma e a generalização da autogestão econômica. Para João Bernardo, um novo tipo de poder se afirmar com a apropriação dos meios de produção pelo coletivo social e com o controle social da produção pelos conselhos de fábrica, os quais vêm representar a forma institucional das novas relações de produção. Para ele,

Quanto mais se desenvolverem os conselhos de fábrica como formas de controle e gestão da produção, tanto mais desaparecem os intermediários nesse controle. Ou seja, quanto mais se desenvolver um dos aspectos dos conselhos de fábrica, mais o outro se extingue. É este o sentido do conceito de ‘Estado em extinção’. O ‘Estado em extinção’ é o comunismo em constituição (Bernardo apud Pinto, 2004).

Em nossa investigação, o periódico editado pelo *Coletivo d'O Combate* constitui-se como importante referência para identificação das lutas autônomas dos trabalhadores e particularmente, de processos de trabalho que, naquele espaço/tempo histórico em que se processou o período revolucionário em curso (PREC), eram considerados “autogestionários”. Com colaboradores regulares em Lisboa e no Porto e colaboradores eventuais (inclusive, de trabalhadores associados), o Jornal existiu de junho/1974 a fevereiro de 1978; no total, foram publicados 51 números, sendo o último número dedicado à reforma agrária. O Coletivo também se organizava de uma forma autogestionária, não existindo cargos de direção; as reuniões eram abertas e o editorial discutido pelo público presente. Lúcia Bruno (1983) nos conta que o objetivo não era integrar os trabalhadores no seu corpo de redação, mas estimular a criação de outros jornais, tan-

to nos bairros como nas fábricas, que funcionassem independe do Combate. Para ampliar seu campo de atuação, foi criada da editora e livraria *Contra-a-Corrente* (no Porto e, posteriormente, em Lisboa) que publicava textos de autores libertários (Anton Pannekoek e Henry Simon, por exemplo) e brochuras sobre as lutas autônomas desenvolvidas em outros países. O espaço da livraria era utilizado para reuniões e debates e, também, para a venda e trocas dos produtos das fábricas em autogestão. Como explicava um colaborador do *Combate* ao Jornal *Batalha*, o jornal e a editora/livraria representavam duas frentes de trabalho:

Isto apareceu mais ou menos como duas pernas, digamos: uma perna que era o COMBATE, para andar para frente; e a outra perna, que era a CONTRA-CORRENTE, - aliás os nomes foram escolhidos com esse sentido. O COMBATE numa altura mais de avanço, e o CONTRA-A-CORRENTE, pensando num sentido mais de refluxo, de debate [...] tínhamos a consciência que íamos ficar muito minoritários, atravessar um período em que ninguém ia falar de autonomia (Jornal *Batalha*, nº 61, apud Bruno, 1983, p. XII)

Além da cobertura das lutas das comissões de moradores, soldados e marinheiros, foram publicadas matérias sobre a dinâmica interna das Comissões de Trabalhadores e transcritos seus comunicados dirigidos à população em geral. Em levantamento, ainda parcial, identificamos a cobertura de lutas sociais desenvolvidas em 82 empresas, seja em forma de greves, manifestação, ocupações, etc⁵. Sobre a importância das Comissões de Trabalhadores Lúcia Bruno (1983, p. 207) ressalta que:

Os conselhos de fábrica ou as Comissões de Trabalhadores são para o COMBATE a forma embrionária dessas novas relações de produção na medida em que viabilizam o controle e a gestão da produção pelos

⁵ Levantamento feito por Gabriela Lourenço (auxiliar de pesquisa do Prof. Rui Canário, da Universidade de Lisboa) e colocada à nossa disposição para análise.

produtores. São também a forma inicial do “Estado em extinção”, enquanto organismos que enquadram os intermediários eleitos pela classe operária, especialmente aqueles eleitos para os órgãos que agregam vários conselhos de fábrica.

É curioso observar que durante o PREC era comum que os comunicados da imprensa operária divulgassesem que “*a libertação dos trabalhadores ser obra dos próprios trabalhadores*”. Algumas vezes o substantivo ‘libertação’ era substituído por ‘emancipação’; a palavra ‘trabalhadores’ era substituída por ‘classe trabalhadora’. Nesse jogo de palavras, a peculiaridade do Jornal Combate é que o verbo ‘ser’ não era conjugado no futuro perfeito, mas no presente, o que nos faz inferir que, graças à intensa mobilização da classe operária durante o PREC, o processo de libertação já estava a caminho. No minucioso estudo intitulado *Portugal: o ‘Combate’ pela autonomia operária*, Bruno nos permite ter acesso aos fundamentos políticos do periódico, considerado como “porta-voz da experiência autonomista dos trabalhadores portugueses, onde personagens e acontecimentos empurram-se literalmente uns aos outros para fora das páginas; onde imagens e falas se sobrepõem na desordem revolucionária” (Bruno, 1983, p. vii). O periódico se propõe a divulgar não apenas os processos de trabalho autogestionários, mas o conjunto de práticas políticas e formas organizativas autônomas dos trabalhadores. No editorial do primeiro número do jornal, publicado em 21 de junho de 1974, é possível ler:

Esse jornal nasce e viverá segundo a evolução das lutas das massas trabalhadoras. Em todos os campos em que a luta de classes se manifeste, nos locais de produção (fábricas e campo), nos quartéis, nos bairros, nas colecividades de recreio e cultura, nas lutas dos presos comuns e em todas as lutas das minorias contra a opressão – este jornal estará presente. [...] Sublinhamos que este jornal não é nem pretende ser órgão de nenhum partido.[...] Mas estará aberto a todos os progressistas e revolucionários que aceitem os nove pon-

tos do manifesto⁶. (O grifo é nosso.)

No intuito de trazer à superfície os saberes do trabalho associado, social e historicamente construídos, buscamos identificar nos processos de autogestão operária, os nexos existentes entre projeto societário, organização do trabalho e educação de trabalhadores. Para isto, entre outros procedimentos metodológicos, a leitura do Manifesto e dos Editoriais relativos aos anos de 1974 e 1975 (PREC) tem como objetivo capturar o projeto político-pedagógico de formação de trabalhadores. Para tal, também elegemos as entrevistas aos trabalhadores e mesas redondas, promovidas pelo Coletivo Combate e publicadas nesse periódico, nas quais as Comissões de Trabalhadores de diversas empresas em processo de autogestão discutiam o desenrolar e os desafios de suas lutas⁷. As entrevistas feitas isoladamente aos trabalhadores de cada uma das empresas que participaram das mesas redondas, bem como os comunicados de suas respectivas Comissões (também publicadas no periódico), constituíram-se como importantes fontes para nos aproximar do cotidiano dos processos autogestionários.

Para que possamos compreender a mediação do Jornal Combate na formação de trabalhadores, sintetizamos em apenas 05 itens as posturas e orientações políticas veiculadas nos editoriais publicados até final de novembro de 1975 (antes do término do chamado período revolucionário em curso – PREC).

⁶ Em formato de cartaz, o Manifesto do Combate, contendo 09 pontos, foi publicado no primeiro número do jornal (21 de junho de 1974). Posteriormente foram acrescidos mais 02 pontos, publicados no nº 6 (13 a 27 de setembro de 1974) e no nº 29 (de 31 de outubro a 13 de novembro de 1975), respectivamente. Também consta no nº 29 uma alteração no título do Ponto 1. Os pontos desse Manifesto, já acrescidos de suas posteriores modificações, serão apresentados ao longo do texto.

⁷ Quanto aos procedimentos metodológicos, também foram elaborados e analisados: a) quadros-síntese dos conteúdos de todas as matérias publicadas entre 1974 e 1978, indicando seus respectivos títulos e b) fichas das empresas em processo de autogestão, em especial, aquelas que participaram das mesas redondas (A elaboração de quadros e fichas se deve ao trabalho de Gabriela Lourenço, auxiliar de pesquisa do prof. Dr. Rui Canário, da Universidade de Lisboa)

Em coerência com os 11 pontos do Manifesto e tendo em conta o contexto do pós 25 de Abril, o Combate assim se dirigia à classe trabalhadora:

a) Não apoio ao Movimento das Forças Armadas- MFA

- *Tudo permite afirmar que o Movimento das Forças Armadas é uma organização da burguesia: a 'liberdade', a 'democracia' e a 'paz' na exploração.* (Editorial do nº 2, de 5 de julho de 1974).

- *Jamais o MFA poderá vir a ser uma força ao serviço da revolução proletária. Só os reformistas e seus aliados podem defender perante as massas, mistificando-as, tais concepções. Ele defende, quando muito, novas formas de gestão do capital.*" (Editorial do nº 8 , de 11 de outubro de 1974).

- *Ao mesmo tempo que se fala na necessidade de que os trabalhadores se auto-organizem e controlem a economia, aponta-se como motor da revolução portuguesa o MFA e não os próprios trabalhadores auto-organizados na sua luta contra o capitalismo. Cava-se assim e de imediato uma cisão entre o nível político e económico base de todas as sociedades de opressão.* (Editorial do nº 24, de 30 de maio de 1975)

b) Não apoio ao Governo Provisório

- *Nós atacamos o Governo Provisório porque ele é um governo da burguesia que continua a exploração dos trabalhadores e porque nenhum dos seus membros representa os trabalhadores.* (Editorial do nº 5, de 26 de julho de 1974)

- *Qual é o objectivo do governo criando os SAALS (Serviço de Apoio Ambulatório)? Tentando controlar a luta que os trabalhadores estão a desenvolver autonomamente, o governo pretende ainda fazer com que os trabalhadores depois das 8 horas normais nas fábricas, na construção civil, nos estaleiros, etc., trabalhem gratuitamente as horas que lhes restam para construírem a sua própria habitação.* (Editorial do nº 12, de 6 de dezembro de 1974)

- O verdadeiro sentido da Reforma Agrária que o Governo pro-põe: aumentar a produtividade das terras (pondo ao seu serviço melhor maquinaria, uma melhor divisão das propriedades e, portanto, uma melhor exploração, desenvolvendo infra-estruturas), eliminando para tal todos os que impeçam – ou não cooperem com esta via – pretendendo servir-se para tal da luta dos trabalhadores rurais. (Editorial do nº 17, de 14 de fevereiro de 1975)

- O 'saneamento' em si não se opõe ao capitalismo: objetivo não é substituir os fascistas por patrões simpáticos, mas acabar com o patronato, estabelecer novas relações sociais de produção [...] O governo provisório procurou os saneamentos para resolver dois problemas: [...] limitar a luta dos trabalhadores canalizando-a contra os que directamente exerciam a tirania e a repressão, substituindo-os por tecnocratas não comprometidos com o fascismo e [...]. aproveitar as capacidades dos trabalhadores para organizar o trabalho, deixando-os fazer pequenas remodelações. Ao mesmo tempo pretendia-se com este novo 'clima de liberdade' captar o apoio das massas trabalhadoras. (Editorial do nº 7, de 27 de setembro 1974).

c) Sobre a luta anti-colonial e a união internacionalista dos trabalhadores

- Esta independência [das colônias] será uma derrota para os trabalhadores se se limitar a uma transferência de poderes políticos de uma grande burguesia colonialista a uma burguesia nacional africana. Se mudar o grupo dominante, mantendo-se os trabalhadores como espectadores passivos. (Editorial do nº 6, de 13 a 27 de setembro de 1974).

- A vitória na luta do proletariado nunca pode, de resto, consolidar-se num país isolado. Só a união internacionalista das lutas e a sua orientação numa estratégia comum são a garantia do triunfo." (Editorial do nº 9, de 25 de outubro a 7 de novembro de 1974)

d) Contra o ‘capitalismo de estado’

- *Fala-se muito hoje – na imprensa burguesa, está claro, mas também em uma dita esquerda socialista – numa ‘via original de Portugal para o socialismo’ que o MFA corporizaria. É, na verdade, uma via para o capitalismo de Estado... (Editorial do nº 9, de 25 de outubro a 7 de novembro de 1974).*

- *A grande luta que o proletariado hoje trava, não só em Portugal como em todas as partes do mundo, é a luta contra o capitalismo de Estado. No caso particular português, é a luta contra a transformação do capitalismo privado em capitalismo de Estado, e contra o capitalismo de Estado já existente. E, nessa luta, nenhum dos partidos ou organizações políticas foi de qualquer proveito. Pior: todos eles vêm, nestes momentos críticos, com a euforia que revela a sua subordinação ao Estado e ao capitalismo, confundir mais ainda, camuflar melhor os novos exploradores, ajudar afinal à reconversão moderna do capitalismo. (Editorial do nº 14, de 3 de janeiro de 1975)*

- *Mas não se constrói o comunismo só pela adição de experiências limitadas fábrica a fábrica. A derrota do capitalismo tem de passar pela destruição do seu centro nevrálgico – o Estado: as relações entre todos os capitalistas, o aparelho repressivo, etc.” (Editorial do nº 6, de 13 a 27 de setembro de 1974)*

e) Defesa intransigente das lutas diretas e autônomas dos trabalhadores.

- *Os trabalhadores não podem confiar a sua libertação á organizações e facções da burguesia. Criam as suas organizações próprias, quer para a obtenção de objetivos imediatos, quer para a obtenção de objetivos históricos: a conquista do Poder Político e a construção do socialismo. (Editorial do nº 2, de 5 de julho de 1974)*

- *(...) a característica fundamental da luta que os trabalhadores portugueses actualmente desenvolvem reside no facto de todas as experiências de vanguarda se processarem exteriormente aos partidos políticos e independentemente dos sindicatos reformistas.” (Editorial*

do nº 9, de 25 de out. a 7 de nov. de 1974)

- *O MFA, todos os partidos e sindicatos, não só se introduzem nas Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores, para tentarem recuperar toda a energia espontânea que fundamentou a sua criação, como até vão ao ponto de estar de acordo com o aparecimento de estruturas radicais, para mais tarde também as tentar recuperar.* (Editorial do nº 27, de 17 de julho de 1975).

- *Representantes dos trabalhadores são os comités de greve, são todas as comissões de trabalhadores eleitas pelas massas e por estas controladas. Esses sim, são os nossos verdadeiros representantes – e por isso mesmo não participam no Estado da burguesia, mas lutam contra a burguesia e lutam contra o poder de Estado.*" (Editorial do nº 5, de 26 de julho de 1974)

Ao agrupar alguns trechos dos Editoriais em cinco eixos, buscamos proporcionar ao leitor uma visão panorâmica das orientações políticas do Jornal Combate à classe trabalhadora. Esses trechos do periódico, publicados entre Junho de 1974 e novembro de 1975, merecem alguns comentários, os quais podem ser complementados com a reprodução de alguns pontos do Manifesto e com outros trechos retirados dos editoriais. São bastante expressivos de um modo específico de compreender a dinâmica e os impasses da sociedade portuguesa naquele momento histórico; manifestam as concepções político-ideológicas de uma das diversas correntes que disputava o desenrolar do PREC.

Numa perspectiva libertária, o periódico tentava convencer à classe trabalhadora que era um equívoco confiar os destinos do povo português ao MFA, ao Governo Provisório e às forças políticas que os compunham. Dado que o Estado é um Estado capitalista, dado que todo Estado é o Estado de uma classe, o jornal buscava desconstruir a ideia que as Forças Armadas e o Governo poderiam ser defensores da classe trabalhadora. Confrontando-se com a ideologia e com as práticas das forças políticas que, por ter hegemonia no período revolucionário em curso, eram acusadas de querer controlar e mesmo sabotar os movimentos populares, os trabalhadores deveriam

resistir à possibilidade de sofrer algum tipo de influência dos sindicatos e de todos partidos políticos nas lutas autônomas dos trabalhadores.

O ataque à SAALS (Serviço de Apoio Ambulatório), à reforma agrária, à batalha da produção, ao ‘saneamento’ das empresas, ao novo valor do salário mínimo, etc. tinha como justificativa o fato das políticas de governo serem vistas como estratégias para controlar e canalizar as lutas dos trabalhadores para a reconstrução da economia nacional. A orientação política do Combate à classe trabalhadora era que as reivindicações de caráter econômico, como melhoria das condições de vida e de trabalho, não colocavam em cheque o modo de produção capitalista. De acordo com o Ponto 11 do Manifesto do Combate, a ‘Batalha da Produção’, lançada pelo MFA e apoiada pelo Partido Comunista Português – PCP e pelo Partido Socialista - PS “é uma palavra de ordem reaccionária que visa convencer os explorados a incentivar a produção da mais-valia”. Quanto ao saneamento, o Ponto 6 alerta que, ao invés de ‘trocar patrões autoritários por patrões bonzinhos’ ou substituir um ‘mestre carrasco por um mestre simpático’, o desafio dos trabalhadores deve ser a “luta pelo controlo e gestão de todo processo econômico”.

A partir de 11 de março de 1975, quando o MFA passa a ter o controle do Governo e o Partido Comunista Português assume os Ministérios da Agricultura e do Trabalho, decreta-se a estatização dos bancos, companhia de seguros, indústrias e meios de transporte. Isto significava o fim dos monopólios privados. Na perspectiva do Combate, a política econômica de nacionalização dos principais setores econômicos (que em julho de 1976 chegou a 245 empresas), era tida como forma de controle do Estado de toda a vida econômica. Para o Combate, “não têm os trabalhadores que escolher os patrões que os hão de explorar, sejam eles nacionais ou estrangeiros. O seu objetivo é a destruição do capitalismo”. (Editorial do n.8, de 11 de outubro de 1974). A nacionalização significava continuação do salariado e, por si só poderia encaminhar a sociedade portuguesa para um ‘Capitalismo de Estado’, entendido como um regime em que o Esta-

do concentra a propriedade capitalista dos meios de produção, gera o funcionamento da economia, além de responsabilizar-se pela gestão da força de trabalho.

O capitalismo de Estado pressupõe "*uma camada social, destacada dos trabalhadores e não controlada por eles, a quem aqueles delegam o poder económico e social – os gestores – que passam a ser os novos exploradores*". (Editorial do nº 20, de 28 de março de 1975). Uma vez que todo o Estado é um estado de classes, o jornal apelava que a luta fundamental da classe trabalhadora deveria caminhar no sentido de "acabar com a exploração e com o Estado, de lutar por uma sociedade sem classes, nem Estado, nem opressão." (Editorial do nº 5, de 26 de julho de 1974). Como resume Bruno (1983, p.14), para o Combate, "tratava-se do desenvolvimento de dois campos contraditórios: de um lado, o capitalismo privado evoluindo para formas de capitalismo de Estado; de outro, o desenvolvimento da autonomia operária, enquanto campo de criação da sociedade comunista"

A orientação política do Combate poderia ser considerada como aquela que está calcada nos fundamentos gerais do anarquismo. A edificação do comunismo libertário passaria pela eliminação de todas as formas de governo, de qualquer tipo de coerção e hierarquia entre os indivíduos. A autoridade, bem como qualquer possibilidade de dominação, sejam elas advindas do capitalismo ou do estadismo, são consideradas perversas e perniciosas ao pleno desenvolvimento do ser humano. Daí a luta intransigente do Combate pela ação direta e autônoma dos trabalhadores, sem a participação dos sindiclistas ('burocratas'), sem a participação dos partidos e outras organizações ('burguesas e/ou reformistas') que, direta ou indiretamente pudessem estabelecer algum tipo de vínculo com o Estado. Afinal, como pregava o jornal, referindo-se ao PCP e ao PS, "*os representantes dos trabalhadores não participam nos governos da burguesia*" (Editorial do n. 5, de 2 de julho de 1974). Daí também, a luta intransigente do Combate contra o Movimento das Forças Armadas – MFA, os Governos Provisórios e as forças políticas que sucumbiram frente ao contragolpe militar de 25 de

novembro de 1975, de cunho conservador, que pôs fim ao que se denominou ‘período revolucionário em curso- PREC’

Como nos explica Lucia Bruno, entende-se por ‘autonomia operária’.

[...] todas as práticas e instituições sociais pelas quais o proletariado se constitui enquanto sujeito revolucionário. Trata-se de um processo onde o proletariado se auto-organiza e se auto-dirige, diferenciando-se das classes dominantes e de suas instituições, práticas e ideologias de integração e exploração. [...] A autonomia da classe operária expressa-se, essencialmente, pela prática da ação direta contra o capital, realizada a partir dos centros de produção, espinha dorsal do capitalismo e único terreno onde o proletariado tem condições de vitória. (Bruno, 1983, p.V).

Não temos como intenção nos aprofundar nos fundamentos econômicos, políticos e filosóficos que dão sustentação ao *Jornal Combate*; afinal, isto já o fez Lúcia Bruno (1983), com muita propriedade. Tampouco temos a pretensão de proceder a um estudo exaustivo do movimento popular subsequente ao golpe militar de 25 de Abril. Aqui, nos importa reafirmar que toda educação é educação política e que, como dizia Gramsci (1978, p.37) “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, o que pressupõe um conjunto de princípios e métodos de socialização e produção de saberes e de práticas sociais que corroborem para a criação de uma determinada concepção de vida e de mundo. Assim como na educação escolar, os processos de educação não formais pressupõem um projeto político-pedagógico que, implícita ou explicitamente carrega consigo fundamentos econômico-filosóficos, sociológicos e políticos sobre os modos como grupos e classes sociais relacionam-se no processo de produção da existência humana. Como duas faces de uma mesma moeda, todo projeto societário caminha de mãos dadas com um determinado projeto político-educativo.

Os processos educativos ultrapassam os muros da escola, estão presentes no cotidiano da fábrica (seja ela capitalista ou não) e na própria vida. Evidentemente, o periodismo é um meio, ou melhor, o periodismo constitui-se como mediação do processo de formação de trabalhadores. Como afirma Gramsci (1982, p.163), os leitores de um jornal devem ser considerados “como elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação”. No projeto político-pedagógico do Combate, o jornalismo se constitui como uma forma de militância de seus redatores, os quais eram considerados como *“a caneta das massas trabalhadoras e das suas vanguardas em luta, com o objetivo de se inserirem nas lutas como o peixe na água”* (Editorial do n.1, de 21 de julho de 1975). Outra característica do projeto político-pedagógico, declarado no Editorial do n.5, de 27 de julho de 1974, *“só é jornal dos trabalhadores aquele onde os trabalhadores livremente escrevem”* (Editorial do n.5, de 27 de julho de 1974), o que na prática se materializava na publicação das entrevistas concedidas pelos trabalhadores associados, dos debates ocorridos nas mesas redondas e na reprodução dos comunicados (panfletos) das Comissões de Trabalhadores.

Referindo-se ao jornalismo de uma maneira geral, Antonio Gramsci nos indica que a formação de um modo de agir e de pensar requer múltiplas condições e iniciativas, assim, um dos erros recorrentes “consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é com o método dos intelectuais profissionais” (Gramsci, 1982, p.174). Podemos inferir que para inovar e, ao mesmo tempo fugir desse “erro ‘iluminista’” (Ibid), o Combate buscou concretizar o seu projeto político pedagógico do Combate dando voz aos próprios trabalhadores que cotidianamente faziam e pensavam o processo autogestionário. De uma maneira geral, a formação de trabalhadores associados na produção, sob regime de autogestão, se dava por meio da: 1) Informação e opinião dos jornalistas/colaboradores quanto ao processo revolucionário em curso – PREC e outras lutas de classe trabalhadora em outros países; 2) Divulgação das lu-

tas autônomas dos trabalhadores, articulando-as ao contexto maior do PREC; 3) Reprodução na íntegra dos comunicados das Comissões de Trabalhadores, valorizando assim as ‘vozes’ dos trabalhadores; 4) Organização de mesas redondas entre os trabalhadores, promovendo o encontro de saberes e problematizando-os e 5) Disponibilizando os recursos humanos e materiais do Coletivo Combate para acompanhar os núcleos de trabalhadores associados e politicamente autônomo..

Tendo ou não formação acadêmica, a militância dos colaboradores do Jornal Combate se dava por meio do jornalismo. Para isso, o *Combate* ‘dava a voz’ aos trabalhadores para que tornassem público seus saberes até então construídos no e sobre o processo de autogestão. Para “*confrontar e popularizar experiências de luta, que é um dos objetivos do Combate*” (n. 7, de 27 de setembro a 3 de outubro de 1974)’, transcreve os comunicados de Comissões de Trabalhadores, divulga as ações dos atores protagonistas das lutas sociais nas empresas, faz entrevistas individuais e coletivas. Conforme o quadro abaixo, até o final do período revolucionário em curso – PREC haviam sido promovidas e publicadas sete mesas redondas (MR), sendo a últimas delas composta por representes de comissões de moradores:

MR. 01 – Sogantal e Charminha (set.e out./ 1974; jornais n. 7 e 8)

MR. 02 – Setenave; TAP; AC-Tróia e GPA (nov. e dez./1974; jornais n.10, 11 e 12).

MR. 03- Tabopan; Alves e & Cia; Oficinas Alberto Marinho e um operário de uma empresa não-identificada (jan./1975; jornais ns. 14, 15 e 16)

MR. 04 - Trabalhadores da Função Pública: Câmara (CML), Impostos (DGCI) e Combustíveis (DGC) (mar. e abr./1975; jornais ns. 20 e 21)

MR. 05 - Eduardo Pereira Pinto; Sousabreu ; Artedu; Ornitex e Grupo de Apoio à Fábricas Autogestionárias (maio./ 1975; jornais n. 23 e 24)

MR. 06 – TAP; Sociedade Central de Cervejas e Bancos (jul./1975; jornais ns. 26 e 27)

MR. 07 - Comissão de Moradores de São Pedro da Cova e Comissão de Moradores de Foz do Douro (nov. e dez./1975; jornais ns. 30, 31, 32 e 33)

Nossa intenção não é tratar de casos isolados de autogestão operária em Portugal. Interessa-nos perceber como os saberes advindos dos diferentes processos de autogestão, mediados pelo *Jornal Combate*, vão se confrontando e se articulando, de maneira a criar um novo saber que possa repercutir em novas práticas sociais⁸. Tendo em conta os limites desse artigo, daremos destaque apenas MR.05, complementando-as com os comunicados e as entrevistas aos trabalhadores. A escolha se deve ao fato dessa mesa ser composta por trabalhadores que, naquele momento, estavam vivendo a experiência de autogestão operária. Além disso, por que a MR 05 ocorre com a intermediação um jornalista e de pessoas pertencentes ao que o Combate denomina de Grupo de Apoio a Fábricas Autogetionárias (G.A), o que favorece nossa intenção de desvelar o projeto político-educativo do *Jornal Combate*. É possível observar que, nessa mesa, três tipos de saberes se manifestam: a) a dos trabalhadores associados que vivem os processos de autogestão; b) os saberes dos membros do Grupo de Apoio e c) os novos saberes tecidos a

⁸ Observações sobre a mesa 1, onde participaram as trabalhadoras da Charminha e Sogantal estão em Tiriba (2009 b),

partir do encontro/confronto entre os trabalhadores associados e os membros do Grupo de Apoio.

A educação como prática política: Sousabreu, Ornitex, Artedu e E.P.P.

Publicada em maio de 1975, a discussão entre os trabalhadores da Sousabreu, Ornitex, Artedu e Eduardo Pereira Pinto – E.P.P. foi mediada por um colaborador do jornal e dois integrantes do Grupo de Apoio à Fábricas em Autogestão (G.A.). No texto introdutório à matéria que transcrevia as falas dos componentes dessa mesa redonda, o redator do Combate indicava que em todas essas fábricas, após algum tempo de conflito entre trabalhadores e patrões, estes declararam falência; assegurava que “*em todos os casos, os trabalhadores viram-se forçados a gerir as fábricas para assegurarem a sua sobrevivência*” (n. 23, 16 a 30 de maio de 1975). Um integrante do Grupo de Apoio a Fábricas em Autogestão propôs que, sem desconsiderar as particularidades de cada empresa, a discussão girasse em torno das questões comuns às todas elas. Nessa perspectiva, o colaborador do Combate assinalou:

COMBATE — Parece que há problemas que são comuns a todas as fábricas. [...] Parece-me que tentar dar soluções a problemas que surgem mas que nós não sabemos explicar porque, não irão ser eficazes. Se nós tentássemos fazer um esforço para compreender porque é que determinados problemas surgem... Por exemplo, porque é que existe desemprego? As pessoas lutam contra o desemprego, mas porque é que ele existe? Será porque há “reaccionários maus”? (n. 23, 16 a 30 de maio de 1975)

No pequeno trecho acima, é possível observar que o Jornal Combate desenvolve, de forma intencional e dirigida, uma ação educativa junto aos trabalhadores associados. As entrevisitas e mesas redondas são técnicas de jornalismo e, ao mesmo

tempo, procedimentos metodológicos que contribuem para materializar o projeto político pedagógico do Coletivo Combate. Convidar os trabalhadores a refletir que o fenômeno do desemprego não é algo casual, mas uma manifestação das contradições entre capital e trabalho, significa abrir caminhos para a compreensão política de que a luta da classe trabalhadora deve ter como objetivo a superação do modo de produção capitalista. Em 1974, com a crise do regime fordista de acumulação de capital, o desemprego rondava a região norte de Portugal, onde se concentrava grande parte das indústrias têxteis. Rondava o país inteiro e ameaçava os trabalhadores assalariados do mundo inteiro; por isso, o Ponto nº 9 do “Manifesto do Combate” dizia: “*Os operários não têm pátria. Toda a luta operária em que ser internacionalista*”. Nesse mesmo horizonte, em relação ao processo de descolonização iniciado pelo Movimento das Forças Armadas - MFA e pelo Governo Provisório, o Manifesto do Combate ressaltava a importância da luta de classes, indicando no Ponto 7 que “*a luta anti-colonial deve desenvolver-se como solidariedade activa e militante entre os explorados em Portugal e os explorados africanos*”.

Na SOUSABREU, em cidade Guimarães, 230 trabalhadores têxteis haviam ocupado a fábrica para manter seus postos de trabalho. Na ORNITEX, fábrica têxtil em Vila Nova de Farmalício, o mesmo aconteceu com 200 trabalhadores. Na empresa EDUARDO PEREIRA PINTO – E.P.P., na cidade do Porto, 124 operários que fabricavam acessórios para a indústria têxtil, poderiam ter ficado sem trabalho. Na ARTEDU, também em Vila Nova de Farmalício, apenas 9 das 30 operárias se mantiveram no processo de autogestão e as demais admitiram que estavam no ‘olho da rua’. Conforme anuncia o Ponto 10 do Manifesto, os processos de trabalho autogestionários que eclodiram do movimento operário após o 25 de Abril poderiam ser indícios de que “*a luta prática desenvolvida pelos trabalhadores chega ao seu próprio processo (espontâneo,) às formas antagônicas com o modo de produção capitalista.*”. Mas essa luta não se daria sem que os trabalhadores tivessem que enfrentar desafios. Afinal, a cultura

do trabalho autogestionário se construía no interior da sociedade capitalista e, portanto, tinha como pano de fundo o embate entre as práticas sociais fundadas nas relações capitalistas de produção e as práticas autonomistas dos trabalhadores. Assim, no texto introdutório à mesa redonda, o redator nos conta que os problemas comuns a Ornitex, Sousabreu, Artedu e Eduardo Pereira Pinto são as seguintes:

- *Dificuldades de fornecimento de matérias-primas e de escoamento dos pro-dutos.*
- *Divisão entre os trabalhadores: há sempre uma parte dos trabalhadores que preferiria indemnizações, a continuar a trabalhar sem patrão; e um certo isolamento das comissões de trabalhadores.*
- *O caso da Artedu apresenta ainda problemas mais graves, porque toda a sua maquinaria está em muito más condições e precisa dum certo investimento inicial para começar a funcionar. (n. 23, 16 a 30 de maio de 1975)*

Entre tantas outras dificuldades, eram mencionadas a falta de colaboração entre os operários, as relações comissões de trabalhadores estabelecem com os operários, bem com as relações hierárquicas entre o pessoal do escritório e o pessoal da produção. Dessa maneira, o Jornal Combate contribuía para sistematizar os desafios da autogestão na sociedade capitalista e, ao mesmo, tornava-se elemento de mediação na construção de uma cultura do trabalho de novo tipo (Tiriba, 2007).

A cultura do trabalho autogestionário não se constrói no interior de uma fábrica, mas é mediada pelo ‘mundo lá fora’ e, inclusive, pela forma como os trabalhadores se relacionam com as comissões de fábrica, sindicatos, partidos políticos e demais instâncias sociais. Quanto às relações das Comissões de Trabalhadores com os chamados ‘trabalhadores de base’, o colaborador do Combate comentava que “*o problema das comissões, que se levanta, é o da separação entre a comissão do resto dos trabalhadores.*”. E que o fato das comissões eleitas pelos trabalhadores passarem a se consideradas como os “*novos patrões*” era um problema recorrente nas empresas em

autogestão. Sobre as comissões, vejamos o que comentam, entre si, os dois operários da EDUARDO PERERIA PINTO – E.P.P, os quais nos dão o mote para trazer à superfície uma das principais polêmicas enfrentadas pelo Combate:

Op. B — E. P. P. — Realmente a gente lá no início quando se formou a primeira comissão, parte do pessoal, pouco mentalizado, começou a dizer: "eles andar aqui agora armados em patrões", e tal. Quer dizer, punham estas dificuldades. Até que realmente a coisa foi andando e nós numa reunião que tivemos [...] virei-me para malta e disse: "oh pá, vocês deveis ficar convencidos do seguinte, isto de existir uma comissão cá dentro não quer dizer que sejamos patrões. Somos tão patrões como vocês; claro,[...] temos de defender sempre que realmente aqui somos todos iguais, aqui não existem patrões" [...] E a coisa agora a esse respeito não temos problemas, porque agora claro olhamos realmente para todos e não há dificuldades. Ali consideram-se todos iguais e eles estão mentalizados já para isso.

Op. A — E. P. P. — Só vou fazer aqui uma achegazinha. Nós lá na nossa casa somos obrigados a ter uma direcção, não uma comissão de trabalhadores. Nós para formarmos uma cooperativa fomos obrigados a fazer uma direcção, cinco elementos para a direcção, três para o conselho fiscal e três para a Assembleia-geral. Estamos constituídos com 11 elementos, colocados na direcção.[...]

As falas evidenciam as particularidades do processo de luta da empresa EDUARDO PEREIRA PINTO: depois de passarem pelo regime da autogestão, os trabalhadores constituíram formalmente a organização econômica sob regime jurídico de ‘cooperativa’. Estava em discussão a legitimidade ou não legitimidade da direção da cooperativa; se ela substituía ou, mesmo anulava, a função política das comissões de trabalhadores. Direção da cooperativa e comissão de trabalhadores são uma única instância de organização dos trabalhadores? O trabalhador da ORNITEX argumenta que se os companheiros da E.P.P. foram obrigados a colocar em ata os nomes que respondem nos cargos de *presidente, secretário, vogal, etc.* “Isso já é

direcção". Direção e comissão são duas instâncias antagônicas ou complementares? Em última instância, o que se questionava era se a legalização da cooperativa decorreria na 'legalização' das relações entre os trabalhadores associados, quer dizer, no engessamento das relações de trabalho às normas do Ministério do Trabalho. Enquanto os trabalhadores da E.P.P. tiveram que reconhecer em cartório a firmas dos componentes da diretoria da cooperativa, na SOUSABREU "*não puseram esse problema. Eles só querem a comissão de trabalhadores e tem que haver uma inscrição com 10 assinaturas*". A discussão exigia a reconstituir experiência vivida, recuperar a memória dos fatos.

Op. B – E. P. P. – *A comissão... oh Zé, não confundas a coisa. Para início da cooperativa foi o Gonçalves Pereira, do ministério do trabalho, que... A coisa teve que ser feita assim, teve que ser formada uma direcção inicial e depois de estar legalizada deixava de existir [...].*

Op. A – E. P. P. – *Este meu amigo está ao contrário.*

Op. B – E. P. P. – *Não estou, não. Tu é que estás a confundir.*

Op. A – E.P.P. – *Porque eu passei pelas fases completas. Quando da primeira vez que se formou a comissão eu fui logo eleito, que eram uns 14 ou 16. Depois é que surgiu a ideia de se ir fazer a inscrição para a cooperativa [...]*

Op. B – E. P. P. – *Eu também estou dentro do assunto. E depois dela legalizada como é que foi? Ora diz lá! Foi lá o Gonçalves Pereira e o que é que disse? — Agora automaticamente fica a direcção eliminada e terá que se formar uma comissão. Deixa de existir direcção e passa a ser comissão.*

Esse trecho da Mesa Redonda nº 5, no qual os trabalhadores discutem quem teria a 'verdade' sobre os fatos, nos reforça a análise de que o Jornal Combate nos dá muitas pistas para a reconstituição das experiências históricas dos trabalhadores. Importante registrar que, não apenas essa, mas o conjunto de mesas redondas, entrevistas e comunicados das comissões de trabalhadores são importantes fontes de pesquisa histórica. Em síntese, podemos dizer que, o Jornal Combate contém e, em si,

se constitui em arquivo de memórias, pois ali se encontram a reprodução de fontes primárias sobre o movimento popular subsequente ao 25 de Abril. E, além disso, dada a dimensão educativa do jornalismo, o Combate contribui para nos fazer refletir sobre as distintas perspectivas políticas que se confrontavam durante o período revolucionário em curso. Que práticas sociais, que saberes do trabalho associado e sobre a vida estavam em construção e, ao mesmo tempo, se confrontavam?

Seria possível driblar o Ministério do Trabalho, tornando a direção da cooperativa apenas um órgão de ‘fachada’? Em que medida o vínculo da organização econômica com instituições do Estado poderia descharacterizar as lutas autônomas dos trabalhadores? Aqui, é importante registrar que o Ministério do Trabalho estava sob o comando do Partido Comunista Português – PCP e que, de acordo com o primeiro dos 11 Pontos do Manifesto do Combate, os organizadores do periódico se posicionavam contra o apoio ao Governo Provisório (ou a qualquer governo). E “*contra todas as tentativas de reconstrução do aparelho de Estado à base da recuperação e castração das organizações autónomas dos trabalhadores – os explorados e oprimidos desenvolvem a sua luta autônoma*”. Por isso, antes do início do debate, um dos integrantes do Grupo de Apoio às Empresas em Autogestão (G.A.) havia registrado que um das questões que ele gostaria de saber era “*porque é que as fábricas em luta continuam a pagar as cotas do sindicato – se isto é correto*”. Assim, o papel dos mediadores da Mesa Redonda nº5 foi o de problematizar a decisão dos trabalhadores da E.P.P. quanto à formação de uma cooperativa, em detrimento da ‘autogestão’ – esta última entendida pelo Combate como forma de gestão autônoma do Estado e de seus aparelhos ideológicos. Por esse motivo, as relações sociais na E.P.P. tornam-se o centro do debate; os trabalhadores que naquele momento representavam a empresa são duramente questionados pelos mediadores da mesa redonda.

Dada a extensão da matéria publicada, não é possível reproduzir plenamente a riqueza do debate. Discordando se se tratava de ‘comissão’ ou de ‘direção’, os trabalhadores da E.P.P.

expuseram suas dificuldades quanto à eleição de representantes para a(s) mesma(s). Muitas intervenções do Combate e do grupo de apoio e das outras empresas foram feitas no sentido de tentar deslegitimar a forma como a comissão de trabalhadores havia sido eleita, questionando sua função como órgão representativo. Sabatinando os dois representantes da E.P.P, o Combate perguntava : *Cada secção propõe uma pessoa para ser eleita, ou há pessoas que vão escolher em cada secção uma pessoa para propor?* Não satisfeito, insistia: *Mas foi; por exemplo, a secção dos electricistas que disse: "o nosso representante é fulano", ou foi uma pessoa que não é electricista que disse: "aquele electricista pode vir".* Quanto á representatividade da comissão, os dois operários da E.P.P. estavam de acordo: *Todos reunidos, os próprios trabalhadores todos juntos, é que escolheram ali a comissão de trabalhadores[...].* No diálogo caloroso, o Grupo de Apoio buscava mais detalhes sobre o processo de votação: *"As listas foram eleitas de uma só vez ou casda pessoa da lista era votada ?* A SOUSABREU e a ORNITEX intervém não apenas para problematizar qual poderia ser a forma mais democrática de eleição de uma comissão de trabalhadores, mas também para se posicionar sobre a possibilidade de dissolvê-la em caso de insatisfação dos demais trabalhadores.

COMB. — *Agora estamos a falar da eleição das comissões mas, por ex., se ao fim de dois meses as pessoas não concordarem...*

Op. B — E. P. P. — *Pode ser eliminado!*

COMB. — *Como?*

Op. Ornitex — *Elege-se outra comissão em assembleia-geral de fábrica?*

Op. Sousabreu — *O próprio pessoal.*

Op. B — E. P. P. — *Em qualquer momento, entendendo que essa comissão não está a trabalhar bem reúnem auto-maticamente e eliminam-na e escolhem outra comissão. O pessoal é quem manda, a maioria do pessoal ali é quem manda.*

Reconhecendo “que é fundamental haver uma comissão”, os mediadores tentam convencer os trabalhadores que a mediação do Ministério do Trabalho limita a autonomia das lutas dos tra-

balhadores, por isso insistem em questionar a legitimidade da comissão eleita na E.P.P. Esta questão torna-se evidente quando os integrantes do Grupo de Apoio contra-argumentam que “*essa comissão não pode ter poder deliberativo*”; isso porque “*quem tem todos os poderes deliberativos é a assembleia-geral da fábrica*”. Além disso, lembravam a todos os trabalhadores que participavam da mesa redonda que:

G.A.1 - Segunda coisa: a comissão deve ter sempre os operários informados de tudo, da sua actividade, de tudo, é fundamental isso. Outra coisa, sempre que haja qualquer problema que surja a qualquer operário, de repente, a comissão tem todo o dever e obrigação de resolver aquele problema logo. E se for preciso convoca-se uma assembleia-geral — perde-se meia hora de trabalho mas isso não é significativo — porque pode criar uma grande divisão dentro da fábrica um simples pormenor, um simples problema, e isso é prejudicial.

Apesar de parecer haver unanimidade em relação à importância de preservar a democracia no chão-de-fábrica, o que estava em questão era o fato de uma organização econômica estabelecer vínculos com instâncias estatais-burocráticas. Na perspectiva do Combate, este vínculo engessaria a dinâmica interna da luta, condicionando os espaços/tempos de poder dos trabalhadores de decidir sobre seu próprio destino. Tanto que na E.P.P., depois que depois da criação da cooperativa, os operários podem fazer assembleia quando bem entendem, a não ser que se trate de um caso de extrema urgência, pois “*nós legalizados como cooperativistas temos de convocar as assembleias com antecedência, parece que são 10 dias*”.

Era exatamente esta questão que o Combate queria chegar: a importância de não haver interferência externa na vida cotidiana dos processos de trabalho que se pretendem autogestionários. Afinal, a luta autônoma dos trabalhadores era ponto central do projeto político-pedagógico do Jornal. Ao contrário das demais empresas em processo de autogestão, na E.P.P., até mesmo “*para abrirmos a conta nos bancos, a acta teve que ir aos bancos porque senão...*”. Por ser uma organização econômica legalizada como cooperativa, teria que estar às próprias regras do co-

operativismo. E, por isso “fomos elucidados pelo Ministério, foi-nos dito aquilo e aquello e apresentamos a coisa como é que devia ser. Nós temos uns estatutos que provam isso, que levam a tudo isso, não é..”. Nesse sentido, o que o mediador do Combate queria que os participantes da Mesa Redonda nº entendessem é que só haveria possibilidade de democracia interna se, ao invés de receber instruções do Ministério do Trabalho, todos os trabalhadores tivessem discutido e deliberado coletivamente como promover o processo eleitoral na fábrica. Em síntese,

COMB. — O problema que eu levantei é o seguinte: vocês foram eleitos pelos trabalhadores em assembleia-geral e isso está muito certo; quando eles não estiverem contentes — com a comissão — põem a comissão na rua... Mas o que se passa é que não foram vocês que discutiram isso, não foram os trabalhadores que disseram; vamos eleger por listas, vamos fazer os estatutos, vamos fazer o conselho fiscal e isso tudo. Isso foi-nos dito e vocês nem sequer discutiram isso com o resto das pessoas. Chegaram e disseram: «olhem, vocês concordam com isto?» e as pessoas nem pensaram nisso e disseram: “sim senhor”. Pergunto: porque é que nós quando queremos fazer uma coisa nas fábricas onde trabalhamos vamos perguntar não sei aonde, ao ministério do trabalho, como é que havemos de fazer, e porque é que não discutimos? Por exemplo, hoje estamos aqui a tentar discutir problemas que são comuns às fábricas em auto-gestão. Se estamos aqui a discuti-los é para lhe darmos uma solução e não só para discutir! Pergunto: porque estamos a discutir e a tentar resolver problemas, e no local de trabalho, na fábrica, em vez de discutirmos esses problemas com todos vamos perguntar fora?

E assim prossegue a Mesa Redonda nº 5. Os mediadores continuam a insistir que os operários da E.P.P. Não deveriam seguir os estatutos e sim criar suas próprias regras internas de funcionamento da empresa. Os operários da EPP justificam que tudo o que deixou de ser feito foi por pura ignorância e, portan-

to, precisavam de orientação. Defendem veementemente a ideia de que, se de um lado, precisaram de referências para ingressar no sistema cooperativista, de outro, não significa que tudo o que regula à vida na fábrica não esteja sujeito à aprovação de todos. Afinal, os próprios trabalhadores da E.P.P. teriam autonomia de alternar os estatutos que eles mesmos haviam aprovado.

Op. Sousa Abreu — Com isso da cooperativa, os problemas são os mesmos que se estiver a trabalhar em autogestão. Não é?...

Op. A — E. P. P. — Sim, é a mesma coisa....[...] estão sempre a surgir problemas, e a gente não tendo conhecimentos, não estando metidos dentro da orgânica, claro, evidentemente que não podemos dar saída à coisa. Temos que realmente ter pessoas que nos esclareçam, que é o nosso caso, que ainda andamos a aprender muito. Porque esta coisa não é resolvida como muita gente julga e pensa: tem muitas dificuldades, muitas mesmo.

Sobre os problemas a serem enfrentados pelos trabalhadores associados, o Combate e o Grupo de Apoio afirmam que o Governo só concedeu empréstimo à EPP porque lhe é interessante o regime jurídico de cooperativa. Considerando que a autogestão é uma forma que garante a autonomia dos trabalhadores, insinuam que a EPP fora “enquadrada” pelo sistema capitalista, agora não mais pelos patrões, mas pelo Estado-patrão. Mas os representantes da EPP continuam a resistir à acusação de manipulação, defendendo sua autonomia administrativa mesmo pautando-se no estatuto geral das cooperativas. Em diversos momentos o representante da EPP refere-se aos avanços advindos do contato com outras pessoas e entidades e aos conhecimentos adquiridos ao longo da experiência de gestão. E reconhece que muitos “erros” teriam se dado pela falta de conhecimento.

Os mediadores do Combate continuam a fazer severas críticas à EPP, afirmando que os trabalhadores estão imbuídos da lógica de mercado, da necessidade de aumentar a produção para gerar mais lucros, o que seriam características da menta-

lidade dos patrões. Os operários justificam-se pela necessidade de garantir a viabilidade econômica; dado a forte concorrência seria imprescindível aumentar a produtividade, portanto: “*temos que arranjar uma máquina que faça dois copos no tempo de um*”. Diante da “enxurrada” de críticas, a EPP pede então, sugestões práticas para o seu problema; e nesta hora, todos se esquivam...

COMBATE — O problema que eu levanto é sempre o mesmo. Vocês estão com o problema já do mercado, estão precisamente com os mesmos problemas que tinham os patrões antigamente, e eu pergunto qual é a diferença entre vocês e os patrões antigos.” Aquilo que quero dizer, a sociedade que vocês vão reproduzir é a mesma, vocês lutaram contra os patrões, é para acabar com esse estilo de sociedade, e na vossa acção prática estão a reproduzir a mesma sociedade que tinham criticado...

Op. B – E. P. P. — Se a gente não consegue outra possibilidade que é que nós havemos de fazer então?...

COMBATE — Aí é que está. É que eu não lhe posso expor...

Algumas palavras de ordem, comunicados e entrevistas: qual o desfecho da história?

Para inferir sobre a dimensão político-educativa do *Combat*, vejamos quais eram as palavras de ordem dos comunicados emitidos pelas Comissões de Trabalhadores, bem como os desdobramentos das lutas dessas empresas autogestionários depois do 25 de novembro de 1975, quando findou o processo revolucionário em curso - PREC. Quanto à cooperativa EDU-ARDO PEREIRA PINTO – E.P.P. não tivemos acesso a nenhuma outra informação, mas tudo indica a crer que ela constava entre as 840 cooperativas industriais que haviam formadas, durante o PREC, em decorrência da falência das empresas (Cunhal, 1994, p.134).

Tampouco sabemos o que aconteceu com a os trabalhadores da ARTEDU. Haviam entrado em processo de autogestão

em circunstâncias bastante delicadas: quando todo o estoque foi vendido, o rendimento serviu apenas para quitar os salários em atraso, não restando nada para a compra de matérias-primas. Frente a imensa precariedade, das 30 operárias, apenas nove permaneceram em luta. Em um comunicado publicado no Combate em 28 de março de 1975, falavam da importância de “*dar mais uma machada no sistema capitalista*”. Salientavam também o “*apoio total e incondicional que o Sindicato de Alfaiataria e Costura de Braga*” dava à luta da ARTEDU, “*mostrando que é um sindicato que trabalha verdadeiramente na defesa dos interesses dos trabalhadores*”. Suas palavras de ordem eram, entre outras: *Só com unidade e solidariedade da classe operária venceremos a nossa luta; Contra os despedimentos!* Abaixo a exploração capitalista.

Sobre a ORNITEX, O Jornal Combate nº 47, de 22 de outubro de 1976, informa que, sob abrigo do Decreto-Lei nº 660/75, a fábrica havia sido reconvertida em “intervenção do Estado”; estava entre as 261 empresas que foram nacionalizadas depois do 25 de Abril, envolvendo 60 mil trabalhadores de praticamente todos os ramos de atividade econômica (*Ibid*). Na luta para garantir a sobrevivência os 200 trabalhadores da ORNITEX fizeram de tudo para vender o stock de cobertores, lençóis e artigos de vestuário. Foi “*uma luta sem o auxílio de ninguém, inclusive do próprio Sindicato dos Têxteis, não tem procurado ajudar-nos dentro de suas possibilidades e conhecimentos*”. Enquanto aguardavam que o Governo solucionasse o problema, as suas palavras de ordem eram, entre outras: *Nacionalização imediata da fábrica! Contra os despedimentos! Abaixo a exploração capitalista! A classe operária vencerá!* (Comunicado dos trabalhadores publicado no Combate nº 21, de 11 a 15 de abril de 1975).

Para os trabalhadores da ORNITEX, a nacionalização da empresa representou uma vitória, pois em curto prazo, significava garantia de salários. Se, além disso, tudo o que se pretendia era permanecer como trabalhador assalariado, a nacionalização significava conquistar estabilidade no emprego. No Editorial do Jornal nº20, de 28 de março de 1975, o Combate havia advertido que para algumas correntes políticas, ““nacionalização”’

significa o desaparecimento do capitalismo de todos o país e a passagem da economia ao conjunto dos trabalhadores”, o que seria um equívoco. Uma vez que não se coloca o “*problema da mediação ou não mediação entre os trabalhadores e o controle da economia*” [...], *nacionalização por si só significa Capitalismo de Estado, significa controle do Estado e de toda a economia. Significa continuação do salariado*”.

Sobre a SOUSABREU, empresa do ramo têxtil que se tornou um caso emblemático de luta dos trabalhadores no PREC, vale a pena que nos detenhamos um pouco mais sobre o processo de autogestão, iniciado em setembro de 1974 e que resistiu a um incêndio. Assim como nas demais empresas presentes nas Mesas Redondas nº 1 e nº 5, os trabalhadores tentaram defender os postos de trabalho ameaçados pelo proprietário dos meios de produção. De acordo um comunicado da Comissão de Trabalhadores emitido nove meses depois do início do processo autogestionário, essa havia sido única possibilidade que nos restava não andar a esmoliar, estendendo à mão à caridade, e porque acreditávamos, e continuamos a acreditar na solidariedade de todos os trabalhadores, avançamos para a auto-gestão”. Como ocorria nas demais empresas, “*para sobreviver precisamos de vender*”, para que toalhas e jogos de banho pudessem se escoadas, expuseram as mercadorias no Mercado do Povo, em Braga.

Tendo crescido a capacidade de produção, aumentando em 18 o número de teares em funcionamento, aumentaram seus próprios salários, passando de 1.500 escudos para 3.300 escudos. Este era novo salário mínimo estipulado pelo Governo Provisório logo depois do 25 de Abril, o que levou muitos empresários a proceder à demissão em massa, e mesmo, ao encerramento das fábricas. Por mais que Jornal Combate criticasse que o valor era muito pequeno e, além disso, não abrangia o conjunto dos trabalhadores portugueses, o fato é que o novo salário mínimo nacional ainda era objeto de conquista da classe operária portuguesa, que em muitos casos, sequer dispunha da metade disto para saciar a fome.

Em alguns momentos da entrevista publicada pelo Com-

bate a 25 de abril de 1975, evidencia-se a autonomia dos trabalhadores da SOUSABREU para decidir sobre os diversos aspectos do processo produtivo:

Operário A — Que já não existe, esse encarregado já nem existe. O serviço está a ser feito por nós; o serviço de contabilidade, o serviço de escritório está a ser feito por mim; o serviço de vendas, o serviço de compras, o serviço de orientação — vai-se lá volta e meia ver o que é preciso, algodões, etc. — nós os dois verificamos aquilo que é preciso, faz falta isto, faz falta esta coisa, faz falta lá em baixo ver o que é realmente preciso. Mesmo na secção de produção quando é preciso alguma coisa que eles não consigam ver. Felizmente agora de há um tempo para aqui que não é preciso alguma coisa.

Nessa mesma entrevista há referências aos diversos apoios e orientações recebidas de sindicatos, partidos políticos, de outras empresas de trabalhadores e da população em geral. É possível apreender que os contatos estabelecidos propiciaram um saber mais amplo sobre as formas de resistência à lógica do capital, sobre a cultura do trabalho que queriam construir e, mesmo, sobre o contexto político no qual estavam inseridos. Percebe-se ainda uma espécie de valorização dos diversos apoios recebidos no momento da ocupação da fábrica:

Trab. A - O presidente do Sindicato disse-nos que não consentíssemos que ele [o patrão] fechasse a fábrica. Se fechasse a fábrica de noite viria aqui e retiraria a obra fabricada, e que tínhamos que ocupar as instalações para não deixar ele levar a matéria-prima e a obra já fabricada. [...] No sábado estiveram aqui os do Sindicato e os do Partido Comunista. [...] No domingo, às nove horas, vieram cá os delegados do Sindicato e vieram dois membros do Partido Comunista ver. Claro, conversa e mais conversa, muita animação, começaram a animar-nos que podíamos começar a trabalhar em autogestão, e foi resolvido formar-se uma comissão de trabalhadores.

Sabemos que os colaboradores do Combate têm ressal-

vas quanto à participação dos partidos nas lutas autônomas dos trabalhadores. De acordo com orientação política do periódico, tanto do PCP [Partido Comunista Português] e seus “*rivaís maoístas e marxilistas-leninistas*”, ao invés de lutarem “*pela abolição do Estado, da Polícia e do Capital, pretendem pelo contrário, substituir-se aos atuais gestores do Estado, da Polícia e do Capital.* Tentam, é certo, apresentar o seu projeto totalitário como do interesse dos trabalhadores. No Capitalismo de Estado, os representantes dos partidos políticos e sindicatos seriam a vanguarda da classe operária; pertencendo à ‘classe dos gestores’, reproduziriam “*a distinção entre os que governam e são governados, entre os que trabalham e os que administram, planificam e distribuem, entre os que dirigem e executam*” (Editorial do Combate, nº 19, de 14 de março de 1975).⁹

Repentina e misteriosamente a SOUSABREU foi tomada por um incêndio. *Na têxtil Sousabreu – Guimarães – 17 meses de autogestão destruídos pelo fogo;* este era título do comunicado de 18 de fevereiro de 1976, assinado pela Comissão de Trabalhadores da SOUSABREU e por 29 Comissões de Moradores e Intercomissões de diversas regiões de Portugal. O comunicado registrava que “*só os trabalhadores libertarão os trabalhadores*” e assegurava que “*a luta dos operários da Sousabreu é um exemplo para a classe operária e todo o povo em luta contra a sabotagem dos patrões, contra o desemprego, a fome e a miséria que nos arrasta o sistema capitalista.*

Faltam-nos dados empíricos para afirmar quando a SOUSABREU encerrou suas atividades; um comunicado sem assinatura, publicado no Jornal Combate nº 47 (de 22 de outubro a 04 de novembro de 1976), registrava que a fábrica havia voltado a funcionar três meses após o incêndio. Enfatizava-se que “*este*

⁹ Como enfatizou João Bernardo (1994, p. 213), “o poder, ou se tem ou não se tem. E quanto se delega, deixa de se ter. A degenerescência da autonomia dos trabalhadores e o desenvolvimento da democracia capitalista são um único processo.” Para Bruno (1983, p.31,) a sublevação portuguesa de 1974/75 criou a palavra “apartidário” no léxico político, no entanto, a mesma deve ser entendida como “não-partidário” – “termo que reflete o desejo de uma genuína autonomia na luta, de uma atividade que não seja manipulada por uma ou outra cúpula”

acto criminosos foi obra de forças que se opõem ao avanço da luta dos trabalhadores", mas graças à solidariedade de comissões de moradores do Porto e trabalhadores da região, a fábrica foi recuperada. O trabalho voltou a ser feito 100% a partir de julho/1976 e, naquele momento, os trabalhadores da SOUSABREU aguardavam a análise, por parte do Governo, sobre a 'rentabilidade da empresa¹. Embora não tenhamos encontrado nenhuma palavra-de-ordem dos trabalhadores reivindicando a nacionalização da empresa, nos perguntamos se a análise da rentabilidade tinha como pano de fundo a possibilidade da fábrica, sob o abrigo do Decreto-Lei nº 660/75, ser reconvertida em "intervenção do Estado". No referido comunicado, intitulado "*Sousabreu continua em autogestão*", podia-se ler:

CAMARADAS:

É imprescindível que apoiemos na prática a continuação e o reforço da luta dos ex-plorados. Muitas formas se poderão desenvolver, como por exemplo, a venda militante dos produtos. Assim, podes encontrar na LIVRARIA CONTRA A CORRENTE (Rua da Atalaia, 204 em Lisboa) o produto dos trabalhadores da SOUSABREU: jogos de toalhas turcas de rosto e de banho.

COMPRAR É APOIAR!

A menção à Livraria Contra-a-Corrente nos indica que se tratava de mais uma iniciativa do Combate no sentido de estimular a solidariedade com a causa dos trabalhadores, no caso, com os da SOUZABREU. Vale lembrar que como forma de contrapor a auto-organização dos trabalhadores ao capitalismo de Estado, no Jornal nº 19, de 14 de março de 1975, o Combate estimulava a formação de núcleos de apoio às comissões de trabalhadores e a outros grupos autônomos que promoviam a auto-organização coletiva, colocando à disposição seus "*reduzidos meios técnicos e humanos*". A cessão do espaço físico da editora/livraria para reuniões, debates e venda dos produtos das fábricas autogestionárias, bem como a participação dos integrantes do Grupo de Apoio (G.A) como mediadores nas mesas redon-

das contribuíam para materializar o projeto político-pedagógico do Combate: a auto-organização dos trabalhadores rumo à generalização da autogestão no âmbito de toda a sociedade.

Ao criar um ‘fórum de discussão’ sobre autogestão, o Combate em muito contribui para a socialização e sistematização desses saberes. Como reconheceu na edição de seu último número, “*não acreditamos que sejamos nós a mudar a história. Pretendemos somente, compreender e ajudar a compreender em que medida a história nos vai mudando a todos e como é que cada um de nós participa na acção dessa vasta mudança* (n.º 51, de fevereiro de 1978). Na verdade, a autogestão surge em momento de crise das empresas, ou sejam, quando “*declara-se uma falência, o patrão fecha a fábrica; as reivindicações operárias são recusadas, ou então uma empresa periclitante é pura e simplesmente [...] deixada mãos dos trabalhadores por um patrão desinteressado*”.(Combate, nº 23, de 16 de maio de 1975). Como ocorreu em Portugal, em seguida, os trabalhadores ocupam a fábrica e se declaram em autogestão. Passada a euforia e esgotada as formas de solidariedade de outros trabalhadores e da população, inclusive para comprar o estoque de mercadorias, os trabalhadores “*são forçados a viram-se para o governo*” (Ibid). E aí, ou os movimentos sociais reivindicam do Estado políticas de fomento ao trabalho associado, disputando os fundos públicos para as causas da classe trabalhadora ou, simplesmente, negam qualquer iniciativa do Estado. Para o Combate, “*se ao governo e outros órgãos do poder interessa de certo modo que estas lutas existam, enquanto formas de evitar o agravamento do desemprego, já a sua autonomia crescente não pode ser tolerada*” (Ibid)

Trabalho e educação: por uma pedagogia da produção associada

É possível evidenciar que, mediados pelo Jornal Combate, os saberes do trabalho associado vão sendo tecidos no processo de luta: de um lado, pelo esforço dos trabalhadores e tra-

balhadoras para mobilizar os saberes necessários para gerir as unidades produtivas e, por outro, pelo aprendizado de relações econômico-sociais mais amplas, proporcionadas pelo processo revolucionário em curso – PREC . Os saberes dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e a vida em sociedade são mediados pelos saberes de diversos atores protagonistas dos movimentos populares. São saberes que se tecem no cotidiano de luta política e ao, mesmo tempo, de luta pela sobrevivência; são saberes técnico-políticos que ora se confrontam, ora se complementam. Como construção histórica e social, os saberes são saberes que se constroem na coletividade (logo, não podem se tornar propriedade de privada de grupos e classes sociais).

Na pesquisa sobre o 25 de Abril, o trabalho de campo nos sinaliza a importância e considerar as dimensões educativas dos múltiplos movimentos sociais que davam o tom ao processo revolucionário em curso - PREC e, portanto, compunham os cenários da autogestão que se evidenciavam na auto-organização das comissões de trabalhadores, moradores, estudantes, soldados e marinheiros. A apreensão dessa particularidade do contexto histórico português, convida-nos a redimensionar o conceito de saberes do trabalho associado, incluindo nele saberes mobilizados no *trabalho de produzir associativamente a vida* no campo e na cidade. Isso porque, como nos havia anunciado Rui Canário (2007), o período revolucionário em curso produziu uma verdadeira ‘explosão de autonomia’

Ao fazer um balanço dos processos autogestionários em Portugal, o Colectivo do Porto do Combate assinalou que a autogestão ocorreu “*em indústrias relativamente ‘pobres’, de técnica simples, de aprendizagem fácil por parte dos trabalhadores sem preparação prévia especializada.* (Combate, nº 23, de 16 de maio de 1975). Foram nos setores da indústria têxtil, indústria de mobiliário e laticínios onde, preponderantemente, se deram as ocupações de fábrica e, em seguida, a autogestão operária. Nessas indústrias, “*o circuito de produção e comercialização é breve, não implica grandes processos e intervenientes intermédios*”. Isto significa dizer que “*adquire-se o pano, tece-se uma peça de pano, que nessa*

ou outra fábrica está pronta para a confecção; adquire-se a madeira e poucos mais materiais - faz-se um móvel pronto para o mercado.”.

Embora não possamos nos deter nesse momento, estas e outras questões nos remetem à discussão sobre a relação entre desenvolvimento tecnológico e educação, fazendo-nos questionar se, de fato, as chamadas novas tecnologias de produção são ‘qualificadoras’, no sentido de promover a emancipação humana. Ação e reflexão são inseparáveis e evidentemente, é necessário que o trabalhador possua um conjunto de condições físicas e mentais para o desenvolvimento de determinadas atividades inerentes ao processo de trabalho. Variando historicamente, sua capacidade de trabalho, altera-se de acordo com a quantidade e qualidade dos meios utilizados para produzir, bem como se organiza técnica e socialmente a produção. Assim, sobre os processos autogestionários em Portugal, pensamos que mesmo os trabalhadores associados utilizando-se de meios “rudimentares” de trabalho, “a base técnica da produção torna-se ‘nova’, a medida que “ensaiam uma maneira de produzir suas necessidades materiais e espirituais a partir de novos parâmetros de convivência. O novo está, exatamente, na qualidade das relações sociais de produção que são estabelecidas” (Tiriba, 2001, p.321). Não por acaso, no comunicado publicado no Jornal Combate (nº19, de 14 a 28 de março de 1975), os trabalhadores têxteis da SOUSABREU explicam que, entre outras coisas,

Também aprendemos que os patrões não servem para nada e não ser para explorar e ficar com o produto do nosso trabalho. Hoje dentro da fábrica as coisas são diferentes. Todos trabalhamos para nós. Todos nos sentimos mais à-vontade. Isto não quer dizer que não temos problemas. Mas se formos todos a resolver não há problema que não se resolva. Aprendemos que só a união faz a nossa força. Também aprendemos que a solidariedade não é uma palavra sem sentido para os operários.

Muitas pistas para novas pesquisas sobre saberes do trabalho associado podem ser obtidas nos próprios processos de

trabalho em regime de autogestão. Em *La fábrica del conocimiento*, ao investigar uma fábrica recuperada pelos trabalhadores argentinos, depois da crise econômica de 2001, Gagliano y Puigrós (2004) identificam que a nova organização do trabalho requer a transformação dos saberes do trabalho assalariado em “saberes socialmente produtivos” para o trabalho associado. Isto pressupõe o resgate tanto dos conhecimentos que, no passado, eram suficientes para garantir a colocar a força de trabalho em ação, como dos conhecimentos que estavam inativos, pelo fato de serem desnecessários à produtividade do capital. Procedendo a uma arqueologia do trabalho, a análise da mobilização de saberes durante o PREC nos exigiria uma investigação de envergadura que propiciasse uma aproximação maior daqueles que foram/são sujeitos de conhecimento, ou seja, dos próprios trabalhadores associados.

Para Bruno (1983, p. 110), “a autogestão da produção não é um fim em si mesmo a ser atingido na sociedade capitalista, mas um meio de luta. Enquanto tal, precisa ser compreendida não de forma ideal, mas na sua articulação com a sociedade mais abrangente”. No entanto, entendemos que as experiências de autogestão não podem ser tornar, nas mãos dos militantes, sociólogos e cientistas políticos, meros intrumentos de formação de uma ‘consciência revolucionária’. Os objetivos dos processos autogestionários não podem se restringir à ‘conscientização’ de que a autogestão é limitada no interior do modo de produção capitalista e que sua plenitude só se materializa no socialismo autogestionário ou sociedade comunista. Para nós, as histórias nas quais os trabalhadores tomam posse dos meios de produção são parte integrante e inseparável da história da práxis humana em seu permanente processo de conhecer e transformar o mundo. Além disso, sendo as experiências de autogestão em si mesmo educativas, desde já é preciso criar, aprender e inventar uma organização do trabalho que, mesmo nos limites impostos pelo capitalismo, favoreça sua viabilidade técnica e política (Tiriba, 2001). Os saberes do trabalho associado podem não ser necessariamente inéditos, no entanto, como nos ensina Gramsci

(1978, p.13):

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente, descobertas originais, significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas. Socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, em elemento de coordenação de ordem intelectual e moral.

Ao defender a ideia do princípio educativo do trabalho e a necessidade de uma ‘educação desinteressada’, Antonio Gramsci (1982, p.8) sinaliza que “no mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo o mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.”. A partir das contribuições do filósofo italiano, podemos inferir que o desafio da educação dos trabalhadores associados na produção

consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado de grau de desenvolvimento, modificando sua relação entre o esforço de intelectual-cerebral e o esforço-muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (*Ibid.*)

Além de uma nova organização do trabalho, isso requer a construção de uma “pedagogia da produção associada”, entendida como campo de estudo e de concretização de processos educativos que têm como objeto de pesquisa e ação a socialização, produção, mobilização e sistematização dos saberes do trabalho associado, construídos em diversos espaços/tempos históricos. Seus pontos de partida são os saberes, oriundos das práticas cotidiana dos trabalhadores associados na produção. Sendo parte constitutiva do processo maior de educação integral dos trabalhadores, um de seus pontos de partida e de chegada é contribuir para a emancipação dos trabalhadores (en-

quanto classe social) e para a construção de uma sociedade de produtores livremente associados na produção. Para isto é preciso, entre outros, colocar em cheque os paradigmas econômico-filosóficos da sociedade capitalista, fortalecer processos de ação/reflexão/ação sobre as práticas sociais desenvolvidas no âmbito da produção associada, além de sistematizar os saberes delas decorrentes (Tiriba, 2008). Ao pretender tornar-se a ‘caneira da classe operária’, foi isto o que, de alguma maneira, tentou fazer o Jornal Combate: contribuir para que os trabalhadores associados na produção refletissem sobre suas lutas e sobre os rumos do processo revolucionário em curso.

Em síntese...

Mais que trazer a superfície os processos de trabalho e os processos de luta específicos de cada uma das fábricas autogestionárias, nossa intenção foi explicitar os saberes do trabalho associado, tecidos em uma das mesas redondas promovidas pelo Jornal Combate. Em todo e qualquer projeto de pesquisa, o investigador projeta as ações que pretende desenvolver, o que requer um conhecimento mínimo das condições objetivas que produzem e constituem a realidade a ser investigada. Além disso, requer a eleição de categoriais e conceitos que, embora definidos à priori, são colocados em xeque à medida que confrontados com os diferentes espaços/tempos históricos em que os seres humanos constroem determinadas relações sociais. Na perspectiva do materialismo histórico, “até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são [...] igualmente produto das condições históricas, e não possuem plena validez senão para estas condições e dentro dos limites destas” (Marx, 1978, p. 120). O mesmo ocorre com o com a categoria saberes do trabalho associado.

Dependendo de suas concepções político-ideológicas, os pesquisadores podem fazer diferentes leituras dos significados

do golpe militar de 25 de Abril e dos movimentos populares a ele subsequentes. Embora não tivéssemos a intenção de problematizar as tensões entre as forças políticas que disputavam o processo revolucionário, nossa ação investigadora não é neutra. A eleição deste ou daquele fato, desse ou daquele depoimento denotam, por si só, a opção por uma determinada concepção de mundo e de sociedade.

Como nos referimos, em Portugal, as divergências no seio da esquerda assentavam-se nas divergências históricas entre marxistas, leninistas, maoístas, sociais democratas, trotskystas, anarquistas e suas respectivas divisões internas. Criticado por alguns setores de querer implantar um ‘capitalismo de Estado’, e por outros, pelo fato de participar do Governo Provisório, o Partido Comunista Português - PCP passou a sofrer uma pesada campanha e a ser considerado o grande ‘vilão da história’ (ofuscando até mesmo o “brilho” dos fascistas, dos liberais e, em última instância, dos próprios capitalistas). Ainda hoje, a grande questão é quem decide e com quais critérios se decide quem são os ‘verdadeiros revolucionários’, quem são os ‘reformistas’ e quem são os ‘traidores da classe operária’, ou seja, como cada grupo político comprehende o que é tático e o que é estratégico nos processos de transformação social.

O *Jornal Combate* foi a referência para eleger experiências concretas de autogestão durante o Processo Revolucionário em Curso, por que entendíamos que nesse periódico estariam contempladas as experiências autônomas dos trabalhadores. Sobre o imaginário libertário em relação à autonomia, Cattani lembra que,

O princípio geral autonomista contrapõe-se a lógica autoritária, ao poder decisório e discricionário empresarial ou estatal-burocrático. Opõe-se também, ao colaboracionismo ou ao participacionismo promovido e controlado pelas elites. A autonomia compõe o imaginário libertário e impulsiona, de forma espontânea ou induzida, as reivindicações e práticas que se opõe às normas arbitrárias e hierárquicas

opressoras e à racionalidade produtivista privada.
(Cattani, 2006, p. 44)

Entendemos o *Jornal Combate* como mediação na formação de trabalhadores associados na produção e, por conseguinte, na constituição de uma cultura do trabalho autogestionária e, e, portanto, autônoma. No entanto, por mais autônoma que seja a luta dos trabalhadores, é uma autonomia relativa, dado que o próprio *Jornal Combate*, embora se pretenda “não-partidário”, não é neutro. Ao contrário, defende ardente mente uma determinada posição política frente aos rumos do processo revolucionário, buscando convencer os trabalhadores de seu projeto societário. Como técnicas de jornalismo, os comunicados das comissões de trabalhadores, as entrevistas e mesas redondas se constituíam como estratégias pedagógicas de produção de uma nova cultura do trabalho e de uma nova cultura política. Como foi possível observar, não são poucas vezes que os jornalistas e outros colaboradores insistem que não vale à pena a organização da classe trabalhadora em sindicatos e partidos políticos, e tampouco sua vinculação a qualquer instituição burocrático-estatal. O projeto político-pedagógico do Combate era que, na prática, os trabalhadores associados aprendessem que “a libertação dos trabalhadores é [será] obra os próprios trabalhadores” (conforme diz o Estatuto da Associação Internacional do Trabalho, de 1871), o que pressupunha opor-se ao Movimento das Forças Armadas, aos Governos Provisórios e a todas as forças político-partidárias que os apoiavam.

Não é difícil perceber que o projeto de trabalho do Combate constituía-se em um trabalho de militância política, abnegada e incansável. Como lembra Gramsci (1982, p.174, “o mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma retificação nos prismas singulares”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fernando. Socialismo autogestionário: uma aspiração e um projeto. In: BASE FUT. **Pelo socialismo autogestionário**. Lisboa: Edições Base, 1979.

BARRETO, José. Empresas industriais geridas pelos trabalhadores. In: **Revista de Análise Social**, n.51, julho/agosto/setembro, 1977.

BRUNO, Lúcia. **Portugal: O “Combate” pela autonomia operária**. 1983. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1983.

CANÁRIO, Rui. A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In CANÁRIO, Rui (org). **Educação popular e movimentos sociais**. Educa/Unidade de I e D de Ciências da Educação, 2007: 11-36.

_____, Rui. Movimentos sociais e educação popular. Lutas nas empresas em Portugal após o 25 de Abril. In **Perspectiva**. Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC, Volume 26, n. 1, jan./jun. 2008, p. 19-37. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED.

CATANI, Antonio D. Autonomia – emancipação social. In CATTANI, A.D.; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006, p 43-48.

CUNHAL, Álvaro. **A revolução portuguesa**: O passado e o futuro. 2.ed. Lisboa: Editorial Avante, 1994.

FARIA, Maurício Sarda. A autogestão na Revolução dos Cravos. In **Autogestão, cooperativa, economia solidária. Avatares do trabalho e do capital**. 2005. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FERREIRA, José M. Portugal em transe (1974-1985). Vol. 8 da **História de Portugal** (dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 1975).

FISCHER, Maria Clara B. e TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPAÑHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia** (ISBN 978-972-40-3722). Coimbra: Editora Almedina, 2009a, p. 293-298.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

JORNAL COMBATE, números 1 a 51, de junho de 1974 a fevereiro de 1978.

MELO, Alberto e BENAVENTE, Ana. **Educação popular em Portugal (1974-1976)**. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: **OS PENSADORES**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NASCIMENTO, Cláudio. **Utopia e Autogestão**, 2008 (mimeo).

PALÁCIOS CEREZALES, Diego. **O poder caiu na rua. Crise do Estado e Acções Colectivas na Revolução Português. 1974-1975**. Lisboa, ICS, 2003

PINTO, João Alberto da C. A propósito do marxismo de João Bernardo. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 43, dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: jan. 2017.

PUIGGRÓS, A.; GAGLIANO, R. (Dir.). **La fábrica del conocimiento: saberes socialmente productivos en América Latina.** Rosario: Hoosapiens, 2004.

ROSAS, Fernando (org). **Portugal e transição para a democracia. 1974-1976.** Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Colecção Cursos Livres, n. 1, 1999.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; LIMA, Marinús Pires de e FERREIRA, Vitor Matias. **O 25 de Abril e lutas sociais nas empresas.** Porto: Afrontamento, 1976.

SWEEZY, Paul M. **Luta de Classes em Portugal.** Lisboa: Slemes Editor, 1976.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho.** Pedagogia (s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. In: **Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC**, Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan. /jun. 2008.

_____. Saberes do trabalho associado: a autogestão no contexto do movimento popular de 25 de abril, em Portugal. In: RUMMERT, Sonia; CANÁRIO, Rui, FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal.** Niterói: Editora da UFF, 2009, p.47-63.

Igualdade e fraternidade: a autogestão no processo revolucionário português de 1974-75

Miguel Ángel Pérez Suárez

Apesar de bastante esquecido, o fenômeno da autogestão de empresas pelos trabalhadores no processo revolucionário português de 1974 e 1975 terá sido uma das experiências mais vastas desse tipo na segunda metade do século XX. Neste texto tentaremos apresentar uma visão global da realidade autogestionária em Portugal a seguir ao 25 de abril de 1974, enquadrando-a necessariamente no desenvolvimento do movimento operário e nos acontecimentos políticos e sociais do chamado PREC (Processo Revolucionário Em Curso).

Efetivamente, durante os meses mais escaldantes do processo revolucionário de 1974-75, centenas de empresas industriais e de serviços foram ocupadas pelos trabalhadores e mantidas em laboração sob a sua gestão, num quadro de participação política radical das camadas sociais mais desfavorecidas. Esses processos verificam-se em paralelo a outros grandes processos participativos. Em 1975, e ao lado das empresas em autogestão, surgiu uma realidade social nova com a nacionalização de parte muito significativa da economia do país: a banca, os seguros, os transportes e os sectores chave da indústria são estatizados, enquanto cerca de 300 outras empresas são intervencionadas pelos sucessivos governos. Ao mesmo tempo, nos campos do Sul uma vasta revolução agrária faz surgir a última experiência de coletivismo nos campos da Europa Ocidental. Cerca de 500 Unidades Coletivas de Produção laboram um terço da área agrícola da região (um pouco mais de um milhão de hectares). Neste texto, porém, focaremos essencialmente no meio urbano, deixando grandemente de lado essa interessantíssima experiência de gestão coletiva e democrática que foi a Reforma Agrária.

Com o PREC Portugal viveu uma verdadeira revolução

social. Parece-nos necessário insistir nesse carácter revolucionário do fim da mais longa ditadura da Europa para poder compreender a profundidade telúrica dos movimentos populares que se desenrolam no pouco mais de ano e meio do processo revolucionário. A derrota militar nos territórios africanos, que está no cerne da conspiração de oficiais subalternos que derrubou a ditadura de Marcelo Caetano no 25 de abril, abriu não apenas uma crise do Estado mas uma verdadeira “crise nacional”: o objetivo histórico, a missão nacional dos Portugueses, já não podia ser mais aquela construção imperial e pluricontinental com mais de cinco séculos de história. Num quadro em que todas as classes sociais foram obrigadas a resituar-se, os setores populares (os assalariados, os humildes) entraram em cena na vida política e social do país, colocando em causa o princípio mais elementar da sociedade capitalista: a propriedade privada.

A 25 de abril de 1974 um levantamento militar derrubava o regime do Estado Novo, instituído por Oliveira Salazar no início dos anos 30. O beco sem saída da guerra colonial em África afastou os apoios sociais tradicionais da ditadura e conduziu os oficiais intermédios - o elemento militar chave do esforço de guerra - para uma conspiração militar triunfante naquela data. Marcelo Caetano, sucessor de Salazar desde 1968, entregou o poder ao general Spínola a fim de evitar que “o poder caísse na rua”. Nos dias e semanas seguintes criou-se uma nova e complexa autoridade política com vários pólos. No próprio 25 de abril apareceu uma Junta de Salvação Nacional (JSN) que indicaria um governo provisório, enquanto os capitães pugnavam por manter a estrutura do Movimento das Forças Armadas (MFA) que organizara o golpe militar.

Desde o momento inicial da nova situação se iria manifestar um conflito irreductível entre Spínola, um militar conservador que tentou desenvolver um programa direitista e foi colocado como Presidente da República pela JSN, e os jovens oficiais protagonistas do golpe militar organizados no MFA, situados claramente à esquerda e que preconizavam um fim rápido dos conflitos africanos com o reconhecimento da independência

das colónias portuguesas.

Neste quadro político, que se irá mostrar vulcânico, surgiu uma vasta e maciça mobilização social que teve as classes assalariadas como principais protagonistas e que se desdobrou em diversas frentes. O golpe dos capitães iria mostrar-se como o detonante da panela de pressão que era a sociedade portuguesa do salazarismo tardio.

As manifestações populares de apoio aos capitães culminaram na jornada do 1º de maio, declarado feriado nacional pelas novas autoridades. Centenas de milhares de cidadãos saíram às ruas de Norte a Sul do país em apoio à nova situação. Na manifestação de Lisboa discursaram os líderes da oposição, nomeadamente Álvaro Cunhal e Mário Soares, bem como dirigentes sindicais, os quais traçaram uma série de reivindicações que se vão expandir nas semanas seguintes. Simbolicamente, e enquanto nos discursos dos líderes partidários predominavam a ideia da unidade das forças democráticas e a moderação, os quatro oradores sindicais, na casa dos trinta anos e pertencentes a uma nova geração etária e cultural da classe trabalhadora, apontavam objetivos como o desenvolvimento das políticas e de um estado sociais, a melhoria de salários e condições laborais, o ataque às estruturas do regime deposto e o saneamento de elementos a ele ligados nas empresas, alguns deles referindo explicitamente o objetivo de uma sociedade socialista¹.

Nos dias seguintes, uma enorme vaga de greves e processos reivindicativos começava a percorrer o país. A 2 de maio temos notícia da greve e retenção dos administradores dos TLP (telefones) em Lisboa, assim como das primeiras ocupações de casas no bairro da Boavista, também na capital. Eram primeiros passos do grande movimento de trabalhadores e de moradores urbanos que virá a desenvolver-se durante a revolução.

A primeiras paralisações aconteceram nas grandes indústrias na margem Sul do Tejo, na periferia da capital, em empresas como a Siderurgia Nacional, a Lisnave (o estaleiro naval

¹No filme «As armas e o povo» (Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão, 1975) aparecem extensivamente trechos desses discursos.

de dimensões gigantes e construído frente à capital) e a CUF (Companhia União Fabril, o vasto e histórico complexo químico). Iniciaram-se movimentos reivindicativos nas grandes empresas de serviços do Estado, como os telefones, os correios, os caminhos-de-ferro, os transportes aéreos, sem recurso imediato à greve. Nas semanas seguintes, as mobilizações generalizam-se em toda a região metropolitana da capital, num movimento que atinge por ondas todos os setores mas sem chegar a ser uma greve geral simultânea. As greves atingiram rapidamente o Porto, que conhece nesse mês uma greve da indústria têxtil e mobilizações nos transportes coletivos e nas obras do grande empreendimento petroquímico de Matosinhos e nos grandes estaleiros de construção civil. A generalidade dos núcleos industriais conhecem importantes conflitos operários: Estaleiros de Viana do Castelo, automotriz de Aveiro, de Mangualde e da Guarda, a indústria dos lanifícios da serra da Estrela, vidreiros e metalúrgicos na Marinha Grande. As comunidades piscatórias vivem grandes paralisações nos meses de Verão e, no Outono de 1974, a indústria das conservas de peixe do Algarve encerra uma lista de lutas que completa a geografia e a história do desenvolvimento industrial português.

Cronologicamente, o movimento começa na primeira semana de maio e atinge um pico no final desse mês, prolongando-se durante o mês de junho nalguns conflitos de grande significado (Neves, 1978; Santos et al., 1976; Durán Muñoz, 2000). Não se encontram disponíveis estatísticas oficiais e apenas dispomos de contagens de greves feitas em diferentes contextos, a partir da imprensa diária lisboeta. Representam apenas uma ideia aproximativa das dimensões do movimento, que pensamos sofrer do problema de as greves se terem tornado “não-notícia” com a sua generalização, no contexto de grande agitação social e crise política permanente durante os meses do processo revolucionário.

Sobre os conteúdos reivindicativos desta vaga de conflitos, temos os dados do trabalho pioneiro do Gabinete de In-

vestigações Sociais², que estuda 158 conflitos entre 25 de abril e 31 de maio de 1974. Outros estudos (R. Durán Muñoz, 2000) apontam resultados semelhantes. Segundo o GIS predominam reivindicações de tipo económico e político, em concreto o salário mínimo, que aparece em 45.9% dos conflitos, o saneamento de patrões e pessoal de direção em 43.3%, e aumentos salariais em 42%. Em relação aos aumentos salariais os autores desse estudo salientam o caráter igualitário das reivindicações salariais, com uma grande extensão da exigência de aumentos uniformes e de igualdade salarial para as mulheres e os menores.

Exigia-se o saneamento, o afastamento de elementos vinculados ao regime deposto, reivindicação que se estendeu com facilidade a pessoas acusadas de incompetência, corrupção ou mau trato aos trabalhadores. O saneamento evidencia, quanto a nós, o sentido libertador e revolucionário dos conflitos nas empresas e colocava o poder patronal em questão, anunciando ou acompanhando outras formas de transgressão: ocupação do local de trabalho, retenção e barragem de passagem de pessoas (proprietários, administradores) ou autogestão são formas de luta comuns desde os primeiros tempos do PREC, que rapidamente se alargam. Segundo os dados que estão ao nosso dispor tratou-se de um movimento que afectou centenas de empresas e de empresários e empregados. Quando em 1976 foi publicada legislação que obrigava a rever estes processos, o Ministério do Trabalho estimou em mais de 2000 casos os saneamentos efetuados nas empresas privadas³. E, é necessário dizê-lo, os saneamentos fazem parte de uma certa *lenda negra* sobre o 25 de abril construída pela direita política, com uma certa dose de verdade.

²Estudo publicado originalmente em 1975 na *Análise Social* e reimpresso como introdução a uma coletânea de documentos de diversas lutas: Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús.Pires de Lima e Vítor. Matias Ferreira - *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: E. Afrontamento, 1977.

³Gabinete do Ministro do Trabalho, Gabinete Coordenador de Revisão dos Saneamentos nas Empresas, "Relatório Preliminar sobre os afastamentos e saneamentos de trabalhadores", Lisboa, 1976. AHMT, PT/MTSSS/GabMin/788.

No que toca à organização das lutas dos trabalhadores tanto na indústria como nos serviços somos obrigados a falar das comissões de trabalhadores e os seus antecedentes e do movimento sindical existente na altura em Portugal. A ditadura salazarista criara desde os anos trinta estruturas sindicais de enquadramento obrigatório denominadas *Sindicatos Nacionais*. Eram estruturas de ofícios sob o controlo das instituições do Estado (Ministério das Corporações-Trabalho e outras entidades estatais) e com uma base geográfica definida no distrito. Os trabalhadores eram obrigados a descontar a quota sindical que era recolhida e entregue ao sindicato pela entidade patronal. No fim do período ditatorial existiam pouco mais de 300 sindicatos⁴ que representavam teoricamente a totalidade dos trabalhadores urbanos, já que os pescadores e os trabalhadores rurais estavam enquadrados numa estrutura diferente, as *Casas do Povo*. Na versão portuguesa do corporativismo os Sindicatos e os Grémios, representando os empregadores, deviam formar Corporações organizadoras da produção nas diferentes actividades económicas.

Durante os longos anos do regime, as forças oposicionistas, nomeadamente o PCP, tentaram em repetidos momentos tornar os sindicatos nacionais em campo de luta contra o regime. Em 1970, e após a conquista por listas oposicionistas de importantes sindicatos, foi realizada por vários desses organismos uma reunião intersindical em que participaram vários dos maiores sindicatos como os dos Bancários e dos Metalúrgicos de Lisboa, entre outros. Neste processo de abertura sindical têm relevância vários aspectos, como o aparecimento de legislação mais tolerante, o fortalecimento das forças de oposição entre a classe trabalhadora, não só do PCP como de grupos de inspi-

⁴ O número de sindicatos ultrapassará os 350 depois do 25 de abril para ir diminuindo depois devido aos processos de verticalização sindical. O aumento de meados da década ficará a dever-se a constituição de novos sindicatos em setores antes excluídos como os funcionários público, os pescadores e os trabalhadores agrícolas. Sobre a evolução das estruturas sindicais portuguesas ver M^a C. Cerdeira e M^a E. Padilha, *As estruturas sindicais portuguesas – uma análise evolutiva (1933-1987)*, Lisboa, MESS, Col. Estudos, Ser. C, Trabalho, 1988 (3 vol.).

ração católica e sectores que virão a estar na origem do Partido Socialista e de outros agrupamentos, e com o próprio crescimento económico da época a fortalecer objetivamente o fator trabalho. Ao lado desta tradição oposicionista na frente sindical existia a experiência de formas mais irregulares de representação e luta dos trabalhadores mas que se enquadravam na tradição histórica do movimento operário. Referimo-nos às chamadas *Comissões de Unidade* (e as *Comissões de Praça* nos campos do latifúndio da região sul), que surgiam em situações de conflito e davam voz aos reclamos dos trabalhadores. Nas análises do PCP⁵ ambas expressavam formas complementares na luta da classe trabalhadora.

Na vaga reivindicativa que se segue ao 25 de abril de 1974 assistiu-se a dois processos no mundo do trabalho. A quase totalidade dos conflitos verifica-se ao nível de empresa, e aí surge um vasto oceano de comissões representativas que são eleitas em processos assembleários, com formas e normas muito variadas mas que respondem a uma legitimidade da ação direta e à necessidade de estruturas de direção e representação responsáveis e ágeis. Desde cedo ficaram com a denominação comum de Comissões de Trabalhadores (CT), mas adotando nomes variados em muitos casos. Por outro lado, e ao nível do movimento sindical existente, assiste-se a um saneamento dos sindicatos corporativos com a expulsão das direções afectas ao regime e processos democráticos de eleição de novos corpos gerentes. A Intersindical, criada em 1970, aparece reconhecida pelo novo poder político como a base de uma confederação de sindicatos e agrupa em poucas semanas dezenas de sindicatos já libertados, em número crescente com o decorrer das semanas e meses. A 13 e 14 de julho de 1974 mais de 80 sindicatos participaram no plenário da Intersindical. Neste processo de ocupação de organizações sindicais e fortalecimento da Inter o papel dirigente do PCP foi indiscutível.

A linha política assumida pelo Partido Comunista considerava que Portugal precisava de uma fase prévia à constru-

⁵ Ver o volume O PCP e a luta sindical Lisboa, 1975.

ção do socialismo, um período caracterizado nos documentos do partido como de *revolução democrática e nacional*⁶. Nesta fase, um governo de ampla coligação de diferentes forças progressistas em representação dum bloco social abrangendo da classe operária à pequena e média burguesia anti-monopolista eliminaria os fatores de atraso da formação social portuguesa (agricultura atrasada e latifundiária, analfabetismo, questão colonial, poder económico dos monopólios), criando condições para a passagem ao socialismo. A eclosão dum movimento operário de massas e fora do controle das estruturas sindicais existentes punha objetivamente em perigo uma tal aliança de classes, empurrando as próprias camadas burguesas do referido bloco social para soluções de carácter reacionário. Nesta linha era necessário travar o desenvolvimento do movimento das massas, que se torna inconsequente e aventureiro porque não percebia as necessidades do momento político.

A aplicação prática dessa linha levou o PCP a sofrer importantes reveses no mundo operário, abrindo espaço para a influência política de grupos de extrema esquerda com discursos e programas mais radicais. Assim, nos CTT (correios) a Comissão Pró-Sindicato⁷ ficou hegemonizada por grupos que estiveram na origem da União Democrática Popular⁸ após os repetidos pronunciamentos do PCP contra a paralisação da empresa em junho de 1974. E em setembro de 1974, os operários da Lisnave manifestaram-se na rua pelo saneamento numa mobilização histórica, contra a posição expressa pelo PCP, que ficou em minoria naquela que era uma das maiores concentrações operárias do país. Será após essa data, e num processo complexo, que o PCP opera uma viragem política e se aproxima das formas de luta mais radicais do movimento⁹. Com efeito, a generalidade

⁶ Ver, por exemplo, Álvaro Cunhal, Rumo à vitória. Porto, 1974.

⁷ Os trabalhadores dos correios não tinham direitos sindicais antes de 1974 e a greve de Junho desse ano foi encabeçada por esta CPS, que está na origem da organização sindical dos CTT.

⁸ A UDP foi a “frente de massas” do Partido Comunista (Reconstruído), de tendência ultra-stalinista. Foi constituída em dezembro de 1974 e tornou-se na principal organização à esquerda do PCP.

⁹ Torna-se difícil estabelecer quando é que estas discussões aconteceram con-

dos casos de autogestão que conhecemos contaram com a participação de militantes e o suporte político do PCP.

No quadro deste movimento inicial de luta encontramos os primeiros fenómenos de autogestão em Portugal. Referimo-nos aos casos de três empresas de confeções da região de Lisboa: a Naturana, a Charminha e a Sogantal. Trata-se de empresas de tamanho pequeno ou médio e quase totalmente de mão de obra feminina. Se bem que os dois primeiros casos tenham sido anteriores, o caso da Sogantal terá uma repercussão mediática devido aos acontecimentos que se verificaram no mês de agosto. Mas não nos adiantemos...

Em 20 de maio as operárias da Sogantal apresentaram um caderno reivindicativo em que exigem um mês de férias pagas, o 13º mês e um aumento geral de 1200\$ e, como forma de pressão, reduzem os ritmos de trabalho. A 30 de maio a empresa comunica a decisão de pôr fim às actividades da fábrica, decisão que é comunicada a 8 de junho ao Ministério do Trabalho. As operárias exigem em resposta a nacionalização da empresa e a sua reconversão, que o Estado encontre um empresário interessado ou que os salários sejam pagos pelo Estado enquanto a fábrica estiver encerrada.

A 13 de julho a Administração e o seu representante português abandonam as instalações. A fábrica ficará nas mãos das operárias, que continuavam a trabalhar. Receberam a solidariedade de partidos de extrema-esquerda como o MES¹⁰ e o MRPP¹¹, mas também da secção local do PS, assim como o apoio do Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul. Foi organizada a venda militante de fatos de treino em escolas e fábricas. As pri-

cretamente e o que esteve em questão concretamente. A questão central terá sido o papel do movimento sindical e das CT. Vários entrevistados referem reuniões de quadros sindicais e dirigentes do partido realizadas num local concreto e em data ou datas indeterminadas. Em relação à autogestão, se bem que o PCP não a considera a via para a construção de uma alternativa de sociedade, não duvida em apoiar esses colectivos de trabalhadores e utilizar esses casos para reforçar o discurso socializante da Batalha da Produção desenvolvido durante os governos de Vasco Gonçalves.

¹⁰ Movimento de Esquerda Socialista.

¹¹ Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

meiras vendas conseguiram pagar parte das quantias devidas às trabalhadoras, que contaram com o apoio solidário de José Afonso.

Na noite de 23 para 24 de gosto, Pierre Lardat, o proprietário, à frente de um comando de cerca de 20 elementos, retoma a fábrica com a intenção de retirar a maquinaria e as mercadorias. Mas o movimento é detetado e no fim da tarde do dia 24 uma concentração de operárias e população à porta da fábrica força a entrada nas instalações e avança sobre o grupo de homens trazidos pelo patrão, que abandonou a empresa protegido pela GNR da fúria dos manifestantes. A atuação do patrão gerou uma considerável polémica, ficando estabelecido que as autoridades portuguesas estavam ao corrente dos planos da operação.

Depois da tentativa de tomada pela força por parte do patrão, a fábrica ficou nas mãos das operárias, que durante cerca de um ano a geriram. Segundo uma das dirigentes da luta:

A partir dessa altura (24 de Agosto) começamos a dormir dentro da fábrica. [...] Fazíamos piquetes, enquanto umas trabalhadoras ficavam na fábrica outras iam vender a produção a diversas empresas e escritórios em vários pontos do país. Levávamos comunicados para divulgarmos a nossa luta e, nisso, éramos apoiadas pelos diversos sindicatos. Gerou-se uma solidariedade tal que, apesar de não necessitarem dos fatos de treino, muitas pessoas compravam o produto só para nos ajudarem. E esse dinheiro todo junto dava para pagar os nossos salários. Conseguimos manter a fábrica durante mais de um ano e, entretanto, surgiu a hipótese da auto-gestão, ou seja, outras empresas darem-nos trabalho e nós utilizarmos a fábrica para produzir¹².

A Charminha era uma pequena fábrica propriedade do grupo suíço-alemão FM Hammerle, instalada na Pontinha. A

¹² “48 jovens contra mercenários – Operárias da Sogantal expulsaram administração” entrevista a F. Cardoso in *Setúbal na rede*, ed. 86, 23-8-1999. Disponível em: <<http://arquivo.setubalnarede.pt/1999/86/86sogantal.html>>.

fábrica produzia quase em exclusividade para a casa mãe e os seus trabalhadores (quase todos mulheres) recebiam salários de 2200\$ e um trato desumano no seu horário de trabalho. De facto, as primeiras movimentações após o 25 de abril estiveram diretamente ligadas a essa situação. As trabalhadoras exigiam aumentos salariais, fim do regime opressivo na fábrica e o saneamento do administrador responsável, de nacionalidade austríaca. As trabalhadoras elegeram uma CT de sete elementos dos diferentes sectores da empresa. A 24 de maio o administrador visado pelo saneamento abandonou o país, deixando para o pagamento dos ordenados desse mês um cheque sem fundos.

Neste momento (28-7-1974) as operárias da Charminha continuam a ocupar a fábrica, a fabricar, a vender, e a receber os seus salários, e têm perfeita consciência de que não precisam dos patrões alemães nem do administrador austríaco para continuarem a manter a fábrica em laboração. Possuindo matéria-prima que lhes dá para trabalharem até ao mês de Outubro, as operárias da Charminha estão decididas a continuar a sua luta e já têm planos para isso. Em assembleia geral as operárias aprovaram por 95% a formação de uma cooperativa de produção em que todos os trabalhadores da Charminha entrariam com uma quota igual; essa cooperativa de todos os trabalhadores da Charminha compraria toda a matéria-prima e organizaria a venda dos produtos da fábrica. O dinheiro apurado servirá para pagar os salários, e os lucros eventuais seriam divididos igualmente por todos os trabalhadores no fim do ano, depois de deduzida uma parte para actividades culturais, para uma creche [...]. Assim as operárias e trabalhadores da Charminha realizam na prática um dos princípios básicos da sociedade socialista: a apropriação das riquezas por aqueles que as produzem¹³.

A reportagem que estamos a citar dá o seguinte balanço de receitas e despesas para o mês de julho:

¹³ "Charminha: fabricamos e vendemos", in Revolução, 26-7-1974.

Venda ao comércio: 183.272\$40.

Venda ao público: 328.570\$50

Cobranças: 37.840\$60.

Venda ao pessoal: 109.206\$10.

Total de receitas: 658.889\$60.

Ajuda ao pessoal sem ordenados e salários não pagos pela firma: 614.208\$

Luz, telefone e água: 7.587\$40.

Despesas de venda e gasolina: 8.250\$50

Outros: 4.133\$90.

O entusiasmo de que dá mostra o autor da reportagem é matizado por uma membro da CT: *temos consciência das dificuldades de uma iniciativa deste género numa sociedade capitalista. Mas desde que haja matéria-prima estamos suficientemente preparadas para dirigir isto sem necessidade de patrões, nem de administradores*¹⁴ Os resultados do primeiro mês em autogestão são eloquentes: as receitas cobrem as despesas sem grande margem para o otimismo.

Os meses posteriores ao 25 de abril foram de um contínuo aprofundar da crise política espoletada pelo golpe dos capitães. As instituições de poder surgidas do movimento militar foram o palco do confronto de projetos políticos divergentes, com a descolonização como ponto de rutura e a mobilização operária e popular como pano de fundo. Em julho de 1974 a não aceitação de uma proposta de alteração do quadro legal das novas instituições leva à queda do I Governo Provisório e ao enfraquecimento do projeto de Spínola. A 28 de setembro desse mesmo ano a mobilização de rua, com o apoio do MFA, trava uma manifestação de apoio ao presidente e provoca a sua renúncia. Assume a presidência o General Costa Gomes e forma-se um novo governo, o terceiro desde o 25 de abril. A 11 de março de 1975 assistiu-se ao último ato do duelo: Spínola lançou-se num golpe militar que fracassou em poucas horas, empurrando o poder estabelecido e a situação ainda mais para a esquerda.

Esta situação de agitação política permanente, de grandes

¹⁴ Ibidem.

mobilizações e de ações radicais de massas, esteve no cerne da generalização dos fenómenos de autogestão em Portugal nestes primeiros momentos. Torna-se difícil aferir quanto de verdade havia nas acusações de fugas de capitais para o estrangeiro, da chamada “sabotagem económica”, no quadro político desestabilizador por trás dos primeiros efeitos no país da crise económica associada ao choque petrolífero de 1973. É indiscutível que a experiência chilena de 1970-73 pesava grandemente no imaginário do ativismo português, e é um facto que as histórias de empresários e capitalistas que abandonavam o país levando com eles as suas fortunas se multiplicaram com o aprofundamento da crise política.

Das tentativas de aproximação conhecidas sobre as ocupações de empresas fica assente que o fenómeno ganha dimensão nos últimos meses de 1974 e atinge o pico nos primeiros meses de 1975, se bem que se trata de contagens bastante parciais e que não dão conta de grande número de casos. Segundo uma contagem feita pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP)¹⁵ baseada na imprensa diária, ter-se-iam registado 24 ocupações de empresas no último trimestre de 1974, e 83, 55 e 14 no 1º, 2º e 3º trimestres de 1975, respetivamente. São números que merecem ser analisados com alguma precaução a julgar pela própria fonte, até porque a CIP refere cerca de 3000 empresas ocupadas no final de 1975.

Um dado a assinalar, e que nos obriga a refletir sobre a nossa capacidade para reconstruir estes processos, é a quase ausência de notícias na imprensa de ocupações de empresas no outono e inverno de 1975, que contrasta com outras fontes que documentam numerosos casos nesse período.

Havíamos referido acima os acontecimentos de 11 de março de 1975 e a derrota da conspiração do general Spínola. Na confusão gerada com as movimentações do golpe, os Sindicatos dos Bancários assumem de facto¹⁶ o controlo das opera-

¹⁵ Boletim da CIP, 1974-1976.

¹⁶ Sobre a nacionalização da banca ver R. Noronha *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*, (Tese Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, FCSH-UNL, 2011).

ções bancárias e no fim do dia uma assembleia do MFA decide a nacionalização do sector, entre outras medidas importantes. O MFA declarava-se socialista e os órgãos de poder eram reorganizados, sendo substituída a JSON pelo Conselho da Revolução. Alguns dias depois tomava posse o IV Governo Provisório, em que o peso militar e da esquerda aparecia reforçado. Nesta altura o uso do termo PREC tornou-se habitual...

A realização das eleições para a Assembleia Constituinte em abril de 1975 foi um acontecimento de primeira ordem e que viria a marcar a evolução do processo. O PS obteve uma enorme vitória. Com 38% dos votos era o único partido verdadeiramente nacional e ganhou em quase todos os núcleos urbanos do país. Os comunistas tiveram uns magros 12.5% dos votos, muito concentrados no sul, a que se juntavam os 4% do MDP¹⁷. O PPD¹⁸, com 26%, era o primeiro partido em quase todo o Norte (com exceção do distrito do Porto), mas no Sul era marginal. A participação foi elevadíssima: mais de 92% dos recenseados.

No decurso dos meses seguintes a situação política portuguesa extremou-se à volta de dois projetos políticos que se definiram durante o próprio processo político, ambos com uma implantação social e geográfica relativamente clara. Do resultado das eleições foi possível corporizar um campo que chamarímos de democrático (pois não era contra-revolucionário) que dominava claramente no centro e norte do país, agrupando as camadas médias da sociedade, as tradicionais e as novas, urbanas e rurais, o que poderíamos chamar um certo “Portugal profundo”. Os seus suportes políticos eram o PS e os partidos à sua direita, o PPD e o CDS, ainda que a extrema direita terrorista do MDLP e do ELP e os maoístas do MRPP se situassem neste campo. E contava com o apoio da hierarquia da Igreja Católica, um poder com enorme influência e capacidade de mobilização

¹⁷ O Movimento Democrático Português tinha a sua origem numa frente ampla da oposição existente desde 1969. Depois do 25 de abril foi acusado de ser um partido satélite do PCP. Entre 1976 e 1985 concorreu a todas as eleições coligado com esse partido.

¹⁸ Partido Popular Democrático, de centro direita. Em 1976 alterou o seu nome para Partido Social Democrata (PSD).

naquelas regiões e no âmbito rural. Defendia um modelo democrático-liberal ocidental junto com uma variedade de propostas de socialismo, o que na época era habitual em todos os programas políticos. A sua força advinha da defesa do resultado das eleições, e portanto da democracia e da liberdades.

A este campo democrático (no sentido liberal e ocidental) opunha-se um campo revolucionário em sentido amplo, que de forma confusa defendia um programa de tipo conselhista ou basista e não foi capaz de impor a sua força baseada na mobilização e na organização popular. Alinhamos nesta área o PCP e os partidos à esquerda deste, a classe operária industrial e o proletariado rural alentejano. Era provavelmente hegémónico no sul do país e na capital mas marginal no resto do país, e carecia de um programa e de uma direção política clara e unificada.

Com base no veredito do voto popular, o PS e os seus aliados desenvolveram uma campanha tendo como alvo o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Em junho os ministros socialistas e os do PPD demitiram-se em protesto pela ocupação do jornal *República*, e o primeiro-ministro formou um novo gabinete, o quinto desde o 25 de abril, sem representação partidária e com um apoio frio do PCP. Em meados de agosto as manifestações de rua, a favor e contra Vasco, quase diárias e multitudinárias, deram o tom da crise do Verão Quente, junto aos assaltos a sedes do PCP e de outras organizações de esquerda no centro e no norte¹⁹. Em setembro de 1975 Vasco Gonçalves foi substituído na chefia do governo e o PS e o PPD regressaram ao governo, o sexto.

Neste quadro de radicalização política sustentada no tempo, desde o final de 1974 e até meados de 1975, parecem ter-se verificado o grosso das ocupações de empresas. Já referimos os dados colhidos pela CIP, e outros números parecem corroborar essa evolução. Assim, um inquérito feito pelo Ministério do

¹⁹ Sobre as actividades terroristas da extrema direita em 1975-77 ver *Dossiê terrorismo*, Lisboa, 1977. Para uma análise do significado dessas ações ver Diego Palacios Cerezales, “Reacção violenta e Estado revolucionário: o verão quente de 1975”, em Idem, *O poder caiu na rua: crise de Estado e acções colectivas na Revolução portuguesa (1974-1975)*, Lisboa: ICS, 2003, pps. 141-175.

Trabalho em 1978²⁰ sobre 131 empresas em autogestão aponta 1 ocupação entre o 25 de abril e o 28 de setembro de 1975, 21 entre essa data e março de 1975, 81 entre abril e dezembro de 1975 e 28 em 1976.

Os números mais abrangentes que conhecemos são os do relatório da Comissão Interministerial para Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, publicado em fevereiro de 1980. Este apresenta uma contagem suficientemente vasta para permitir uma apreciação global do fenómeno, apesar de o seu conteúdo ter sido contestado na altura por estruturas representativas das empresas naquela situação, que denunciaram em livro²¹ a análise económica e financeira do *Relatório* (baseada apenas em dados de apenas 67 empresas, menos de 10% do total).

Segundo esta contagem, desde maio de 1974 teriam entrado em autogestão 937 empresas que são classificadas entre empresas identificadas em autogestão ou que estiveram nessa situação e que usam a denominação da antiga entidade, e cooperativas que usam denominação própria e que usam o património de outra empresa. A grande maioria estava sob a tutela do Ministério de Indústria e Tecnologia (772), seguindo-se o Ministério de Comércio e Turismo (130). Lamentavelmente não dispomos da denominação das empresas recenseadas nem do total de trabalhadores do sector autogestionário.

As empresas em autogestão localizavam-se, sem surpresa, nos distritos mais industrializados do país: Lisboa (370), Porto (193), Setúbal (69), Braga (41) e Aveiro (27) somam quase 700 empresas. E no total teria havido 222 empresas do sector metalúrgico, quase metade no distrito de Lisboa; 172 do têxtil, com destaque para os distritos do Porto e Braga; 101 gráficas, 90 do sector comercial, 55 da alimentação, 40 do sector turístico e 39 do mobiliário. No distrito de Setúbal encontram-se 7 empresas do sector corticeiro, com grande tradição na região.

²⁰ Comissão Interministerial para a Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, Relatório, Lisboa, 1980.

²¹ Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão, *A realidade da autogestão em Portugal*, s. d.

Os elementos sobre a dimensão das empresas fornecidos limitam-se a apenas 264 empresas. Destas, 35,6% tinha menos de 20 trabalhadores, 36,4% entre 21 e 60 e apenas 20 empresas (7,7%) contavam com mais de 150 trabalhadores. As três maiores empresas que o Relatório refere (mais de 400 trabalhadores) eram três importantes empresas têxteis do Norte do país, e que viveram grandes processos de luta já em 1976.

Um dos casos mais conhecidos de empresas em autogestão, seguramente um dos pioneiros, foi o da têxtil Sousabreu, uma pequena fábrica com cerca de 30 trabalhadores situada em Guimarães e ocupada a 11 de setembro de 1974. Nos seus comunicados a CT²² denuncia as péssimas condições de trabalho, os horários e ritmos e o incumprimento do salário mínimo por parte do patrão. Os trabalhadores apelam ao apoio da classe e à compra militante dos seus produtos. Em fevereiro de 1976 a empresa é destruída por um incêndio que causa um prejuízo de 2,5 milhões de escudos. Em janeiro de 1977, durante o Congresso de Todos os Sindicatos²³, um trabalhador da empresa queixa-se frente a uma câmara de filmar do terceiro incêndio na empresa²⁴. Porém, a Sousabreu torna-se famosa por ter recebido a visita solidária de Jean Paul Sartre aquando da sua visita a Portugal em plena revolução. Num documentário emitido pela RTP em 1975 pode ler-se num cartaz:

O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o operário é uma máquina. Os capitalistas só se interessam pelos operários quando estes dão lucro.²⁵

²² "Manifesto dos operários da Sousabreu em autogestão há cinco meses", Comunicado. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Organizações Populares de Base, Sousabreu.

²³ O Congresso de Todos os Sindicatos realizou-se em janeiro de 1977 e participaram nele cerca de 250 sindicatos representando 1,7 milhões de filiados. O congresso adotou a sigla Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN).

²⁴ Congresso de Todos os Sindicatos, Luís Gaspar, 1977, 50'

²⁵ Citado em R. Varela, *História do povo na Revolução Portuguesa* (2014).

Ao mesmo tempo que centenas de empresas entram em autogestão há um enorme e paralelo processo de intervenção do Estado na vida econômica. Já referimos acima a nacionalização da banca na sequência da tentativa de golpe falhada de 11 de março de 1975. Com efeito, nas semanas seguintes amplos sectores da economia são estatizados. O Estado toma conta dos capitais nacionais no sector financeiro (banca e seguros), nas transportadoras e nos sectores chave da indústria pesada. São cerca de 260 empresas, onde se verificaram importantes processos de participação dos trabalhadores numa vasta reestruturação de sectores e de companhias.

Antes das nacionalizações já o Estado, com a publicação do Decreto-Lei 660/74 em novembro de 1974, ficara com o direito de intervir na administração de empresas privadas. Esse diploma legal determinava que o Estado poderia demitir administrações de empresas privadas nomeando delegados ou comissões administrativas e assisti-las financeiramente. As situações passíveis de intervenção poderiam ser classificadas como “vaziamento” das empresas: encerramento, ameaça de despedimento, abandono das instalações, descapitalização, desvio de fundos, incumprimento das obrigações da empresa... Entre a data de publicação da norma e março de 1977, 341 empresas passaram por esta situação.

O DL 660/74 parece ter sido delineado para certos casos concretos de grandes empresas em situação muito grave naquele momento, como eram por exemplo importantes empresas do sector imobiliário e de construção civil como a Grão-Pará, a Torralta ou a J. Pimenta, onde existiam evidentes sinais de atividades especulativas. Mas o DL vai servir efetivamente para dar cobertura legal e política a dezenas de casos de empresas em autogestão, nomeando o Estado as CT, ou delegados escolhidos pelos trabalhadores.

Um exemplo do que estamos a referir são os supermercados Pão de Açúcar e Nutripol, com 2400 e 320 trabalhadores respectivamente e dezenas de lojas espalhadas pelo país. A toma do Pão de Açúcar acontece na sequência do golpe de 11 de mar-

ço. Os supermercados Nutripol são ocupados em novembro de 1974, numa ação coordenada pela CT central devido à falta de pagamento de salários e começa a trabalhar em autogestão. Os trabalhadores escrevem na altura:

Nas actuais circunstâncias da empresa em que tudo parece irremediavelmente perdido desde o não pagamento do 13º mês e salário de dezembro ao desemprego forçado para 350 trabalhadores, encontram estes na sua UNIDADE e ORGANIZAÇÃO a força geradora de novas forças que há-de conduzir à prática de diversas formas de luta numa correlação realista das nossas forças perante os obstáculos a vencer, certos, firmemente certos, da nossa razão. Sabemos por experiência quantos sacrifícios nos esperam, quanta serenidade é preciso ter nos momentos difíceis, quanto ânimo se nos exige ao longo da jornada, quanta firmeza é preciso impor nas nossas decisões.

Mas melhor do que ninguém sabem os trabalhadores quantas necessidades fundamentais é preciso satisfazer [...] Quanta justiça trazem na força dos seus braços, no calor da sua camaradagem, na certeza nos ideais de igualdade e fraternidade²⁶

Na dinâmica de participação destes meses, os trabalhadores de ambas empresas unificaram as duas empresas e outras de menor dimensão na perspetiva de criação de uma empresa pública de supermercados, Supermercados Reunidos. Porém, tal não passará do projeto. No início de 1976 a Comissão Administrativa do PA, composta por trabalhadores da empresa da órbita do PCP, foi expulsa da empresa por uma mobilização organizada pela direita, e o governo nomeou uma nova CA da sua cor política. Com efeito, não estava nos planos do poder nesse tempo aquela grande empresa do Estado e ambas empresas acabariam desintervencionadas, o PA já em setembro de 1977 e a Nutripol só bastante adiantada a década de 80.

Não é fácil fazer uma valoração de conjunto do sentido destas intervenções estatais nas empresas. Como já dissemos,

²⁶ “Devem continuar a ser estes senhores do capital a decidir da riqueza produzida pelos trabalhadores?”, *Margem sul*, 21-12-1974.

muitas das CA nomeadas foram indicadas pelos próprios trabalhadores através das CT das empresas. Algumas CA foram defendidas com determinação pelos trabalhadores quando postas em questão pelo poder político. A legislação que acompanhou o problema limitou as obrigações das empresas intervencionadas em relação ao passivo prévio à intervenção²⁷. Certamente essa condição oferecia uma série de garantias que as empresas em autogestão não tinham.

Todos estes fenómenos de transformação económica e social se produziam num quadro político revolucionário que se encerra no final de 1975. Omitimos neste relato aspectos políticos fundamentais do processo, e mesmo alguns processos de luta social de enorme relevo, focando os processos nas empresas capitalistas do meio urbano. Mas nessas mesmas cidades houve um impressionante quadro de mobilização em redor das grandes questões da urbe: habitação, serviços, educação, saúde, lazer²⁸.

E na metade Sul de Portugal, entre o rio Tejo e as serras do Algarve, desenrolou-se durante 1975 uma grande vaga de ocupações de terras. Um terço da área agrícola – cerca de 1 milhão de Ha. - foi ocupada e expropriada ao abrigo de uma lei de Reforma Agrária, e transferida para a posse dos trabalhadores agrícolas que afirmaram uma vontade de exploração coletiva com a criação de umas 500 Unidades Coletivas de Produção. Não podemos neste texto aprofundar a análise sobre este processo. Se bem que exista uma bibliografia relativamente abundante sobre o assunto²⁹, as características e as formas de organização interna das novas unidades nem sempre aparecem claramente

²⁷ Ver o DL 222-B/75 de 12 de maio.

²⁸ Existem diversos estudos de caráter local sobre os movimentos de moradores. Para Lisboa ver P. Ramos Pinto, *Lisbon rising: urban social movements in the portuguese revolution (1974-75)*. Manchester e Nova Iorque, 2013. Para Setúbal Ch. Downs, *Revolution at the grassroots: community organizations in the portuguese revolution*. Nova Iorque, 1989. Sobre o Porto, M. Rodrigues, *Pelo direito à cidade – o movimento de moradores no Porto 1974-1976*, Porto, 1999. Um estudo de conjunto centrado nos processos SAAL: J. M. Bandeirinha, *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de abril*. Coimbra, 2007.

²⁹ Sobre o processo da reforma agrária ver Vítor Matias Ferreira, *Da reconquista da terra à reforma agrária: as ocupações de terras no Alentejo*, Lisboa:

descritas. Parece ser possível afirmar que o movimento encontra grandes semelhanças com os fenómenos urbanos de ocupações já referidos. O grande objetivo dos trabalhadores neste movimento não era a posse da terra mas o fim do desemprego, o problema crónico dos trabalhadores da região fora das épocas de trabalho sazonal. No movimento, o papel organizador e dirigente do PCP está fora de questão: na região da reforma agrária o PCP contava e conta ainda com uma implantação profunda que se manifesta no forte poder municipal comunista.

Alguns aspectos deste processo de reforma agrária levantam problemas que o fenómeno autogestionário partilha de forma universal, tais como o nível de consciência e de educação dos trabalhadores, a gestão democrática, o funcionamento assembleário. O debate sobre as retribuições diferenciadas e o recurso ao trabalho de especialistas, por exemplo, está presente nas UCP após as ocupações. E, como veremos, será na reforma agrária que se dará a grande batalha contra o processo contra-revolucionário a partir de 1976.

O golpe militar de 25 de novembro de 1975 marcou o final da crise revolucionária e o início de um período de estabilização capitalista em Portugal. O pronunciamento foi precedido por semanas de tensão política e social, com mobilizações permanentes e em que se assiste à afirmação da auto-organização dos soldados. A crise das unidades de paraquedistas levou a uma intervenção musculada dos sectores direitistas das Forças Armadas que descabeçou as unidades militares tidas como progressistas e restabeleceu a disciplina tradicional nos quartéis. Os acontecimentos reforçaram a autoridade das instituições estabelecidas e prefiguraram o aparecimento de novas figuras políticas como a do General Eanes. Foram também fruto de um invulgar compromisso entre a direção do PCP e sectores determinados do MFA³⁰ que evitou um confronto direto. O PREC

A regra do jogo, 1977; Afonso de Barros, A Reforma Agrária em portugal: das ocupações de terras à formação das novas unidades de Produção, Oeiras: IGC, 1979; e Constantino Piçarra, As ocupações de terras no distrito de Beja, Coimbra: Almedina, 2008. Sobre a história do movimento dos trabalhadores agrícolas da região ver José Pacheco Pereira, Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal, Mem-Martins, P. Europa-América, s. d.

³⁰ Ver A. Cunhal *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução*

português terá sido um raro caso de derrota de um processo revolucionário que não culminou num esmagamento sangrento do campo revolucionário.

Cremos necessário frisar que esta análise do final da crise revolucionária fundamenta-se no conhecimento dos factos posteriores. Na altura, o que estava encima da mesa era a dúvida e a incerteza. Quem poderia ter imaginado à época que as cirúrgicas ações militares de 25 de novembro tinha posto um ponto final à brecha aberta no 25 de abril?

Durante 1976 ficou estabelecida a arquitetura constitucional do poder segundo a norma aprovada a 2 de abril, um texto marcadamente progressista e que teoricamente blindava muitas das conquistas do processo revolucionário. A 25 de abril de 1976 foi eleita a Assembleia da República, com o PS em primeiro lugar mas sem maioria absoluta. Em julho foi eleito para a presidência da República o general Ramalho Eanes, com cerca de 60 % dos votos e com o sobressalto do resultado de Otelo Saraiva de Carvalho, segunda posição com 17 %. Em dezembro o povo português escolheu os novos poderes municipais.

A falta de uma maioria parlamentar clara não permitiu grande estabilidade política. Em junho de 1976 Mário Soares formou o I Governo Constitucional, do PS “sozinho”, que se susteve até dezembro de 1977 e que iniciou uma política de ajustamento e austeridade capaz de reconciliar o país com as instituições financeiras mundiais. Em fevereiro de 1977 o escudo foi desvalorizado 15% e foram decretados tectos salariais abaixo da inflação. Soares foi acusado de ter metido o socialismo na gaveta. Durante esse ano assistiu-se a uma vasta ofensiva contra-revolucionária na legislação³¹, com destaque para a Lei 77/77: a chamada Lei Barreto (do apelido do ministro de agricultura António Barreto), ou da contra-reforma agrária³².

Ao nível de um sector autogestionário português, e para além da Lei Barreto, assistiu-se a uma sucessão de vagas de devoluções de empresas intervencionadas e sob gestão dos trabalhadores. Durante o ano 1977 o governo procedeu à desinter-

confessa-se), Lisboa, Ed. Avante, 1999.

³¹ Ver E. Rosa *O fracasso da política de direita – 16 meses de governo PS*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

³² Sobre os efeitos e consequências da aplicação da norma, Idem.

venção de cerca de uma centena de empresas, o que conduziu a longas greves e processos de luta de grande dureza contra o regresso dos patrões, que geralmente terminaram em derrotas pesadas para o movimento operário. A mobilização operária atingiu neste período um elevado nível, com massivas manifestações de rua e duras lutas em empresas que resistem à devolução aos antigos patrões. Porém, estas lutas das empresas intervencionadas foram derrotadas devido ao seu isolamento e à falta de uma estratégia global do próprio movimento³³.

O governo de Soares acabou por perder uma moção de confiança a poucos dias do Natal de 1977, mas foi Soares quem presidiu a um gabinete de coligação entre o PS e o CDS, o partido mais à direita do espectro político. Esta coligação *sui generis* durou até o verão de 1978 e foi responsável por uma “carta de intenções” enviada ao FMI solicitando auxílio financeiro.

Com um parlamento cada vez mais fragmentado o presidente Eanes optou por encomendar a formação de governo a um independente da área socialista, Nobre da Costa, que renunciou após ser aprovada no parlamento uma moção de rejeição ao seu gabinete. Em dezembro de 1978 Mota Pinto, líder de uma das fações do PSD (o principal partido da oposição), beneficiou da abstenção dos deputados socialistas e toma posse como primeiro ministro. Tratava-se do governo mais à direita desde o 25 de abril, confrontado com um parlamento em que os partidos de esquerda dispunham de uma clara maioria.

Nova vaga de entregas de empresas e herdades agrícolas se verificou em junho de 1979, na altura da queda do governo M. Pinto, como a Corame (metalúrgica), Jacinto (têxtil) e J. Pimenta. Eanes convocou eleições legislativas intercalares para o mês de dezembro e indicou M.^a de Lurdes Pintassilgo na chefia de um governo de transição e sem apoio parlamentar.

Durante os escassos meses de mandato deste governo

³³ “A todos os trabalhadores das empresas intervencionadas! A todos os trabalhadores!”, Comunicado, grupo de delegados sindicais da J. Pimenta, Handy, AC, Intento, Construções Técnicas e Grão Pará, s. d. (1977). Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Organizações Populares de Base, AC.

ocorreram os trágicos acontecimentos de Montemor-o-Novo, quando dois trabalhadores agrícolas e militantes do PCP foram abatidos a tiro pela GNR e vários outros feridos de bala. O facto, nunca bem esclarecido, aconteceu durante uma entrega de terras a um antigo proprietário, em moldes semelhantes a muitos outros acontecidos na região do Alentejo nesse tempo. Efetivamente, entre 1977 e 1980 há dezenas de espacamentos de trabalhadores que protestavam contra as devoluções e efetuaram-se 7 greves gerais em protesto contra a contra-reforma agrária na região. No início da década de 1980 mais de metade da terra ocupada pelos trabalhadores tinha sido já devolvida. As UCP, privadas do crédito do estado e amputadas das melhores terras, eram condenadas à desaparição.

As eleições intercalares de dezembro de 1979 deram uma maioria absoluta de deputados à Aliança Democrática constituída entre PSD, CDS e PPM. Porém, a suma dos votos do PS e da APU (Aliança do Povo Unido, marca eleitoral do PCP) superava em cinquenta mil votos à coligação de direita. O novo governo presidido por Sá Carneiro jogaria tudo na revalidação do resultado nas eleições previstas para outubro de 1980³⁴ e na eleição de um presidente da sua área nas presidenciais de dezembro do mesmo ano, mas a morte dos líderes da AD num desastre de aviação e a derrota do seu candidato terminariam com o projeto aliancista. Em 1983 o PS venceu as eleições sem maioria e constituiu uma aliança de governo com o PSD, o chamado Bloco Central, que se sujeitou a uma nova intervenção do FMI num quadro de grave crise financeira. O projeto neoliberal acabou por chegar da mão de Aníbal Cavaco Silva, o líder do PSD que em junho de 1987 venceu as eleições com mais de 50% dos votos. Ao sabor dos tempos, a retórica revolucionária e as limitações impostas pela Constituição de 1976 foram expurgadas na revisão de 1989, com o consenso do PS. Abria-se o caminho

³⁴ Em 1976 o Pacto Constitucional assinado entre o MFA e os partidos parlamentares previa que a Constituição aprovada nesse ano só poderia vir a ser revista pela Assembleia da República a ser eleita na seguinte legislatura regular, em 1980.

para as privatizações e a liquidação legal das UCP, no quadro da chegada do dinheiro dos fundos europeus e dos primeiros tempos do TINA³⁵.

Não sabemos quanto restou dos fenómenos de autogestão nas empresas industriais e de serviços, podendo supor apenas que existam algumas empresas – na ordem das dezenas – que se mantenham a laborar e que tenham origem em empresas ocupadas ou cooperativas surgidas no calor da revolução naquele verão de 1975. Mas parece-nos que se trata de uma experiência relevante na história da autogestão operária pela sua dimensão qualitativa e quantitativa, e que pôs encima da mesa as grandes questões que a autogestão levanta.

REFERÊNCIAS

A. V. Portugal: *l'autre combat – classes et conflits dans la société*. Paris: Spartacus, 1975.

_____. **Sindicalismo em Portugal** : perspectivas futuras – pacto social. Lisboa: E. Assírio e Alvim, 1977.

_____. **Contributos para a história do movimento operário e sindical – das raízes até 1977**. Lisboa: CGTP e IBJC, 1977.

BARRETO, José. **A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)**. Lisboa: ICS, 1992 (policopiado).

BRITO, José Maria Brandão de; RODRIGUES, Cristina. **A UGT na história do movimento sindical português (1970-1990)**. Lisboa: Tinta da China e UGT, 2013.

CASIMIRO, José; SANTOS, Carlos. **Movimento operário: a década de 70**. Lisboa, Biblioteca-Museu Republica e Resistência, 1997.

³⁵ There Is No Alternative, a famosa frase pronunciada por Margaret Thatcher que se tornou em símbolo da época da hegemonia neo-liberal.

CERDEIRA, M. C.; PADILHA, M. E. **As estruturas sindicais portuguesas – uma análise evolutiva (1933-1987)**, Lisboa, MESS, Col. Estudos, Ser. C, Trabalho, 1988 (3 vol.).

MUÑOZ, Rafael Durán. **Contención y transgresión:** las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa, Madrid: CECP, 2000.

FARIA, Maurício Sardá. **Autogestão, cooperativa, economia solidária:** avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Em debate, 2011.

MANDEL, Ernest. Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, auto-gestion. Paris: Maspero, 1970.

NEVES, Orlando.(org.). **Textos históricos da revolução** 3 vol. Lisboa: E. Diabril, 1975-1976.

(dir.) **Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)**. Lisboa: Ed. Mil Dias, 1978.

CEREZALES, Diego Palacios. **O poder caiu na rua:** crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa (1974-75). Lisboa: ICS, 2003.

PATRIARCA, Fátima."Controle operário". In: **Análise Social, vol XII.** (47-48), 1976, 3^a, Lisboa, 1976, 765-816 y 1049-1156.

_____. "Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave". In: **Análise Social, vol. XIII** (51), 1977, 3^a, Lisboa, 1977, 619-680.

_____. "Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974". In: **Análise Social, vol. XIV** (56), 1978-4º, Lisboa, 1978,695-727.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista:** Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução

Portuguesa (1974-1975). Lisboa:FCSH-UNL, 2008 (policopia-dado). Disponível em: <<http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Textos%20jornalisticos/contraexploracaocapitalista.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

ROBINSON, Peter. **Workers' Councils In Portugal 1974-1975.** MPhil thesis The Open University, 1990. Disponível em: <<http://oro.open.ac.uk/19940/1/pdf115.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

RODRIGUES, Francisco Martins (coord.). **O futuro era agora:** o movimento popular do 25 de Abril. Lisboa: E. Dinossauro, 1994.

_____. **Abril traído.** Lisboa: E. Dinossauro, 1999.

ROSA, Eugénio. **O fracaso da política de direita: 16 meses de governo PS.** Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. **O fracasso dos governos de direita em Portugal.** Lisboa: Um de Outubro, 1982.

ROSAS, Fernando (coord.). **Portugal e a transição para a democracia.** Lisboa: Colibri, 1999.

_____; Pedro Aires Oliveira. **A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974).** Lisboa: E. Notícias, 2004.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matías. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas.** 3 vol. Porto: Afrontamento, 1977.

LOPES, João Silva. **A economia portuguesa desde 1960.** Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. **O pulsar da revolução:** cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976). Porto: Afrontamento, 1997.

VARELA, Raquel. **História do povo na Revolução Portuguesa.** Porto: Amadora, Bertrand, 2014.

Da autogestão ao cooperativismo: o que se pode aprender com a luta dos trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril

Lúcia Bruno

Quando em 1983 defendi minha dissertação de mestrado sobre as lutas autônomas dos trabalhadores portugueses, depois do 25 de Abril, discutia-se muito no Brasil, a grande vaga de greves, ocupações de empresas e lutas autônomas dos trabalhadores ocorridas nos anos 1960 e 1970 na Europa Ocidental e o que estava a acontecer na Polônia com a criação do Solidariedade.

Neste momento, fins da década de 1970 e início da seguinte, os militares conduziam a Abertura política e diversos movimentos sociais surgiam e começavam a ocupar espaços na cena política. Além de organizações de luta a partir dos locais de trabalho criadas por trabalhadores dos mais diversos setores econômicos, havia um vigoroso movimento constituído por moradores de bairros populares por melhorias em infraestrutura, por escolas, postos de saúde, além dos movimentos de mulheres, homossexuais, negros e populações indígenas, que lutavam por seus direitos há muito tempo sufocados. O que caracterizava essas lutas era o fato de terem como sujeitos da ação e das decisões, os próprios interessados. Foi um período em que a autonomia dos movimentos sociais frente aos modelos capitalistas de organização se impôs secundarizando sindicatos e organizações burocráticas então existentes. Em meu entender, a chamada crise da esquerda convencional em suas mais variadas vertentes, que reproduzia hierarquias rígidas e um autoritarismo decalcado das instituições típicas das sociedades desiguais, já estava aí instalada.

A queda do Muro de Berlim em 1989, apresentada por

muitos defensores da reorganização capitalista que se inicia nos anos 1980, como símbolo dessa crise e do fim da luta de classes, foi apenas o momento final do espetáculo que pôs fim ao Capitalismo de Estado na URSS. Espetáculo, no sentido que lhe confere Guy Debord e nada tinham em comum com o fato dos trabalhadores já não se sujeitarem mais às hierarquias partidárias e sindicais que tiveram origem em fins do século XIX e reproduziram na sua estrutura organizacional, nas suas relações com os trabalhadores, a mesma lógica das sociedades desiguais que diziam combater.

O Partido dos Trabalhadores surgiu neste período, apresentando-se como algo inteiramente novo no campo partidário: um partido que expressaria exatamente a autonomia dos trabalhadores mais combativos do Brasil, reunindo-os sob a sua direção. Uma das publicações que surgiu no período e defendia esta posição, isto é, a possibilidade do Partido dos Trabalhadores ser capaz de abrigar movimentos cujas características mais marcantes eram a horizontalidade de suas organizações e sua autonomia frente à dinâmica das instituições capitalistas, intitulava-se Desvio. A ironia deste título, considerando como este partido se desenvolveu até os nossos dias, merece registro.

Hoje, passadas já três décadas, volta-se a falar em autonomia e em autogestão, instrumentalizando estas palavras e inserindo-as no discurso sobre cooperativismo, economia solidária e políticas de governo. Mais uma vez, como escreveu Jean Pierre Marat em sua obra *Les chaines de l'esclavage*: “*Nunca às coisas os seus verdadeiros nomes. São poucos os homens que se preocupam com as coisas e a maioria só se interessa pelas palavras.[...] Iludidos pelas palavras não se horrorizam os homens com as coisas mais infames se decoradas por belos nomes e horrorizam-nos as mais louváveis quando aviltadas por nomes odiosos. Assim, o artifício corrente dos ministérios é corromper os povos, adulterando o sentido das palavras*”. (cf. Bernardo, 1977, p.156)

Este artigo retoma o debate sobre autonomia e autogestão em Portugal depois do 25 de Abril, procurando evidenciar que realidade prática estes termos recobriam, através das entrevis-

tas feitas com trabalhadores em luta e publicadas pelo coletivo do jornal Combate, publicado em Lisboa e no Porto entre 1974 a 1978. Ao mesmo tempo aborda o processo que levou à transformação de empresas autogeridas em cooperativas, destacando determinados aspectos que, a meu ver, são importantes para o debate que hoje se desenvolve no Brasil, sobre práticas alternativas de trabalho e renda.

Autonomia e autogestão em Portugal

Se as lutas dos trabalhadores portugueses precedem o golpe do 25 de Abril, este acontecimento ao desestabilizar as instituições do Estado salazarista e agravar a crise econômica já existente, facilita a expansão e acelera o ritmo em que se desenvolvem as formas de organização autônoma dos trabalhadores em diversas esferas sociais: nos locais de trabalho, de moradia e instituições de lazer.

Essas lutas apresentavam características e dinâmica que vale salientar já de início. Tratava-se de práticas sociais que no seu desenvolvimento implicavam uma ruptura com todo tipo de organização capitalista, abrindo possibilidades de inauguração de uma nova lógica de estruturação da realidade social. Essa lógica está fundada na horizontalidade das relações sociais, na afirmação das assembleias gerais como espaço institucional de tomada de decisões, na formação de comissões de trabalhadores cujos membros eram eleitos em assembleias e podiam ser substituídos a qualquer momento se o conjunto dos trabalhadores envolvidos assim o decidisse. Desta forma, elas se opunham radicalmente à lógica da desigualdade econômica e da distribuição desigual do poder político, presentes em toda sociedade organizada a partir de cisões profundas nas suas práticas estruturantes.

A autonomia, não foi, no entanto, uma invenção dos trabalhadores portugueses pois ela está presente sempre que a classe trabalhadora luta diretamente, estabelecendo seus objetivos, criando novas relações sociais onde a divisão social do

trabalho vigente, as diferenciações salariais, as hierarquias e, consequentemente a voz de comando emitida de cima para baixo, estão ausentes. Podemos encontrá-las na Comuna de Paris, (1871), nos primeiros meses da Revolução Russa (1917), na Revolução Alemã (1918/19), na Revolução Húngara (1918), na revolução Espanhola (1936/39), no movimento dos trabalhadores portugueses depois da queda do regime salazarista. Também esteve presente em vastos setores do movimento Solidariedade na Polônia e em muitas lutas ocorridas no Brasil em fins dos anos 1970 e início da década seguinte, antes de a Nova República ter conseguido canalizar as lutas autônomas dos trabalhadores brasileiros para o interior das instituições burocráticas e transformá-los de sujeito das lutas em objeto da ação de partidos políticos, de governos e de Ongs.

O surgimento da autonomia e da autogestão em Portugal.

A crise econômica que já vinha se desenrolando em Portugal antes do 25 de Abril, agravou-se com o fim do salazarismo e, especialmente as pequenas e médias empresas encontravam dificuldades crescentes para se manter operando. Neste período muitos proprietários abriram falência, outros fugiram para o Brasil e para os Estados Unidos. Os trabalhadores não tiveram outra opção senão ocuparem as empresas e faze-las funcionar. O mais interessante é que não seguiram o modelo capitalista de organização empresarial e do trabalho, antes, nas experiências mais inovadoras, criaram novas formas de gestão em que as decisões eram coletivas, as assembleias gerais constituíam o centro decisório, a divisão do trabalho foi substituída por rodízio dos trabalhadores nas diversas funções existentes e a hierarquia salarial foi transformada.

Neste processo surgiram as comissões de trabalhadores cujos membros eram eleitos nas assembleias gerais e podiam ser substituídos a qualquer momento. A ideia era que os tra-

lhadores devem se apresentar e não, serem representados. Na tradição capitalista temos uma prática de representação, qual seja a representação com delegação de poder, que se naturalizou como se fosse a única possível, mas que a história nos mostra que não o é. No caso dos trabalhadores portugueses, foi instituída por eles a representação sem delegação de poder, que se constitui no exato oposto da forma naturalizada capitalista.

Como se pode ler em um comunicado de trabalhadores da empresa EFACEC-INEL, “*A Comissão deverá informar, esclarecer e debater os nossos problemas, mas atenção, numa reunião ela somente é porta-voz dos operários, não tomando por isso funções de resolução ou de aprovação. Para isso tem de falar com todos os operários*” (Jornal da Greve ‘suspensa’ dos Trabalhadores da EFACEC-INEL-Lisboa, n.26, 6/10/74)

Ainda sobre a representação sem delegação de poder, temos o depoimento ao jornal Combate, de um trabalhador da empresa Soares da Costa, do setor da construção civil,

[...] havia coisas que se passavam; um dos mediadores, delegado sindical, interlocutor dos trabalhadores nas conversas com o patronato) não queria dar a saber tudo o que se passava. Dizia ele que era para não nos incomodar. Nós fizemos confiança nele, pensávamos que tudo o que soubesse nos transmitia, mas não. É conveniente que haja sempre um a falar por todos. Portanto, esse que fala por todos tem que ser sempre vigiado. E para qualquer lugar que vá tratar deste ou daquele assunto deve ir acompanhado por dois, três ou quatro trabalhadores... Portanto, ele aí, já não pode encobrir nada. E, se a gente notar qualquer ...vá lá... segredo, imediatamente tem de o por fora do poleiro, porque a gente deposita confiança num camarada, mas depois duvidou dele. Ora, vamos procurar onde está a dúvida. É nos segredos. Ora, aqui não se quer segredos. Na classe operária não se quer segredos. Porque se começa a haver, está tudo descontrolado outra vez. (Combate, n.2,p.4/5)

O que tanto o comunicado dos trabalhadores da primeira

empresa quanto o depoimento do operário da segunda estão dizendo é que a representação nestas situações vividas depois do 25 de Abril, em muitas empresas portuguesas, não implicava em delegação do poder decisório ao representante. Ao contrário, se eleger trabalhadores como porta-vozes, facilitava as negociações na medida em que não eram todos a falar ao mesmo tempo com o patronato, os eleitos não tinham voz própria. A voz era a do coletivo dos trabalhadores cujas decisões tinham sido tomadas em assembleias gerais.

Esta diferença relativamente à prática da representação – com e sem delegação de poder - faz toda a diferença num processo de luta onde o sujeito da ação é o coletivo dos trabalhadores e não alguns que dizem representá-los, isto é, sindicalistas, membros de partidos políticos, de governos, Ongs, ou até mesmo membros de uma comissão de trabalhadores que deles se separou.

A concepção do representante como mero porta-voz do coletivo fundamenta a prática da ação direta, em que os trabalhadores se apresentam; não se fazem representar. Para tanto, é necessário o controle do conjunto sobre os porta-vozes, exatamente para eliminar qualquer possibilidade de segredo e de usurpação do poder político dos trabalhadores auto organizados por alguns desses eleitos.

Outro elemento importante a ser ressaltado aqui é que não existem cargos a serem ocupados, mas funções a serem desempenhadas, sempre por meio do rodízio, em que trabalhadores se alternam na sua execução. Isto dificulta a concentração de poder nas mãos dos que desempenham tarefas mais complexas e/ou estratégicas, seja nos processos de luta, seja no prosseguimento do processo de trabalho depois de uma ocupação.

Para tanto a socialização do saber e da informação é fundamental. Em depoimento ao jornal Combate, dizia um trabalhador de uma empresa em autogestão: “*O camarada de trabalho que está mais apetrechado tecnicamente tem todo o dever de orientar os outros e até mesmo de os formar*”. Prosseguindo, ele diz

Nós abolimos os chefes e encarregados. Abolimos isso tudo, embora haja pessoas que até por já terem sido chefes têm lá seus vícios, mas isto vai-se modificando pouco a pouco. Nós abolimos os chefes e escolhemos pessoas competentes em plenário. Pusemos em cada sessão um coordenador, que vê se se está a fazer bem ou mal, pessoas que orientam profissionalmente.

Mais adiante, explica

[...] em vez de termos um indivíduo que mandava num monte de gente, temos todos, mas todos com poder de decisão. Pra podermos tomar decisões, temos que estar informados permanentemente. Estão a ser informados diariamente do que se passa. A função da Comissão de Gestão são, como não poderia deixar de ser, acumuladas com as funções que já exercíamos e continuamos a exercer. Não há gerente. Não queremos gerente. Nós queremos 120 gerentes..

Este era o número de trabalhadores dessa empresa em autogestão, onde as funções de coordenação e gestão eram exercidas por trabalhadores que continuavam a trabalhar no chama do *chão de fábrica*, como diz o mesmo trabalhador: “*eu sou diretor e estou a trabalhar na minha seção o tempo todo e só saio quando há coisas urgentes*”. Ou seja, ninguém se afasta das funções diretamente produtivas, para exercer cargos de gestão. O que ocorre é uma diversificação das tarefas exercidas e das responsabilidades assumidas pelos trabalhadores, que incluem tanto atividades relativas ao processo de produção de bens ou serviços, quanto a questões de ordem organizacional e administrativa.

Prosseguindo, este trabalhador nos explica como organizaram a produção no decorrer de suas lutas:

De princípio é um processo de garantir o trabalho, mas agora há pessoas que já não são mais as mesmas”. [...] No aspecto social a malta tem outra conduta. [...] Nós entendemos que as relações de trabalho que nos vêm do passado estão todas erradas e pretendemos mo-

difica-las. [...] Quando começamos a discutir os estatutos, imediatamente esses estatutos vão à discussão quanto a classificação, quanto a salários. Somos nós todos em discussão, primeiro por setores e depois a nível mais geral, que vamos classificar uns aos outros: que vamos determinar qual a nossa capacidade de produção. Os chefes derivarão como se entende, da própria classificação que os trabalhadores atribuírem uns aos outros. Os chefes terão uma função diferente. Deixarão de ser capatazes...O camarada de trabalho que está mais tecnicamente apetrechado tem todo o dever de orientar os outros e até de os formar.

Este trabalhador aborda aqui uma questão que é central nos processos de autogestão. Trata-se do saber necessário para o prosseguimento da produção.

No capitalismo, as novas gerações da classe trabalhadora, especialmente aqueles oriundos de seus segmentos submetidos às formas de trabalho simples, nunca tiveram acesso aos níveis mais complexos de escolaridade e de formação em geral. Não apenas o saber necessário à gestão capitalista da economia sempre foi vedado aos trabalhadores como um todo, mas também o conhecimento necessário para desempenhar tarefas mais complexas do ponto de vista tecnológico e científico, ficou restrito a poucos segmentos desta classe.

Assim, o conhecimento necessário para a utilização da tecnologia capitalista herdada pelos trabalhadores nos seus processos de luta, especialmente por seus segmentos sujeitos apenas ao trabalho simples, é no geral, restrito ou mesmo, inexistente. Este fator tem sido utilizado para legitimar a existência, das hierarquias profissionais e salariais, além é claro, do afastamento do conjunto dos trabalhadores dos processos decisórios no interior das empresas e na gestão da vida social.

Embora o sistema educacional à medida que se expandiu incluiu parcelas crescentes das novas gerações de trabalhadores, vindo a contribuir para o aumento das suas qualificações gerais durante todo o século XX, ele reproduziu em seu interior,

a mesma segmentação existente no mercado de trabalho. Trata-se da exigência de trabalhadores com níveis muito diversos de qualificação. Ainda que o patamar exigido tenha aumentado para todos, as diferenças não só permaneceram como se reproduziram no interior dos sistemas nacionais de educação. Esta tendência pode ser observada em âmbito mundial já no ensino fundamental, onde se encontram escolas tanto do setor estatal quanto do setor privado, com diferenças substantivas entre si, em termos de amplitude e complexidade daquilo que é ensinado aos seus alunos. Não estou aqui me referindo à existência de uma escola para trabalhadores e outra para os quadros dirigentes, já exaustivamente referida e discutida nas análises dos sistemas educacionais.

Detenho-me estritamente na escola voltada para a formação das novas gerações de trabalhadores, que se diversificou internamente para atender as exigências do mercado de trabalho capitalista. Deste processo, resultou o reforço das diferenciações internas desta classe, a partir do nível de complexidade dos processos formativos a que são submetidos, ou têm acesso. Assim, a hierarquia já existente nas fases iniciais do capitalismo no interior da própria classe trabalhadora se reproduz hoje e se alarga a partir do acesso diferenciado às diversas etapas e formas de ensino, cuja complexidade varia, consoante os processos de exploração da mais-valia absoluta ou da mais-valia relativa.

Diante dessa realidade, a questão do acesso dos trabalhadores ao conhecimento é fundamental para que possam operar a tecnologia que haverão de herdar do capitalismo, superando suas diferenciações internas e permitindo inclusive, que possam avaliar o que deve ser transformado e recriado em termos tecnológicos de acordo com as relações igualitárias que vierem a desenvolver. O que o trabalhador português acima citado nos mostra é a percepção clara que tinham dessa questão e nos indica uma possibilidade de superá-la, quando diz que os mais qualificados tinham o dever de socializar seu conhecimento com os demais trabalhadores. Só assim podiam eliminar a hierarquia salarial e de poder, existente nas empresas quando elas foram

ocupadas.

As experiências mais avançadas que surgiram dos processos de luta em Portugal, aquelas que puderam inaugurar novas formas de organização do trabalho e de vida social, colocam em evidência que uma outra forma de sociedade é possível. O fato de terem sido derrotadas não significa que são impossíveis de existir, ao contrário, nos mostram as dificuldades e os limites da autogestão e da autonomia dos trabalhadores num contexto capitalista, ainda que em crise, quando a falta de unificação das lutas isola essas experiências e as subordina à lógica do capital. Neste sentido, concordo inteiramente com o que diz um dos editoriais do jornal Combate quando afirma que a autogestão na empresa não é um objetivo a ser atingido na sociedade capitalista, mas um meio de luta, através do qual os trabalhadores se conscientizam de que são capazes de gerir a produção, de criar novas formas de organização do trabalho, de colocarem em prática a democracia direta. A autogestão enquanto fim na sociedade capitalista não se sustenta como veremos a seguir.

Da Autogestão ao Cooperativismo

A situação das empresas ocupadas pelos trabalhadores era, no geral, muito precária. Havia problemas de espaço, instalações, equipamentos desgastados, dívidas acumuladas, problemas com fornecedores, entre outros.

Todas essas dificuldades se agravaram a partir do momento em que eram os próprios trabalhadores a gerir as empresas. A primeira limitação se referia ao fornecimento de matérias-primas, especialmente quando eram importadas. Como afirmou ao jornal Combate um trabalhador da NEFIL, fábrica de móveis e estofados localizada na cidade do Porto:

Neste momento temos bastantes dificuldades devido a estarmos inseridos num sistema capitalista. Portanto a partir do momento em que entramos em autogestão as empresas capitalistas travam-nos todo

o processo de luta, não nos dão possibilidades de sobrevivermos, isto é, não fornecem material e por isso estamos a precaver-nos contra todos esses aspectos. (Combatte, n.º16, p.5).

Como diz Barreto (1977; p.685), havia ainda

[...] que persuadir os antigos fornecedores, quase sempre ‘queimados’, a manterem o abastecimento. Os que a isso acederam passaram a exigir pronto pagamento. Houve que arranjar novos fornecedores, quando os primeiros se mostraram inconciliáveis ou desconfiantes. Houve que lutar pela conservação dos clientes ou pela aquisição de novas encomendas. Perante a desconfiança freqüente dos bancos, houve que fazer esforços sobre humanos para se amealhar um fundo de maneio-algumas centenas de contos ‘tirados do estômago, destinados à compra de materiais. Em outros casos, os trabalhadores tiveram que enfrentar ações de boicote, ameaças físicas, atos de sabotagem, etc.

Com relação a estas dificuldades, dizia um trabalhador da metalúrgica Eduardo Pereira Pinto, situada na cidade do Porto: “*Não tínhamos nenhuma hipótese (de continuar em autogestão), pois o problema agora é esse, na nossa indústria. A gente não compra materiais com 5 ou 10 contos. Sabe que temos uma indústria que é, por exemplo, os pentes. Aquilo é belga ou suíço... aqui já é logo 500 contos, o caso da fibra, ela é importada e são pelo menos 500 contos. Onde é que a gente tem dinheiro para trabalhar em autogestão? A nossa última alternativa foi a cooperativa*”.(Combatte, nº24,p.60)

Pode-se, observar aqui, as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em manter a produção quando a empresa é apenas um elo de uma cadeia produtiva que se internacionalizou e os trabalhadores estão sozinhos e isolados.

Outra dificuldade refere-se à comercialização dos produtos. O mesmo trabalhador da metalúrgica Eduardo Pereira Pinto, dizia ao Jornal Combatte (11, p.4);

[...] a casa TOPIN sempre fez mais barato do que nós. Fui a uma fábrica esta semana com a malta, com o artigo que é para fiação; três pentes de fibra... Cheguei lá com os descontos feitos como podia e mais além. Não podia ir mais além senão perderíamos dinheiro e eles acabaram por dizer que tínhamos que lhes fazer mais barato. Vim para a fábrica e falei para os meus colegas. Voltamos novamente a fazer as contas e não havia outra possibilidade de poder tirar mais nada. Quer dizer, comparando-as a nossa era melhor. O cliente reconheceu que era melhor, mas, interessava-se pela outra que é mais barata. Pus-me a ver que o artigo desse tipo de fibra é nacional e o nosso é estrangeiro. Vou para o cliente novamente com outra proposta. Queria que fizéssemos com 20% a menos. É a tal concorrência que a gente enfrenta com dificuldade.

Esta colocação do trabalhador foi feita na sede do jornal Combate por ocasião de um encontro entre trabalhadores de empresas em autogestão e um grupo de apoio. Assim, foi sugerido ao trabalhador da metalúrgica Eduardo Pereira Pinto que procurasse os trabalhadores da casa TOPIN para entrarem em uma luta conjunta. À esta sugestão ele respondeu: “*Nós já estamos fartos de os mentalizar, mas eles não entendem. Ele (o patrão) namora-os de um jeito... faz deles o que quer. O problema grande está aí. Foi os trabalhadores de lá de cima (do escritório) que vieram nos dizer que não queriam a fusão das duas fábricas*”.

Como se pode observar, as divisões e hierarquias existentes no interior da classe trabalhadora, no caso aqui em discussão, entre os que operavam as linhas de produção e os encarregados das funções burocrático-administrativas, tiveram um peso grande na impossibilidade de alargar a lutas e romper o isolamento dos trabalhadores das duas empresas. As hierarquias capitalistas além de serem meios de controle social direto, uma vez que impedem o estabelecimento de relações horizontais, determinando linhas e canais de comunicação, difusão e seleção de informações, controladas pelos centros de poder,

ainda acenam para muitos trabalhadores com a possibilidade de alguns virem a galgar degraus em direção ao seu topo, o que certamente as reforça. Assim, compreender estas armadilhas do poder tanto na sua vertente política quanto econômica, é fundamental para o desenvolvimento das lutas autônomas.

Criar e manter relações igualitárias, destruindo a lógica das hierarquias existentes não é uma opção para a construção de uma sociedade igualitária, mas uma necessidade imperiosa.

Como expõe um trabalhador da empresa SETENAVER, empresa de construção e reparação naval, ao jornal Combate, a legalidade, o Direito, é também uma forma das classes capitalistas fazerem política, quando lhes convém:

Parece-me que depois de terem (os donos do capital) chegados à conclusão que haveria possibilidades de uma luta legal entre o capital e o trabalho, eles tentam desviar a luta que até aqui se estava a fazer anarquicamente e que os trabalhadores tinham conduzido em determinados sítios com grandes vitórias. Isto levou os patrões a passarem para o campo da legalidade: a legalidade que eles nunca respeitaram, tentam-na respeitar agora, porque já viram que a maneira melhor de defender os seus interesses, o do capital, é levarem para uma luta legal através dos ministérios e dos sindicatos. [...] Parece-nos que é uma manobra do capital a que os trabalhadores só unidos e em bloco poderão dar resposta. (Combate, º11, p.4)

Inserir as lutas dos trabalhadores na lógica sindical e transformar as empresas que desenvolviam a autogestão em cooperativas, foram meios recorrentes em Portugal, especialmente a partir de 1976, momento em que não faltaram partidos, cúpulas sindicais ou militares progressistas a utilizar os adjetivos *selvagem e ilegal*, para se referirem às greves e movimentos de ocupação de fábrica, terras e casas vazias, pelos trabalhadores portugueses.

A necessidade sentida pelos centros de poder em Portugal para controlar e enquadrar os trabalhadores se realizou não

apenas através das exigências dos Bancos para liberar empréstimos às empresas em autogestão, mas também a transformação destas, em cooperativas, através da Federação das Cooperativas de Produção. Isto permitiria a integração dessas empresas no planejamento econômico do governo português subordinando os trabalhadores às diretrizes elaboradas pelos tecnocratas dos ministérios.

Esta Federação, criada a partir de algumas cooperativas já existentes no período salazarista, fomentou e procurou orientar a criação de outras novas, já meses após o 25 de Abril. Como mostra Barreto (1977: p689),

Em seu comunicado de 1º de junho de 1974, largamente difundido, a F.C.P. procurava já contactar todos aqueles que estejam interessados em dar início a cooperativas de produção ou de transformar empresas existentes em cooperativas de produção. A partir do verão de 1974, a F.C.P. manteve-se em contacto com o Ministério do Trabalho, o qual passaria a enviar-lhe as delegações e comissões de trabalhadores de pequenas empresas em autogestão, encerradas ou sob a ameaça de falência e encerramento.

Segundo este autor, estas empresas possuíam trunfos importantes, como a possibilidade de obter maior volume de trabalho e melhor qualidade dos produtos, em razão do esforço voluntário dos trabalhadores. Além disso, uma vez que elas não eram obrigadas a cumprir os contratos coletivos de trabalho, seriam capazes de se acomodar às suas poucas possibilidades econômicas, ou seja, operar sem observar os limites da jornada de trabalho e os acordos salariais.

Na situação econômica em que se encontrava Portugal, este era um meio de garantir a produção, o aumento da taxa de exploração através do trabalho “voluntário”, evitar o acirramento do desemprego e dos conflitos sociais.

Em nenhum sentido, este tipo de solução reforçava a autonomia dos trabalhadores, ao contrário, evidenciava a su-

bordinação dos critérios criados nas lutas mais avançadas e inovadoras, aos ditames da produtividade, eficiência e eficácia capitalistas. Colocava também em evidência a força do cerco que lhes foi imposto através do mercado de capitais, de produtos e insumos em geral. Embora se tenha desenvolvido em Lisboa e Porto o chamado mercado de solidariedade, em que a população comprava artigos de consumo de algumas empresas em autogestão, como as do setor de confecção, sua vida foi curta e não pode fazer frente aos constrangimentos impostos pelo capitalismo envolvente aos trabalhadores em luta.

A percepção dos limites da autogestão em um contexto capitalista levou muitos trabalhadores a rejeitá-la. Como disse ao jornal Combate (nº44, p.8), um trabalhador da Firma Lourenço Borges, fabricante de material elétrico para a construção civil,

Nós, a nosso ver, rejeitávamos a autogestão porque segundo os conhecimentos que temos tirado de exemplos de outras empresas, a autogestão é uma recomposição da crise econômica da firma, para amanhã o patrão vir e tirar benefício disso, pois todos os sacrifícios que os trabalhadores fizeram nunca seriam eles os beneficiados. Seriam beneficiados sim, até atingirem o ponto zero, neste caso, o ponto positivo, em que o patrão só vinha a agradecer aos trabalhadores os sacrifícios que fizeram para reaverem toda a crise econômica da firma. [...] Muitas vezes, a autogestão é a única forma dos trabalhadores sobreviverem. Só digo que isso não é propriamente a segurança dos trabalhadores [...].

A publicação desse depoimento data de 28/07/1976. Embora ainda se registrasse uma grande vaga de greves, já se observava alterações importantes no quadro geral português, especialmente depois do golpe do 25 de novembro de 1975, que pôs fim a hegemonia do Partido Comunista Português nas instituições do Estado e abriu espaço para as forças mais conservadoras das Forças Armadas no governo.

Como analisa Mailer (1978, p.202),

Falava-se muito (especialmente os grupos de esquerda) do regresso dos patrões do Brasil e dos Estados Unidos. Mas o novo governo não estava disposto a retribuir-lhes o que tinha adquirido. Em certos casos, certos patrões puderam regressar... como gestores. Por meados de janeiro de 1976, tinham sido recebidos uns 128 'pedidos' de ex-patrões. Curiosamente, era ao Ministério do Trabalho que competia resolver tudo isso. [...] Os patrões tinham reencontrado a confiança e o Estado ia gradualmente tomando as coisas sob a sua proteção.

Na esfera das relações de trabalho, nas unidades de produção em regime de cooperativa, as alterações eram visíveis, como se pode perceber através da fala de um trabalhador da cooperativa Eduardo Pereira Pinto, já citado neste artigo quando se referiu à dinâmica das relações sociais na empresa, no momento em que ocuparam a empresa e instituíram a autogestão.

Tempos depois, tendo esta empresa sido transformada em cooperativa, o mesmo trabalhador relata aspectos do processo de mudança e da nova situação:

Nós lá na nossa casa [...] para formarmos uma cooperativa fomos obrigados a fazer uma direção: três para o Conselho Fiscal e três para a Assembléia Geral. Estamos constituídos em 11 elementos, colocados na direção. Então formamos um Conselho de Disciplina com mais quatro elementos e esses senhores é que representam lá na direção, apresentam o método (a ação) que o indivíduo fez, para a direção então, dar o castigo que ele merece, aplicá-lo ou diminuí-lo... Fomos obrigados em ata a assinar cada qual o seu posto de presidente, secretário, etc.. (Informação Verbal)

Como relata o trabalhador, agora transformado em presidente da cooperativa, não apenas se reconstituiu na empresa, a hierarquia característica das sociedades cindidas em dirigentes

e dirigidos, como reinstalou a inevitável disciplina coercitiva e as punições aos trabalhadores que não se adaptavam à nova lógica.

Este processo de transformação se deu, segundo ele, sob a orientação estrita do Ministério do Trabalho e reconhece que a evolução da situação não foi controlada pelos trabalhadores, mas por elementos externos. Era a “única forma de conseguirmos os empréstimos que precisávamos. A alternativa era a falência”. (Combate, nº. 24, p.6)

A legalização das práticas dos trabalhadores que deu origem a muitas cooperativas de produção, marca a destruição das formas mais inovadoras de luta e de organização autônoma em Portugal. Transformadas e já sem qualquer potencial revolucionário, as relações estabelecidas entre os trabalhadores que ocuparam as empresas, foram então, integradas na lógica capitalista.

Estes exemplos do que ocorreu em Portugal nos mostra a impossibilidade de manter práticas autônomas e experiências de autogestão quando o restante da sociedade permanece sob a lógica do capital. Se a situação dos trabalhadores, em muitos casos, pode ser menos opressiva em uma cooperativa, nem por isso, estão eles livres dos constrangimentos da lei do valor. Ou seja, da realidade da exploração.

O que ocorreu é que um grupo de trabalhadores se transformaram em novos gestores, reconhecidos pelo aparelho de Estado e pelo sistema bancário, originando em Portugal, um mecanismo de integração dos trabalhadores ao qual se deu o nome de controle operário, que foi inserido na nova Constituição Portuguesa de 1976.

O controle operário se baseia na representação com delegação de poder e não mais na ação direta. Nesta perspectiva, a autonomização dos delegados eleitos, relativamente ao conjunto dos trabalhadores é inevitável. Passa a constituir um poder situado acima dos demais, recompondo a relação dirigente-dirigido que caracteriza toda prática de exploração econômica.

A eleição de representantes dos trabalhadores para a ad-

ministração das empresas é insuficiente, por si só, para modificar as relações de produção. Como explica Brinton (1976, p.15), enquanto

gerir significa tomar por si mesmo as decisões na qualidade de pessoa ou coletividade soberana, com completo conhecimento das informações necessárias, controlar significa supervisionar, inspecionar ou verificar decisões que foram tomadas por outrem. O controle implica uma limitação de soberania ou, pelo menos, um estado de duplo poder no qual algumas pessoas determinam os objetivos ao passo que os restantes se esforçam por que sejam aplicados os meios apropriados para os realizar.

Numa perspectiva oposta à de Brinton e a minha própria, temos a de Barreto, (1977: p.698), bastante otimista, acerca do cooperativismo em Portugal. Diz ele que as cooperativas encontravam-se “perante a possibilidade e, se quisermos a tarefa histórica, de demonstrar que não é preciso abolir o mercado e a concorrência, nem asfixiar a iniciativa privada, [...] nem amputar a verdade dos preços, etc. para fazer subsistir e desenvolver novas relações de trabalho e de produção”.

Como evidencia o desenvolvimento da sociedade portuguesa até os nossos dias, a tarefa histórica que ele designou às cooperativas não se cumpriu. Ao contrário, o que a existência dessas cooperativas demonstrou é que elas são incapazes de fazer *subsistir e desenvolver novas relações de trabalho e de produção*. O que elas puderam criar foram novas formas de propriedade capitalista e, talvez, em alguns poucos casos e enquanto duraram, tornar as relações de trabalho menos opressivas, além de reforçar o papel de ex-sindicalistas e ex-trabalhadores no papel de gestores do capital.

Nos limites deste texto me limitei a analisar o processo de transformação das lutas autônomas e autogestionárias dos trabalhadores portugueses na indústria e sua integração na economia portuguesa.

No entanto, elas ocorreram também nas regiões agrárias, especialmente no sul de Portugal e nos bairros populares, com a transformação das comissões de moradores em associações de moradores, subordinadas ao poder municipal. O mesmo processo de legalização e de transformação das relações igualitárias criadas no calor da luta pelos trabalhadores da indústria, em novas relações hierarquizadas e burocratizadas, foi da mesma forma, observado nestas outras esferas da sociedade portuguesa.

O que o processo de lutas em Portugal ocorrido depois do 25 de Abril de 1974, tem a nos ensinar não é pouco e vale ser retomado, sob diferentes aspectos e perspectivas, para que possamos entender não a via correta para a transformação social, mas a dinâmica das lutas que se direcionam neste sentido, buscando compreender como surgiram, como se desenvolveram e porque foram derrotas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, J. Empresas Industriais Geridas pelos Trabalhadores. In: **Análise Social**, n. 51, jul. /ago. /set. /1977.

BERNARDO, J. **Marx Crítico de Marx**. v.2. Porto: Afrontamento, 1977.

BRINTON, M. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

BARROS MONTEIRO, L. B. **Portugal**: o combate pela autonomia operária. 1983. Dissertação (Mestrado), PUC/SP, São Paulo, 1983.

MAILER, P. **Portugal**: a revolução impossível? Porto: Afrontamento, 1978.

Os desafios das lutas autogestionárias na Era da barbárie

Henrique Tahan Novaes

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo (István Mészáros).

É preciso salientar, com ênfase, que a tendência a universalização da alienação na sociedade capitalista está longe de significar a inexistência de *contratendências* – ou menos ainda - a sujeição de todos indivíduos a ela (José Paulo Netto).

A “participação autêntica” é aquela onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado (Maurício Tragtenberg).

Introdução

Certa vez Karl Marx afirmou que a classe trabalhadora era como uma toupeira. Enxergava só de perto, cavava fundo e sumia, mas de repente aparecia de novo. No século XXI, tudo indica que a velha toupeira terá que cavar fundo e trazer novamente para o sol a bandeira da autogestão.

Segundo José Paulo Netto (2015), na epígrafe deste capítulo, “a universalização da alienação está longe de significar a inexistência de contra tendências ou a sujeição de todos indivíduos a ela”. Diversos historiadores têm procurado resgatar as lutas contra a alienação do trabalho na Era Moderna. Alguns deles procuram mostrar as lutas autogestionárias observando

os ciclos de lutas, e tentam combater a ideia de linearidade das lutas dos trabalhadores.

Para Mészáros (2006) “a alienação não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas, sim, o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho” (Mészáros, 2002).

Ele identifica três “mediações de segunda ordem” no sociometabolismo do capital que são vitais para compreender a sociedade moderna: a divisão de trabalho alienante, a produção de mercadorias e a propriedade privada¹.

Este capítulo pretende traçar algumas linhas sobre as lutas autogestionárias, lutas estas que colocam centralidade na “devolução do poder aos trabalhadores”, tendo em vista a necessidade de construirmos uma sociedade para além do capital.

Os ciclos das lutas autogestionárias na Era moderna

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia. No século XIX, no contexto do avanço da maquinaria, o cooperativismo e o mutualismo ganharam força como formas de resistência ao desemprego e em alguma medida como formas de resistência ao trabalho e consumo alienados.

É preciso lembrar que uma das primeiras motivações para a criação das mútuas era para não enterrar os trabalhadores como cachorros. Já as Cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível. Citemos, por exemplo, um especialista George Holyoake:

¹ Para o debate das mediações, ver Pinassi (2009). Para o debate da alienação e emancipação, ver também Lukács (2013), Lefebvre (1958), Schaff (1979), Storch (1985), Antunes (2000), Netto e Braz (2008), Konder (2009), Séve (2012), Musto (2014), Novaes (2010) e Netto (2015).

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita do outro [...] Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram ensebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora compram nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores (Holyoake, 1933, s/nº).

Marx (1996) cita o jornal *Spectator* na parte onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que Associações de Trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas”. “Que Horror!” (*Spectator*, apud Marx, 1996, p. 381, “Que horror” acrescentado por Marx).

Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas como sendo “imprescindíveis”, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio a mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas. Cabe lembrar que a autogestão fabril - em estágio embrionário - ocorreu nas lutas dos anos de 1830-40.

Marx (2008) observa que na Comuna de Paris (1871) houve um salto histórico da autogestão e um aprendizado da classe trabalhadora. Foi na Comuna de Paris que os trabalhadores aprenderam que o Trabalho explorado, que o Estado e a democracia burguesa poderiam ser superados. Nas palavras de um estudioso, que pesquisou as oficinas:

As oficinas da Comuna [de Paris] foram [...] modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia às tardes para decidir o trabalho do dia seguinte (Guillerm *apud* Guillerm e Bourdet, 1976).

No século XX, um novo ciclo de lutas autogestionárias se iniciou na Rússia, em 1905 até os primeiros anos da Revolução de 1917². Na Revolução Russa, os conselhos operários (sovietes) cumpriram seu papel nos primeiros anos da revolução, mas foram estrangulados em função da burocratização crescente das decisões estratégicas da sociedade. Fazem parte deste ciclo as lutas autogestionárias a Revolução Húngara de 1919, os Conselhos de Turim, e a Revolução Espanhola, dentre outras³.

Um Novo ciclo autogestionário ocorreu na Polônia e Hungria em 1956⁴ e terminou em 1974-75 (Portugal). Como vimos nesta coletânea, os trabalhadores portugueses, depois de uma longa ditadura, reivindicaram não apenas o controle das fábricas e coordenação da produção entre diversas fábricas, mas também a autogestão de escolas, estaleiros navais, hospitais, o controle da cidade pelos trabalhadores, a construção autogestionária da habitação, a coletivização das terras, etc⁵.

Os capítulos deste livro retratam as particularidades e as dimensões da Revolução dos Cravos, capítulo importante da história da autogestão no século XX e do fim deste ciclo autogestionário.

Cabe salientar que na Polônia, Hungria, Iugoslávia e Tchecoslováquia as “contra-tendências da alienação” (Netto, 2015)

² Não podemos deixar de citar aqui o importante estudo realizado por Marx (2013) sobre o MIR na Rússia.

³ Ver Immanuel e Azzelini (2010), Azzelini (2012) e Pinheiro e Martorano (2013).

⁴ Para saber mais sobre a Revolução Húngara, ver Mészáros (2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

⁵ Dentro desse ciclo, é importate observar a experiência da Lip na França.

se colocavam dentro do combate ao stalinismo e dentro das particularidades da permanência da alienação na URSS⁶.

Na América Latina, os ciclos das lutas autogestionárias têm outros marcos históricos que lamentavelmente não podemos detalhar neste capítulo. Eles carecem de uma imensa pesquisa que nos ajude a compreender as particularidades das lutas autogestionárias – no campo e na cidade - na nossa região. Da América Latina pré-colombiana teremos que resgatar as contribuições dos índios para a construção de uma possível e necessária economia comunal no século XXI. Da Era colonial, resgatar a positividade e verificar os limites das lutas que vão do Quilombo dos Palmares aos ayllus na Bolívia. No final do século XIX, a análise das experiências de cooperativismo no sul do continente, da Comuna de Canudos até as experiências dos mineiros na Bolívia. Nos anos 1960-70, as contribuições da habitação autogestionária no Uruguai, do Cordobazo na Argentina (1969-1976) até os cordões industriais no Chile e as ocupações fabris no Brasil de 1968 (Nascimento, 2003; Cruz, 2003; Novaes e Faria, 2012)⁷.

⁶ Ver Claudin (2010), Mészáros (2002) e Schaff (1979). Aqui o debate se dá num terreno mais pantanoso, pois, se é verdade que havia ali uma pressão externa principalmente pelo imperialismo e uma pressão interna para conversão da URSS numa sociedade capitalista, também é verdade que havia uma pressão à esquerda do stalinismo para alterar aquelas sociedades “por dentro”. No caso húrgaro, ver especialmente a ala que Gyorgy Lukács e István Mészáros representavam nessa região nos anos 1950, isto é, de uma crítica ao stalinismo e ao “socialismo real” sem cair na adesão ao “capitalismo real”. Para Mészáros (2002) a sociedade socialista deveria ser chamada de pós-capitalista. Para o Caso da Iugoslávia, ver Claudin (2010). Para a história do século XX, ver Hobsbawm (1996).

⁷ Podemos citar aqui apenas alguns livros da ampla bibliografia já existente. Ver – por exemplo – Peret (2002), Costa (1998), Macedo e Maestri (2012), Nascimento (2003), Sardá de Faria (2010), Gordillo (2003), Gaudichaud (2003) e Leal (2011).

Algumas dimensões da autogestão: participação autêntica, planejamento e propriedade comunal⁸

O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo produtivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’ (István Mészáros)

Maurício Tragtenberg (2005) distingue o “participacionismo” ensejado pelo capital e a “participação autêntica”. Para ele, a experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (Tragtenberg, 2005).

Afirmamos em outros textos que alguns pesquisadores desvelaram o novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a “pedagogia” engajada na emancipação humana. Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (Hirata, 1990, p. 136).

A busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban*, *Kaizen*, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta “visão” de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX para levar a cabo a democracia na produção, a superação do Estado capitalista e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.

⁸ Recuperamos nesta seção boa parte das ideias já desenvolvidas em Novaes (2017).

Nesse sentido amplo, autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002). Para Mészáros, o capital é expansivo, incontrolável e essencialmente destrutivo.

Segundo Tragtenberg (2005), na produção o problema central continua sendo a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é, acima de tudo, dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhorias advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o *status* do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005; Mészáros, 2002; Novaes, 2010).

Se as estratégias gerencialistas procuram “reduzir” a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam o cooperativismo e o associativismo dão um novo significado a participação “dentro” da empresa, via construção de conselhos autônomos, e adicionam a necessidade de participação “fora” do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade (assembleias de bairro, parlamento etc.).

Lembremos que para Tragtenberg, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30). Mészáros provavelmente assinaria em baixo dessa citação. Bernardo (1986) destaca que participação em órgãos livremente eleitos, com rodízio de funções, teria uma função extremamente pedagógica para os trabalhadores.

João Bernardo (2008) no capítulo “desenvolvimento e colapso de novas relações sociais” faz uma importante advertência. Nos contextos de acirramento da luta de classes, quando os

trabalhadores saem vitoriosos, surgem os “gestores de esquerda”, extremamente perigosos para o futuro da luta emancipatória. Isso porque estes tendem a se colocar como os solucionadores de problemas advindos nas crises e nas revoluções.

Para Mézárros (2002) a participação deve ser exercitada no microcosmo social e no macrocosmo social dentro de um projeto de construção de uma economia comunal. A necessidade de participação autêntica, de rodízio e revogabilidade dos cargos são princípios vitais da autogestão. De que forma então Mészáros retoma o debate do planejamento socialista? Para ele:

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004).

É nos escritos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx afirma:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades Cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo ‘realizável’? (Marx, 1996).

Como vimos, para Mészáros “o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’” (Mészáros, 2002).

Esse pensador social critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não atentou para a necessidade de promover “ataques duplos” ao sistema sociometabólico do capital. É o “complexo global de reprodução sociometabólica” que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002).

Lembremos que, para Marx, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”. Segundo Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (Mészáros, 2002, p. 629).

Segundo Mészáros, a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital

como trabalhador avulso, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Nesse sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas” ou “microcossos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza (Mészáros, 2002, p.630).

Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002). Entretanto, este autor faz algumas advertências, uma vez que os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da Revolução. Contudo sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (Mészáros, 2002, p. 457).

István Mészáros nos lembra ainda que, quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, “precisamente o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (Mészáros, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de

sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mészáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Eduard Bernstein.

Lembremos que para Rosa Luxemburgo, o problema das cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das Cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada, porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p. 599).

E conclui, observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601).

Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um “planejamento autêntico”⁹.

Uma questão que sempre é complexa e polêmica no materialismo histórico-dialético é a relação entre controle e propriedade.

⁹ Em Novaes (2010 e 2017) relacionamos o debate da autogestão com o debate da desmercantilização, a necessidade de reestruturação das forças produtivas e a crítica à propriedade privada dos meios de produção na obra de István Mészáros.

dade dos meios de produção. Marx dizia que o cooperativismo poderia “reatar” o trabalhador aos meios de produção, ou o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissoluvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (Marx apud Antunes, 2005).

Mészáros deu sua contribuição para essa complexa questão. Para ele, é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Apesar da necessidade de questionamento da propriedade privada e da propriedade estatal, ele adverte que:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629).

Em outras palavras, este intelectual acredita que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p. 628).

A “expropriação dos expropriadores” é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados¹⁰. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso da Revolução Russa, em que os meios de produção foram questionados, mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem. Para a primeira questão, talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada – a nosso ver equivocadamente – como uma simples questão de propriedade dos meios de produção ou como uma apologia à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo. O estalinismo interpretou a socialismo como propriedade estatal dos meios de produção e ignorou o debate sobre a transcendência da alienação do trabalho (Mészáros, 2002).

Para ele não se pode supor uma propriedade privada estereotipada, uma vez que a investigação histórica registrou uma grande variedade de formas. Da mesma forma, temos que descartar a ideia ingênua de uma propriedade comunal originária idílica e homogênea. A propriedade comunal deve também ela mesma ser concebida como apresentando tipos muito diferentes (Mészáros, 2006, p. 140). Mais precisamente:

Isso se aplica não apenas ao passado remoto, mas também ao presente e ao futuro. Postular uma propriedade comunal homogênea como superação das relações de propriedade capitalistas alienantes é a-histórico. As “relações de propriedade” constituem, evidentemente, um conceito-chave na análise da alienação; mas seria ingênuo supor que a negação direta dessas relações de propriedade específicas não produzirá algo igualmente específico. Assim, a questão da alienação não se resolve de uma vez por todas simplesmente negando as relações de propriedade capitalistas. Não devemos nos esquecer de que estamos tratando de uma série complexa de inter-relações, das quais as “relações de propriedade”

¹⁰ Ver também Korsch (2013).

são apenas uma parte (Mészáros, 2006, p.140).

A Era da barbárie e os desafios da classe trabalhadora da América Latina: o direito ao trabalho emancipado

Tudo leva a crer que um novo ciclo autogestionário está nascendo na Era da Barbárie. Esta, ao mesmo tempo em que destrói as conquistas da classe trabalhadora mundial, até 1970 produz uma intensa reação por parte dos trabalhadores, em geral, não divulgadas pelos meios de comunicação capitalistas.

Estamos assistindo as cenas de uma guerra civil no plano mundial que nos permitem dizer que saímos da Era dos Extremos e entramos na Era da Barbárie: lutas por teto, por habitação, por terra, pela manutenção dos direitos trabalhistas e previdenciários, lutas por trabalho, por transporte digno e creche, por educação, de gênero, etc. Lutas diárias para não morrer de fome, para voltar a própria casa e ao país destroçado (Guerra da Síria), contra a espoliação dos recursos naturais, e contra a destruição das conquistas públicas.

É possível verificar também que dentro dessas lutas pelos direitos humanos fundamentais começam a surgir ações práticas e bandeiras que nos permitem dizer que começou um novo ciclo de lutas anticapital: lutas pelo trabalho associado no campo e na cidade, pela desmercantilização da vida, pela propriedade comunal, lutas pela superação do Estado capitalista, sua burocracia e a farsa da democracia burguesa, lutas pela democracia radical nos partidos, no bairro e na cidade, lutas por igualdade substantiva, pela educação para além do capital, pela soberania alimentar, pela agroecologia, dentre outras.

É verdade que essas lutas ainda são difusas, esparsas e “espontâneas”, sem um sentido ou direção comum contra o sociometabolismo do capital. Também é verdade que as trabalhadoras e trabalhadores sabem muito mais o que não querem e que não sabemos muito bem para onde caminhar. Também é

verdade que as ideias dominantes conduzem as trabalhadoras e os trabalhadores a lutas que estão mais no campo de uma possível “cidadania” e “identidade”, passando longe da questão da emancipação do trabalho¹¹. Mas como poderia ser diferente num contexto de ofensiva do capital financeiro e de “pelourização” dos movimentos sociais?

Como procuramos mostrar neste capítulo, a autogestão renasce na Era da Barbárie, a toupeira voltou a aparecer na América Latina¹². Tudo leva a crer que a barbárie está ganhando de “7x1”, que o capital está pisando na classe trabalhadora.

Somos a região que produziu a maior hecatombe demográfica, através do extermínio dos índios. Tivemos um pequeno surto de industrialização, estando Brasil, Argentina e México a frente, mas no fim das contas voltamos a ser uma região exportadora de commodities, que produziu uma massa de sem-terra, de índios empobrecidos, de sem teto, semianalfabetos e subempregados.

Somos a região que mais teve golpes militares no século XX. Nos dias de hoje, somos a região que mais extermina seu povo, estando o Brasil e o México disparados na frente.

As lutas populares renascem na América Latina, principalmente em função do frenesi do capital financeiro. Neste século XXI, para abrandar a crise civilizacional, o capital tenta cultivar práticas de “empreendedorismo”, mas as taxas de desemprego e subemprego são avassaladoras. O capital tenta criar um ambiente de “ordem e progresso”, mas a fome é tamanha que o povo continua se rebelando.

O capital tenta manipular a mente dos trabalhadores com o “sonho da casa própria” através das políticas habitacionais – em geral benéficas para o capital – mas o déficit habitacional da região continua nas alturas.

O agronegócio tenta nos vender a ideia de que a chamada revolução verde vai “matar a fome da humanidade”, mas nunca vimos tantas crianças morrendo de fome e subnutridas. O ca-

¹¹ Ver Pinassi (2013) e Evangelista (2003).

¹² Ver Quijano (2002), Cruz (2003), Ruggeri (2008) e Benini (2012).

pital tenta cooptar e neutralizar os movimentos sociais através de suas “políticas públicas”, mas isso não tem sido suficiente para acalmar as massas trabalhadoras organizadas.

Como vimos, este furor do capital financeiro está produzindo inúmeras contra tendências a alienação do trabalho, isto é, revoltas que em alguma medida questionam a sociedade alicerçada no trabalho explorado-alienado e a mercantilização completa da vida. É nesse contexto que devemos observar o nascimento das experiências relatadas abaixo e aprofundar nossas pesquisas sobre as contradições do Mundo do Trabalho Associado e da autogestão, sempre tendo como objetivo a superação da barbárie:

a) o nascimento das empresas recuperadas pelos trabalhadores, especialmente na Argentina (Vieitez e Dal Ri, 2001; Ruggeri, 2014; Novaes, 2007; Henriques, 2013);

b) a autogestão habitacional no Uruguai, Brasil, Argentina, Venezuela e Peru (Usina, 2015, Coronado e Pajuelo, 1996);

c) as lutas dos zapatistas, que produzem coletivamente e de forma agroecológica, criaram as “Juntas de Bom-Governo” e embriões de educação para além do capital (Hilsenbeck Filho e Spinelli, 2012);

d) a luta pela água na Bolívia e todo o processo de auto-organização que ali surgiu (Zibechi, 2002);

f) as experiências de produção coletiva da vida em alguns assentamentos do Movimento Sem Terra (Dal Ri e Vieitez, 2008; Novaes, Mazin, Santos, 2015);

g) a desburocratização dos sindicatos e de alguns partidos, com suas pautas classistas, como por exemplo a CTA na Argentina, o Sindicato dos Ceramistas de Neuquén (Argentina), a Seção 22 dos trabalhadores docentes do sul do México, o sindicato dos professores de Neuquén, alguns partidos na região, dentre outros (Rodrigues, Novaes e Batista, 2012);

h) as organizações de Bairro, os conselhos comunais, que vão da Guatemala a Venezuela, e praticam a democracia radical nas suas decisões;

i) as organizações autogestionárias dos catadores de ma-

teriais recicláveis em todas as partes da América Latina (Wirth e Fraga, 2012);

j) as experiências quilombolas, dos povos da floresta, de faxinalenses e similares que têm altas doses de auto-organização da vida e de trabalho coletivo;

k) as lutas das mulheres trabalhadoras, dos negros e as lutas ambientais que ultrapassam o horizonte da “cidadania” (Vasconcellos, 2015; Pinassi, 2013; Galvão, 2002);

l) os processos de Adequação Sóciotécnica (AST) nas cooperativas e associações de trabalhadores (Dagnino, 2008);

m) a formação e a “deformação” da consciência dos trabalhadores associados;

n) as “políticas públicas” criadas para o fortalecimento da economia social, solidária e comunal na América Latina, com suas positividades e seus limites (Cruz, 2003);

o) as experiências de comercialização que nascem com o Mundo do Trabalho Associado, seus avanços e contradições na fase do capitalismo financeirizado;

p) o renascimento dos teatros populares auto-organizados, da música de contestação e as lutas auto-organizadas pela democratização dos meios de comunicação na América Latina;

q) a auto-organização das universidades populares modernas, sem interferência do Estado no conteúdo e na forma escolar, e os projetos de extensão, incubadoras de cooperativas populares de universidades públicas e as ações de assistência técnica auto-organizadas de alunos, pesquisadores e docentes de várias universidades e institutos da região (Itcp Usp, 2013; Novaes, 2012);

r) os embriões de educação para além do capital nas escolas mais avançadas do Movimento Sem Terra, sem controle estatal ou com baixa interferência do Estado (Novaes, Mazin e Santos, 2015).

s) a nova produção teórica sobre autogestão, associativismo e cooperativismo, seus limites e avanços na América Latina nos últimos 40 anos (Singer, 2003; Tiriba, 2002; Cruz, 2003; Coraggio, 2004; Marañon, 2010; Piñeiro, 2010);

t) a produção teórica do marxismo sobre conselhos operários, transição comunista e o balanço das experiências do século XX (Mészáros, 2002; Pinheiro e Martorano, 2012; Azzellini e Ness, 2010; Novaes, 2010).

Aos trancos e barrancos, acreditamos que está nascendo o Mundo do Trabalho Associado na América Latina, com sua riqueza e miséria na atual fase do capitalismo. Este mundo tem algumas semelhanças com o Mundo do Trabalho, mas também muitas especificidades que nos ajudam a perceber a heterogeneidade da classe trabalhadora latinoamericana¹³.

Como no mostram Quijano (2002) e Schimidt (2013) o “limite” do que estamos chamando Mundo do Trabalho Associado é justamente não conseguir ultrapassar a pequena escala e portanto, não constituir um “sistema alternativo de produção” (Quijano, 2002).

Nas nossas palavras, nosso limite hoje é justamente a pequena quantidade de experiências avançadas diante da grande quantidade de derrotas impostas pela ofensiva do capital financeiro a classe trabalhadora em geral. Estas experiências nos mostram que é possível construir uma outra sociedade, mas nosso desafio é juntar todos os trabalhadores do mundo inteiro – através de um processo revolucionário – e construir um modo de produção comunista.

Para terminar, cabe lembrar que o direito ao trabalho emancipado se tornou imperativo no século XXI. A mensagem de Karl Marx - ao analisar a Comuna de Paris – de que é possível criar uma sociedade governada pelos produtores livremente associados, tornou-se urgente na Era da Barbárie, era que tudo destrói para autovalorizar o capital.

O questionamento da escravidão assalariada e do subemprego tornaram-se imperativos para a humanidade. A universalização do trabalho emancipado deverá ser a chave dos movimentos sociais organizados (Mészáros, 2002; Lukács, 2013) tendo como mediações o trabalho associado e a propriedade

¹³ Sobre o Mundo do Trabalho, ver - por exemplo – as coletâneas organizadas por Ricardo Antunes (2010) “Riqueza e Miséria do Trabalho”.

comunal. Em outras palavras, criar novas lutas anticapital, centradas no trabalho alienado e sua forma alienada de política.

Perceber que somos a imensa maioria da humanidade e que somos nós os trabalhadores que construímos as coisas, somos nós que nos arrebentamos diariamente para produzir tudo o que está a nossa volta. Lutar e perceber que os capitalistas e seus tecnocratas, burocratas e gestores, sejam de corporações ou do Estado, são a imensa minoria e dispensáveis.

Só assim, poderemos sair do ciclo defensivo das lutas importantes, mas pontuais nesta sociedade da barbárie para a ofensiva do trabalho tendo em vista construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ANWEILER, O. Os conselhos na Revolução Húngara de 1956. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários.** São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 201-212.

AZZELLINI, Dario; NESS, Immanuel. (Org.). **Ours to master and to own – workers control from the Comunne to the Present.** 1ed.Chicago: Haymarket Books, 2010, v. 1.

_____. **An Alternative Labour History - Worker Control and Workplace Democracy.** Zed books, 2012.

BENINI, Edi. **Sistema orgânico do trabalho.** Rio de Janeiro: Ícone, 2012.

BERNARDO, João. A autonomia das lutas operárias. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). **Organização, trabalho e tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Desenvolvimento e colapso de novas relações sociais. In: Bernardo, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Emilia Viotti. **Coroas de glória, lágrimas de sangue - a rebelião dos escravos de Demerara em 1823.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CORONADO, Jaime; PAJUELO, Ramón. **Villa El Salvador: poder y comunidad.** Miraflores (Peru), 1996.

CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade – a dinâmica de 4 cidades do Mercosul.** 2006. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, 2006.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão.** São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

EVANGELISTA, João. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno.** São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, Adreia. Marxismo e Movimentos Sociais. **Revista Crítica Marxista,** 2003.

GAUDICHAUD, F. **La Central Única de Trabajadores, las luchas obreras y los Cordones Industriales en el período de la Unidad Popular en Chile (1970-1973).** Análisis histórico-crítico y perspectiva. Santiago de Chile, mayo 2003. In: <www.rebelion.org/docs/13779.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

GUILLERM, Alain.; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma visão radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GORDILLO, Monica. **Paso, paso, paso, se viene el cordobazo. Mayo del '69 y los usos de la memoria.** Córdoba, 2003.

HOLYOAKE, G. **Os vinte oito tecelões de Rochdale.** Rio de Janeiro: GB, 1933.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORSCH, Karl. O que é socialização? Um programa de socialismo prático In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários.** São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 141-170.

ITCP USP. **Articulando - Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares.** São Paulo: Itcp USP, 2013.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

LEFÉBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne.** Paris: Arhc, 1968.

LUKÁCS, Gyorgy. **Socialismo e Democratização.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1999.

MACEDO, José; MAESTRI, Mario. **Belo Monte – uma história da Guerra de Canudos.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARANÓN, B.. (Org.). **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial.** 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2012.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Vol II.

_____. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **A luta de classes na Rússia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **La Rivolta Degli Intellettuali in Ungheria.** Turim: Einaudi, 1958.

_____. **A necessidade do controle social.** São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. **Para além do capital.** Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MUSTO, M. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: DEL ROIO, M. (org.) **Marx e a dialética da sociedade civil.** Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 61-94.

NASCIMENTO, Claudio. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf>. Acesso em: set. 2003.

NETTO, José Paulo. Marx em Paris. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris e Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 9-178.

_____.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Capitalismo e reificação. São Paulo: ICP, 2014.
NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.

_____. Os conselhos operários e os limites do cooperativismo. In: LIMA FILHO, P.; NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F. (orgs.) **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando, 2017.

_____. (org.) **O retorno do caracol à sua concha – alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Mundo do Trabalho Associado e Embriões de Educação para além do capital: uma introdução**. Campinas: Átomo e Alínea, no prelo.

_____.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L.. (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 300-332.

_____.; NEMIROVSKY, Gabriel. **György Lukács e István Mészáros no Levante Popular Húngaro de 1956**. Marília, mimeo, 2016.

PERET, Benjamim. **O quilombo dos Palmares.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PINASSI, Maria O. **Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Prefácio. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E.. (Org.). **Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PIÑEIRO HARNECKER, Camila (Org.). **Cooperativas y Socialismo: Una mirada desde Cuba.** Havana: Editorial Camino, 2011.

PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura (org.) **Producir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (Org.). **Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. (Org.). **Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2015, volume 2.

RUGGERI, Andrés. **Que son las empresas recuperadas por sus trabajadores?** Buenos Aires: Continente, 2014.

SÈVE, Lucien. **Aliénation et émancipation.** Paris: Éditions La Dispute, 2012

SCHAFF, Adam. **La alienación como fenómeno social.** Barcelona: Crítica, 1979.

SCHMIDT, Carlos. A economia solidária: panacéia do capitalismo pós-moderno ou caminho para o socialismo. In: Carlos Schmidt, Henrique T. Novaes. (Orgs.). **Economia Solidaria e Transformacao Social: Rumo a uma Sociedade para Além do Capital?** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013, v. 1, p. 15-28.

STORCH, Sergio. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e cultura do trabalho**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

_____. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

VIEITEZ, Candido.; DAL RI, Neusa M. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZIBECCHI, Raul. Cochabamba. **De la guerra a la gestión del agua**. Herramienta, 2002. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-41/cochabamba-de-la-guerra-la-gestion-del-agua>>. Acesso em: mar. 2017.

WIRTH, Ioli G.; FRAGA, Lais. S. Tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem: o interesse do capital e a proposta dos catadores. In: Fabiana C. Rodrigues; Henrique T. Novaes; Eraldo Leme Batista. (Org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 311-332.

Sobre os autores

Ana Rajado

Licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra. Colaborou com vários artigos na obra coletiva Os Anos de Salazar (30 vols., Planeta DeAgostini, 2008). Investigadora no IHC (FCSH). Colaboradora no projecto internacional “In the Same Boat? Shipbuilding and ship repair worker around the world (1950-2010). Investigadora do projecto Relações Laborais em Portugal e no mundo Lusófono 1800-2000: continuidades e rupturas, do IHC e do grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Pertence à equipa do projecto internacional Global Collaboratory on the History of Labour Relations: 1500-2000, sediado no Instituto de História Social de Amsterdão

Danúbia Mendes

Doutoranda em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pela UFG. Título: *O Jornal Combate e as lutas autonomistas dos trabalhadores portugueses na Revolução dos Cravos (1974-1978)* Ano de Obtenção: 2010. Orientador: João Alberto da Costa Pinto. 2003 – 2006. Graduada em História. Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. Título: *A produção da vida e do poder popular: a crise argentina contemporânea e a irrupção dos novos movimentos sociais*. Orientador: Libertad Borges Bittencourt.

Henrique Tahan Novaes

Graduação em Ciências Econômicas pela Unesp - Araraquara (2001) e mestrado (2005) e doutorado (2010) em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp. No mestrado estudou o Processo de Adequação Sóciotécnica nas Fábricas Recuperadas brasileiras e argentinas, com financiamento da Fapesp. Sua dissertação resultou no Livro - O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas - (Expressão Popular/Fapesp, 2007. E 2010, 2a Edição). No doutorado, também com bolsa Fapesp, estudou - a relação universidade-movimentos social na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recupera-

das. Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp Marília, desde fev. de 2011 e do Programa de Pós Graduação em Educação desde fevereiro de 2013.

José Maria Carvalho Ferreira

Possui graduação em Economia Política - Universite de Paris VIII (1974), graduação em Economia - Inst. Sup. de Ciências do Trabalho e da Empresa (1979), mestrado em Systèmes et Structures - Université de Paris X, Nanterre (1982) e doutorado em Sciences Economiques - Université de Paris X, Nanterre (1984). Atualmente é professor titular aposentado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Foi Presidente do SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa até Novembro de 2012. Como pesquisador coordenador da área científica "Desenvolvimento sustentável, Terceiro Setor e Redes Sociais" tem experiência na área científica de Sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: novas tecnologias e psicossociologia das organizações, sociologia económica, economia social, terceiro sector, sociologia das organizações e sociologia do trabalho.

Lia Tiriba

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (1989) e doutorado em Ciências Políticas e Sociologia (Programa Sociologia Econômica e do Trabalho) pela Universidade Complutense de Madrid (1999). Realizou estudos de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa, vinculando-se a projeto de intercâmbio entre Brasil e Portugal na área de Formação e Educação de Adultos (Convênio Capes/Grices, biênio 2008-2009). Professora efetiva da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, entre 1990-2011. Atualmente é Professora Associada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate/UFF). Investiga os seguintes temas: pro-

dução associada, cultura do trabalho e autogestão, formação de trabalhadores associados na produção, saberes do trabalho associado, economia popular, economia solidária, estratégias de trabalho e de sobrevivência.

Lúcia Bruno

Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1976), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982) e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo (1991). Atualmente é professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Foi Chefe do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, Vice-Presidente da Comissão de Pesquisa, Editora da Revista Educação e Pesquisa, em exercício. Professora Visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris em 2006. Professora do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP. Tem diversos trabalhos publicados nas áreas de Sociologia Política e de Educação, trabalhando com os seguintes temas: educação e trabalho, ensino superior, Estado, políticas públicas, lutas sociais.

Maurício Sardá de Faria

Realizou seus estudos de graduação, mestrado e doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo a graduação no Departamento de Ciências de Administração e o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração (1991-1997), tendo como tema central de pesquisa a autogestão e a recuperação de empresas pelos trabalhadores. O Doutorado foi obtido Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (2000-2005), tendo ainda como tema a autogestão, o cooperativismo e a economia solidária. Em 2003, realizou estágio Sanduíche na Universidade Técnica de Lisboa, no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS/ISEG/UTL/PT), desenvolvendo a pesquisa sobre a Revolução dos Cravos. Atualmente, é Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Miguel Pérez

Espanha, 1975. É mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e têm pesquisado a história recente do movimento operário em Portugal. É autor de diversos artigos em livros e revistas especializadas. Atualmente é bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolve o seu doutoramento na FCSH. É pesquisador do Instituto de História Contemporânea da UNL.

Neusa Maria Dal Ri

Possui graduação em Licenciatura em Psicologia pela Universidade de São Paulo, graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Educação (pesquisa educacional) pela Universidade Federal de São Carlos, doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997). Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista (2004). Realizou Pós-doutorado na Universidade do Minho, Portugal. Atualmente é professora adjunto - livre-docente III - da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília, docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar e do Programa de Pós-graduação em Educação. Tem experiência na área de Educação e da Sociologia da Educação, com ênfase em Administração Educacional, atuando principalmente com os temas da gestão democrática e política educacional, e com as temáticas: movimentos sociais, educação e trabalho; trabalho associado; economia solidária e autogestão. Editora da Revista ORG&DEMO. Pesquisadora PQ do CNPq. Coordenadora do Doutorado Interinstitucional Capes- Dinter - UNESP/IFCE (2013-2017). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP, FFC, Campus de Marília (2013-2017).

Raquel Varela

É Historiadora. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais e investigadora do Instituto Internacional de História Social, onde coordena o projeto internacional In the Same Bo-

at?Shipbuilding and ship repair workers around the World (1950-2010). É coordenadora do projecto História das Relações Laborais no Mundo Lusófono. É doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). É neste momento Presidente da International Association Strikes and Social Conflicts. É vice-coordenadora da Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal.

Livros Publicados/Coordenados: História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975 (Bertrand, 2014); A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal (Bertrand, 2012; Quem paga o Estado Social em Portugal? Bertrand, 2012; 25. April 1974 – Die Nelkenrevolution (25 de Abril. A Revolução dos Cravos, publicado na Alemanha, Berlim, Laika Verlag, 2012); História do PCP na Revolução dos Cravos (Bertrand, 2011); Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos (Bertrand, 2012).

Zuleide Simas Silveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)/Linha Trabalho e Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFF). Vice-Chefe do Departamento de Fundamentos Pedagógicos (SFP/FEUFF). Líder do Grupo de Pesquisa GPETED – Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: a contribuição do pensamento crítico latino-americano. Participa do LAHISP - Laboratório de História do Poder e das Ideologias e do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJ-V-Fiocruz).

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Título	Cenários da autogestão em Portugal: o processo revolucionário em curso (1974-1975)
Organizadores	Lia Tiriba & Maurício Faria & Henrique Novaes
Formato	A5
1ª Edição	Julho de 2018

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

As revoluções não se resumem a mudanças nas coalizões governantes. Não se limitam a trocas de um regime por outro, como simples substituição das etiquetas das classes dominantes. Não se restringem aos limites possíveis das antigas instituições.

Os períodos de ruptura revolucionária caracterizam-se pelo questionamento prático da totalidade dos mecanismos tradicionais de dominação e opressão.

Durante o século XX, foram recorrentes os processos que ensaiaram novas formas de produção e reprodução da vida social, com a auto-organização de baixo para cima de uma nova realidade social.

A Revolução dos Cravos em Portugal (1974-75) constitui um desses momentos especiais, quando o tempo se alarga e acelera e a imaginação ganha campo pelas novas instituições criadas nos processos coletivos de luta social, sejam nas fábricas, escolas, bairros, família, meios de comunicação, órgãos da justiça, forças armadas...

Esta obra reúne reflexões de pesquisadores brasileiros e portugueses sobre a Revolução dos Cravos, quando os trabalhadores, após terem tomado o céu de assalto, o viram escapar por entre os dedos. (Maurício Sardá de Faria – UFRPE)